www.valor.com.br
Quinta-feira, 22 de dezembro de 2022 | Ano 23 | Número 5652 | R$ 5,00

Bancos e gestores esperam mais um ano difícil para ações nos EUA e na Europa C2

Influenciadores digitais, criptoativos e ESG entram na mira da CVM no biênio 2023/24 C3

Operações verdes orientam avanço do Itaú BBA no crédito rural, diz Pedro Fernandes B8

Destaques

MP pode restringir o Perse
Tributaristas temem que o governo restrinja o acesso ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Medida Provisória publicada na quarta-feira prevê que o Ministério da Economia publique ato relacionando as atividades com direito aos incentivos concedidos pelo programa. A MP também zerou as contribuições sociais das empresas aéreas até o fim de 2026. **E1**

Taxa a produtos de alumínio chineses
Após um ano e meio de investigação, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) decidiu impor alíquotas compensatórias de 14,88% e 14,93% sobre produtos laminados (chapas e folhas) de alumínio importados da China. A medida, de caráter definitivo, deve entrar em vigor em abril de 2023 e terá vigência de até cinco anos, passível de prorrogação. **B1**

Ducati acelera no país
Apesar das restrições causadas por uma cadeia logística mundial ainda desequilibrada, a fabricante italiana de motos premium Ducati encerra 2022 como o melhor ano de sua história no Brasil. O volume de vendas deve ficar entre 1.100 e 1.150 unidades, alta de 9% sobre o ano passado. Em receita, a expansão chega a 16%. O preço dos modelos varia de R$ 64 mil a R$ 160 mil, mas pode chegar a R$ 500 mil ou até R$ 1 milhão. **B4**

Core Scientific pede falência
A Core Scientific, uma das maiores mineradoras de bitcoins, tornou-se a mais recente empresa cripto a pedir falência, conforme o setor registra forte queda nos preços dos ativos digitais. A empresa, com sede em Austin, no Texas, listou ativos de US$ 1 bilhão, para fazer frente de um passivo dez vezes maior, e citou a queda nos preços do bitcoin e o alto custo da energia entre as causas de suas dificuldades. **C2**

Isenção à licença maternidade
O Carrefour obteve sentença para afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre valores pagos durante o período de dois meses de prorrogação da licença-maternidade previsto no Programa Empresa Cidadã. A decisão, da 8ª Vara Cível Federal de São Paulo, amplia o alcance de julgamento no Supremo Tribunal Federal que afastou a incidência da contribuição sobre a licença-maternidade. **E1**

Mais celulares na árvore de Natal

Do ano passado para este, o percentual das crianças brasileiras entre 3 e 5 anos que preferem ganhar celulares a brinquedos aumentou de 21% a 25%. "As telas viraram chupetas eletrônicas", afirma Gastón Stochyk, diretor da divisão de dados e investigação da Askids. E essa preferência vem crescendo a cada ano, junto com elas. Entre as crianças de 9 a 12 anos, os celulares lideram as preferências, com 40,5% das menções. **B6**

Ideias

Luis Szymonowicz e Fábio Broccoli
O produtor-exportador brasileiro terá um curto espaço de tempo para se adaptar à nova legislação ambiental da UE. **A14**

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli
Há muito a decidir e tempo para mudar de rumo, mas os primeiros sinais do novo governo na economia são preocupantes. **A15**

Indicadores

Ibovespa	21/dez/22	0,53 % R$ 26,7 bi
Selic (meta)	21/dez/22	13,75% ao ano
Selic (taxa efetiva)	21/dez/22	13,65% ao ano
Dólar comercial (BC)	21/dez/22	5,2025/5,2031
Dólar comercial (mercado)	21/dez/22	5,2024/5,2030
Dólar turismo (mercado)	21/dez/22	5,2137/5,3937
Euro comercial (BC)	21/dez/22	5,5219/5,5236
Euro comercial (mercado)	21/dez/22	5,5207/5,5214
Euro turismo (mercado)	21/dez/22	5,5638/5,7438

Suporte aliado

ANDREW HARNIK/AP

Durante visita do presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, a Washington, Joe Biden anunciou um novo pacote de ajuda de quase US$ 2 bilhões e o envio de mísseis defensivos ao aliado. A13

Congresso aprova PEC e Lula poderá propor âncora fiscal por lei

Vandson Lima, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi
De Brasília

O Senado aprovou na noite da quarta-feira a PEC da Transição, elevando o teto de gastos em R$ 145 bilhões, valor suficiente para bancar o benefício do Bolsa Família em R$ 600 e mais um adicional de R$ 150 por criança de até seis anos. O prazo da proposta, que teve 63 votos a favor e 11 contra, é de um ano.

Mais cedo, numa vitória importante para o futuro governo, um pouco antes de votar a PEC em segundo turno, a Câmara rejeitou destaque, apresentado pelo Partido Novo, que derrubaria a regra que permitirá ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), encaminhar até agosto do ano que vem um projeto de lei complementar para estabelecer uma nova âncora fiscal, em substituição ao teto de gastos. Se o destaque tivesse sido aprovado, a mudança só poderia ocorrer por meio de proposta de emenda à Constituição, que exige maioria de três quintos nas duas Casas do Congresso.

A PEC da Transição seria promulgada ainda na noite de ontem, garantindo ao futuro governo os recursos para cumprir a promessa de campanha relacionada ao Bolsa Família, além da possibilidade de gastar até R$ 23 bilhões em investimentos fora do teto.

A análise da PEC pelos deputados enfrentou obstáculos em sua tramitação. O acordo para a aprovação só foi alcançado após o prazo de ampliação do teto ficar restrito a 2023. O texto original previa quatro anos e o Senado já havia diminuído o prazo para dois anos. Também foi necessário que parlamentares e o governo eleito chegassem a um acordo para dividir os recursos do Orçamento antes disponíveis para as emendas de relator, que compõem o chamado "orçamento secreto", considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Pelo acerto, os R$ 19,4 bilhões antes reservados às emendas de relator serão divididos entre os deputados, senadores e o governo eleito. Metade dos recursos será distribuída por meio das emendas individuais dos parlamentares, de pagamento obrigatório, e a outra metade será definida pelo governo federal.

Futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que a aprovação da PEC da Transição foi um "piloto para testar a consistência da base" de apoio ao novo governo no próximo ano. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), convocou sessão para esta quinta-feira para a votação do Orçamento de 2023. **Página A6**

Alckmin é cotado para o Mdic

Andrea Jubé, Matheus Schuch, Vandson Lima e Renan Truffi
De Brasília

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve anunciar hoje pelo menos mais 18 dos 37 integrantes do primeiro escalão do futuro governo. Há expectativa de que o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), seja indicado para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic). Para o Planejamento, André Lara Resende foi convidado, mas recusou, apurou o **Valor**.

Pelo menos sete mulheres devem ser indicadas: a economista Esther Dweck (Gestão e Inovação), a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade (Saúde), a ex-atleta Ana Moser (Esporte), a cantora Margareth Menezes (Cultura), a vice-governadora de Pernambuco, Luciana Santos (Ciência e Tecnologia), e Anielle Franco (Ministério das Mulheres). A deputada eleita Sonia Guajajara (Psol) deve ficar com a pasta dos Povos Originários. Ainda estavam indefinidos os destinos da senadora Simone Tebet (MDB-MS) e da deputada federal eleita Marina Silva (Rede-SP). Marina é cotada para o Meio Ambiente, enquanto o espaço de Tebet ainda estava sendo avaliado. **Página A7**

BNDES não terá volta ao passado, diz Mercadante

De São Paulo e Brasília

Aloizio Mercadante, futuro presidente do BNDES, disse a empresários que não haverá volta do banco "ao passado", ao montar diretoria com executivos do mercado e ex-ministros desenvolvimentistas. As áreas ainda não estão definidas, mas a tendência é Nelson Barbosa (ex-ministro da Fazenda) ser diretor de planejamento e Tereza Campello (ex-ministra do Desenvolvimento Social) ficar com a área social. Alexandre Abreu, ex-presidente do BB, seria diretor financeiro e o ex-presidente da Embrapii José Luis Gordon, de inovações. Natalia Dias, presidente do Standard Bank, assumiria a área de mercado de capitais e Luciana Costa, do banco Natixis, a de economia verde. No geral, os nomes agradaram aos empresários presentes à reunião. **Página A4**

Rio vira polo da criptoeconomia no Brasil

Gabriela da Cunha e Toni Sciarretta
De São Paulo

Nômades digitais, gestores de "venture capital" e startups de criptoativos espalhados pelo mundo acharam no bairro carioca do Leblon um porto. Concentrados no Hashtown, complexo a duas quadras da praia, estão a Hashdex, líder dos fundos de índice do segmento, além de várias empresas e investidores da comunidade cripto internacional e o restaurante The Crypto Kitchen. **Página C6**

Apesar das incertezas, bolsa deve subir em 2023, estimam analistas

Augusto Decker e Matheus Prado
De São Paulo

Mesmo com os problemas fiscais do país e o cenário nebuloso da economia global, analistas estimam ganhos consideráveis para o Ibovespa em 2023. No fim do ano que vem, a média das projeções de 21 instituições financeiras é que o índice chegue aos 126,7 mil pontos — o que representaria uma alta de 17,9%. As previsões variam de 109.700 pontos, com um pequeno ganho de 2,1%, até 150 mil pontos, o que implicaria avanço de 39,6%. A justificativa dos analistas para calcular esses desempenhos se baseia nos preços atrativos das ações locais, no possível início da queda dos juros e na reabertura da economia chinesa após a política de "covid zero". **Página C1**

Agenda liberal do governo teve saldo misto

Lu Aiko Otta
De Brasília

Eleito com a promessa de uma guinada liberal, privatizações em massa, ampla agenda de reformas e menor presença estatal na economia, o governo Bolsonaro deixa saldo misto. Não entregou as reformas tributária e administrativa e privatizou menos que o previsto, mas fez mudanças microeconômicas que podem ter impactado a dinâmica de crescimento da economia brasileira. **Página A16**

Joias orgânicas

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Com peças de R$ 230 a R$ 520 mil, a joalheria Julio Okubo investe para levar o uso das pérolas além das joias e superar a imagem de que as gemas orgânicas são "coisa de avó", diz Maurício Okubo. B6

Mitos e inverdades sobre o Estado no Brasil

Cristiano Romero

A visão de que Brasília, como sede do poder e, portanto, da burocracia estatal, impede o progresso do país é similar e tão perigosa quanto a de que o Congresso Nacional é povoado por políticos corruptos. Não é coincidência o fato de que, quando essas percepções escalam na opinião pública, a democracia seja colocada em xeque. Casos de corrupção envolvendo protagonistas políticos são a justificativa usada por grupos da sociedade que ainda veem a democracia como um aborrecimento.

No livro "A construção de um Estado para o século XXI" (Cobogó, 2022), Francisco Gaetani e Miguel Lago explicitam velhos e conhecidos problemas do serviço público, mas são iconoclastas ao derrubarem mitos que predominam na maneira como parte da sociedade vê o Estado brasileiro. Didática, a obra é desprovida de "economês" (dialeto criado por economistas que consideram o conhecimento da Economia um recurso de poder extraordinário que os coloca numa categoria acima das dos demais cidadãos) e trata os temas de maneira profunda.

A tese de que o serviço público é de baixa qualidade, por exemplo, é corrente entre não usuários dos serviços, mas não é corroborada por aqueles que mais recorrem ao Estado. Pesquisa feita pelo Datafolha em 2019, antes, portanto do início da pandemia, mostrou que, dentre as pessoas que avaliaram negativamente o Serviço Único de Saúde (SUS), 68% se declararam como "não usuários" do sistema público. No caso dos usuários frequentes do SUS, a avaliação positiva foi superior à negativa (30% contra 26%).

Constituição de 1988 acabou com "muito Brasília e pouco Brasil"

"O fato, porém, é que essa ideia de que 'o governo não serve para nada' é mais forte nas classes médias do que nas classes populares. Contudo, é preciso registrar que, no Brasil, as primeiras evitam o serviço público sempre que podem, enquanto as segundas não têm outra opção", observam Gaetani e Lago.

Outro tema, este ainda mais controverso, é o da estabilidade do funcionalismo no emprego. Os funcionários têm estabilidade, mas será que todos os 11,5 milhões (considerando os três poderes na União, nos Estados e municípios) são estáveis?

"Apenas os servidores estatutários têm estabilidade na carreira. Eles representam a grande maioria do funcionalismo, mas não a sua totalidade. Em 2019, cerca de 10 milhões eram estatutários, cerca de 850 mil eram temporários e cerca de 550 mil, celetistas (sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho). Quando pensamos em 11,5 milhões parece muito, mas em termos comparativos, o Brasil tem poucos funcionários."

Gaetani e Lago lançam mão do conceito de funções "regalianas" (palavra que deriva do latim "regalis", cujo significado é "real") para tratar das atividades típicas de Estado, daquilo que está estreitamente ligado ao exercício da soberania do chefe de Estado. "Designa os poderes exclusivos que apenas o soberano pode exercer e sem os quais não há como haver soberania. São funções regalianas as que garantem a segurança externa — Forças Armadas e diplomacia —, a segurança interna — forças policiais e Justiça — e a soberania monetária — a emissão de moeda [a cargo do Banco Central]", explicam os dois autores, que, para viabilizar esta obra de suma importância ao debate nacional, tiveram o apoio fundamental da ONG Republica.org, criada e dirigida por Guilherme Coelho.

"[O setor público] deve organizar uma série de serviços que, dada a escala e o volume, seriam mais bem conduzidos pelo Estado, do ponto de vista econômico, do que por agentes do mercado. Esse é o caso de estruturas universais que atendem à integralidade da população. É o caso de algumas infraestruturas de abastecimento, algumas modalidades de transporte e algumas atividades comuns a todos os cidadãos, como educação e saúde. Sistemas de saúde públicos tendem a ser mais econômicos do que sistemas de saúde privados, pois o próprio pagador controla os custos da atividade, tornando a ação de saúde menos fragmentada e com menos custos de transação."

Para se ter um ambiente de negócios dinâmico, uma economia de mercado funcional, é importante que o setor público se ocupe de estruturas universais que são mais eficientes, do ponto de vista gerencial, sob sua responsabilidade do que sob a batuta do setor privado, explicam Gaetani e Lago. O mesmo diz respeito à concorrência, aspecto fundamental para a legitimação da economia de mercado como melhor sistema de geração de riquezas numa democracia. "A proteção da concorrência é uma das mais importantes instituições para o bom funcionamento do mercado. Um mercado sem concorrência é um monopólio ou um cartel, que causa prejuízos à sociedade e à economia."

O governo faz muita coisa, porém, pelas razões mencionadas, é possível ver que o setor público produza uma série de ações diversas, complexas, com grande multiplicidade de objetos e setores. "A pessoa que reclama por pagar impostos e não receber nada em troca nem sabe que toda a regulação de trânsito quando ele se move é feita pelo setor público, que todas as empadinhas comidas no boteco da esquina passam (ou deveriam ter passado) por um controle da Vigilância Sanitária, que fiscaliza a higiene dos estabelecimentos comerciais privados, entre tantas outras coisas. A questão, portanto, não é se perguntar se o Estado faz coisas pelo cidadão, mas, sim, perguntar-se quais são aquelas que o Estado deve priorizar e se o Estado as faz bem", dizem os autores.

Outro ponto crucial nessa discussão é sobre a ideia de que existe pouco Brasil e muito Brasília. Trata-se de afirmação historicamente verdadeira, mas que, desde a Constituição de 1988, está longe de ser uma realidade. "Ao contrário, o que se viu desde então foi uma expansão das competências, dos orçamentos próprios. Os municípios deixaram de ser unidades administrativas para se tornar entes federativos. Em 1950, o Brasil dispunha de 1.889 municípios. No período anterior ao golpe de 1964, esse número cresceu para 2.766. No período final do regime militar, em 1980, chegava-se a 3.991 municípios. Logo após a Constituição, esse número chegou a 4.491 e só estagnou a partir de meados dos anos 1990, com já pouco mais de 5 mil, graças às novas regras estabelecidas no Fundo de Participações dos Municípios (instrumento do governo federal que gere os repasses federais)."

Cristiano Romero é colunista e escreve às quintas-feiras
E-mail cristiano.romero@valor.com.br

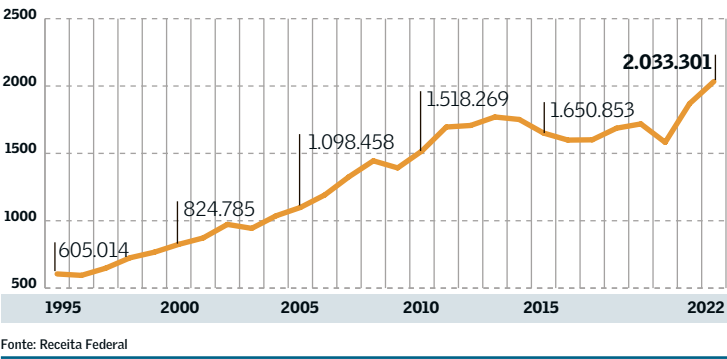
Arrecadação federal vai a R$ 172 bi e tem melhor novembro desde 2013

Lu Aiko Otta e Estevão Taiar
De Brasília

Impulsionada pela lucratividade do setor de commodities e pelas receitas cobradas sobre ganhos de aplicações financeiras, turbinados pela alta da Selic, a arrecadação federal atingiu a marca de R$ 2,008 trilhões de janeiro a novembro deste ano, o maior volume para o período na série histórica da Receita iniciada em 1995. O volume mensal, R$ 172 bilhões, é a maior para meses de novembro desde 2013.

Para o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys, o desempenho das receitas mostra o acerto da estratégia do governo, que combinou ajuste fiscal e melhoria do ambiente de negócios. Isso permitiu maiores ganhos para empresas e para trabalhadores, comentou. "Tivemos acréscimo real no ano de 8,8% na arrecadação, mostrando que estamos num bom caminho, sem aumentar impostos."

Os recordes foram atingidos apesar dos cortes em impostos e contribuições, acrescentou o secretário da Receita, Julio Cesar Vieira Gomes. Além de promover dois cortes de 10% no Imposto de Importação, o governo cortou em 35% as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e desonerou os combustíveis das contribuições PIS/Cofins e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Guaranys e Gomes fizeram breves balanços do governo que se encerra no próximo dia 31.

O primeiro destacou o avanço de reformas, como a da Previdência. Falou também sobre o controle no pagamento de precatórios, o novo marco fiscal e a resolução da pendência com Estados em torno da Lei Kandir. Destacou ainda o avanço nos campos da desestatização e dos desinvestimentos. "O trabalho no campo fiscal foi controlar melhor o gasto e dar mais previsibilidade, para não ter de se endividar mais ou arrecadar mais."

Gomes destacou a expansão dos Operadores Econômicos Autorizados (OEAs), empresas com bom histórico de cumprimento de normas da Receita têm tratamento expresso na alfândega. Atualmente, disse o secretário, 25% do comércio exterior brasileiro ocorre por meio de OEAs. "Isso reduziu o custo Brasil."

Informou ainda que o potencial de crédito a ser objeto de transação no âmbito da Receita é de R$ 1 trilhão e pode beneficiar mais de 100 mil contribuintes.

As receitas do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foram o principal destaque positivo da arrecadação no mês de novembro e também no resultado acumulado no ano de 2022, disse o coordenador substituto de Previsão e Análise da Receita, Fabio Castro.

Em novembro, os dois tributos apresentaram crescimento real de 15,16% sobre novembro de 2021. No ano, o avanço foi de 19,18%. O destaque foram as empresas do setor de commodities, principalmente extração e refino de petróleo e mineração. Em novembro, particularmente, houve bom desempenho também do setor financeiro, comentou.

Outro destaque positivo do mês e do ano foram os recolhimentos do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganhos de capital, concentrados em fundos e aplicações de renda fixa, impulsionados pela alta da Selic. Em novembro, o crescimento foi de 59,9%. No ano, o avanço foi de 62%.

As receitas previdenciárias também apresentaram crescimento real no mês (3,87%) e no ano (5,98%), por causa do aumento da massa salarial e dos recolhimentos do Simples Nacional. O avanço na massa salarial, de 18,73% no acumulado de 12 meses encerrados em outubro, explica também o avanço do IRRF sobre rendimentos do trabalho, de 8,55% no mês e de 8,31% no ano.

De janeiro a novembro, houve crescimento real de 13,99% nas receitas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Segundo Castro, o movimento decorre do aumento na concessão de crédito e a movimento de saída de moeda do país, entre outros fatores.

Entre os tributos que apresentaram decréscimo na arrecadação, Castro destacou o PIS/Cofins. Em novembro, os recolhimentos apresentaram queda real de 3,74% sobre novembro de 2021. "É muito importante lembrar que todos os combustíveis estão desonerados", comentou. "O resultado deveria ser muito mais negativo do que foi."

A queda foi amenizada pelos recolhimentos realizados pelo setor financeiro e pelo menor volume de compensações tributárias, avaliou. O corte de 35% nas alíquotas provocou queda de 27,8% nos recolhimentos do IPI em novembro. No ano, a redução foi de 13,28%.

Recorde histórico
Receitas acumuladas (jan-nov), em R$ milhões (atualizados pelo IPCA)

Fonte: Receita Federal

Déficit nas contas externas fica em 2,78% do PIB

Estevão Taiar
De Brasília

O saldo negativo das contas externas do Brasil atingiu em novembro o menor patamar para o mês em mais de 15 anos. Mas, para economistas, é cedo para afirmar que a diminuição do déficit externo é reflexo da desaceleração da atividade econômica no país.

Conforme divulgado ontem pelo Banco Central (BC), o Brasil registrou déficit em conta corrente de US$ 60 milhões em novembro, o menor para o mês desde 2006 e queda de 99,3% em relação ao mesmo período do ano passado.

O saldo em conta corrente mede a diferença entre o que o país gasta e o que recebe nas transações internacionais relacionadas a comércio, rendas e transferências unilaterais. Mas um déficit menor não é necessariamente uma boa notícia, já que pode estar ligado a um desempenho mais fraco da economia.

Na entrevista coletiva que concedeu ontem para comentar os números divulgados, o chefe do departamento de estatísticas da autoridade monetária, Fernando Rocha, destacou que o resultado de novembro "foi fora da curva" e que "não temos elementos para dizer se isso foi mudança de tendência". Rocha afirmou que o principal motivo para o pequeno déficit do mês passado foi o desempenho da balança comercial, que registrou saldo positivo de US$ 5,1 bilhões em novembro deste ano, ante déficit de US$ 2,3 bilhões no mesmo período do ano passado. Mas mesmo o elevado do superávit comercial registrado no mês passado "parece ser um resultado específico".

O chefe do departamento de estatísticas também lembrou que, no período de janeiro a novembro, o déficit passou de US$ 38,6 bilhões no ano passado para US$ 44,6 bilhões neste ano, o que é "sinal de que economia tem crescido". Ainda chamou atenção para o fato de o resultado negativo ter sido o maior para o período desde 2019. Ou seja: o déficit está se aproximando do patamar pré-pandemia.

No acumulado de 12 meses, por sua vez, o déficit alcançou US$ 52,3 bilhões até novembro, o equivalente a 2,78% do Produto Interno Bruto (PIB). O BC projeta déficit em conta corrente de US$ 60 bilhões (3,2% do PIB) para o resultado fechado do ano. Já na média móvel trimestral anualizada e ajustada sazonalmente, usada para captar tendências, o déficit caiu de US$ 84,6 bilhões em outubro para US$ 57,4 bilhões no mês passado. Os cálculos são de Jankiel Santos, economista do Santander.

Também para Livio Ribeiro, sócio da BRCG Consultoria, "é muito cedo para avaliar que há efeitos de desaceleração" da atividade econômica sobre as contas externas.

Independentemente da atividade, o déficit continua sendo coberto com folga pelo Investimento Direto no País (IDP). Considerado por diversos economistas a fonte mais estável de financiamento das contas externas, o IDP leva em conta: participação direta no capital da empresa; empréstimos diretos concedidos por matrizes de empresas multinacionais às filiais no país e vice-versa; retorno de investimentos brasileiros no exterior.

No acumulado de 12 meses, o IDP alcançou US$ 77,1 bilhões (4,09% do PIB), montante mais de US$ 20 bilhões superior ao déficit. Para Santos, do Santander, os números divulgados ontem reforçam que o déficit está "em níveis administráveis".

Ribeiro, da BRCG Consultoria, também destaca o papel que fluxos externos para portfólio e renda fixa, além do IDP, têm para financiar o déficit. "Nada nos sugere que estamos próximos de alguma restrição externa", diz.

Já Rocha, do BC, afirmou que o crescimento do IDP "está bem disseminado" entre setores, valores e modalidades e "mostrando robustez bastante grande".

Contas externas
Em % do PIB, acumulado em 12 meses

Fonte: Banco Central

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Transição Segundo indicado, não há mais espaço fiscal para governo financiar banco de fomento

Mercadante promete "BNDES do futuro" e impulsionar indústria

De São Paulo e Brasília

Indicado para a presidência do BNDES, o petista Aloizio Mercadante afirmou que não haverá uma "reconstrução" do modelo do banco de fomento "do passado" no novo governo Lula. A declaração foi feita em almoço com empresários e banqueiros em São Paulo e em que foi acompanhado por parte da futura diretoria do banco.

Mercadante disse que o BNDES atuará com parcerias e terá um papel de complemento aos mercados de crédito e de capitais, ocupando as lacunas não preenchidas por esses, segundo relato de pessoas que estiveram no evento. Isso significa, acrescentou, entrar em operações de alto risco, que na prática consomem muito capital bancário. O banco terá um papel de mitigador de risco, mas o que está dando certo será mantido, disse aos presentes.

Segundo ele, o banco terá como objetivo a reindustrialização do país, mas com uma postura técnica moderna. "Estamos formando uma diretoria técnica e competente. Um dos objetivos é impulsionar a indústria. O Brasil precisa se reindustrializar. A carteira da indústria no BNDES era 43% e agora é só 16%" disse.

"Mas é um novo papel. Não vamos trazer o BNDES do passado. Será um BNDES do futuro. Não tem espaço fiscal para [o governo] financiar o BNDES. Teremos que buscar novas fontes de financiamento. Têm muitos recursos lá fora que, com a liderança do presidente Lula, poderemos captar conservando a Amazônia e assumindo a sustentabilidade ambiental."

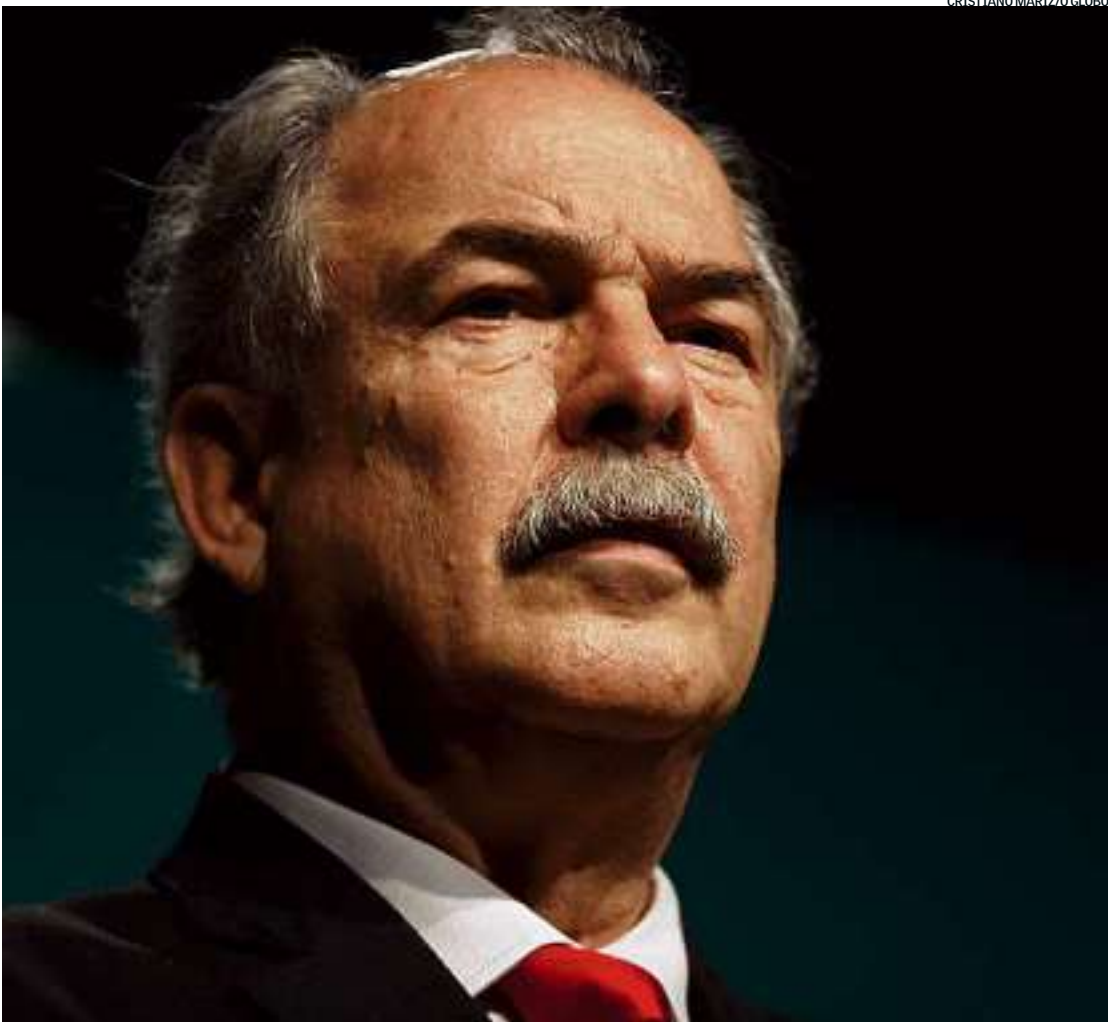
Nos mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), o BNDES foi marcado pelo incentivo para as grandes companhias, quando foram concedidos empréstimos a taxas subsidiadas. A expressão campeões nacionais passou a ser usada para designar criticamente setores e empresas escolhidos pelos governos petistas para receberem apoio financeiro da instituição.

Segundo Mercadante, na Europa há € 55 bilhões para investir em outros países, e o banco quer atrair esses recursos. Disse também que o seu BNDES terá um olhar para micro e pequenas empresas, corroborando a afirmação de Alexandre de Abreu ex-CEO do Banco do Brasil e do Original que deverá assumir a diretoria de Finanças da instituição.

Além de Abreu, estiveram presentes no almoço e vão para a direção do BNDES Natalia Dias, CEO do Standard Bank Brasil; Luciana Costa, presidente no Brasil do banco de investimentos francês Natixis; José Gordon, da Embrapii, empresa de fomento à investimentos em pesquisa e inovação; e de Luiz Navarro, ex-ministro da Controladoria-Geral da União e atualmente sócio do escritório de advocacia Hage & Navarro. Mercadante também confirmou os nomes do ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Nelson Barbosa e da ex-ministra do Desenvolvimento Social Tereza Campello.

Embora os cargos não estejam definidos, Mercadante adiantou que Luciana deverá cuidar da área de economia verde, e Natalia, do setor de capitais. Gordon provavelmente ficará com a área de inovações, e Tereza Campello, da área social, enquanto Nelson Barbosa deve ficar com a diretoria de planejamento.

O petista também procurou tranquilizar os empresários em outro ponto muito sensível para o mercado: taxas de juros subsidiados. Ainda segundo as fontes, Mercadante disse que haverá "equilíbrio" na relação entre Tesouro e BNDES e que a TJLP (taxa subsidiada e extinta no governo Michel Temer) não voltará.

Ainda sobre essa questão, o futuro presidente do BNDES disse que a TLP (mais alinhada às taxas de mercado) continuará sendo usada nos financiamentos do banco. Porém, se houver espaço, ele afirmou que gostaria de discutir a possibilidade de que a taxa seja menor para projetos de longo prazo e mais flexível para o crédito a pequenas empresas.

Segundo Mercadante, o BNDES terá papel relevante na reindustrialização, observadas as restrições fiscais. O banco também terá em seu foco o financiamento ao balanço verde das empresas, em linha com uma economia mais voltada à sustentabilidade.

O petista não fez uma fala inicial. A dinâmica do encontro foi iniciada com perguntas dos presentes, entre os quais estavam o presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho; André Esteves, do BTG Pactual; Isaac Sidney, presidente da Febraban; Eugenio Mattar, da Localiza; e Rubens Ometto, da Cosan.

Após o almoço, Abreu afirmou que o banco de fomento buscará manter o que vem sendo bem feito e inovará onde for preciso para fazer o crédito chegar a pequenas e médias empresas. "O BNDES não é competidor do mercado, é parceiro." Segundo ele, a agenda ESG (sigla em inglês para padrões ambientais, sociais e de governança) estará nas prioridades da nova gestão.

Perguntado sobre a taxa de juros que dificulta a vida dos empresários, ponderou que isso é uma questão que não compete ao BNDES interferir. Mas reforçou que o papel do banco será contribuir aumentando acesso ao crédito. "O que todos queremos é juros mais baixos. Isso depende da política macroeconômica como um todo. O que o BNDES poderá fazer é ser mais eficiente fazendo o crédito chegar ao pequeno e médio empresário", declarou.

Sobre o encontro em São Paulo com o grupo de grandes empresários, disse que a receptividade foi boa e que os objetivos estão convergentes. ***(Rafael Vazquez, Adriana Mattos, Talita Moreira, Andrea Jubé e Lu Aiko Otta)***

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Aloizio Mercadante: BNDES atuará com parcerias e terá papel de complemento aos mercados de crédito e de capitais

Empresários veem bons nomes entre escolhidos para direção

Adriana Mattos e Talita Moreira
De São Paulo

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, elogiou a postura do futuro presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, em evento com empresários em São Paulo nesta quarta-feira. "Foi uma postura de abertura ao diálogo e de aproveitar a primeira oportunidade para já apresentar quem vai auxiliá-lo", afirmou Sidney.

Mercadante aproveitou o almoço para apresentar parte da diretoria do BNDES em sua gestão: Alexandre Abreu, ex-presidente do Banco do Brasil e do Original; José Luis Gordon, presidente da Embrapii; Natalia Dias, CEO do Standard Bank Brasil; Luciana Costa, presidente do Natixis no Brasil; e Luiz Navarro, advogado ex-ministro da Controladoria-Geral da União (CGU). Também vão fazer parte da equipe os ex-ministros Nelson Barbosa e Tereza Campello.

Na avaliação de Sidney, quatro desses nomes têm no currículo um histórico de atuação no mercado financeiro, enquanto Navarro traz experiência em compliance.

Para pessoas presente no encontro, alguns dos nomes escolhidos sinalizam o foco num corpo técnico, voltado a questões ligadas à inovação e desenvolvimento, e que também transitam junto ao mercado financeiro, algo visto como positivo.

Na visão de um empresário que esteve no almoço, o nome de Gordon foi visto como um sinal de que há efetivamente um interesse do governo eleito de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em ampliar, de "forma prática", a força do banco junto a projetos área de inovação tecnológica e de pesquisa e desenvolvimento.

"Ele [Gordon] tem uma visão conceitual das questões de P&D atual, mas também bem pragmática, de gestão e de execução, inclusive desse ambiente de funcionamento das start-ups, das novas tecnologias, inteligência artificial etc. Não é apenas uma bagagem teórica, então é algo que tem o seu peso", disse uma pessoa que esteve no encontro.

"A volta recente dele na Embrapii já tinha essa linha de canalizar mais as necessidades urgentes da indústrias por iniciativas de inovação, e de apoiar esse projetos , que é algo que eles já fazem por lá. Ele tem esse trânsito fácil até pelos planos que apoiam na empresa", afirmou um segundo presente na reunião.

Gordon assumiu a Embrapii em setembro, e é economista formado pela FEA/USP. Também atuou como secretário-executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE).

No caso de Natalia Dias, CEO do Standard Bank Brasil, o fato de ela ter um bom entendimento do funcionamento de mercado financeiro e de mercados emergentes, considerando que o banco é o maior em operação na África, traz uma "boa expectativa".

"É um nome que mostra que houve um trabalho técnico, mais pragmático, de análise de perfis e contribuição para esse projeto de reindustrialização que esse novo governo vem pregando. E essa indicação pode ser um sinal de que o banco terá a visão de que o mercado de capitais pode ser um parceiro, e não um inimigo, ajudando a financiar o crescimento do país. Ela [Natalia] tem esse perfil e essa compreensão", afirmou uma terceira fonte que esteve no almoço.

Antes do Standard Bank, Natalia ocupou cargos em instituições financeiras como JP Morgan Chase, ING Bank e Bank of America Merril Lynch e coordenou a Companhia Brasileira de Securitização.

Bradesco eleva previsão de alta do PIB para 1% em 2023

Marta Watanabe
De São Paulo

O Bradesco elevou ontem a previsão de crescimento do PIB de 2022, de 2,7% para 3%. Para o PIB do ano que vem a estimativa sai de alta de 0,5% para alta de 1%. O banco também revisou estimativas para inflação e taxa de juros básica.

O boletim veiculado pelo banco destaca que, com a usual revisão das Contas Nacionais divulgada pelo IBGE, o nível do PIB entre 2020 e o segundo trimestre de 2022 ficou 1,1 ponto percentual acima do que o anteriormente estimado. Além disso, apesar do ambiente incerto dado principalmente pelas discussões sobre o arcabouço fiscal, a atividade econômica tem desacelerado apenas gradualmente neste fim de 2022.

A definição da política econômica será o principal tema da economia brasileira em 2023, ressalta o boletim. "Por enquanto, há poucas definições, mas houve piora nas condições financeiras nas últimas semanas. Mesmo que a despesa pública se mantenha constante em relação ao PIB, a queda de receitas, os juros mais elevados e o menor crescimento econômico levarão a um aumento da relação dívida/PIB, o que demandará uma estratégia de reversão."

Olhando para frente, diz o banco, o cenário é de desaceleração da atividade, mas alguns vetores vão contribuir para um crescimento em 2023 maior que o projetado anteriormente. O consumo das famílias, estima o Bradesco, deve crescer menos do que em 2022, mas ainda contribuirá de maneira positiva. "O aumento do salário mínimo e as transferências de renda são fatores que adicionam crescimento à massa de renda ampliada."

O cenário-base do banco prevê um impulso fiscal menor para o ano que vem do que o de 2022. "Entretanto, vários indicadores sugerem que a economia opera com baixa ociosidade. Por isso, elevamos nossa projeção para o IPCA de 2023 de 4,9% para 5,1%. Esse número não contempla a reoneração dos impostos federais sobre combustíveis."

A volta integral do PIS/Cofins, sobre esses produtos adicionaria cerca de 0,7 ponto percentual ao IPCA do ano que vem, calcula a equipe econômica do banco.

Inflação e atividade em níveis maiores que o esperado sugerem que a taxa de juros ficará em 13,75% por período mais longo do que o previsto anteriormente, diz o boletim. O banco espera agora que a Selic permaneça no nível atual pela maior parte de 2023, caindo apenas no fim do ano. A projeção atual é que os juros terminem o próximo ano em 12,25%.

Brasil não atinge padrão mínimo em saúde infantil

Lucianne Carneiro
Do Rio

O Brasil não atingiu um nível mínimo de qualidade em um novo indicador geral de atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) para crianças menores de 13 anos, mostra o estudo "Atenção primária à saúde 2022", divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O indicador, conhecido pela sigla em inglês PCATool (em inglês Primary Care Assessment Tool (PCATool), funciona como um termômetro da atenção primária à saúde. Para isso, leva em consideração uma série de atributos que medem o maior ou menor acesso aos cuidados primários de saúde. São considerados questões como se, ao ser atendida, o prontuário médico da criança está sempre disponível ou se é sempre o mesmo médico que faz o atendimento.

A pesquisa foi feita apenas para crianças que tiveram mais de uma consulta com o mesmo médico nos 12 meses anteriores à pesquisa nas unidades básicas de saúde ou unidades de saúde da família.

A partir das respostas dos responsáveis das crianças a esses atributos é calculado o indicador, que varia entre 0 e 10. Resultados entre 0 e 6,5 indicam baixa presença desses atributos, enquanto que nota 6,6 ou mais sugere a alta presença desses atributos.

Esse corte de 6,6 é considerado, segundo o estudo, como "o padrão mínimo de qualidade para avaliação do grau de extensão e desenvolvimento dos serviços de atenção primária à saúde no SUS". A avaliação do Brasil ficou em 5,7.

"O PCATool é um instrumento de validação da atenção primária à saúde, que vai avaliar se o atendimento está adequado ou não adequado. O score de 5,7 do Brasil indica que o serviço ainda carece de aprimoramento para o alcance da qualidade preconizada pela atenção primária à saúde", disse a coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy.

Os resultados mostram que não só a média brasileira não alcançou esse nível mínimo de qualidade, como isso não ocorreu para nenhuma das cinco grandes regiões nem para nenhuma das 27 unidades da federação.

Os pesquisadores do IBGE apontaram que, embora a distribuição de pessoas que utilizaram o serviço de saúde seja desigual regionalmente, a percepção geral desses usuários foi similar entre as grandes regiões: Sul obteve o maior escore geral (6), e Norte, o menor (5,4). As demais regiões apresentaram escores gerais muito próximos: Nordeste e Centro-Oeste (5,7) e Sudeste (5,6).

Na análise por unidades da federação, Paraná (6,0), Santa Catarina (6,1), Rio Grande do Sul (6,0), Mato Grosso (6,4) e Distrito Federal (6,1) ficaram acima de 6. Por outro lado, os piores resultados encontrados foram em Rondônia (4,8), Amazonas (4,9), Amapá (5,3), Goiás (5,2) e Maranhão (5,3).

Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Luiz Felipe Pinto classificou como positiva a trajetória da saúde primária no país, apesar de nenhum Estado ou região ter conseguido alcançar o índice de 6,6, que indica o padrão mínimo de qualidade. Segundo ele, é preciso levar em consideração o contexto da pandemia.

"Em relação ao PCATool, há estudos mostrando que é muito difícil conseguir ter uma avaliação acima do 6,6. Mas eu considero que, com o contexto da pandemia, nós estamos numa trajetória positiva de ser bem avaliado. [...] De fato, não teve ninguém, em termos absolutos, acima de 6,6. Mas a gente passou por uma pandemia", disse.

Também professora da UFRJ, Ligia Bahia destacou que a pesquisa pode orientar políticas distintas das que se voltam mais a inauguração de estabelecimentos e menos ao bom funcionamento cotidiano.

"Escores relativamente baixos, inclusive no Sudeste, sugerem a necessidade de unir investimentos na estrutura física das unidades com a presença de equipes qualificadas e permanentes. É plausível supor que a percepção negativa do desempenho decorra de lacunas de profissionais e alta rotatividade das equipes de saúde", afirmou.

Curtas

Gás natural

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) fechou acordo de cooperação técnica com a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agenersa) para desenvolver estudos a respeito da regulação de atividades de gás natural.

Pelé no hospital

Boletim médico divulgado ontem pelo Hospital Albert Einstein, na capital paulista, apontou que piorou o estado de saúde de Pelé, 82, que está internado desde o dia 29 de novembro. Segundo o texto, o ex-jogador precisa de cuidados relacionados às disfunções renal e cardíaca.

Programa evita perda de quase 40 bilhões de litros de água em um ano

Comprometida com ações de governança ambiental, social e corporativa, Aegea investe em tecnologia e equipe especializada para combater desperdício

Um dos aspectos mais importantes das pautas ESG é o quanto elas desafiam as empresas a irem além do básico. Quando se trata de implementar ações amplas e efetivas de governança ambiental, social e corporativa, as organizações se veem diante da necessidade de repensar práticas e processos de forma a gerar impacto positivo.

A Aegea Saneamento está ciente dessa necessidade da sociedade, que espera das corporações uma postura de ousadia e liderança para temas tão relevantes quanto abrangentes. “O saneamento por si só gera um grande impacto positivo para as pessoas e para o meio ambiente, mas entendemos que precisamos ir além e, em linha com o nosso propósito de movimentar vidas, proporcionamos prosperidade compartilhada com todos os públicos com os quais interagimos”, explica Moisés Salvino, gerente executivo de Engenharia da Aegea.

De fato, como aponta o Instituto Trata Brasil, em menos de 20 anos, se conseguir atender a toda a população brasileira com saneamento, o país poderá gerar R$ 1,4 trilhão em benefícios socioeconômicos, com melhorias nas áreas da saúde e da educação, aumento da produtividade no trabalho, além do fomento do turismo e da valorização ambiental. Estima-se que, entre 2021 e 2040, a economia com a melhoria das condições de saúde seja de R$ 25,1 bilhões, um ganho anual de R$ 1,25 bilhão. Além disso, o aumento de renda do trabalho seria de R$ 438 bilhões, ou seja, R$ 22 bilhões de ganho anual. Imóveis com acesso a água e esgoto tratados renderiam ao mercado imobiliário, por ano, uma valorização de R$ 2,4 bilhões, e a expectativa de ganhos atrelados à cadeia do turismo seria da ordem anual de R$ 4 bilhões.

© DIVULGAÇÃO/AEGEA

Bombinhas, em Santa Catarina, celebra a redução de perda de água de 36% para 17%

*Dados do Instituto Trata Brasil, da Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais para Saneamento (Asfamas) e da Water.org, a partir de dados públicos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)

MOVIMENTAR VIDAS

Com origem 100% brasileira, a Aegea atua em 154 municípios, levando para mais de 21 milhões de pessoas saúde, dignidade, desenvolvimento e a qualidade de vida que o acesso à água tratada e esgotamento sanitário propicia. A companhia é reconhecida pelo seu modelo de negócios, que tem como base eficiência operacional, cumprimento de metas e investimentos responsáveis.

Mas a empresa, líder do setor privado de saneamento no Brasil e com mais de 11 mil colaboradores, vai além.

A recuperação do meio ambiente está inserida nas atividades da companhia, que investe além das metas contratuais, com ações e parcerias de proteção à natureza. As iniciativas incluem o aproveitamento dos resíduos gerados pelo tratamento do esgoto para movimentar uma economia circular, assim como o uso de alternativas renováveis para geração de energia elétrica.

“A Aegea agrega as melhores práticas de sustentabilidade à sua gestão e otimiza o uso dos recursos naturais em cada localidade, atuando de modo sustentável e fortalecendo o compromisso de construção de um legado de desenvolvimento para as pessoas e para o meio ambiente”, prossegue o gerente executivo de Engenharia da empresa.

Parte crucial desse esforço consiste na redução das perdas de água.

COMBATE AO DESPERDÍCIO

No Brasil, 40,1% da água potável se perde com vazamentos e ligações clandestinas na distribuição, segundo um levantamento realizado pelo Instituto Trata Brasil, em parceria com a Associação Brasileira dos Fabricantes de Materiais para Saneamento (Asfamas) e da organização Water.org, a partir de dados públicos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Essa quantidade é suficiente para abastecer mais de 63 milhões de brasileiros em um ano. É como se 7.800 piscinas olímpicas cheias de água tratada fossem desperdiçadas diariamente.

A fim de apresentar sua contribuição para enfrentar esse desafio, a Aegea possui um amplo Programa de Eficiência Energética e de Redução de Perdas de Água. Em 2021, a redução no índice de perdas representou cerca de 39 bilhões de litros de água poupados nas concessões da companhia, o suficiente para abastecer 970 mil pessoas por um ano. Em outubro deste ano, por exemplo, as concessionárias da empresa que operam em Santa Catarina registraram índices de 17% a 28%, muito abaixo da média nacional. Em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, as boas práticas de gestão de perdas da Águas Guariroba, concessionária mais antiga da Aegea, fizeram cair, desde 2010, o índice de perdas de água de 57% para 19%.

Os números são resultado de um esforço iniciado em 2013, quando a companhia criou um departamento especializado em combate às perdas, visando aumentar a eficiência dos processos. “A nova área gerou uma demanda interna por novas tecnologias, implementadas por especialistas multidisciplinares voltados ao combate às perdas de água potável”, descreve Salvino, que lembra que o modelo de negócios da companhia opera para que todas as suas concessões evoluam com relação à diminuição do volume de perdas.

“A empresa entende que essa é uma ação fundamental, não apenas do ponto de vista econômico, mas também ambiental, porque preserva os volumes dos reservatórios e demais pontos de captação. A sociedade também é beneficiada, já que mais pessoas, especialmente as vulneráveis, passam a contar com um serviço que é tão importante”.

Tecnologia e diálogo com comunidade geram resultados expressivos no Sul

Quatro concessionárias que operam em Santa Catarina alcançaram expressiva redução da perda de água potável, com benefícios ambientais e sociais para a população local

Com investimentos em tecnologia e intenso esforço na operação dos sistemas, como substituição de redes e ferramentas inovadoras, a Aegea conquistou índices importantes em suas operações em Santa Catarina, onde atua com as concessionárias Águas de Bombinhas, Águas de Penha, Águas de Camboriú e Águas de São Francisco do Sul.

“A redução no índice de perda de água tratada é foco permanente das concessionárias. Nos tempos atuais, não se concebe operar sistemas de abastecimento sem essa preocupação. O enfoque de atuação responsável e sustentável com o meio ambiente nos exige isso”, explica Reginalva Mureb, diretora-presidente das concessões Aegea em Santa Catarina. “Além disso, a redução de perdas representa a melhor distribuição de água para os bairros e, consequentemente, maior oferta de água tratada.”

© GETTY IMAGES

São Francisco do Sul é mais um município com resultados expressivos em Santa Catarina

As ações implementadas pela empresa incluem a atuação com informações em tempo real geradas por um Centro de Controle Operacional, que permitiu melhorar a manutenção e a revisão constante dos sistemas.

Além disso, foram instalados macromedidores em pontos estratégicos para medir o volume de água distribuído, de forma a facilitar a comparação entre o quanto de água saiu da estação de tratamento de água e o quanto chegou às residências. Assim, os reparos e as manutenções preventivas se tornaram constantes.

Outra ação realizada foi o uso de um equipamento chamado geofone, que busca identificar vazamentos ocultos no subsolo com ajuda do som. A tecnologia é acompanhada do diálogo com a comunidade: a orientação dada à população é para que sempre entre em contato com a empresa tão logo um vazamento seja identificado. “Dessa forma, as equipes conseguem responder ao chamado com mais agilidade e diminuir a intensidade e quantidade de vazamentos no menor tempo possível”, descreve Reginalva.

Concessionária	Bombinhas	Camboriú	S. Francisco do Sul	Penha
Índice de perdas no início da concessão	36 %	31 %	35 %	45 %
Índice de perdas do último mês de outubro (2022)	17 %	17 %	28 %	24 %

* 39 bilhões de litros de água foram poupados pela Aegea em 2021 — * 970 mil pessoas puderam ser abastecidas em um ano

PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Legislativo Avanço da proposta preserva politicamente Arthur Lira

Câmara e Senado aprovam PEC da Transição

Vandson Lima, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi
De Brasília

O Congresso Nacional concluiu ontem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que expande o teto de gastos em 2023 para acomodar promessas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como a manutenção do programa Bolsa Família em R$ 600 mensais.

Apesar da desidratação da proposta em relação às pretensões iniciais do novo governo, Lula terá um teto ampliado em R$ 145 bilhões, além de pouco mais de R$ 60 bilhões fora do mecanismo de controle fiscal, incluindo investimentos adicionais quando houver receitas extraordinárias, até o limite de R$ 23 bilhões.

A validade das regras será de um ano, uma diminuição do prazo iniciada pelos deputados e confirmada pelos senadores.

Além de atribuir mais estabilidade ao início do novo governo, o avanço da medida preserva o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) em sua busca pela recondução ao principal cargo da Casa. O alagoano viu seus poderes serem colocados em xeque após decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) no início da semana.

Em uma articulação encabeçada por Lira, os deputados rejeitaram destaque do Novo e garantiram ao governo eleito o poder de encaminhar até agosto do ano que vem projeto de lei complementar para estabelecer uma nova âncora fiscal, em substituição ao teto de gastos.

O principal alvo de suas investidas foi o Republicanos, que sinalizava que votaria a favor do destaque do Novo, que pretendia impor que a mudança da âncora fiscal ocorresse apenas por emenda constitucional.

Um dia antes, a sessão foi encerrada em função das incertezas sobre a capacidade de derrubada dessa sugestão de mudança no texto. A oposição à PEC reunia ainda o PL.

Lira iniciou uma ofensiva para conseguir reverter a posição do Republicanos, que poderia, em sua avaliação, ser o fiel da balança para que Lula possa mudar a âncora fiscal por meio lei complementar, com quórum de maioria absoluta, e não de 3/5 em dois turnos nas duas casas, como seria o caso de uma PEC para substituir o teto de gastos, que é constitucional.

A articulação de Lira deu certo, o destaque foi rejeitado por 366 votos a 130 e o líder do PT, deputado José Guimarães (CE), foi à tribuna reconhecer o trabalho do presidente da Câmara.

Com o compromisso de que o texto que Lula deve enviar no próximo ano só deve ser colocado em votação caso Republicanos concorde, o partido decidiu votar contra o destaque do Novo.

Segundo apurou o **Valor**, parlamentares do Republicanos passaram a defender a mudança de posição também por entenderem que "isso contribuiria para algo muito maior", em referência a possível recondução de Lira ao comando da Câmara.

A leitura feita por parlamentares do centro é que, ao garantir a flexibilização da mudança da âncora fiscal, Lira manteve seu favoritismo para a recondução. Foram incluídas mudanças na PEC que contornam a proibição do Orçamento Secreto, decidida pelo Supremo Tribunal Federal na segunda-feira. A eleição da Mesa Diretora está marcada para 1 de fevereiro de 2023.

O entusiasmo interno com a eventual vitória de Lira reflete a expectativa do Republicanos de que o deputado Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR) seja eleito no início da próxima legislatura como indicado da Câmara para uma vaga de ministro no Tribunal de Contas da União (TCU), um compromisso selado pelo deputado do PP com Marcos Pereira há quase dois anos.

A análise da PEC pela Câmara dos Deputados enfrentou dificuldades. O acordo para a aprovação só foi alcançado após o prazo de ampliação do teto ficar restrito a 2023. Também foi necessário que parlamentares e o governo eleito chegassem a um acordo para dividir os recursos do Orçamento para as emendas de relator, mecanismo usado por Lira para consolidar sua base.

O relator da PEC da Transição na Câmara, deputado Elmar Nascimento (União Brasil -BA), inseriu no texto os termos da divisão dos R$ 19,4 bilhões das antigas emendas de relator entre parlamentares e o governo eleito.

As emendas individuais, que são de pagamento obrigatório e indicadas por deputados e senadores, passarão de R$ 11,7 bilhões em 2023 para R$ 21,5 bilhões. a Câmara ficará com 77,5% do valor global das emendas individuais; e o Senado, com 22,5%. Como o Senado tem 81 parlamentares e a Câmara, 513, os senadores indicarão um valor individual maior que os deputados.

No Senado, o texto foi aprovado por 63 votos a 11 nos dois turnos, adesão muito acima do quórum mínimo para mudança constitucional.

Já o novo governo escolherá onde aplicar a outra metade dos recursos em acordo com o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI). Para isso, as RP2, identificador de recursos que farão parte da programação normal do governo federal, serão acrescidas em até R$ 9,85 bilhões. A peça orçamentária será votada hoje pelos congressistas, no último dia de trabalhos legislativos em 2022.

Leia sobre o resultado da votação da PEC da Transição no Senado em www.valor.com.br

FATIMA MEIRA/FUTURAPRESS/ESTADÃO CONTEÚDO

Arthur Lira: presidente da Câmara se envolveu pessoalmente para reverter oposição do Republicanos ao texto

Nova regra fiscal deve sair no 1º semestre

Matheus Schuch e Rafael Bitencourt
De Brasília

O próximo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretende enviar o novo arcabouço fiscal ainda no primeiro semestre ao Congresso Nacional. A PEC da Transição, aprovada ontem, estabelece o prazo de até 31 de agosto para que o novo governo apresente uma proposta de lei complementar com a regra alternativa ao teto de gastos.

"Antes quero conversar com vários economistas e escolas para encaminhar algo robusto", disse. Segundo ele, a referência a uma proposta robusta quer dizer que "é algo para equilibrar as contas públicas e que seja crível, que possa ser cumprido".

A PEC permitiu elevação do teto de gastos em R$ 145 bilhões e despesas adicionais de até R$ 23 bilhões fora do limite pelo prazo de um ano, além de dar um tratamento diferenciado às emendas parlamentares para contornar o fato de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter considerado inconstitucional as emendas de relator, que ficaram mais conhecidas como "orçamento secreto".

Para aprovação da PEC, o governo teve que fazer concessões. Uma delas foi reduzir de dois para um ano a vigência das medidas. Haddad amenizou o fato, no entanto, dizendo que a diminuição do prazo de vigência não chega a ser algo negativo. Isso porque o governo eleito pretende antecipar o envio do arcabouço que resolverá a questão para os anos seguintes.

"Ano que vem, em vez de aprovar nova PEC, podemos aprovar novo arcabouço para durar 10 ou 15 anos, como até hoje dura a Lei de Responsabilidade Fiscal", disse o futuro ministro da Fazenda.

Por enquanto, Haddad disse que não quer antecipar detalhes do que será o novo arcabouço porque seria "deselegante" com quem irá conversar. "Não é questão ideológica. É questão matemática, de apresentar regra consistente." Segundo ele, o teto de gastos se mostrou "inviável".

Durante entrevista no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília, o futuro ministro da Fazenda ressaltou a importância de a PEC ter garantido uma neutralidade fiscal de R$ 145 bilhões. Segundo ele, dentro da proposta constará também arrecadação extra de R$ 23 bilhões atrelado a investimento.

Ele comemorou o apoio obtido no Congresso para aprovar a PEC e ressaltou que o governo eleito chegou a contar com 70% de apoio durante a análise da proposta. "Isso não tem nada de aventura ou irresponsabilidade", garantiu, acrescentando que a aprovação foi um "piloto para testar a consistência da base" de apoio ao novo governo.

Congresso aprova reajustes para STF,TCU e MP

Renan Truffi, Vandson Lima e Marcelo Ribeiro
De Brasília

O Senado e a Câmara dos Deputados aprovaram ontem um projeto de lei que aumenta em 18% os salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Na prática, a remuneração dos magistrados passará dos atuais R$ 39.293,32 para R$ 46.366,19. O texto segue agora para sanção presidencial.

Ontem, o Congresso Nacional também aprovou um aumento para carreiras da Defensoria Pública da União e do Tribunal de Contas da União. Em ambos os casos, o reajuste será concedido em três parcelas de cerca de 6%, de 2023 a 2025. A Câmara ainda aprovou reajuste para servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

De acordo com o relatório, o subsídio atual do procurador-geral da República (R$ 39.293,32) subirá para R$ 41.650,92 a partir de 1 de abril de 2023. A partir de 1 de fevereiro de 2024, o subsídio alcançará R$ 44.008,52, e, a partir de 1 de fevereiro de 2025, chegará a R$ 46.366,19.

O impacto orçamentário estimado para 2023 com a medida é de R$ 35.320,63 em relação ao procurador-geral e de R$ 105,84 milhões em relação aos demais membros do Ministério Público da União, pois o subsídio é referência para os outros níveis da carreira.

Os salários dos membros do STF servem de teto para toda a administração pública. Isso porque, segundo a Constituição, nenhum servidor pode ganhar mais que um ministro do STF. Com isso, a matéria irá gerar o chamado efeito cascata. Os ministros dos demais tribunais superiores, por exemplo, recebem 95% do subsídio de um ministro do Supremo.

De acordo com a própria Corte, o impacto orçamentário do reajuste, em 2023, será de R$ 981,3 mil. Já o efeito cascata deverá gerar um custo adicional de R$ 255,4 milhões para os cofres públicos no ano que vem. Isso significa que, no total, o projeto representa um gasto de R$ 1,2 bilhão para os cofres públicos.

Inicialmente, o texto previa que o reajuste seria pago em quatro parcelas, mas os parlamentares optaram por reduzir para apenas três pagamentos, já que o mesmo foi feito em relação a outros reajustes concedidos desde ontem. No Senado, a proposta recebeu relatório favorável do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Na Câmara, o relator foi Eduardo Bismarck (PDT-CE).

O primeiro aumento será concedido já em abril de 2023, quando os salários dos ministros passará a ser de R$ 41,6 mil. Em fevereiro de 2024, o subsídio subirá para R$ 44 mil. Já a última parcela será integrada à remuneração em fevereiro de 2025, quando o salário chegará a R$ 46,3 mil.

O aumento foi decidido pelos ministros do STF em reunião ocorrida em agosto. Na ocasião, eles decidiram conceder o mesmo percentual de reajuste para os servidores de carreira do Poder Judiciário, em projeto também enviado à Câmara que deve ser votado ainda hoje.

O projeto recebeu críticas de diversos senadores do PL, Podemos e União Brasil. Um dos mais enfáticos foi o do líder do governo Jair Bolsonaro na Casa, senador Carlos Portinho (PL-RJ). Este foi o único projeto de reajuste votado de maneira nominal, ou seja, quando os senadores exigem a contabilização de todos os 81 votos no sistema eletrônico. Até então as propostas de aumento salarial estavam todas sendo referendadas de maneira simbólica.

Economistas criticam 'sinalização negativa' emanada do Congresso

Ricardo Mendonça
De São Paulo

A autorização para aumento dos salários do presidente da República, do vice, de ministros de Estado e de parlamentares, norma aprovada pela Câmara dos Deputados anteontem, mesmo sem impacto fiscal ameaçador, é inconveniente do ponto de vista das prioridades e daquilo que sinaliza para a sociedade, segundo economistas que acompanham as contas públicas ouvidos ontem pelo **Valor**.

Num cenário de severas restrições orçamentárias, os beneficiários da medida, todos eles membros das cúpulas dos Poderes, não são os brasileiros que mais carecem. Num ambiente de incerteza econômica, o momento escolhido para a concessão é o pior possível, de acordo com analistas ouvidos.

Nesta quarta, após aprovar o reajuste para R$ 46,4 mil mensais à cúpula do Executivo e para os parlamentares, a Câmara aprovou também um aumento para ministros Supremo Tribunal Federal (STF), logo em seguida confirmado pelo Senado.

A poucos dias do fim do ano, o aval para os reajustes ocorre no momento de troca de governo, em meio a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Transição, com impacto fiscal bem mais relevante, e também no contexto de montagem do Orçamento para 2023. O reajuste aos magistrados era uma condição necessária para destravar os demais aumentos, já que o pagamento aos membros da cúpula do tribunal é o que determina o teto de remuneração no setor público.

"Eu diria que a decisão é, no mínimo, questionável, pois o país está vivendo uma série crise fiscal e a economia vem em declínio", diz o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, hoje sócio da consultoria Tendências.

"Não é hora de atualizar salário de parlamentar, eles deveriam ser os primeiros a dar o exemplo", completa.

Para Maílson, o impacto estimado da medida, de cerca de R$ 2,5 bilhões, não chega a ser tão relevante diante do tamanho do Orçamento. Mas a medida, prossegue, é "muito ruim do ponto de vista simbólico".

"O sistema político brasileiro não se preocupa muito com a questão orçamentária. E o Congresso tem historicamente uma postura pró-gasto. Falam em responsabilidade fiscal, mas para alguns é uma responsabilidade fiscal só de slogan. A PEC da Transição está sendo aprovada nesse clima. Os relatórios do gabinete de transição vão na mesma linha", reclama. "Agora o Congresso pega carona nisso para aumento dos próprios salários."

O também economista Claudio Frischtak, sócio da Inter.B Consultoria e ex-consultor do Banco Mundial, tem opinião semelhante. O aumento dos salários se justificaria, argumenta ele, se o país estivesse numa situação fiscal razoável. "Não é o caso. Estamos em crise fiscal permanente". Isso, segundo ele, comprova a incapacidade dos dirigentes de priorização de uso dos recursos públicos e uma "péssima sinalização" para todo o resto da sociedade.

Frischtak afirma que a mesma crítica pode ser aplicada ao governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que apoiou aprovação de projeto da Assembleia Legislativa, votado há poucas semanas, que estabelece aumento de 50% nos salários de toda a elite do funcionalismo paulista. "É a mesma situação, valem os mesmos pressupostos", afirma. E o fenômeno não ocorre só em São Paulo. Um aumento para o governador do Rio Claudio Castro (PL), o vice e secretários estaduais está em tramitação na Assembleia Legislativa fluminense.

Juliana Inhasz, coordenadora do curso de economia do Insper, reconhece que servidores em geral estão com salários defasados, "mas estão fazendo isso agora para beneficiar somente aqueles que já têm os salários mais altos no setor público." Ela também ressalta que o impacto fiscal da medida "pode não ser tão alto" na comparação com a PEC da Transição. "Mas não é neutro, tem uma escolha feita".

E, assim como os colegas, destaca a inconveniência da sinalização que passa à sociedade. "Mais uma vez são políticos legislando em causa própria", diz.

Os três economistas ressaltam ainda que membros das cúpulas dos Poderes "já ganham muito", valores bem mais altos do que a média dos trabalhadores brasileiros. Isso, afirmam, torna o aumento ainda mais reprovável.

Governo Vice eleito, Geraldo Alckmin é cotado para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Lula deve anunciar 18 novos ministros

Andrea Jubé, Matheus Schuch, Vandson Lima e Renan Truffi
De Brasília

Após um mês de tratativas e reuniões com a cúpula petista e lideranças de partidos aliados, e em meio à reta final da votação da PEC da Transição no Congresso, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pretende anunciar nesta quinta ao menos mais 18 dos 37 integrantes do futuro primeiro escalão do governo. Há expectativa de que o vice eleito, Geraldo Alckmin (PSB), seja indicado para acumular a função com o comando do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic).

Neste pacote de anúncios, também é esperado que Lula divulgue nomes de representantes das mulheres, negros e indígenas para atender à cobrança de aliados e da sociedade civil por diversidade em sua equipe. Até agora, dos cinco nomes oficializados para o ministério, quatro são homens brancos — Rui Costa (Casa Civil), José Múcio (Defesa), Fernando Haddad (Fazenda) e Mauro Vieira (Relações Exteriores). Apenas o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, declarou-se pardo.

Lula deve apresentar ao menos sete auxiliares mulheres: a economista Esther Dweck no Ministério de Gestão e Inovação; a presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Nísia Trindade, na Saúde; a atleta Ana Moser, no Esporte; a cantora Margareth Menezes, na Cultura; a vice-governadora de Pernambuco e presidente do PCdoB, Luciana Santos, na Ciência e Tecnologia; e Anielle Franco, irmã da vereadora Marielle Franco — cujo assassinato em 2018 ainda não foi solucionado — na pasta das Mulheres.

A deputada eleita Sonia Guajajara (Psol) deve ser apresentada como futura titular do Ministério dos Povos Originários, despontando como representante dos indígenas e das mulheres. Já o advogado, filósofo e professor Silvio Almeida, especialista na questão racial, negro, deve ser anunciado para o Ministério dos Direitos Humanos. Margareth Menezes, também negra, emerge como representante da luta contra o racismo, ao lado de Almeida.

Até ontem à noite estava indefinido o destino de duas protagonistas da campanha: a senadora Simone Tebet (MDB-MS) e a deputada eleita Marina Silva (Rede-SP). Ambas foram cabos eleitorais atuantes de Lula no segundo turno. Marina é cotada para o Ministério do Meio Ambiente, enquanto o espaço de Tebet ainda está sendo avaliado. Se forem confirmadas no time lulista, sobe para nove as representantes femininas.

Na área econômica, o nome de Alckmin ganhou força para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio após dois empresários declinaram do convite: o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e do grupo Coteminas, Josué Gomes da Silva, e o presidente do Conselho de Administração do Grupo Ultra, Pedro Wongtschowski.

A se confirmar esse desenho, Alckmin repetirá o papel desempenhado pelo ex-vice-presidente José Alencar, morto em 2011, que acumulou a função com o Ministério da Defesa entre o fim de 2004 e março de 2006, quando deixou o posto para concorrer à reeleição ao lado de Lula.

Alguns aliados dizem que Alckmin não deveria assumir o ministério porque o vice "não é demissível", mas há quem acredite que pode ser uma boa solução. Isso porque o pessebista está afinado com Lula sobre a nova política industrial, é obcecado pela agenda de competitividade e atua em sintonia fina com o futuro presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante.

Na tarde dessa quarta, Alckmin reuniu-se com a cúpula do PSB. Participaram do encontro o presidente da sigla, Carlos Siqueira, o ex-governador Márcio França, o prefeito do Recife, João Campos, e o ministro da Justiça, Flávio Dino. França, que desistiu de concorrer ao governo de São Paulo para apoiar Haddad, deverá ser confirmado no futuro Ministério de Portos e Aeroportos. O PSB também foi contemplado com a indicação de Dino para a pasta da Justiça.

Ontem à noite Lula conduziu mais uma reunião com lideranças do PT para rever os espaços do partido na Esplanada e discutir o destino dos aliados. O senador eleito Wellington Dias (PI), que manifestou interesse pelo Ministério da Integração Nacional, passou a ser cotado para a pasta do Desenvolvimento Social, responsável pelo Bolsa Família.

Isso porque Lula cogita ceder a Integração Nacional para o líder do União Brasil, deputado Elmar Nascimento (BA), que representa o grupo político do presidente Arthur Lira (PP-AL).

A pasta é um dos alvos da cobiça dos aliados de Lira, especialmente pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), que hoje está sob controle desse grupo.

Até a noite dessa quarta-feira, integrantes da cúpula do MDB aguardavam o chamado de Lula para discutir o espaço da sigla. O MDB pleiteia ao menos dois ministérios para contemplar sua base no Congresso. O senador eleito Renan Filho (AL) é o indicado pela bancada do partido no Senado para comandar o Ministério das Cidades.

O deputado José Priante (MDB-PA) é o nome da bancada emedebista da Câmara, com a possibilidade de chefiar o Ministério de Minas e Energia. Priante é primo do governador reeleito do Pará, Helder Barbalho, que participou do grupo de transição e acompanhado Lula na COP-27. Além disso, o MDB do Pará terá nove deputados em 2023, sendo a maior bancada regional do partido. Ainda ontem, o PDT recusou a oferta para comandar o Ministério da Previdência Social, mas não pretende romper com o futuro governo. *(Colaborou Caetano Tonet)*

CRISTIANO MARIZ/O GLOBO

Alckmin: Nome do ex-governador ganhou força após dois empresários declinarem do convite; bom entrosamento com Lula e Mercadante pesam a favor

RICARDO STUCKERT

Ana Moser: Membro do gabinete de transição, participou de debates na área do esporte a apoiou Lula na campanha

Lula escolhe Ana Moser para ministra do Esporte

Matheus Schuch
De Brasília

A ex-jogadora de vôlei Ana Beatriz Moser foi escolhida pelo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, para assumir o Ministério do Esporte em seu governo, segundo apurou o **Valor**. A oficialização deve ocorrer hoje, junto a outros titulares da Esplanada.

Ana Moser integra o grupo de esporte no gabinete de transição. Na campanha, participou de debates sobre a área e apoiou Lula abertamente. Ela é considerada uma escolha da cota pessoal do presidente eleito.

A definição foi mais um ponto de divergência com partidos que apoiaram a eleição do petista. O posto era almejado, por exemplo, pelo PDT, que indicaria outra personalidade do vôlei brasileiro, a senadora Leila Barros (DF).

O novo governo também avaliou a escolha do prefeito de Araraquara, Edinho Silva (PT), que coordena o grupo técnico do esporte da transição. Ex-ministro e um dos homens de confiança de Lula, ele decidiu não renunciar ao cargo de prefeito para compor o próximo governo.

Nascida em Blumenau (SC), Ana Moser tem 54 anos. Ela virou uma referência do esporte no país, especialmente pela atuação na seleção brasileira, onde ajudou na conquista da primeira medalha olímpica da categoria.

A atleta também se destacou na articulação de movimentos pela valorização do esporte e na defesa de pautas progressistas. Ao lado de outras personalidades, fundou o movimento "Esporte pela Democracia", que luta a favor da diversidade, contra o racismo e a violação de direitos civis e humanitários.

Ana Moser também criou em 2001 o Instituto Esporte & Educação, que já atendeu a 6 milhões de crianças e jovens, além de ter oferecido capacitação a mais de 55 mil professores e educadores.

Curtas

Janja

Responsável pela organização dos festejos da posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a futura primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, visitou nesta quarta-feira as dependências do Congresso Nacional para conhecer o roteiro da cerimônia que empossará o petista pela terceira vez à frente do Palácio do Planalto. No Congresso, Lula assinará o termo de posse, fará o juramento de cumprir a Constituição e lerá o primeiro discurso como novo presidente do país. Ainda em 1 de janeiro, o petista deve fazer um desfile em carro aberto pela Esplanada dos Ministérios e discursará para a população no parlatório da sede do governo federal.

Cabral

Adriana Ancelmo, ex-mulher do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, é a única investigada que já poderá visitá-lo, segundo informou seu advogado Daniel Bialski. Cabral e Adriana tem dois filhos em comum.

Política

Governo Advogado originalmente escolhido ao posto apoiou a Lava-Jato e a prisão de Lula

Dino substitui indicação para a PRF

Rafael Bitencourt e Matheus Schuch
De Brasília

A dez dias da posse, o novo governo precisou demitir um integrante da nova equipe um dia depois de anunciado pelo futuro ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB). Trata-se do advogado Edmar Camata, que ia assumir o cargo de diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em janeiro de 2023.

O próprio Dino veio a público novamente para apresentar o nome do substituto, o agente da PRF, desde 1994, Antonio Fernando Oliveira.

A reviravolta na indicação para o comando da corporação ocorreu após vir à tona fotos divulgadas de Camata ao lado do ex-procurador do Ministério Público e deputado eleito Deltan Dallagnol (Podemos-PR), em apoio à operação Lava-Jato, e ainda texto em defesa da prisão de Luiz Inácio Lula da Silva. O registro havia sido recuperado de postagens antigas, de 2018, que foram apagadas.

Camata é agente da PRF desde 2006 e hoje ocupa o cargo de secretário de Controle e Transparência no governo do Espírito Santo, comandado por Renato Casagrande, do PSB de Dino.

Assim que foi indicado para a PRF, afirmou, em postagem no Twitter, que partia para "um novo desafio", com compromisso de "sempre priorizar os valores da integridade, da transparência e da ética". Ele ainda preserva, no Facebook, postagem em apoio às ações da Lava-Jato.

Dino confirmou que mudou de ideia sobre a indicação após "intensa polêmica" da revelação das postagens nas redes sociais. Tal controvérsia, segundo ele, poderia atrapalhar o trabalho do então indicado à frente da PRF.

Senador eleito pelo Maranhão, Dino disse que Camata reunia os "atributos funcionais" para assumir o cargo, mas a indicação para o comando da PRF é política, para um cargo de confiança. "Não há nenhuma avaliação negativa sobre as condições morais. Foi avaliação política", reforçou.

Dino explicou que tinha conhecido a posição política de Camata em apoio à operação Lava-Jato, mas "quanto ao teor de determinada postagem, não". Ele confirmou que o maior problema era a defesa da prisão de Lula.

A indicação de Camata veio junto do futuro secretário nacional de Justiça, o advogado Antônio Augusto Botelho, que foi candidato a deputado federal também pelo PSB. Ele iniciou a carreira no escritório de Márcio Thomaz Bastos, ex-titular da Justiça no primeiro governo Lula.

Ontem, Dino anunciou mais quatro novos secretários do ministério. Para a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas, Marta Rodriguez de Assis Machado. Ela é fundadora e coordenadora dos Núcleos de Justiça Racial e Direito da FGV Direito/SP, além de atuar em organizações da sociedade civil

O deputado federal Tadeu Alencar (PSB-PE) assumirá a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Formado em Direito, ele é ex-bancário e ocupou cargo de procurador da Fazenda Nacional, na PGFN. "Tem experiência jurídica, de gestão e parlamentar", disse Dino a jornalistas.

O vereador de Goiânia Elias Vaz (PSB), que já exerceu mandato de deputado federal por Goiás, será o chefe da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativo, área que será recriada no ministério.

O quarto indicado é o coronel Nivaldo César Restivo, para a Secretaria Nacional de Políticas Penais, que substituirá o Departamento de Polícia Penal (Deppen), além de abranger as áreas de política penal e alternativas penais. Ele entrou na PM de São Paulo em 1982 e é coronel desde 2013. Foi secretário de Administração Penitenciária do Estado.

SERGIO DUTTI/VALOR

Flávio Dino: Segundo o futuro ministro da Justiça, Camata tem "atributos funcionais", mas teria problema político

Curta

Aumento para Castro

A votação pela Alerj do projeto que aumenta em mais de 60% o salário do governador Cláudio Castro (PL) e do primeiro escalão do estado foi adiada nesta quarta, último dia de sessão na Casa, para 2023, sob a justificativa da presidência de que recebeu 21 emendas. Portanto, o projeto retornará para análise das comissões. Nesta semana, a proposta recebeu o aval da Comissão de Orçamento, responsável pela sua apresentação, e também uma chuva de críticas.

Caso seja aprovado no ano que vem o reajuste de 62,16% definido, Castro passará a receber R$ 35.462,22 mensais (em vez dos de R$ 21,8 mil atuais), o mesmo que membros do Superior do Tribunal de Justiça (STJ). Já o vice-governador e os secretários, R$ 29.873,81, contra R$ 18,4 mil. Subsecretários chegariam a salário de R$ 26,8 mil, sendo que hoje recebem R$ 16,5 mil. Segundo texto da comissão, a proposta foi apresentada "em razão de um pedido informal e direto do Poder Executivo do Estado, pelo qual solicitou a correção dos subsídios na forma apontada no bojo do projeto, sustentando sucintamente que os subsídios do alto escalão do governo encontram-se congelados desde 2015, acumulando uma perda real de 57,84% decorrente da inflação no período, o que torna o seu exercício menos atrativo comparado com a realidade salarial da iniciativa privada para a especificação técnica exigida para tais funções públicas". Também ontem os deputados aprovaram reajuste proposto pelo governo de 5,9% para os servidores. Para a oposição, a questão salarial é tratada com "dois pesos e duas medidas".

"O governador não quer debater, ele quer 60% para si e 5,9% para o conjunto dos servidores. Precisamos chegar a um entendimento sobre uma recomposição isonômica " afirmou o deputado Flávio Serafini (PSOL). O deputado Luiz Paulo (PSD), presidente da Comissão de Tributação, apresentou na segunda-feira uma contraproposta: em seu projeto, o subsídio do governador ficaria em R$ 26.180,53.

Lara Resende recusa convite para assumir o Planejamento

Caetano Tonet e Matheus Schuch
Brasília

O economista André Lara Resende chegou a ser convidado pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para assumir o Ministério do Planejamento, mas, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, negou o convite.

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), tentou convencer Lara Resende a mudar de ideia. Porém, mesmo com todo o empenho de Haddad, o economista, que foi um dos formuladores do Plano Real, manteve a decisão de não assumir o cargo de ministro.

A relação do economista com o próximo comandante da Fazenda era vista como um possível trunfo para que ele aceitasse. "Apesar de ideias diferentes, ele se dá muito bem com Haddad e trabalhou para ele estar na Fazenda. O Haddad está pedindo que ele tope", disse uma fonte ao **Valor**.

Lara Resende, que é próximo do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), participou do grupo de transição na área econômica ao lado de Pérsio Arida, Nelson Barbosa e Guilherme Mello.

O economista presidiu o BNDES no governo de Fernando Henrique Cardoso. Apesar da ligação histórica com o PSDB, nos últimos anos expôs posicionamentos críticos à linha mais ortodoxa da teoria econômica, como o funcionamento da política monetária.

O economista também é contra o teto de gastos e declarou voto em Lula no primeiro turno. Procurado, Lara Resende não respondeu as ligações e mensagens do **Valor** até o fechamento dessa edição. Ontem, Haddad foi questionado sobre se o economista havia recusado o convite para assumir o ministério, mas disse que não poderia comentar.

Outros nomes foram especulados para o Planejamento. O senador Wellington Dias (PT-PI), a economista Esther Dweck (que agora é cotada para assumir o Ministério de Gestão) e o ex-governador e senador eleito Renan Filho (MDB-AL). A preferência, no entanto, era por Lara Resende. O economista é visto pela equipe de Lula como uma boa sinalização ao mercado.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	nov/22	out/22	set/22	ago/22	jul/22	jun/22	mai/22	abr/22	mar/22	fev/22
Indústria*										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	0,3	-0,7	-0,6	0,5	-0,4	0,3	0,1	0,6	0,6
Indústria de transformação	-	0,0	-1,4	-0,3	0,3	-0,3	1,0	0,0	0,8	0,3
Indústrias extrativas	-	0,6	1,8	-3,1	2,1	2,6	-5,8	0,3	0,7	5,7
Bens de capital	-	-4,1	-0,7	5,8	-3,4	-1,7	6,6	-8,8	10,1	1,6
Bens intermediários	-	0,7	-1,0	-1,6	1,9	-0,7	-1,0	0,6	0,8	2,2
Bens de consumo	-	0,3	-0,8	-1,1	0,9	0,1	0,3	2,6	-3,1	0,2
Faturamento real (CNI - %)	-	0,3	-0,5	1,3	1,2	1,5	0,8	-0,2	1,1	0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	-1,2	-1,0	2,3	-0,1	1,0	0,6	-2,3	-0,1	1,4
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	0,2	0,2	-0,3	-1,5	0,4	-0,1	0,1	7,5	2,4
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) *(2)	-	0,4	1,2	0,2	-0,2	-1,8	0,3	0,6	1,3	1,3
Consultas ao usecheque (ACSP - %) (1) **	-	-	23,6	61,4	97,2	114,1	424,1	44,2	109,3	14,6
Consultas ao sistema de proteção ao crédito (ACSP - %) (1) **	-	-	-17,0	-11,1	-5,6	7,8	127,2	-29,0	45,0	-4,3
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	8,3	8,7	8,9	9,1	9,3	9,8	10,5	11,1	11,2
Indicador Coincidente de Desemprego - (FGV/IBRE) (3)*	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Emprego industrial (CNI - %)*	-	0,3	-0,3	-0,1	0,5	0,6	0,1	-0,2	-0,3	-0,1
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (3)*	-6,7	-4,0	1,5	1,2	-0,8	1,0	1,4	4,5	-0,1	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	28.164	27.299	28.661	30.775	29.861	32.766	29.648	28.954	29.399	23.512
Importações	21.489	23.381	24.953	26.663	24.491	23.859	24.694	20.764	21.806	18.876
Saldo	6.675	3.918	3.708	4.112	5.370	8.908	4.954	8.190	7.593	4.636

Fontes: IBGE, CNI, FGV, FIRJAN, ACSP, SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Na capital SP. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts. * Metodologia com ajuste sazonal. ** Variação em 12 meses.

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
mai/21	0,0000	0,5000	0,1590	0,2737	0,27	0,3888	0,2620	0,2466	2,23	23,54	1.100,00
jun/21	0,0000	0,5000	0,2019	0,2891	0,31	0,3763	0,2839	0,2466	3,00	23,54	1.100,00
jul/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,3798	0,36	0,4111	0,2952	0,2466	0,96	23,54	1.100,00
ago/21	0,0000	0,5000	0,2446	0,4248	0,43	0,4111	0,2992	0,2466	0,53	23,54	1.100,00
set/21	0,0000	0,5000	0,3012	0,4221	0,44	0,3978	0,3234	0,2466	0,70	23,54	1.100,00
out/21	0,0000	0,5000	0,3575	0,5046	0,49	0,4473	0,3483	0,2466	0,00	23,54	1.100,00
nov/21	0,0000	0,5000	0,4412	0,5927	0,59	0,4329	0,3771	0,2466	0,24	23,54	1.100,00
dez/21	0,0488	0,5490	0,4902	0,7191	0,77	0,4473	0,4026	0,2955	0,22	23,54	1.100,00
jan/22	0,0605	0,5608	0,5608	0,7609	0,73	0,5096	0,4146	0,3073	0,35	23,55	1.212,00
fev/22	0,0000	0,5000	0,5000	0,7272	0,76	0,4601	0,4249	0,2466	0,18	23,55	1.212,00
mar/22	0,0971	0,5976	0,5976	0,8678	0,93	0,5096	0,4265	0,3440	0,25	23,55	1.212,00
abr/22	0,0555	0,5558	0,5558	0,8159	0,83	0,5513	0,4416	0,3023	0,71	23,59	1.212,00
mai/22	0,1663	0,6671	0,6671	0,9776	1,03	0,5697	0,4424	0,4133	4,13	23,59	1.212,00
jun/22	0,1484	0,6491	0,6491	0,9496	1,02	0,5513	0,4472	0,3954	2,22	23,59	1.212,00
jul/22	0,1631	0,6639	0,6639	0,9844	1,03	0,5851	0,4456	0,4101	0,73	23,67	1.212,00
ago/22	0,2409	0,7421	0,7421	1,0929	1,17	0,5851	0,4630	0,4881	-0,01	23,67	1.212,00
set/22	0,1805	0,6814	0,6814	1,0020	1,07	0,5662	0,4670	0,4276	-0,06	23,67	1.212,00
out/22	0,1494	0,6501	0,6501	0,9506	1,02	0,6005	0,4702	0,3964	0,04	23,81	1.212,00
nov/22	0,1507	0,6515	0,6515	0,9519	1,02	0,5811	0,4614	0,3977	0,15	23,81	1.212,00
dez/22	0,2072	0,7082	0,7082	1,0489	1,12	0,6005	0,4670	0,4543	-	23,81	1.212,00
2022	**1,63**	**7,90**	**7,90**	**11,71**	**12,39**	**6,88**	**5,51**	**4,68**	**8,93**	**1,15**	**10,18**
Em 12 meses *	**1,63**	**7,90**	**7,90**	**11,71**	**12,39**	**6,88**	**5,51**	**4,68**	**9,17**	**1,15**	**10,18**
2021	**0,05**	**6,22**	**2,99**	**4,40**	**4,42**	**4,87**	**3,50**	**3,05**	**14,00**	**0,00**	**5,26**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para dezembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	3º Tri/22	2º Tri/22	2022 (1)	2021	2020	2019
PIB (R$ bilhões) *	2.544	2.472	9.641	8.899	7.610	7.389
PIB (US$ bilhões) **	477	488	1.801	1.609	1.448	1.873
Taxa de Variação Real (%)	0,4	1,0	3,0	5,0	-3,3	1,2
Agropecuária	-0,9	0,1	-1,3	0,3	4,2	0,4
Indústria	0,8	1,7	0,8	4,8	-3,0	-0,7
Serviços	1,1	1,3	4,4	5,2	-3,7	1,5
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	2,8	3,8	0,8	16,5	-1,7	4,0
Investimento (% do PIB)	19,6	18,3	18,8	18,9	16,6	15,5

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 3º trim de 2022, nos últimos 12 meses

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.212,00	7,50
De 1.212,01 a 2.427,35	9,00
De 2.427,36 até 3.641,03	12,00
De 3.641,04 até 7.087,22	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência dez/22. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de calculo em R$	Aliquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Secretaria da Receita Federal
Elaboração: Valor Data
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-novembro 2022	Janeiro-novembro 2021	Var. %	novembro 2022	novembro 2021	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**643,4**	**507,8**	**26,72**	**52,1**	**43,0**	**21,03**
Imposto de renda pessoa física	54,0	51,9	4,04	4,3	3,9	12,02
Imposto de renda pessoa jurídica	297,9	231,1	28,87	20,2	16,8	20,25
Imposto de renda retido na fonte	291,6	224,7	29,76	27,5	22,4	23,17
Imposto sobre produtos industrializados	59,6	67,7	-11,93	5,5	7,3	-24,88
Imposto sobre operações financeiras	53,4	43,1	24,02	4,9	4,9	-1,04
Imposto de importação	54,5	56,7	-3,74	5,1	5,6	-7,79
Cide-combustíveis	1,4	1,7	-17,11	0,0	0,2	-99,47
Contribuição para Finsocial (Cofins)	270,6	257,9	4,93	10,6	25,9	-59,18
CSLL	155,6	116,3	33,84	10,6	8,4	25,34
PIS/Pasep	79,7	72,2	10,46	7,2	7,1	1,48
Outras receitas	689,9	561,7	22,84	76,2	54,9	38,76
Total	**2.008,3**	**1.684,8**	**19,20**	**172,0**	**157,3**	**9,34**

	set/22 Valor	set/22 Var. %*	ago/22 Valor	ago/22 Var. %*	set/21 Valor	set/21 Var. %*
ICMS - Brasil	**58,7**	**3,21**	**56,8**	**-3,78**	**58,6**	**0,94**

	out/22 Valor	out/22 Var. %*	set/22 Valor	set/22 Var. %*	out/21 Valor	out/21 Var. %*
INSS	**45,8**	**4,49**	**43,8**	**0,03**	**38,4**	**-2,87**

Fonte: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior

Inflação

Variação no período (em %)

	dez/22	nov/22	Acumulado em 2022	Acumulado em 2021	Acumulado em 12 meses	Número índice dez/22	Número índice nov/22	Número índice dez/21	Número índice dez/21
IBGE									
IPCA	-	0,41	5,13	10,06	5,90	-	6.434,20	6.120,04	6.120,04
INPC	-	0,38	5,21	10,16	5,97	-	6.660,19	6.330,59	6.330,59
IPCA-15	-	0,53	5,35	10,42	6,17	-	6.313,81	5.992,99	5.992,99
IPCA-E	-	-	4,63	10,42	7,96	-	-	5.992,99	5.992,99
FGV									
IGP-DI	-	-0,18	4,71	17,74	6,02	-	1.139,73	1.088,49	1.088,49
Núcleo do IPC-DI	-	0,27	5,85	4,96	6,41	-	-	-	-
IPA-DI	-	-0,43	4,37	20,64	5,97	-	1.371,43	1.314,07	1.314,07
IPA-Agro	-	-0,96	3,70	18,80	5,31	-	2.019,92	1.947,79	1.947,79
IPA-Ind.	-	-0,22	4,63	21,39	6,25	-	1.130,86	1.080,78	1.080,78
IPC-DI	-	0,57	3,92	9,34	4,52	-	706,02	679,39	679,39
INCC-DI	-	0,36	9,18	13,85	9,56	-	1.050,70	962,32	962,32
IGP-M	-	-0,56	4,98	17,78	5,90	-	1.155,83	1.100,99	1.100,99
IPA-M	-	-0,94	4,77	20,57	5,76	-	1.406,72	1.342,67	1.342,67
IPC-M	-	0,64	3,84	9,32	4,71	-	689,84	664,32	664,32
INCC-M	-	0,14	9,11	14,03	9,44	-	1.048,43	960,89	960,89
IGP-10	0,36	-0,59	6,08	17,30	6,08	1.185,56	1.181,32	1.117,64	1.117,64
IPA-10	0,31	-0,98	6,08	19,72	6,08	1.454,37	1.449,93	1.370,95	1.370,95
IPC-10	0,58	0,67	4,40	9,63	4,40	696,93	692,90	667,53	667,53
INCC-10	0,36	0,19	9,55	14,20	9,55	1.038,60	1.034,89	948,04	948,04
FIPE									
IPC	-	0,47	6,75	9,73	7,36	-	651,16	610,00	610,00
DIEESE									
ICV*	-	-	-	-	3,07	-	-	-	-

Obs.: IPCA-E no 3º trimestre = -0,97%, IGP-M 2ª prévia dez/22 = 0,77% e IPC-FIPE = 2ª quadrissemana dez/22 = 0,38%
Fontes: FGV, IBGE, FIPE e DIEESE. Elaboração: Valor Data *Índice em 2020 até fevereiro

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2022

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
No prazo legal				
1ª ou única	31/05/2022	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	30/06/2022		1,00%	+
3ª	29/07/2022		2,02%	Campo 8
4ª	31/08/2022		3,05%	+
5ª	30/09/2022		4,22%	Campo 9
6ª	31/10/2022		5,29%	
7ª	30/11/2022		6,31%	
8ª	30/12/2022		7,33%	

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/22 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data.

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	out/22 Valor	out/22 % do PIB	set/22 Valor	set/22 % do PIB	out/21 Valor	out/21 % do PIB
Dívida líquida total	**5.542,5**	**58,33**	**5.487,5**	**58,25**	**4.865,8**	**57,17**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	3,6	0,04	5,3	0,06	5,7	0,07
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-725,8	-7,64	-768,0	-8,15	-1.004,5	-11,80
Dívida fiscal líquida	**6.264,7**	**65,93**	**6.250,3**	**66,35**	**5.864,6**	**68,90**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	6.265,9	65,94	6.263,3	66,49	5.874,1	69,01
Dívida externa líquida	-723,4	-7,61	-775,9	-8,24	-1.008,2	-11,85
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	4.654,7	48,98	4.604,3	48,88	3.938,6	46,27
Governos Estaduais	796,9	8,39	791,6	8,40	800,8	9,41
Governos Municipais	36,3	0,38	36,2	0,38	71,7	0,84
Empresas Estatais	54,6	0,57	55,4	0,59	54,7	0,64

Necessidades de financiamento do setor público Fluxos acumulados em 12 meses	out/22 Valor	out/22 % do PIB	set/22 Valor	set/22 % do PIB	out/21 Valor	out/21 % do PIB
Total nominal	**400,1**	**4,21**	**410,6**	**4,36**	**398,7**	**4,68**
Governo Federal**	394,8	4,15	403,1	4,28	490,4	5,76
Banco Central	20,4	0,21	37,3	0,40	-33,6	-0,39
Governo regional	-15,6	-0,16	-31,4	-0,33	-60,3	-0,71
Total primário	**-173,1**	**-1,82**	**-181,4**	**-1,93**	**20,4**	**0,24**
Governo Federal	-337,9	-3,56	-336,7	-3,57	-130,2	-1,53
Banco Central	0,5	0,01	0,4	0,00	0,5	0,01
Governo regional	-86,2	-0,91	-96,7	-1,03	-95,2	-1,12

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de outubro*

Discriminação	Janeiro-outubro 2022	Janeiro-outubro 2021	Var. %	outubro 2022	outubro 2021	Var. %
Receita total	**1.945,2**	**1.723,7**	**12,85**	**203,3**	**194,7**	**4,43**
Receita Adm. Pela RFB**	1.174,0	1.087,7	7,93	126,9	121,8	4,20
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	427,5	397,8	7,45	45,8	40,8	12,00
Receitas Não Adm. Pela RFB	343,8	238,3	44,27	30,6	32,0	-4,31
Transferências a Estados e Municípios	**372,0**	**309,6**	**20,18**	**32,0**	**28,1**	**14,00**
Receita líquida total	**1.573,2**	**1.414,2**	**11,24**	**171,3**	**166,6**	**2,82**
Despesa Total	**1.506,3**	**1.472,8**	**2,28**	**140,5**	**136,2**	**3,10**
Benefícios Precidenciários	677,6	666,1	1,72	61,7	58,0	6,37
Pessoal e Encargos Sociais	274,3	294,4	-6,84	25,8	26,3	-2,22
Outras Despesas Obrigatórias	250,7	295,7	-15,20	27,3	27,7	-1,27
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	303,8	216,6	40,21	25,7	24,2	6,05
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**36,0**	**-89,0**	**-**	**30,8**	**30,3**	**1,57**

Discriminação	out/22 Valor	out/22 Var. %	set/22 Valor	set/22 Var. %	out/21 Valor	out/21 Var. %
Ajustes metodológicos	-0,2	-15,26	-0,2	19,16	-0,4	60,87
Discrepância estatística	-0,4	-	0,6	-23,90	1,0	159,19
Result. Primário do Gov. Central (2)	**30,2**	**170,56**	**11,2**	**-**	**30,9**	**3.949,75**
Juros Noniminais	**-32,9**	**-48,66**	**-64,1**	**125,60**	**-60,6**	**9,77**
Result. Nominal do Gov. Central	**-2,7**	**-94,94**	**-53,0**	**-32,41**	**-29,7**	**-45,50**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Lula III: 'De volta para o Futuro'

Carlos Melo

Presidentes da República que compreenderam as circunstâncias com que foram confrontados conquistaram reconhecimento da história. Com José Sarney, foi a democracia: entregou ao país uma nova Constituição e eleições diretas. Itamar Franco enfrentou a inflação. Mentor do Real, FHC consolidou a estabilidade da moeda. Luiz Inácio Lula da Silva pôde avançar enfrentando a pobreza e a fome. Michel Temer administrou o colapso até a eleição de 2018.

Fernando Collor de Mello, Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro não souberam interpretar seu tempo. O presidencialismo imperial de Collor resultou no impeachment de 1992; a tecnocracia desenvolvimentista, amiga do patrimonialismo, levou Dilma ao seu, em 2016.

Bolsonaro agarrou-se ao mandato, aliando-se ao fisiologismo mais explícito da história. Mas comprometeu o processo político, econômico e institucional do País acumulado desde 1985.

Presidente do negacionismo -- científico, democrático e institucional -, alimentou a voracidade fisiológica do Centrão, comprometeu políticas públicas, a saúde fiscal e a imagem internacional do país; usou e abusou de recursos públicos, da máquina administrativa e do poder econômico.

Perdeu a eleição e pôs em risco a paz e a unidade nacionais. Mas, admita-se, o retrocesso foi um filme de vários protagonistas.

O desafio é religar o passado às urgências contemporâneas

Na última década, o diabo esteve solto "na rua, no meio do redemoinho" sem quem o domasse. Tempo agreste sem vereda.

O voluntarismo econômico voltou; a exacerbação do conflito expulsou o diálogo da mesa de jantar; militares se expandiram na arena política; o equilíbrio entre poderes foi desprezado; o meio ambiente esteve à sorte de exterminadores.

A fome retornou, a peste se chegou. O abismo sorriu e só não nos engoliu porque a eleição e a Justiça Eleitoral o contiveram.

Como recuperar frutos se árvores arrancadas não retomam o mesmo viço? O retrocesso foi superlativo, mas o pressuposto é recuperar raízes: o conceito de democracia e sua pedagogia, reconstruir a higidez institucional e a racionalidade econômica, restabelecer um padrão fiscal confiável.

E, ainda assim, o país não voltará à euforia de fins da década de 2000: o Cristo Redentor permanecerá estático por bom tempo. Simplesmente buscar o ponto de ruptura pode ser inútil. Sob ruínas em vários aspectos, o mundo mudou e requer, agora, nova arquitetura.

Na roda dos recomeços, o país necessita tanto de um novo pacto político quanto de modernização.

Algo como a temperança de Tancredo Neves somada ao arrojo de Juscelino Kubitscheck: distensão com os olhos no século XXI. O resgate é do passado, mas a fuga precisa ser para frente.

Este é o desafio histórico do Lula 3: encontrar o fio da meada e religar o passado às urgências contemporâneas, recuperar o espírito nacional, compreender dificuldades, aproveitar oportunidades. Redivivo para a política, o novo-velho presidente tem consciência do drama e atenderá aos apelos das circunstâncias que requerem reconexão, renovação e melhoria?

Ressentimento e oportunismo, autossuficiência e arrogância são maus conselheiros. Voltar à Hora H do impeachment de Dilma é ilusão e já ali desvios e devaneios abalavam a estrada. Erros repetidos somados não perfazem acertos. É preciso refazer com ajustes.

Os condicionantes da história são radicalmente novos: o planeta está abalado pela revolução tecnológica, envelhecido nas relações do trabalho, ultrapassado em modelos de educação, questionado nos sistemas de representação política e mais exposto à pandemias e guerras. Melhor abraçar os novos problemas do que fugir deles: a superação está no futuro.

Ao redor de Lula, no entanto, não há a constelação de quadros de 2002.

A formulação política e programática envelheceu e importantes colaboradores se foram com o tempo, a morte e o escândalo.

Inútil e improdutivo recrutar quadros em forças ultrapassadas, profetas do ontem fissurados nos erros de sempre. Obrigado a engolir indicações, ainda assim o presidente da República deve favorecer o futuro.

Hoje, os atores políticos conectados com o mundo moderno são poucos. Será necessário identificá-los e promovê-los.

Seria proveitoso que Lula se distanciasse de bajuladores que o façam outra espécie de "mito". Ao pé de si, o presidente necessita que o digam: "és mortal".

A realidade brasileira pede um núcleo duro capaz de compreender que o mundo moderno gira em torno da reconstrução do processo democrático, institucional e econômico, com inovação.

O paradoxo é apenas aparente: voltar atrás para seguir em frente; roteiro de um "De Volta Para o Futuro" político e real. A magia requer capacidade de articulação com o velho que desmorona, mas ainda respira.

Será fundamental "fazer política", mas com vistas à transformação. Política sem objetivo programático é só politicagem. Um novo núcleo duro surgirá – e parte já surgiu na transição. Seu desafio é de visão e timing.

A sociedade de Lula, seus companheiros e inimigos já não existe; restam nostalgia e melancolia. O refazimento requer a ousadia do contemporâneo. Desesperadamente, o país precisa que Lula se mantenha entre os presidentes que compreenderam a história.

Carlos Melo é cientista político e professor senior fellow do Insper. Maria Cristina Fernandes volta a escrever em fevereiro
E-mail carlos.melo@insper.edu.br

Bolsonaro pode se tornar "o maior líder da oposição no Brasil", diz Garcia

André Guilherme Vieira
De São Paulo

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Garcia: governador paulista fica no PSDB depois do fim do mandato, elogia Leite e justifica apoio a Bolsonaro

A nove dias do fim de uma hegemonia de 28 anos do PSDB no Estado de São Paulo, o governador paulista Rodrigo Garcia, que foi derrotado tentando se reeleger, prepara-se para um afastamento temporário da política. Ele diz que não deixará a sigla e que ela deve se manter distante do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Por este motivo o PSDB deve apoiar a reeleição do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), em 2024, provavelmente tendo como principal adversário o deputado eleito Guilherme Boulos (Psol), com apoio de Lula.

Garcia declarou "apoio incondicional" às candidaturas de Jair Bolsonaro (PL) à Presidência e de Tarcísio de Freitas (Republicanos) ao governo estadual logo após o fim do primeiro turno, mas reconhece que o PSDB deve ficar de fora da equipe do futuro governador, alinhado ao bolsonarismo. Ele afirma que Bolsonaro precisa "sair do luto" para ter condições de "ser o maior líder de oposição do Brasil".

A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Qual a sua expectativa para o futuro governo Lula?*

Rodrigo Garcia: O terceiro mandato do Lula começa mal, porque ele tem uma receita de gastança fiscal, uma receita que deu errado inclusive nas mãos da Dilma Rousseff, do partido dele [2011-2016]. Ele tem de se debruçar sobre as contas públicas e buscar alternativas nas outras ações.

Valor: *O senhor declarou apoio "incondicional" ao Tarcísio logo em seguida ao primeiro turno. Por que não negociou espaço para o partido no governo Tarcísio?*

Garcia: Eu sempre combati o PT nos meus 28 anos de vida pública, não acredito na forma de governar do PT e o apoiaria de novo. Fiz isso uma hora depois de o PSDB liberar seus filiados. As pessoas confundem um pouco, mas, na terça-feira, dia 4 de outubro, o PSDB nacional reuniu a sua executiva e tomou uma decisão — eu participei dessa decisão. Quando o PSDB decidiu declarar neutralidade e liberar os filiados eu fui o primeiro a declarar apoio ao Bolsonaro.

Valor: *O senhor vai deixar o PSDB?*

Garcia: Não vou sair do partido. Torço para o [governador eleito do Rio Grande do Sul] Eduardo Leite, que vai ser presidente nacional com o nosso apoio.

Valor: *E o futuro do PSDB na oposição ao Lula?*

Garcia: Espero que, seja no Senado, seja na Câmara, o partido que hoje é menor do que era em quantidade possa ser altivo na oposição ao governo Lula. O PSDB tem responsabilidade fiscal, tem uma história a mostrar para o Brasil e precisa mostrar que essa história não está sendo representada pelo governo Lula.

Valor: *A polarização da última eleição indica que o presidente Bolsonaro está vivo para 2026?*

Garcia: Bolsonaro tem a oportunidade, se ele assim desejar, de ser o maior líder de oposição do Brasil, pelos votos que ele teve e pelo que ele representou. Mas agora vai depender dele, se ele vai assumir essa posição de liderança da oposição.

Valor: *Bolsonaro precisa sair da reclusão em que mergulhou após a derrota nas urnas?*

Garcia: Não tenha dúvida. Ele está sofrendo o luto da derrota, mas tem essa oportunidade. Só vai depender dele.

Valor: *O senhor acha que o PSDB caminha para se tornar mais um partido do Centrão? Porque o partido está visivelmente fragmentado...*

Garcia: Cabe ao Eduardo Leite fazer essa aglutinação. Os moderados precisam estar juntos no PSDB, precisamos identificar em outros partidos também as pessoas que têm esse espectro de centro para criar sempre um diálogo permanente do centro político brasileiro para contrapor o Lula e para eventualmente ser até uma alternativa de poder lá para a eleição presidencial de 2026. Leite é jovem, tem experiência política e administrativa e foi o primeiro reeleito no Rio Grande do Sul depois de tanto tempo. Então eu acho que o Eduardo tem todas as condições de conseguir conduzir o PSDB para isso.

Valor: *Então ele já se cacifou como pré-candidato a presidente?*

Garcia: É natural. Ele tentou dessa vez, não conseguiu passar pelas prévias [foi derrotado por João Doria, mas o PSDB decidiu não lançar candidato à Presidência], voltou ao seu Estado, ganhou a eleição. Está cumprindo um roteiro para se posicionar lá na frente como pré-candidato.

Valor: *E o PSDB na eleição municipal de São Paulo em 2024? Ricardo Nunes tem disposição para concorrer à reeleição. Vê uma composição PSDB-MDB?*

Garcia: Eu vejo como natural o apoio do PSDB ao Ricardo Nunes. Nunes herdou a prefeitura do Bruno Covas [morto em maio de 2021], manteve a maior parte da equipe, mantém o plano de metas, mantém até o nome da gestão Bruno Covas. E vejo como adversário do Nunes o Guilherme Boulos.

Valor: *O que o senhor faria de diferente, vendo agora a sua trajetória como vice do Doria? Em 2018 teve o 'Bolsodoria', veio a pandemia e Doria antagonizou com Bolsonaro. Isso se traduziu na alta rejeição do Doria ao deixar o governo e na sua perda da reeleição mesmo com a máquina em mãos...*

Garcia: Foi uma eleição em que as pessoas não discutiram resultados. As pessoas não discutiram a realidade de seu cotidiano. Qual o papel de um governador? Cuidar da segurança, cuidar da saúde, das estradas, da mobilidade, é esse o papel do governador. E foi uma eleição em que as pessoas discutiram posturas, costumes, enfim. Uma eleição em que não se discutiu as questões reais do Estado. Hoje ficou claro que as pessoas verticalizaram o voto. Não interessava a entrega do governo, interessava qual o seu time. Durante a campanha, isso não ficou claro no começo. Ficou claro no final.

"As pessoas verticalizaram o voto. Não interessava a entrega do governo, interessava qual o seu time"

Valor: *O Fernando Haddad teve o Lula como padrinho político e Tarcísio teve Bolsonaro. Faltou ao senhor um padrinho?*

Garcia: Eu defendi uma candidatura de centro, votei na Simone Tebet (MDB) no primeiro turno e se analisar esses 4 milhões e 300 mil votos [recebidos por ele no primeiro turno], foi até porque a polarização dragou voto pra lá ou voto pra cá. Então não foi uma eleição normal de discussão de problemas reais. Se fosse, eu teria muita convicção da nossa competitividade.

Valor: *Qual vai ser o seu destino ao fim do mandato?*

Garcia: Dou um tempo da política, me dedico às minhas questões privadas e avaliarei com calma os próximos passos. Mas fico fora da política, por enquanto. Vou avaliar com calma. Não tenho obsessão para voltar. Depois de 24 anos ininterruptos de mandatos, volto para a minha vida privada e vou avaliar com calma o futuro.

Valor: *Atuar no governo Tarcísio está descartado?*

Garcia: Está descartado. Quero que ele dê certo, tenho ajudado muito. Eu não estou fazendo só uma transição republicana e transparente, estou fazendo uma transição colaborativa. E torço para que o governo dele vá bem.

Valor: *PSDB, União Brasil e MDB ficarão de fora do primeiro escalão do governo Tarcísio...*

Garcia: Eu não acho que o PSDB precise de secretaria para se posicionar. O PSDB tem aqui 28 anos de contribuição e é muito maior do que isso. Agora, o Tarcísio tem de ter liberdade. Se ele identificar quadros no PSDB ou em outros partidos aliados que me ajudaram e possam servir ao governo, acho que ele vai utilizar esses quadros. Eu estou entendendo que participará do futuro governo quem apoiou o Tarcísio no primeiro turno. Pelo menos os nomes [indicados para ocupar pastas] mostram isso, né? Nenhum apoio do segundo turno está sendo contemplado no primeiro escalão. É normal. Você coloca as pessoas que estavam com você desde o primeiro momento e depois constrói maioria na Assembleia Legislativa. E a assembleia de São Paulo só toma posse em 15 de março. Até lá tem muito tempo.

Valor: *O atual presidente da assembleia, Carlão Pignatari (PSDB), tem chances de ser reconduzido à presidência...*

Garcia: Tem muito tempo, né? De repente é por aí o caminho do PSDB. Acho que o Tarcísio precisar entrar, exercitar o poder por alguns meses para ter uma avaliação detalhada do futuro.

Secretariado de Tarcísio fica com três bolsonaristas

André Guilherme Vieira
De São Paulo

Contemplando PSD e Republicanos e com o PSDB de fora do primeiro escalão, o governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), anunciou na quarta-feira (21) os nomes restantes de seu secretariado, totalizando 23 pastas e uma secretaria especial. Tarcísio terá três bolsonaristas, entre eles o da Segurança Pública e o da Administração Penitenciária, e apenas 5 mulheres — 3 das quais negras — em secretarias.

Seis nomes são ligados ao ministro da Economia Paulo Guedes e já haviam sido divulgados: Samuel Kinoshita (Fazenda), Arthur Lima (Negócios Internacionais), Guilherme Afif Domingos (Projetos Estratégicos), Jorge Luiz Lima (Desenvolvimento Econômico), Caio Paes de Andrade (Gestão e Governo Digital) e Rafael Benini (Parcerias e Investimentos).

Coordenador da transição, Afif (PSD) será o Secretário Especial de Projetos Estratégicos, respondendo diretamente ao governador.

A vereadora paulistana negra, Sonaira Fernandes (Republicanos), única parlamentar municipal apoiada por Jair Bolsonaro (PL) em 2020, será secretária de Políticas para Mulheres. Ela foi secretária parlamentar do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) de 2015 a 2019.

A coronel Helena Reis (Republicanos) será secretária de Esportes. Negra, Helena já chefiou a Casa Militar do Estado.

Marco Antonio Assalve, atual secretário de Transportes Metropolitanos, ficará no cargo. Ele é ligado ao deputado federal Guilherme Mussi (PP-SP).

A pasta da Cultura e Economia Criativa será chefiada pela socióloga Marília Marton, que mantém vínculo com o futuro secretário de governo Gilberto Kassab (PSD).

O coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo, Marcello Streifinger, será o secretário da Administração Penitenciária. Ele é próximo do deputado federal bolsonarista Guilherme Derrite (PL-SP), que chefiará a Segurança Pública.

O ex-presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), Fabio Prieto, ocupará a secretaria de Justiça e Cidadania. Marcelo Branco, outro nome ligado a Kassab, será secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

O produtor rural Antonio Junqueira de Queiroz será o secretário de Agricultura.

Membro do conselho superior do Agronegócio da Fiesp, ele atuou como secretário-adjunto de Agricultura no governo Geraldo Alckmin (PSB).

José Vicente Santini chefiará o escritório de representação do Estado em Brasília. Em 2020, então secretário-executivo da Casa Civil de Bolsonaro, Santini foi exonerado por uso irregular de avião da FAB. Tarcísio disse que o fato não é obstáculo para tê-lo em sua gestão. "Ele tem densidade e habilidade política, pagou pelo erro e não pode ser condenado eternamente por um equívoco".

O vereador Gilberto Nascimento Junior (PSC) chefiará o Desenvolvimento Social. Tarcísio não revelou o nome do secretário de Ciência e Tecnologia, alegando que ele precisa se desligar da atual posição que ocupa.

Completam o secretariado: Renato Feder (Educação); Natália Resende (Infraestrutura, Transportes e Meio Ambiente); Eleuses Paiva (Saúde) e Roberto Lucena (Turismo), do Republicanos.

Internacional

Cenário Empresas estão redirecionando investimentos para o exterior

Guerra coloca em xeque futuro da indústria europeia

Tom Fairless e Paul Hannon
Dow Jones Newswires

A Europa dá sinais que deve evitar o pior cenário de recessão econômica em meio a crise energética resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia. Mas os problemas de médio prazo da região parecem mais difíceis de resolver e deixam a região diante de uma luta para manter seu núcleo industrial.

A guerra da Rússia na Ucrânia e suas consequências econômicas abalaram o modelo de negócios da Europa, voltado para as exportações. A disparada dos preços da energia ameaça setores que estão no centro do sistema manufatureiro do continente, como produção de químicos e metais. Empresas de toda a Europa estão reduzindo a produção e começando a redirecionar investimentos para o exterior, incluindo os Estados Unidos, que estão atraindo empresas estrangeiras com centenas de bilhões de dólares em subsídios.

Apesar dos choques da guerra e da inflação, a economia da Europa está mostrando uma resiliência surpreendente. O PIB da zona do euro cresceu 1,7% ao ano no primeiro trimestre do ano, comparado ao crescimento de 0,2% nos EUA no mesmo período. Isso reflete em parte uma recuperação do turismo no sul da Europa neste ano, ajudado pelo retorno dos turistas americanos, com a flexibilização das restrições associadas à covid-19.

Um período de contração provavelmente começou. Uma pesquisa entre gerentes de compras da S&P Global constatou queda na atividade em cada um dos últimos três meses do ano, mas a queda de dezembro foi a menor. Uma pesquisa com empresas alemãs também apontou para uma recuperação da confiança no fim do ano, assim como uma pesquisa com consumidores da zona do euro.

"Podemos olhar para o ano novo com um pessimismo bem menor do que o esperado no fim do terceiro trimestre", disse Guido Baldi, economista do German Institute for Economic Research.

As consequências da guerra estão reformulando as relações da Europa com seus maiores parceiros comerciais, os EUA e a China.

A economia dos EUA no momento cresce com solidez, a uma taxa anualizada de cerca de 3%, segundo o Federal Reserve Bank de Atlanta — braço regional do Fed, o banco central americano. Suas empresas estão ávidas por produtos de engenharia avançada e máquinas produzidas na Europa, à medida que o país constrói redes de energia totalmente novas.

Enquanto isso, a saída atribulada da China da covid-zero, sua liderança cada vez mais autoritária e o estreitamento de seus laços com a Rússia estão encorajando algumas empresas europeias a buscar mercados e fontes de abastecimento alternativos.

As exportações de bens da União Europeia (UE) para os EUA cresceram quase 30% de janeiro a setembro, ante um crescimento de 3% das exportações para a China. Isso ajudou os EUA a superarem a China como maior parceiro comercial do bloco em bens. Os EUA também são um fornecedor cada vez mais importante de matérias-primas para a Europa, em especial gás natural liquefeito (GNL).

Na Amplifon, varejista de aparelhos auditivos de Milão com uma receita anual de € 2 bilhões, as vendas nos EUA lideraram o crescimento deste ano, segundo seu CEO, Enrico Vita. As receitas nos EUA aumentaram 25% de janeiro a setembro, comparado a 12% para a companhia como um todo.

A Amplifon aumentou o número de lojas nos EUA de 50 para 300 em três anos e planeja investir mais. "Os EUA definitivamente são uma prioridade", enquanto a China é "um projeto de médio para longo prazo", disse Vita.

A economia da zona do euro deverá entrar em recessão neste inverno (o que é definido como dois trimestres seguidos de contração), mas crescerá 0,5% como um todo em 2023, segundo o JP Morgan. A economia dos EUA deverá crescer até o terceiro trimestre do ano que vem, e 1% em 2023 como um todo, graças ao consumo das famílias e os investimentos das empresas. A economia da China deverá crescer 4,3% em 2023, segundo o JP Morgan, embora também tenha alertado para um período difícil com uma maior disseminação da covid-19 após o relaxamento da dura política de combate à pandemia.

A resiliência relativa da Europa a uma crise energética histórica reflete em parte a generosidade governamental. Os países da zona do euro destinaram cerca de € 600 bilhões para ajudar as famílias a pagar suas contas de energia, segundo o instituto de pesquisa Bruegel de Bruxelas. Os gastos públicos ajudaram a apoiar o crescimento na zona do euro neste ano.

Mas a ajuda governamental proporcionará um alívio apenas temporário. O aumento dos custos dos empréstimos pressiona os governos europeus altamente endividados, como a Itália, para que reduzam seus déficits, o que afetará os gastos e investimentos das empresas. A inflação na zona do euro, de 10,1% em novembro, está corroendo o poder de compra dos trabalhadores, cujos salários subiram menos de 3% neste ano.

Os preços do gás natural na Europa deverão continuar cerca de sete vezes mais altos do que nos EUA até o começo de 2024, e de duas a três vezes maior até o fim da década, estima o German Council of Economic Experts, que aconselha o governo da Alemanha. Para a indústria europeia, a evolução dos preços da energia nos próximos meses será decisiva.

Na Alemanha, quase uma em cada quatro companhias químicas transferiu parte da produção para o exterior ou pretende fazer isso, enquanto 40% reduziram a produção ou pretendem fazer isso, segundo a Associação da Indústria Química da Alemanha, setor que emprega cerca de 500 mil pessoas na maior economia da Europa.

A desarticulação do setor químico já começa a afetar a cadeia de suprimentos industrial da Alemanha, que sofre com escassez de produtos cruciais, incluindo pigmentos, fibras de carbono e vidro, ácido clorídrico, soda cáustica, compostos orgânicos de silicone e cloreto de ferro.

Em toda a Alemanha, fábricas que consomem muita energia reduziram a produção em cerca de 13% em outubro, em termos anuais, embora a produção industrial total da Alemanha tenha ficado estável no ano, segundo a agência federal de estatísticas do país.

"Há muitas desvantagens em se fazer negócios na Alemanha", disse Toralf Haag, CEO do Voith Group, companhia de engenharia mecânica no sul da Alemanha e com receita anual de quase € 5 bilhões. Além dos custos da energia, Haag citou impostos elevados, novas regras para as cadeias de suprimentos e falta de apoio para pesquisa e desenvolvimento.

A Voith pretende realizar um terço de seus investimentos futuros nos EUA, hoje a fonte de 20% a 25% de sua receita. Segundo Haag, a China também é um mercado importante, mas a Voith espera ver um crescimento maior das vendas nos EUA, Sudeste da Ásia e África.

Na UE, o investimento externo direto para o bloco caiu cerca de dois terços entre 2019 e 2021, enquanto o investimento externo direto global aumentou 11% no mesmo período.

"Vemos muitas evidências de empresas usando a capacidade que têm em outras partes do mundo e considerando reinvestimentos" no exterior, em vez de na Europa, diz Fredrik Persson, presidente da Confederação das Empresas Europeias, grupo comercial de Bruxelas que representa companhias de todo o continente. "Os EUA são independentes em energia e isso é algo que acredito que as empresas estão colocando na equação."

Biden promete a Zelensky contínuo apoio dos EUA

Agências internacionais

O presidente americano, Joe Biden, anunciou ontem um novo pacote de ajuda de quase US$ 2 bilhões à Ucrânia ao receber, na Casa Branca, seu colega ucraniano, Volodymyr Zelensky. Biden confirmou, na entrevista conjunta que os líderes concederam após o encontro, que o pacote inclui o fornecimento de baterias do sistema de defesa Patriot, que reforçará a capacidade de Kiev de resistir aos ataques aéreos de Moscou.

"Antes da invasão da Rússia, já dedicávamos uma enorme quantidade de assistência de segurança à Ucrânia", afirmou Biden. "E desde a invasão, enviamos mais de US$ 20 bilhões. Só hoje, aprovei mais de US$ 1,85 bilhão em assistência adicional à Ucrânia", disse Biden. Os EUA fornecerão também mais dinheiro para a ajuda humanitária a Kiev por meio de sua agência de cooperação internacional, Usaid.

A visita de Zelensky a Washington marcou a primeira viagem do presidente ucraniano desde o começo da guerra, em fevereiro. Após reunir-se com Biden, ele se dirigiu ao Congresso para reforçar os pedidos de aprovação dos pacotes de ajuda.

ANDREW HARNIK/AP
Zelensky (à esq.), que viajou pela primeira vez desde o começo da guerra, fala durante entrevista com Biden (à dir.)

O Congresso deve votar ainda nesta semana um projeto de lei de gastos que inclui US$ 45 bilhões em fundos adicionais para Kiev.

"O povo americano está com você a cada passo do caminho. Estaremos sempre com você, pelo tempo que for necessário", disse Biden, na entrevista. "Não tenho dúvidas de que manteremos acesa a chama da liberdade", acrescentou.

O armamento ocidental tem sido fundamental para a resistência ucraniana, que nos últimos meses impôs sérios reveses às forças russas, retomando territórios importantes, como Kherson, maior cidade que a Rússia tinha capturado desde o início da guerra.

O Kremlin reagiu ontem à visita de Zelensky aos EUA dizendo não esperar que isso ajude a levar Kiev a negociações de paz. "O fornecimento de armas ocidentais para a Ucrânia continua e seu alcance está se expandindo. Isso deve levar apenas ao agravamento do conflito e não é um bom presságio para a Ucrânia", disse o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov.

Putin admite problemas, mas diz ter recursos para guerra

Agências internacionais

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, disse ontem que a guerra na Ucrânia mostrou os "problemas" que as Forças Armadas russas enfrentam, mas que o país tem recursos ilimitados para manter a guerra na Ucrânia.

O líder russo disse que a capacidade da Rússia para financiar a guerra é "ilimitada" e disse que não precisará militarizar a economia do país para continuar bancando o conflito. Putin também pediu para que militares escutem e aceitem as críticas, em declarações feitas em evento anual com membros do Ministério da Defesa. Esta foi a segunda vez na semana que Putin admite problemas nos campos de batalha na Ucrânia.

O ministro da Defesa russo, Sergei Shoigu, disse que aumentará o número de soldados do país de 1,15 milhão para 1,5 milhão, e que adicionará mais 695 mil soldados profissionais ao exército, sem explicar de onde virão.

O aumento nas Forças Armadas e a recusa de Putin em instituir uma economia de guerra colocam mais pressão sobre as finanças, já que as receitas das exportações de energia estão sob fortes restrições, tanto pela recusa do Kremlin de vender gás para a Europa quanto pelo embargo ao petróleo russo instituído pelos países ocidentais.

Os planos para aumentar as forças armadas da Rússia foram anunciados no mesmo dia da viagem do presidente ucraniano Volodymyr Zelensky a Washington. Durante encontro na Casa Branca, o presidente dos EUA, Joe Biden, anunciou novo pacote bilionário de ajuda militar à Ucrânia.

Novo revés de Trump

ANDREW HARNIK/AP
O ex-presidente dos EUA Donald Trump (foto) não pagou nada de imposto de renda em 2020 e recolheu no total US$ 1,1 milhão entre 2017 e 2019. Os valores pagos por Trump, um milionário, se tornaram públicos após uma comissão da Câmara divulgar suas declarações ao Fisco, encerrando uma batalha legal e política de anos. A divulgação foi o segundo revés político para Trump na semana. Na segunda-feira, a comissão que apurou o ataque ao Congresso de janeiro de 2021 recomendou ao Departamento de Justiça que indicie Trump. O órgão não é obrigado a acatar o pedido.

Ron DeSantis é o trumpista da hora

Análise

Edward Luce
Financial Times

Um debate permanente sobre Donald Trump é se ele representa uma ideologia clara ou apenas Donald Trump. Ele próprio nunca esteve em dúvida. Mas foi preciso que Ron DeSantis, governador da Flórida e principal rival do ex-presidente, surgisse para delinear uma visão de mundo a partir dos instintos de Trump, quer você concorde com eles ou não. A ironia é que o mais provável inimigo de Trump (além dele próprio) é quem mais ajuda a transformar o trumpismo em uma força duradoura.

O futuro não é o que costumava ser para Trump. Na semana passada, ele alimentou expectativas quanto a um "grande anúncio" iminente, que acabou sendo a venda de tokens não fungíveis (imagens digitais conhecidas como NFTs) de US$ 99 de Trump como super-herói, caubói e outras poses. O dinheiro arrecadado, US$ 4,45 milhões, foi direto para o bolso dele. Foi um lembrete de que a diferença entre trumpismo e Trump é que o ex-presidente está sempre procurando ganhar um troco.

Até partidários de Trump ficaram abatidos: "Não acredito que vou para a cadeia por um vendedor de NFTs", tuitou Anthime Joseph Gionet, um supremacista branco que se declarou culpado por seu papel na invasão do Congresso em janeiro de 2021. A bizarra virada de Trump veio após duas pesquisas mostrarem que os republicanos preferem DeSantis como candidato presidencial em 2024. É improvável que a lista de acusações penais que o Congresso recomendou na segunda-feira contra Trump por sua tentativa de golpe o salve do esvaziamento de sua marca.

Ainda assim, o trumpismo está em alta, graças a DeSantis. Eles não poderiam ser menos parecidos. Trump, de 76 anos, é uma estrela envelhecida de reality shows de TV, que só ganhou uma eleição. Ele nasceu em meio à riqueza. DeSantis, de 44 anos, ex-advogado militar, formado em Direito em Harvard, venceu cinco eleições, três para o Congresso e duas para o governo da Flórida, a mais recente de forma esmagadora. Sua origem é da classe trabalhadora.

A julgar pelas personalidades, DeSantis é o herdeiro improvável de Trump — os dois são como mundos completamente separados. Mas o trumpismo precisa desesperadamente da disciplina e do foco de DeSantis para sobreviver a Trump. É por isso que muitos dos maiores doadores da direita, como Peter Thiel, a família Koch e Ken Griffin, vêm apoiando DeSantis.

Aqueles torcendo para que o Partido Republicano retome sua personalidade pré-Trump quando ele sair de cena não estão entendendo direito a história. De certa forma, DeSantis está ainda mais distante do partido de Ronald Reagan do que Trump. Ficaram para trás os dias em que os republicanos atuavam como o braço político das grandes empresas. DeSantis mostrou que pode confrontar grandes empresas, como a Disney, o setor de cruzeiros e a indústria farmacêutica e ainda conseguir doações para sua campanha. Também provou que lutar contra empresas da lista Fortune 500 — o chamado capitalismo "woke" [um desdobramento do termo original, ligado ao "despertar" da consciência social] — ganha votos.

Seu método é converter o ressentimento das elites empresariais e acadêmicas em um programa de governo. Ao contrário de Trump, que zombava dos liberais no Twitter ao mesmo tempo em que ansiava pela aprovação do establishment, DeSantis se delicia com o ódio deles. Onde Trump é inconstante, DeSantis é sistemático. Na semana passada, ele defendeu uma investigação sobre as farmacêuticas, Pfizer e Moderna, por "transgressões" ao exagerar os números da eficácia de suas vacinas.

Sua guerra contra o que ele chama de "Estado de segurança biomédica" começou logo no início da pandemia. DeSantis está disposto a usar os poderes coercitivos do governo para esmagar a autonomia do setor privado. Dessa forma, ele proibiu que estabelecimentos exigissem comprovante de vacinação dos clientes. Isso incluiu os navios de cruzeiro, grande fonte de receita turística para a Flórida e que foram um dos primeiros grandes incubadores de visibilidade da covid-19.

Suas ações horrorizaram o mundo científico, que destacava as dezenas de milhares de mortes por covid-19 que poderiam ter sido evitadas na Flórida. Mas foram populares na classe trabalhada em cujo nome DeSantis dizia estar agindo: eles não podiam fazer seu trabalho de forma remota, em contraste com o que era mais comum nas classes de profissionais graduados. DeSantis se descreve como a espada vingadora contra a "distopia fauciana" americana, em referência a Anthony Fauci, o rosto público do establishment médico. O mesmo vale para o desprezo de DeSantis com a suposta virtude empresarial rumo à energia limpa.

Não há nada de libertário em exercer os poderes do governo de forma tão casual. Se Trump não existisse, você poderia descrever a filosofia de DeSantis como um nacionalismo cristão dos combustíveis fósseis. Seus inimigos são oligarcas tecnológicos, as gigantes farmacêuticas, as empresas de mídia e as elites universitárias. Como Trump existe, nós chamamos sua filosofia de trumpista. A diferença está na competência de sua execução.

Opinião

GRUPO GLOBO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: João Roberto Marinho

VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho - Roberto Irineu Marinho

é uma publicação da Editora Globo S/A

DIRETOR GERAL: Frederic Zoghaib Kachar

DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmas

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Política fiscal será decisiva para trajetória da inflação

O Brasil terá em 2022 o segundo ano seguido com a inflação acima do teto da banda de tolerância da meta perseguida pelo Banco Central (BC) — e tudo indica que isso também vai ocorrer em 2023. Depois de encerrar 2021 em 10,1%, bem acima do teto de 5,25%, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve fechar este ano na casa de 5,6% a 5,7%. É um número também superior ao topo da meta de 2022, de 5% — o centro do alvo é de 3,5%.

O cenário para 2023 não indica uma desaceleração expressiva da taxa de inflação, mesmo com a perspectiva de desaceleração da atividade, tanto pelo efeito mais forte do ciclo de alta da Selic quanto pelo impacto da perda de fôlego da economia global. As projeções apontam para um IPCA um pouco acima de 5%, com alguns analistas esperando um número um pouco acima do indicador deste ano. Para 2023, a meta é de 3,25% e o teto de intervalo de tolerância é de 4,75%.

Embora distante dos dois dígitos, uma inflação superior a 5% não é confortável, especialmente num país que adotou metas cadentes ao longo dos anos. A partir de 2024, o alvo será de 3%, percentual que será mantido em 2025. Com isso, reduzir as incertezas fiscais é fundamental para aliviar as pressões sobre a inflação.

De setembro de 2021 a julho de 2022, o IPCA ficou acima de dois dígitos. Em parte desse período, a inflação refletia efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia, que pressionava os preços de commodities e afetava as cadeias globais de suprimentos. Outro impacto veio da reabertura da economia, resultado do relaxamento das medidas de restrição social, devido à melhora dos números da pandemia da covid-19. Isso levou à alta mais forte dos serviços. Por fim, o câmbio desvalorizado também contribuiu para a alta dos preços.

O quadro mudou, porém, com a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre itens como combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte público. Nesse ambiente, o IPCA recuou em julho, agosto e setembro, um movimento também auxiliado pela queda do petróleo em parte da segunda metade deste ano. Nas contas do economista André Braz, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), o indicador deve fechar o ano em 5,6%, considerando a inflação acumulada até novembro e os números do Monitor da Inflação da FGV para dezembro.

Em artigo para o Boletim Macro do FGV Ibre, Braz destaca que, entre as principais influências que fizeram o IPCA perder força neste ano, estão quatro itens que tiveram o ICMS reduzido — gasolina, energia elétrica residencial, etanol e acesso à internet. "A soma de tais influências chega a 2,9 pontos percentuais", diz ele. "Se não fosse pela renúncia fiscal, elas elevariam a inflação de 2022 para no mínimo 8,5%". O IPCA mais baixo, desse modo, foi fruto em grande parte da medida orquestrada pelo governo de Jair Bolsonaro e pelo Congresso, de redução do ICMS, para tentar melhorar a popularidade do presidente, então bastante baixa.

Para 2023, Braz diz que a inflação deve seguir acima de 5%, mais alta que o teto do intervalo de tolerância da meta do ano que vem, de 4,75%. Na visão do economista, o maior desafio será a política fiscal. Incertezas sobre as contas públicas podem pressionar o câmbio, dificultando a tarefa do BC de combater a inflação. Nesse cenário, a queda da Selic, hoje em 13,75% ao ano, pode demorar mais para ocorrer, com efeitos mais fortes sobre a atividade econômica.

O Bradesco divulgou ontem a revisão mensal do seu cenário econômico. O banco manteve a estimativa para o IPCA deste ano em 5,7%, mas elevou a projeção para o IPCA de 2023 de 4,9% para 5,1%, num quadro em que vários indicadores "sugerem que a economia opera com baixa ociosidade". Os economistas observam, contudo, que "esse número não contempla a reoneração dos impostos federais sobre combustíveis". Hoje, esses tributos estão zerados. Se o novo governo voltar a cobrar os impostos federais sobre combustíveis, haverá impacto sobre a inflação. Para o Bradesco, a decisão sobre esse tema levará em conta os níveis da taxa de câmbio e do preço do petróleo, além de considerar eventuais benefícios do aumento da arrecadação para a redução do déficit primário. Isso pressionaria mais o IPCA, com possíveis impactos sobre a política monetária. No entanto, o que mais deve influenciar o BC em sua decisão sobre a Selic é a condução da política fiscal. Se permanecerem dúvidas sobre a trajetória da dívida pública, os juros poderão demorar mais para cair, afetando um crescimento que já será bem mais fraco que os 3% esperados para este ano. Para 2023, o FGV Ibre projeta 0,2% e o Bradesco, 1%.

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira (catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres (fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci (sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman (fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes (francisco.goes@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos (adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília) (alex.ribeiro@valor.com.br)
Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)
João Rosa (joao.rosa@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza (marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes (mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)
Mônica Scaramuzzo (monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo (eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Política
César Felício (cesar.felicio@valor.com.br)
Editor de Internacional
Humberto Saccomandi (humberto.saccomandi@valor.com.br)
Editora de Tendências & Consumo e Tecnologia
Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Indústria e Infraestrutura
Ivo Ribeiro (ivo.ribeiro@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Fernando Lopes (fernando.lopes@valor.com.br)
Editora de Finanças
Talita Moreira (talita.moreira@valor.com.br)
Editor de S.A.
Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreiras
Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida (hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa (arthur.rosa@valor.com.br)
Editor de Arte/ Fotografia
Silas Botelho Neto (silas.botelho@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto (paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato (william.volpato@valor.com.br)
Editores de Projetos Especiais
Célia Rosemblum (celia.rosemblum@valor.com.br)
Tania Nogueira Alvares (tania.nogueira@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra) (assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte) (cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife) (marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora
Daniele Camba (daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora
Maria Luíza Filgueiras (maria.filgueiras@valor.com.br)

COLUNA DE ECONOMIA E POLÍTICA
Cristiano Romero (cristiano.romero@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor
Samuel Rodrigues (samuel.rodrigues@valor.com.br)

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jardim Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP – **Telefone** 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

MICHAEL BURROWS/PEXELS

Legislação pode ser ampliada, se for necessário. Por *Luis Carlos Szymonowicz e Fábio Broccoli Cabelho*

A nova lei ambiental da União Europeia

Na semana que passou a União Europeia aprovou uma nova lei ambiental, já apelidada de anti-desmatamento, com o objetivo de conter as crescentes áreas degradadas para o aumento produtivo de produtos agrícolas. Tal legislação foi discutida e aprovada no Parlamento Europeu visando maior controle na entrada de produtos de empresas que se utilizam de meios ilegais, mal utilizando os recursos naturais. Tal legislação nasce, primordialmente, antes da Conferência sobre Biodiversidade (COP15), realizada em Montreal, Canadá, e que deve definir metas de proteção para a natureza nas próximas décadas.

Por sua vez, o Parlamento Europeu terá que formalizar a entrada em vigor das novas normas e todos os operadores deste mercado internacional terão 18 meses para se adaptar às novas regras. Importante ressaltar que micro e pequenas empresas terão um prazo maior para adaptação. Para a entrada dos produtos na União Europeia será necessária uma declaração, chamada de "due diligence", que conterá a origem dos produtos bem como o georreferenciamento das áreas plantadas, inclusive a utilização de ferramentas de monitoramento por satélite, análises de DNA para autenticação da origem dos produtos.

Os produtos abarcados pela legislação são: cacau, gado, soja, óleo de palma, café, madeira, inclusive produtos da cadeia produtiva dessas commodities (como couro, chocolate e móveis). Salienta-se que essa legislação não é exaustiva, e se entenderem necessárias, ampliações do seu escopo não estão descartadas.

A legislação também foi contundente em flertar com as instituições Ffinanceiras, que deverão fomentar empresas consumidoras se de fato avaliarem os riscos ambientais ali instaurados. A Comissão Europeia classificará os países, ou parte deles, como alto, médio ou baixo risco após a entrada em vigor da legislação. Não se descarta que afetará as relações comerciais e institucionais entre os países que serão compelidos às efetivas mudanças, tão logo seja necessário. A movimentação política será fundamental para a proteção de seus produtores, e por consequência de suas economias.

É notório o quanto isso impactará o mercado brasileiro, visto que as expectativas para o crescimento da produção agrícola no Brasil são exponenciais para os próximos anos, cujas análises dos principais players deste mercado especulam que até 2030 o Brasil será o celeiro do mundo, sendo líder em todos os segmentos agrícolas. O produtor exportador (de grande e larga escala) terá um curto espaço de tempo para se adaptar, principalmente para regularizar suas terras, haja vista a exigência quanto à sua legalização.

Na COP 27, que aconteceu no Egito no mês passado, grandes empresas do setor compareceram e apresentaram metas de contenção nas mudanças climáticas e redução de emissões de gases de efeito estufa. Dentre essas mudanças, está a redução do desmatamento nas cadeias de produção da soja e carne bovina, por exemplo, até 2025. São metas ousadas, mas necessárias pois força toda a ramificação da produção a se adaptar à nova realidade ambiental.

O produtor exportador terá um curto espaço de tempo para se adaptar, principalmente para regularizar suas terras

O fato é que essas adaptações são custosas, demoradas, e mexerão nas estruturas dos produtores, incidindo, principalmente no funding desses produtores. Com as sucessivas quebras de safras, os produtores se apoiam cada vez mais na captação de recursos de terceiros para financiamento das safras seguintes.

Não é de hoje que existe uma farta discussão sobre o financiamento privado para as cadeias do agronegócio. Os recursos do governo estão cada vez mais escassos e grande parte do seu direcionamento é para a agricultura familiar, que é necessário, mas não atinge todo o setor. Os grandes produtores necessitam cada vez mais dessa ferramenta buscando apoio nas instituições financeiras e cooperativas de crédito.

Se ligarmos todos os pontos, podemos perceber que nem todos os produtores conseguirão alcançar todos as mudanças necessárias para a manutenção das exportações, o que afetará diretamente o mercado interno. Os produtos ficarão mais escassos para o mercado externo, elevando o preço do produto, com sobra para o mercado interno, com forte tendência de queda, movimentação natural da economia global, atingindo também o câmbio, respingando nas outras exportações.

Diante dos cenários de alteração na regularização fundiária, isso atingirá também o mercado de imóveis e as prefeituras, que terão um trabalho árduo, mas de grandes oportunidades. Primeiro, engenheiros agrônomos com medições e vasto trabalho de georreferenciamento para imóveis ainda em desacordo com a legislação. No segundo momento, as prefeituras que precisarão desburocratizar e facilitar a regularização desses imóveis. A soma dessas mudanças aquecerá fortemente o mercado imobiliário de terras, trazendo novas oportunidades tanto para produtores como investidores.

Portanto, constata-se que este novo tempero no mercado brasileiro mexerá com as estruturas das empresas ligadas às cadeias produtivas agrícolas, afetando desde o pequeno produtor até as grandes indústrias que terão curto espaço de tempo para se adaptar para manter suas exportações. E não menos importante, estamos diante de iminente oscilação na economia interna, já que parte do PIB brasileiro está atrelado às exportações, desaquecendo a economia.

De certo que alguns economistas alertarão para o aumento do consumo, mas hoje não conseguimos mensurar o quanto essa redução nas exportações afetará a nossa balança comercial.

Portanto, conclui-se que uma simples determinação da União Europeia afetará os mais diversos setores econômicos, principalmente no Brasil, e que será necessário uma movimentação interna para suportar as mudanças e não abalar nossas estruturas para um futuro promissor do agronegócio. É fundamental que todas as empresas se debrucem sobre seus planos de negócios, e incrementem as medidas de compliance e governança de modo a não apenas traçar metas, mas de demonstrar efetividade e rastreabilidade da execução das mesmas, sem o que os prejuízos e a perda de importante mercado certamente estarão seladas.

Luis Carlos Szymonowicz – sócio fundador de Szymonowicz Advogados e presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB/SP – presidente do Conselho da Câmara Belgo-Luxemburguesa

Fábio Broccoli Cabelho é advogado, pós-graduado pela Fadisp e Universidade Mackenzie, membro da Comissão de Relações Internacionais da OAB em São Paulo.

Opinião

Avançando para o passado?

Pedro Cavalcanti e Renato Fragelli

Embora ainda haja muito ruído sobre as políticas a serem implementadas pelo novo governo, alguns sinais na área econômica são preocupantes, por seguirem a velha cartilha do PT.

O primeiro é a volta da política industrial, implantada por um BNDES ativo, que ressuscitaria subsídios ao capital e a promoção de campeões nacionais. Esse tipo de estratégia, implementada a partir do governo Lula 2, e anabolizada com entusiasmo durante o governo Dilma Rousseff, foi incapaz de elevar de forma sustentável as taxas de investimento. A experiência mostrou que, retirados os incentivos, os setores beneficiados pelas transferências regridem. Os avanços só perduram enquanto há subsídios, mas não são capazes de gerar crescimento sustentável, a nível agregado ou setorial.

Causa, portanto, preocupação os discursos do tipo "vamos reindustrializar o Brasil". Recriar o Ministério da Indústria e Comércio, locus no passado de coordenação de políticas de transferência de renda e de proteção à indústria, que eternizam a ineficiência produtiva, não seria um problema em si, se o que se fizer daqui para frente for diverso do observado no passado. Da mesma forma, é possível que o BNDES não volte a repetir suas políticas ineficazes e caras do passado. Mas os poucos sinais e declarações não oficiais - sobre a volta da TJLP, por exemplo - foram até agora ruins.

Muito já se discutiu, inclusive em nosso artigo de novembro neste espaço, sobre o equívoco de inúmeras declarações do governo eleito sobre a suposta incompatibilidade entre equilíbrio fiscal e política social. A realidade é o oposto do que se tem ouvido. Políticas fiscalmente irresponsáveis acabam prejudicando os objetivos sociais e os mais pobres. Apesar de um pequeno recuo recente desse discurso, as medidas realmente expansionistas - em particular a PEC da Transição, de cerca de 2% do PIB - não foram retiradas nem amenizadas. A mentalidade "gasto é vida" permanece com todo seu impacto ruim no futuro sobre a economia.

A primeira versão do projeto da equipe de transição chegou ao ponto de citar, de forma didática, a chamada Teoria Monetária Moderna (TMM) como algo a ser seguido pelo governo. Trata-se de uma teoria sem fundamentos sólidos - para se dizer o mínimo - que ignora dezenas de episódios históricos em que seus preceitos foram seguidos e os resultados catastróficos. Os mais recentes são os casos da Argentina e Turquia, onde o banco central financia o governo em moeda local colhendo inflação galopante (100% ao ano) e crescimento anêmico.

Má sinalização foi tentar mudar a lei das Estatais e abrir a porteira para o clientelismo, ineficiência e corrupção

Outra má sinalização foi a tentativa de mudança das Leis das Estatais, que abre a porteira a um passado de nomeações políticas, clientelismo, ineficiência e corrupção. Se há algo que se aprendeu sobre crescimento econômico nas últimas décadas é a importância de boas instituições e regras claras e estáveis. A incerteza sobre regras afeta crucialmente decisões de investimento, podendo levar a total cancelamento de projetos em fase de gestação.

Também a exclusão do Bolsa Família do Teto dos Gastos cria incertezas imensas. Bolsonaro solapou essa importante regra fiscal em duas etapas. Em 2021, ao excluir do Teto os precatórios, provocou uma imediata elevação da taxa de juros real de longo prazo - NTN-B longas - em um ponto percentual. Em 2022, ao conceder R$ 600 de Auxílio Brasil até dezembro, juntamente com injustificáveis transferências a taxistas e caminhoneiros, provocou nova elevação daquela taxa em igual magnitude. Com uma dívida pública de 75% do PIB, o aumento de dois pontos percentuais da taxa real de juros custa 1,5% do PIB anualmente ao contribuinte.

Neste momento, com NTN-B rendendo 6,3% acima do IPCA, não haverá investimento privado. Para se reduzir essa taxa, será preciso colocar outra regra fiscal confiável no lugar do Teto. Declarações recentes de Fernando Haddad de que o equilíbrio fiscal e a criação de uma nova regra fiscal serão prioridades são uma luz no fim do túnel.

Há sinais positivos também em entrevistas recentes de Flávio Dino, futuro ministro da Justiça, bem como nas indicações promissoras na Educação e Cultura, entre outras áreas. O mesmo deverá ocorrer no Meio Ambiente e Saúde. São áreas que precisam de mudanças radicais, dado o cenário de terra arrasada deixado por quatro anos de governo Bolsonaro. Na economia, a grande sinalização positiva foi a nomeação de Bernard Appy para coordenar a implantação de reforma tributária.

Entretanto, neste momento, os sinais negativos são muito mais fortes e preocupantes. Não se trata somente de não se aprender com erros do passado e se repetir políticas que não funcionaram. É ir na direção contrária das próprias crenças da esquerda já que estas são políticas concentradoras de renda no longo prazo e que beneficiam grupos de interesses e empresários conectados, em detrimento da população e da eficiência econômica. Fica bonito nas redes e na imprensa o discurso de colocar os pobres no orçamento, mas se os ricos levam uma fatia maior, e posteriormente os pobres pagarão o preço dos erros com mais inflação e estagnação, o discurso é somente isso, um discurso populista sem maiores benefícios para os menos favorecidos. Ainda há muito a se decidir e tempo para mudar um rumo inicial ruim. Mas, como já dito, os primeiros sinais são preocupantes.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento
Renato Fragelli Cardoso é professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE-FGV).

A preocupação com a democracia está presente nas faixas mais jovens. Por *Aziz Huq e Tom Ginsburg*

Dividendo democrático dos democratas

As eleições de meio de mandato dos Estados Unidos em novembro foram surpreendentes em mais de um aspecto. O desempenho inesperadamente forte dos democratas não apenas modificou o terreno político para os próximos dois anos, mas também revelou que um grande número de eleitores em todo os espectros partidários, muitos deles jovens, estão profundamente preocupados com o destino da democracia americana. No entanto, ninguém ofereceu a esses eleitores uma agenda crível para melhorar e fortalecer a autogovernança.

O apoio popular à defesa das normas democráticas já estava evidente nas pesquisas prévias às eleições. Em pesquisa da Pew Research Trust publicada na semana anterior à eleição, 70% dos consultados classificaram "o futuro da democracia dos Estados Unidos" como "muito importante" para eles, em comparação aos 79% que citaram a economia como uma grande preocupação. De forma similar, uma pesquisa de boca de urna da rede de TV "NBC" revelou que 68% dos eleitores descreveram a democracia americana como "ameaçada", em contraste com "segura".

Até alguns republicanos priorizam a democracia sobre o poder político. Recente pesquisa do Polarization Research Lab – um projeto conjunto do Dartmouth College, da Universidade da Pennsylvania e da Universidade Stanford – demonstra que o desprezo às normas democráticas dentro do Partido Republicano está limitado à facção Maga (sigla em inglês de "Tornar os EUA Grandes de Novo"). Não é de surpreender, portanto, que o anúncio da campanha de reeleição de Trump não tenha entusiasmado o establishment republicano. Até a rede de TV "Fox News" cobriu apenas parte do anúncio, enquanto o conservador "New York Post" enterrou a notícia na página 26 com a seguinte chamada na capa: "Homem da Flórida faz anúncio".

A preocupação com a democracia americana está particularmente presente nas faixas mais jovens. Uma pesquisa de boca de urna da Harvard Kennedy School revelou que, para os eleitores de 18 a 29 anos, apenas a economia e o direito ao aborto eram questões mais importantes do que "proteger a democracia". Esses eleitores provavelmente foram fundamentais para as vitórias democratas no Senado na Geórgia, Arizona e Pensilvânia, assim como para a vitória na disputa pelo governo de Wisconsin. Surpreendentemente, apenas 5% dos jovens descreveram a democracia americana como "saudável".

As eleições de meio de mandato dos EUA mostraram que a maioria dos americanos é favor do fortalecimento das instituições cívicas. No entanto, os democratas – e os republicanos democráticos – precisam agir agora. o que o governo Biden está esperando?

O zelo democrático dos jovens americanos tem surpreendido alguns observadores. Um influente estudo de 2017 de Yascha Mounck e Roberto Foa havia sinalizado que o apoio à democracia estava diminuindo entre os jovens pelo mundo. Será que os eleitores jovens, depois de cinco anos observando democracias sob pressão, teriam ficado mais atentos aos perigos?

Seja qual for a causa do dividendo democrático das eleições de meio de mandato, capitalizá-lo não parece ser prioridade. Antes da eleição, o presidente Biden enfatizava a importância de "defender" a democracia. Era um discurso estimulante, mas não oferecia uma agenda clara para mitigar o risco de retrocesso democrático.

Em dezembro de 2021, o governo Biden divulgou um relatório técnico apresentando um conjunto de políticas para proteger a democracia dos EUA. Sem dúvida, algumas das medidas – desde aumentar o acesso à internet banda larga até "recordar às escolas" de sua obrigação de ensinar educação cívica – ajudariam a proteger as normas democráticas no longo prazo.

Embora muitos adeptos da Grande Mentira de Trump, de que a eleição de 2020 foi "roubada", tenham sido derrotados nas eleições de meio de mandato e excluídos de escritórios estaduais onde poderiam causar mais danos ao processo eleitoral, a democracia americana continua em risco. Tendo em vista que muitos negacionistas ganharam eleições estaduais e federais e permanecem no Congresso, não há razão para acreditar que o risco de violência política tenha diminuído. Também não podemos ter a confiança de que candidatos derrotados não voltarão a tentar usar os tribunais federais para virar os resultados das eleições, como Trump fez em 2020.

Dada a sofisticação das forças antidemocráticas no país e no exterior, o governo Biden precisa agir para fortalecer as instituições democráticas. O problema não é a falta de ideias. Muitas organizações e acadêmicos em todo o espectro político propuseram dezenas de medidas de reformas. No entanto, a janela para agir diminuirá à medida que o ciclo eleitoral de 2024 esquentar.

Mesmo sem o controle democrata da Câmara dos Deputados, o governo Biden pode usar decretos executivos para fortalecer a governança democrática.

É crucial impedir a repetição dos esforços partidários do ex-ministro da Justiça William Barr para enterrar o relatório do procurador especial Robert Mueller sobre a interferência russa nas eleições presidenciais de 2016. A conduta de Barr durante os estágios finais da investigação renderam-lhe uma repreensão de um juiz federal.

Os democratas também poderiam usar a sessão do Congresso que está de saída para reformar a Lei de Contagem Eleitoral de 1887, acompanhando o recente projeto de lei apresentado pela senadora Susan Collins, uma republicana. Ao mesmo tempo, eles também deveriam considerar uma lei específica para tratar de um caso apresentado à Suprema Corte no início de dezembro que poderia desestabilizar gravemente as eleições federais americanas. O caso, "Moore versus Harper", se refere a uma teoria de que a Constituição concede às "Assembleias Legislativas estaduais independentes" a autoridade exclusiva para administrar as eleições federais. Se a Suprema Corte decidir a favor dessa abordagem, as Assembleias poderiam desconsiderar as Constituições estaduais e as leis de divisão distrital e potencialmente invalidar o voto popular.

O Congresso precisa usar seus poderes sob o Artigo I da Constituição para garantir a integridade das eleições. O projeto de lei HR1 dos direitos de voto de 2019 (conhecido como Lei para o Povo), apresentado pelos democratas e hoje paralisado, também deveria ser vasculhado em busca de provisões que ainda possam ganhar apoio bipartidário.

Muitos outros países conseguiram retomar seu caminho depois da decadência democrática. As eleições de meio de mandato dos EUA mostraram que a maioria dos americanos é favor do fortalecimento das instituições cívicas. No entanto, os democratas – e os republicanos democráticos – precisam agir agora. Diante da popularidade comprovada de tais medidas, o que o governo Biden está esperando? ***(Tradução de Sabino Ahumada).***

Aziz Huq é professor de direito na Universidade de Chicago, autor de "The Collapse of Constitutional Remedies" (Oxford University Press, 2021).
Tom Ginsburg é professor de direito internacional e de ciências políticas na Universidade de Chicago, e professor pesquisador da American Bar Foundation.

Frase do dia

"Será um BNDES do futuro. Não tem espaço fiscal para [o governo] financiar o BNDES."

De Aloizio Mercadante, indicado para a presidência do BNDES

Cartas de Leitores

Epidemia

Lamentavelmente, a epidemia de coronavírus não deixa de ameaçar o mundo, emanada sobretudo da grande nação chinesa (**Valor**, A 13, 21/12). Depois da política de liberalização de tolerância zero, constata-se sua importância à vida e à economia interna e internacional. Novas variantes poderão emergir do âmbito de uma população de 1,4 bilhão de pessoas. Os países do Ocidente estão agindo nos bastidores para proporcionar meios de combate à ômicron e outras possíveis variantes na China, que abandonou o lockdown, adotado desde março, pressionado por manifestações populares pela retomada da economia e da vida "normal" . E apesar da hegemonia incontestável do PC chinês, especialistas internos pontuam que a abertura não respeitou critérios razoáveis de segurança. Fábricas funcionam com grande parte dos trabalhadores doentes. E a segunda economia do mundo produz efeitos negativos em todo o mundo, a começar dos reflexos já sentidos pelos Estados Unidos. A conjugação de forças ocidentais para deter a expansão do fenômeno chinês é imprescindível, mas resta saber como o renitente presidente Xi Jinping aceitará, das alturas de sua suposta grandeza partidária, a contribuição mundial ao gigante desidratado pela má política desenvolvida em 2022.

Amadeu Roberto Garrido
amadeugarridoadv@uol.com.br

Sem comentários

Tomo conhecimento que a Justiça do Rio mandou soltar o bicheiro contraventor Rogério de Andrade que se achava preso preventivamente, impondo-lhe, no entanto, medidas cautelares. Na verdade, a sociedade se sente menos ameaçada com este aleijão jurídico, mais um, que com a ignomínia de ver em prisão domiciliar o ex-governador criminoso e corrupto confesso Sérgio Cabral, condenado a mais de quatro séculos. Nada mais a comentar.

Paulo Roberto Gotaç
prgotac@hotmail.com

Aquário

Em dezembro de 2003, o inquebrável AquaDom foi inaugurado, em Berlim, com entrevista pela televisão informando que a estrutura era indestrutível. Dezenove anos depois, a explosão do aquário cilíndrico com um milhão de litros de água coloca várias questões contribuintes para a investigação da tragédia: a amplitude térmica anual de cerca de 50 graus (entre o verão e o inverno) influenciando a dilatação térmica e contração do vidro; a restrição do uso de gás para aquecimento do aquário por causa da guerra na Ucrânia; a inusual ideia de colocar um elevador panorâmico subindo e descendo por dentro do aquário para uma visão total dos 1500 animais.

Luiz Roberto da Costa Jr.
lrcostajr@uol.com.br

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial

Executivo Políticas para o setor produtivo são foco do terceiro balanço da série do **Valor** sobre o governo Bolsonaro

Liberalização da economia foi parcial

Lu Aiko Otta
De Brasília

Iniciado com a promessa de uma forte guinada liberal, privatizações em massa, ampla agenda de reformas e drástica redução da presença estatal na economia, o governo de Jair Bolsonaro chega ao final com um saldo misto. Se por um lado não entregou as reformas tributária e administrativa e privatizou menos do que pretendia, por outro aprovou um conjunto de mudanças microeconômicas que podem ter mudado a dinâmica de crescimento da economia brasileira. Se é fato ou não, é algo que só se saberá em alguns anos.

"Dou uma nota B", disse o economista Claudio Frischtak, da consultoria Inter.B. Ele avalia que houve um "esforço danado" para modernizar a economia brasileira e que, de modo geral, a gestão econômica foi bem.

Só não é um "A" porque, na reta final, o ministro da Economia, Paulo Guedes, aderiu ao projeto de reeleição de Bolsonaro e "desancorou" as expectativas na área fiscal.

Além disso, diz Frischtak, foi cometido um erro logo no início do governo: a ruptura política com o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, (PSDB-RJ), que pôs a perder o impulso de aprovação de reformas no Congresso Nacional.

Houve movimentos no sentido de reduzir o papel do Estado na economia, mas esses foram de má qualidade, avaliou a economista Elena Landau, que elaborou o programa da ex-candidata Simone Tebet (MDB).

A privatização da Eletrobras, em junho deste ano, por exemplo, foi uma medida correta, na sua avaliação. No entanto, realizada a um custo elevado, por causa dos "jabutis" incluídos pelo Congresso Nacional na lei que permitiu a operação.

"Jabutis" são medidas alheias ao objetivo da lei, que é a privatização. O maior deles é o que determina a instalação de térmicas a gás em áreas onde não existem gasodutos, um investimento de valor elevado. Estimativa recente divulgada pela equipe de transição de Luiz Inácio Lula da Silva aponta para uma fatura de R$ 368 bilhões para o conjunto dos "jabutis".

As concessões avançaram, mas não foram capazes de atrair novas empresas, observou Landau. Em rodovias, por exemplo, área em que atuou o agora governador eleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), os leilões foram disputados pelos mesmos grupos nacionais que já estavam no mercado.

"Houve muita instabilidade política no governo Bolsonaro, muita volatilidade no câmbio", disse. Não se materializou, assim, o ingresso de novas empresas e de fundos estrangeiros que se vislumbrava ao final do governo de Michel Temer.

O liberalismo tampouco funcionou durante a corrida eleitoral, quando ficou evidente a intervenção governamental no mercado de combustíveis, comentou. "É um desarranjo grande, porque o Bolsonaro legitimou uma discussão sobre a independência da Petrobras", avaliou Landau.

Da mesma forma, a Caixa foi convertida em um "braço político-eleitoral", na sua visão. O banco ofereceu crédito consignado aos beneficiários do Auxílio Brasil, uma operação que não interessou a outras instituições por seu elevado risco.

Das grandes empresas que se propôs a vender, o governo deixou na prateleira os Correios. Avançou em outras áreas, como a venda da BR Distribuidora, e outras empresas menores. Mas o próprio Guedes se confessou frustrado com o andamento do programa.

Privatizar se mostrou mais difícil do que imaginava a equipe econômica antes de assumir o governo. Prova disso foi a saída prematura de Salim Mattar, escalado para vender empresas e imóveis da União. Em agosto de 2020, ele saiu afirmando que o "status quo" não queria privatizações.

Junto com Mattar, deixou o governo outro integrante do time liberal, Paulo Uebel, encarregado da reforma do Estado. Num governo presidido por um ex-parlamentar que fez carreira defendendo salários dos militares, a reforma administrativa teve pouco apoio.

O confronto com ideias do presidente custou a Guedes outro integrante da primeira formação da equipe, o secretário da Receita Marcos Cintra. Foi demitido em setembro de 2019, por defender a criação de um tributo sobre transações, alvo de oposição histórica de Bolsonaro.

A reforma tributária, por sua vez, ficou enredada pelo fato de o ministro defender mudanças diferentes das que haviam sido formuladas pelo Congresso Nacional. Os textos da PEC 45, na Câmara dos Deputados e PEC 110, no Senado, não saíram do primeiro estágio de tramitação.

Se nas grandes reformas houve dificuldade e frustração, no campo microeconômico houve avanços. Um dos principais artífices das reformas, o ex-secretário de Política Econômica e atual ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, listou 37 reformas estruturais aprovadas nos últimos quatro anos.

O rol vai desde a independência do Banco Central aos dois cortes nas alíquotas do Imposto de Importação, dos programas de ajuda financeira aos Estados na pandemia à criação do Sistema Eletrônico de Registros Públicos.

O conjunto, avaliou, indica mudança na tendência de longo prazo da economia. Essa é a tese defendida por ele e pela equipe de Guedes: a que o setor privado passou a liderar o crescimento, no lugar do Estado.

Por causa dessa alteração, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) tem sido maior do que o estimado pelos economistas, inclusive os do governo.

"Mudou o modelo", afirmou ao **Valor** o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guaranys.

Ele destacou que a gestão de Guedes teve, ao lado do esforço de ajuste nas contas públicas, uma vertente de melhoria do ambiente de negócios.

O avanço nesse segundo braço abriu caminho para um funcionamento mais rápido e menos custoso das empresas, o que deu um impulso diferente à economia, segundo o secretário.

"Acho que não tem ainda evidência de que o potencial de crescimento não inflacionário, que é de 1,5%, 2%, se ampliou", contrapôs Frischtak. Para ele, serão necessários mais dois ou três anos até se ter clareza se a aprovação de novas leis para os setores de saneamento e gás, por exemplo, colocaram a economia brasileira em outro patamar.

Os novos marcos regulatórios e o impacto das medidas de desburocratização e digitalização adotadas pelo atual governo ainda não têm seus efeitos claramente mensuráveis, comentou o professor Joelson Sampaio, da Fundação Getulio Vargas. Como a economia brasileira está em processo de recuperação após o choque da pandemia, afirma, é difícil separar o que é o efeito de cada coisa.

A melhoria do ambiente de negócios esteve no centro da agenda do Ministério da Economia e utilizou como guias o Doing Business, do Banco Mundial, e o relatório de competitividade do Fórum Econômico Mundial. Outra bússola foi o processo de acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), pois para ser sócio é preciso aderir às melhores práticas adotadas pelas principais economias do mundo.

Um resultado disso é, por exemplo, a redução do custo para importar e exportar, destacou o sócio fundador da BMJ Consultores Associados Welber Barral. O processo foi todo digitalizado e as autorizações exigidas por diversos órgãos do governo para o embarque e desembarque de mercadorias podem ser obtidos eletronicamente, numa janela virtual única.

A mudança está completa para exportações e em andamento para importações. O tempo gasto para uma exportação caiu de 13 para 5 dias e na importação, de 17 para 9 dias.

Nos últimos quatro anos, as normas tributárias do comércio exterior, como as que tratam de preços de transferência e de royalties, foram ajustadas para se alinhar a dos países da OCDE. Ainda há trabalho à frente e não está claro se o futuro governo prosseguirá com o processo de entrada no organismo. No entanto, avaliou Barral, o setor privado seguirá pressionando por maior convergência com a prática internacional.

Parte dessas reformas contribuíram para reduzir o chamado Custo Brasil, que são os fatores que prejudicam a competitividade das empresas brasileiras perante seus concorrentes internacionais. Com isso, Guedes conseguiu avançar minimamente em outra linha básica de sua política, a abertura econômica.

Um acordo celebrado com a indústria nacional previa que a abertura ocorreria pari-passu à redução do Custo Brasil. É como se concretizou a máxima de Guedes: "sou liberal, mas não sou trouxa."

Neste ano, a corrente de comércio brasileira atingiu valores recordes. Conforme dados do Banco Central, deverá encerrar este ano em 34,2% do PIB, ante 22,7% do PIB em 2018. É, porém, um comércio ainda muito dependente de commodities, disse Barral. Não se viu, nos últimos anos, o avanço da indústria na pauta de exportação brasileira.

Para Joelson Sampaio, a indústria "andou de lado" nos últimos quatro anos, em função da pandemia. O mundo ainda sente os efeitos da ruptura das cadeias globais de valor.

O horizonte futuro para o crescimento é nebuloso, avalia Sampaio. Ainda há incertezas sobre a condução da política fiscal, o que afeta as expectativas de mercado. Além disso, a perspectiva é que a economia mundial cresça menos, o que afeta o Brasil.

Desenvolvimento econômico

Impacto das ações do governo nos indicadores econômicos é gradual

Crescimento do PIB
Tombo na pandemia e recuperação

Fonte: IBGE

Desemprego
Após pico em 2020, taxa recua

Fonte: IBGE

Abertura comercial
Corrente de comércio (% PIB)

Banco Central e Secretaria de Política Econômica

Reformas estruturais
Mudanças nas relações econômicas

2019

Abril:
Cadastro Positivo
Junho:
Abertura do Mercado de Gás
Lei das Agências Reguladoras
Acordo Mercosul-União Europeia
Setembro:
MP da Liberdade Econômica
Outubro:
Reforma da Previdência
Revisão do Contrato de Cessão Onerosa
Dezembro:
Novo FGTS

2020

Abril:
Lei do Contribuinte Legal
Nova Lei do Agro
Maio:
Lei Complementar 173
Julho:
Marco do Saneamento Básico
Novembro:
Acordo da Lei Kandir
Dezembro:
Nova Lei de Falências
Lei Complementar 176

2021

Janeiro:
Lei Complementar 178
Fevereiro:
Autonomia do Banco Central
Março:
EC 109 (PEC Emergencial)
Fundos de Investimento (Fiagro)

2021

Abril:
Nova Lei de Licitações
Novo Marco do Gás
Maio:
Marco Legal das Startups
Julho:
Privatização da Eletrobras
Depósitos voluntários
Agosto:
MP do Doing Business
Lei do Ambiente de Negócios
Setembro:
Alteração da Lei de Propriedade Industrial
Novembro:
Redução de 10% da TEC
Dezembro:
Nova Lei Cambial
Lei das Ferrovias
Programa de Estímulo ao Crédito

2022

Janeiro:
BR do Mar
Abril:
Redução de 35% do IPI
Maio:
Redução adicional de 10% da TEC
Junho:
Sistema Eletrônico de Registros Públicos
Julho:
Aprimoramento das Garantias Rurais
Agosto:
Novo Marco da Securitização

Fonte: Adolfo Sachsida, apresentação nos 30 anos da SPE

ALAN SANTOS/PR

A privatização da Eletrobras, que teve início na B3 em 14 de junho deste ano, foi autorizada em troca de concessões à classe política criticada por economistas

Valor

Empresas

Musk defendeu as recentes demissões no Twitter como ajustes financeiros necessários B5

Destaques

Petrobras antecipa a P-71
A Petrobras anunciou nesta quarta-feira (21) que começou a operação na plataforma P-71, instalado no Campo de Itapu, no pré-sal da Bacia de Santos. O início da produção foi antecipado. A previsão original era para 2023. De acordo com a empresa, a plataforma, do tipo FPSO (navio-plataforma), tem capacidade para processar, diariamente, até 150 mil barris de petróleo e 6 milhões de metros cúbicos de gás, além de armazenar até 1,6 milhão de barris

Embraer voa no Canadá
A Embraer entregou na quarta-feira (21) as duas primeiras unidades do jato E195-E2 à canadense Porter Airlines. A encomenda envolve até 100 unidades (sendo 50 pedidos firmes e 50 direitos de compra). Na véspera do Ano Novo, a fabricante brasileira entregará mais três aeronaves à Porter. A aeronave voará inicialmente a partir do Aeroporto Internacional Pearson, em Toronto, com operações previstas também em Halifax, Montreal e Ottawa. Segundo a empresa, os primeiros aviões estão prontos para voar para o Canadá no fim de dezembro, e devem entrar em operação em fevereiro.

Índice

Concorrência Governo adota medidas compensatórias de até 14,93% por subsídios na importação de chapas e folhas

Setor de alumínio obtém taxação sobre produtos chineses

Ivo Ribeiro
De São Paulo

Após um ano e meio de investigação, a indústria de alumínio no país obteve nesta quarta-feira (21), do governo brasileiro, a aplicação de medidas compensatórias em produtos laminados (chapas e folhas) oriundos da China. As alíquotas impostas pelo Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex) são de 14,88% e 14,93% ao material exportado por produtores chineses.

"É uma conquista histórica para a indústria brasileira do alumínio, que preza por práticas leais de comércio e que busca segurança para continuar investindo em toda a cadeia do alumínio no país visando garantir o suprimento", disse ao **Valor** a presidente-executiva da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Janaina Donas.

As medidas, em caráter definitivo, que vão entrar em vigor a partir de 1º de abril ocorrem quase dois anos e meio desde a petição da Abal. A investigação identificou existência de subsídios. A vigência delas serão de até cinco anos, podendo ser objeto de revisão para manter por mais tempo.

Donas destaca que a inserção de produtos chineses de alumínio começou a avançar no país em 2005 e passou de 3 mil para 13 mil toneladas em 2007 e 2088, dando um salto para 50 mil toneladas em 2011. "A preocupação com a China no comercio internacional não é só nossa, mas também de outros países, onde sofreu diversos processo antidumping e pela prática de subsídios".

No ano passado, o Brasil importou 136,5 mil toneladas de produtos laminados de alumínio. Desse volume, 72% (ou 84,5 mil toneladas) eram provenientes da China. A investigação da Secex sobre a prática de subsídios abrangeu cinco anos — de 2016 a 2020.

No período, informa a executiva, foram avaliados documentos probatórios sobre os indícios de subsídios encontrados em uma série de programas concedidos pelo governo da China às exportações de produtos de alumínio. "Identificamos sete programas e o governo reconheceu seis", diz.

O processo incluiu a participação de empresas importadoras do Brasil, exportadoras e o governo chinês, além de verificações in loco na indústria nacional. Donas diz que a indústria local tem capacidade de instalada, de chapas e folhas, de 1,08 milhão de toneladas. Já o consumo no país, em 2021, foi de 889 mil toneladas. Portanto, com condições de atender a demanda.

Em seu despacho — destaca a Abal —, o Gecex reconheceu a existência de subsídios acionáveis concedidos pelo governo da China em seis dos sete programas analisados, constatação de dano à indústria doméstica e confirmou a capacidade da indústria brasileira em atender a demanda nacional desses produtos.

"O resultado da investigação traz alívio e satisfação para o setor. Não somos contrários às importações, desde que ocorram em um ambiente de comércio internacional justo e equilibrado. A adoção de instrumentos de defesa comercial é uma ação legítima, reconhecida pela Organização Mundial de Comércio (OMC), e fundamental para a correção dos desequilíbrios provocados por práticas desleais", realça a presidente da Abal.

As medidas compensatórias da Gecex recaíram sobre a Neuman (Xinhui) Alloy Materials (14,88%) e outras fabricantes e exportadoras chinesas (14,93%). Com os 9,6% de alíquota de importação existente, avalia-se que o laminado local ganhe competitividade no mercado.

Donas ressalta o alívio trazido pelas medidas, pois no início de 2022 o setor teve encerrado o pedido antidumping contra os mesmos produtos. Embora constatado, alegou-se insuficiente "existência de nexo de causalidade" nas importações para sobretaxar.

No período de investigação dos subsídios, as importações cresceram 186%, sendo 80% de produto chinês, enquanto a indústria sofreu danos de 25%, diz a executiva.

"Essa decisão é muito relevante para setor neste momento, pois há em curso investimentos de R$ 30 bilhões previstos até 2025, em diversas áreas da cadeia produtiva", diz Donas. Em alumínio primário, em 2023 a produção vai a 1,4 milhão de toneladas. "Estamos agregando valor e garantindo atendimento da demanda do país".

SILVIA COSTANTI / VALOR

Donas, da Abal: "A preocupação com a China no comércio global não é só nossa"

Mercado Vagas são em companhias de geração de energia e na indústria

Hidrogênio verde cria oportunidades de trabalho

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

O interesse das empresas pelo hidrogênio verde abre novas oportunidades de trabalho. Um estudo da Comerc Eficiência, companhia da área de eficiência energética, indica que apenas um projeto no segmento, de pequeno a médio porte, com capacidade de eletrólise de 120 MW (megawatts) tem potencial para gerar 3,4 mil empregos na cadeia produtiva — desde a implantação da planta de eletrólise e amônia, ao parque eólico e solar, até a produção e exportação do produto.

No caso de uma unidade maior, com capacidade de eletrólise de 2,4 GW (gigawatts), o número de posições pode subir para 25,6 mil, em um período de até dez anos. A eletrólise é o processo que usa a energia gerada a partir de fontes renováveis para "dividir" a água em hidrogênio e oxigênio. O resultado é o hidrogênio verde.

Paulo Dias, diretor do PageGroup, consultoria da área de recrutamento de profissionais, diz que a busca por gestores para o segmento está começando. "Os maiores projetos estão em desenvolvimento, com a construção de polos de produção, como o de Camaçari, na Bahia", afirma. "Mas, indiretamente, já temos uma alta demanda, nos dois últimos anos, para a área de geração de energia limpa, como a fotovoltaica, biomassa e eólica, fontes usadas para a etapa de eletrólise."

Além de empresas de geração de energia, o especialista acredita que a necessidade de mão de obra virá das indústrias químicas, por conta do processo de separação do hidrogênio; e de grandes fábricas que esperam reduzir ou zerar a pegada de carbono com a adoção da alternativa.

Na hora da seleção dos currículos, Dias destaca que saem na frente os candidatos com conhecimentos sobre as tecnologias mais atuais do ramo energético e um compromisso genuíno com a redução das emissões de carbono. A experiência em projetos de transição energética também é valorizada pelos recrutadores.

"Buscamos líderes que tenham um olhar no futuro", resume. A faixa salarial pode variar de R$ 25 mil a R$ 40 mil, para gerentes; e de R$ 40 mil a R$ 80 mil nas cadeiras de direção.

No ano passado, o PageGroup recrutou quatro gestores para atividades no setor e, em 2022, até novembro, "mais de cinco" foram convocados para operações em andamento. Ainda é muito difícil encontrar profissionais prontos, diz ele, por conta da baixa maturidade dessa indústria. "Normalmente, temos que identificar perfis com potencial para o segmento". O tempo de garimpo de um currículo ideal pode variar de dois a seis meses.

Mário Simon, diretor executivo de negócios da fornecedora de gases industriais White Martins, com três mil funcionários no Brasil, explica que como parte do desenvolvimento das equipes, os executivos da área de hidrogênio verde participam de intercâmbios em países como a Alemanha, destaque europeu na utilização do combustível; e nos Estados Unidos, referência mundial em questões técnicas ligadas ao hidrogênio verde.

Novo campo de trabalho
Potencial na geração de empregos, por tamanho de projeto

Projeto de pequeno/médio porte *	
Capacidade de eletrólise (MW)	120
Produção de amônia (TPD)	300
Geração necessária (MW)	245
Área necessária estimada - em hectares	13
Estimativa de geração de empregos	
Permanentes diretos e indiretos	360
Temporários diretos e indiretos	3,1 mil
Total previsto	3,4 mil **
Projeto de grande porte *	
Capacidade de eletrólise (GW)	2,4
Produção de amônia (TPD)	6.000
Geração necessária (GW)	5,2
Área necessária estimada - em hectares	60
Estimativa de geração de empregos	
Permanentes diretos e indiretos	600
Temporários diretos e indiretos	24,6 mil
Total previsto	25,6 mil **

Fonte: Comerc Eficiência. *Por capacidade de produção de hidrogênio, síntese de amônia e geração de energia necessária; ** inclui mão de obra para implantação da planta de eletrólise e amônia, do parque eólico e solar, produção e exportação do produto. MW = megawatt, GW = gigawatt, TPD = tonelada por dia.

A White Martins assinou memorandos de entendimento com os governos do Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além dos complexos portuários de Pecém (CE) e Açu (RJ), para a realização de estudos de viabilidade de implantação de projetos de hidrogênio verde e amônia, com foco na exportação.

"O mercado de hidrogênio está aquecido e pode se tornar um dos principais negócios da companhia devido à escala que a commodity alcançará no mundo", diz Simon. Em 2019, o grupo criou um departamento de desenvolvimento de negócios em energia limpa e hidrogênio verde. "Ao todo, temos 40 colaboradores que atuam no desenvolvimento desse mercado". A previsão é realizar mais contratações de acordo com o crescimento do setor, afirma o executivo, sem revelar números.

DIVULGAÇÃO

Para Luiz Antônio Mello, da thyssenkrupp Uhde, são necessários novos cursos na área

A tendência de alta na demanda por profissionais especializados também é confirmada pelo conglomerado industrial alemão thyssenkrupp. De acordo com Luiz Antônio Mello, head de vendas para o Brasil da thyssenkrupp Uhde, braço de projetos industriais da área química, de amônia e hidrogênio verdes, a entrada de pedidos relacionados à geração do hidrogênio, principalmente na Alemanha, aumentou "de forma significativa" desde o ano passado. A preocupação do executivo é com a formação da força de trabalho.

"Um relatório da agência internacional para as energias renováveis [Irena, na sigla em inglês] enfatiza que a transição energética criará até três vezes mais empregos do que a indústria de combustíveis fósseis", compara. "Diante desse cenário, será importante para as universidades desenvolverem novos currículos". Atores da iniciativa privada, como a thyssenkrupp, diz Mello, também podem fornecer suporte à formação profissional, por meio de parcerias e intercâmbios científicos.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna Rumo Certo.

Petróleo Início das atividades depende de Avaliação Pré-Operacional (APO)

Volta da Petrobras à Margem Equatorial vai ficar para 2023

Gabriela Ruddy
Do Rio

A exploração da Margem Equatorial, região que abrange as bacias marítimas de exploração e produção de petróleo e gás próximas à Linha do Equador, no Norte e Nordeste, deve ficar para 2023. O **Valor** apurou que a Petrobras ainda aguarda a definição, junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da data para a realização da Avaliação Pré-Operacional (APO) para perfuração em águas profundas no Amapá.

A atividade é um dos pré-requisitos para a emissão da licença ambiental que libera a companhia para iniciar a perfuração, o que vai marcar o retorno das atividades à Margem Equatorial. Essa região, que se estende do litoral do Rio Grande do Norte ao Oiapoque (AP), no extremo norte do país — e inclui as bacias Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar —, tinha campanha exploratória prevista para começar até fim deste ano.

De acordo com fontes, a realização da APO ainda depende da liberação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará. Depois da APO, ainda está prevista a realização de um simulado, antes da emissão da licença ambiental. O diretor de exploração e produção da Petrobras, Fernando Borges, disse no início de novembro que a companhia começava a deslocar a sonda de perfuração para o Amapá para o simulado.

Margem Equatorial se estende do litoral do Rio Grande do Norte ao Oiapoque (AP), no extremo norte do país

Até agora, no entanto, as atividades não avançaram. De acordo com a estatal, a APO vai ser realizada em data a ser definida "em breve" junto ao Ibama. "A Petrobras está envidando todos os esforços e mobilizando os recursos necessários para a realização da APO", disse a companhia em nota.

Com a APO, o ano de 2023 deve marcar o retorno da Petrobras a uma região que está há anos sem receber novas atividades de exploração de petróleo e gás no país. A companhia aposta em estudos nessa região para garantir uma nova frente de produção nas próximas décadas, conforme a estratégia que adotou de focar na produção de petróleo de menor custo e menos emissões no contexto da transição energética.

Nos últimos anos, ocorreram grandes descobertas na Guiana e Suriname, próximos ao norte do Brasil, assim como na costa oeste africana, que têm estruturas semelhantes a essa região do país.

Por isso, as reservas da Margem são a principal aposta da Petrobras para manter o nível de produção de petróleo e gás a partir da década de 2030, quando deve ocorrer um declínio natural na produção dos campos na Bacia de Santos.

De acordo com o diretor da Petrobras, Fernando Borges, o declínio natural nas reservas é de cerca de 10% a cada ano. Durante teleconferência com analistas este mês, ele disse que a companhia tem que incorporar a cada ano 300 mil barris por dia às reservas para manter a produção na faixa atual.

A Margem Equatorial é considerada uma nova fronteira, ou seja, ainda não há muito conhecimento geológico sobre a região, pois ocorreram poucas atividades exploratórias nessas bacias até o momento, principalmente em águas profundas, onde a Petrobras pretende atuar. A petroleira vai começar a exploração da região com uma perfuração no Amapá, a 160 quilômetros da costa e em 2800 metros de profundidade.

O plano de negócios da empresa para o período de 2023 a 2027 prevê a perfuração de 16 poços na região. A companhia vai destinar para essa região 49% dos investimentos exploratórios no período, que somam ao todo US$ 6 bilhões.

A proximidade das bacias com a Floresta Amazônica é um dos pontos que preocupa ambientalistas. Há ressalvas a respeito dos impactos sobre a biodiversidade da região, assim como os efeitos sobre comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. O aumento de resíduos, do tráfego aéreo e eventuais impactos sobre as atividades pesqueiras são algumas das preocupações. Outra questão é o fluxo das correntes marítimas na região, que contribuem para que eventuais vazamentos cheguem de forma rápida a países vizinhos.

Há ainda, segundo ambientalistas, a existência de um grande sistema de recifes de corais na costa Amazônica, que pode ser afetado pelas atividades. Segundo a ONG WWF-Brasil, representação da ONG de origem suíça World Wide Fund for Nature, as atividades colocam em risco a presença de habitats marinhos sensíveis e pouco conhecidos.

Entretanto, especialistas apontam que o avanço das atividades na Margem pode aumentar as receitas diretas e indiretas, como de royalties e do setor de serviços, em Estados como Maranhão, Pará e Amapá. Além disso, apontam que a produção de petróleo e gás naquela região abre novas perspectivas de desenvolvimento e industrialização do Norte e Nordeste.

Linha do tempo
Dificuldades ambientais têm adiado atividades exploratórias

Ano	Evento
1970	Começam as primeiras perfurações na Bacia da Foz do Amazonas
1998	Criação da ANP e anúncio da primeira rodada de licitação de blocos
1999	Resultado da primeira rodada de licitação com áreas na Margem Equatorial
2013	Realização da 11ª Rodada, com a assinatura de 51 contratos de concessão na Margem
2017	BP inicia planejamento logístico para perfurar no Pará
2018	Ibama nega pedido de licenciamento da TotalEnergies para perfurar na Bacia da Foz do Amazonas
2020	Petrobras anuncia intenção de investir US$ 1 bilhão na Margem de 2021 a 2025
	Petrobras compra participação da TotalEnergies e BP em blocos na Margem
2022	Empresa alemã Wintershall, que tinha blocos na Bacia Potiguar, encerra atividades no Brasil
	Petrobras desloca sonda para iniciar primeira perfuração em águas profundas no Amapá

Ducati dribla crise logística e cresce 9% em melhor ano no Brasil

Veículos

Carlos Prieto
De São Paulo

SILVIA ZAMBONI/VALOR

Daniel Paixão, presidente no Brasil, estima que poderia ter entregue até 100 motos a mais em 2022 e prevê expansão "conservadora" de 20% em 2023

Apesar das restrições causadas por uma cadeia logística mundial ainda desequilibrada, a fabricante italiana de motos premium Ducati fecha 2022 como o melhor ano de sua história no Brasil. O volume total deve ficar entre 1.100 e 1.150 unidades, crescimento de 9% sobre o ano passado. Em receita a expansão chega a 16%. Mesmo abaixo da estimativa inicial de 1.250 a 1.300 motos, a direção da companhia comemora a marca atingida quando completa 10 anos do início da produção local no Polo Industrial de Manaus.

"São 10 mil motos produzidas no Brasil quando comemoramos 10 anos no país", afirma Daniel Paixão, presidente da subsidiária brasileira desde maio. "2022 não foi aquilo que esperávamos no começo do ano. Ainda temos algumas motos paradas esperando a chegada de componentes. Mas mesmo diante de fatores que não são normais ao negócio crescemos 9% em volume e 16% em receita." A montadora traz da Itália a quase totalidade das peças para montagem das motos em Manaus.

Se de um lado a Ducati deixou de colocar no mercado cerca de 100 unidades ao longo do ano, perto de um mês de produção, de outro ganhou no pós-venda. Paixão explica que o cliente acabou rodando mais com a moto que já possuía enquanto esperava para trocar por uma zero. Isso impulsionou a venda de peças e serviços.

As motos de alta cilindrada, acima das 500 cc, são usadas principalmente para lazer, o que inclui viagens de longa distância. Isso impõe à Ducati dois desafios: ter peças disponíveis para reposição e uma base de atendimento que não deixe o "ducatista", como se autodefinem os apaixonados pela marca, sem apoio técnico.

"Num país com as dimensões continentais do Brasil, é um desafio enorme garantir que o nosso cliente terá peças e técnicos em qualquer lugar onde ele estiver", afirma Paixão. Para isso a montadora tem acelerado a expansão da rede de concessionários. Eram 17 no fim de 2021 e deve fechar este ano com 20. Para 2023 são previstos mais quatro.

Neste ano a Ducati abriu sua primeira loja na região Norte, em Manaus. E já planeja ter mais uma loja em outro Estado nortista, provavelmente ainda no próximo ano.

O executivo garante que a montadora tem em estoque, no centro de distribuição em Cajamar (SP), perto de 93% de todas as peças usadas nos seus modelos. Os 7% são componentes "muito específicos", mas que podem chegar ao Brasil, vindos da Itália, em até três dias. "O que acontece é que por questões burocráticas as peças podem ficar paradas na alfândega e ainda temos o tempo de transporte das peças dentro do país. Uma peça para chegar em Manaus, por exemplo, pode demorar até 14 dias."

A falta de componentes pode ter sido o principal motivo para limitar o crescimento da montadora, mas não foi o único. Paixão conta que as incertezas políticas e econômicas em um ano de eleição impactaram a tomada de decisão de compra de uma moto que varia de R$ 64 mil a R$ 160 mil. Alguns modelos de produção limitada podem variar de R$ 500 mil a R$ 1 milhão. E mesmo quase dois meses após a definição de quem vai comandar o país nos próximos quatro anos, as incertezas perduram.

"Motos de alta cilindrada, ainda mais a Ducati, é sempre um bem de lazer. Não é um bem de primeira necessidade. Então o cliente pode esperar um pouco mais para fechar um negócio esperando algumas definições", afirma.

Com o cenário político e econômico mais definido dentro do país e uma cadeia logística mais estabilizada no mundo, Paixão acredita que as vendas podem crescer "de forma conservadora" 20% em volume em 2023. O que preocupa o executivo no curto prazo é a chegada do inverno na Europa. Desde o início da invasão da Ucrânia pela Rússia, os europeus enfrentam escassez de gás, o que tende a se tornar crítica nos primeiros meses do próximo ano. Com menos gás, a prioridade deve ser o aquecimento doméstico, hospitais e escolas, deixando a indústria num segundo plano.

"Se alguém diz que não está preocupado com isso temos de analisar o motivo. Porque teremos dois efeitos. O primeiro é a ameaça de falta de peças por conta da capacidade de produção da indústria na Europa. E outro é sobre o aumento de custo, provocando inflação no continente", diz o executivo português com experiência em vários países da Europa.

Paixão diz que a Ducati vive um momento de diversificação do perfil do seu cliente. Aquela imagem de que o "ducatista" é homem de meia idade e com situação econômica já resolvida ainda perdura, mas a presença de jovens e, principalmente, de mulheres deve mudar essa percepção num futuro próximo. Um dos três modelos lançados neste ano, a Multistrada V2 S, caiu no gosto feminino.

"A mulher está deixando a garupa para assumir a direção da moto. E temos de ter uma atenção especial para isso", diz. A Ducati está preparando ações especiais para as mulheres em 2023.

Com aporte de grandes grupos, Beenx busca oportunidades no mercado livre

Energia

Robson Rodrigues
De São Paulo

Propondo um ambiente digital de balcão de negociações para compra e venda de serviços e produtos de energia no mercado livre, a Brasil Energy Exchange (Beenx) iniciou a operação nesta semana no modelo "one stop shop", em que são transacionados em um único sistema negócios de energia elétrica, certificado de energia (IRECs), contratos de gás e diversos produtos financeiros.

A empresa nasce do investimento de R$ 10,5 milhões em "open innovation" de projetos de pesquisa e desenvolvimento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e aportes de fundos de investimentos. Os principais investidores são a AES Brasil (R$ 3,4 milhões), ArcelorMittal (R$ 3,5 milhões), Eneva (R$ 2,5 milhões) e da Goodz Capital (R$ 1 milhão).

A empresa chega ao setor elétrico na esteira da abertura do mercado livre e a possibilidade de que os consumidores possam escolher livremente seus fornecedores.

O objetivo é que as negociações sejam realizadas dentro da plataforma de operação. O presidente da Beenx, Igor Ferreira, diz que o modelo viabiliza uma abertura para o setor financeiro atuar dentro da infraestrutura de mercado via transações digitais e seguras.

"A Beenx nasce como uma infraestrutura de balcão para administrar a relação de compra e venda para o setor no mercado livre de energia. A empresa nasce totalmente digital usando ferramentas de integração das várias plataformas que precisa para operar no setor", diz o executivo.

O uso da tecnologia blockchain vem para dar segurança e privacidade nas transações bilaterais. No primeiro momento, a plataforma entra em operação com participantes convidados de vários setores, que já terão à disposição ativos de energia e financeiros. A previsão é que os demais agentes estejam liberados a operar na Beenx até o fim de fevereiro de 2023.

"Decidimos organizar a nossa operação por ciclos para garantir que todos os nossos clientes tenham acesso às vantagens de negociar energia de forma adequada ao timing e necessidades de cada um deles", acrescenta Ferreira.

A companhia surge como uma alternativa ao Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE), que também possui infraestrutura para negócios com energia, oferecendo produtos e serviços no mercado livre e derivados de energia.

Curtas

Vendas crescem

O indicador Abrainc-Fipe, feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas para a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, registrou de janeiro a setembro deste ano aumento de 12,9% na venda de imóveis novos no país, em comparação com o mesmo período de 2021. Foram vendidas 122.738 unidades, segundo informações obtidas com 18 empresas associadas à entidade. O segmento de médio e alto padrão aumentou as vendas em 84,3% no período, mas ainda representa menos de um terço do que foi comercializado no país, com 35.192 unidades.

CVA lidera entregas

O indicador também trouxe dados sobre os imóveis novos entregues no Brasil no período, que cresceram 19%, para 63.973 unidades. Desse total, 88,6% foram casas e apartamentos do programa Casa Verde e Amarela. "O setor imobiliário segue consistente e os números comprovam isto. No geral, os empreendedores estão otimistas com as perspectivas para 2023", afirmou em nota o presidente da Abrainc, Luiz França.

Movimento Falimentar

Nota da redação: Em virtude do recesso forense, não há registros a serem publicados nesta data.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Comércio eletrônico Plataforma iniciou neste ano a venda de produtos nacionais

Shein avança em modelo no país, cria taxa de 10% e reforça logística

Adriana Mattos
De São Paulo

Beneficiada pelo "boom" de plataformas estrangeiras no Brasil, especialmente asiáticas, que vendem milhares de produtos baratos, a Shein dá novos passos para estruturar sua operação no país.

Em busca de um modelo mais sustentável em termos financeiros, o **Valor** apurou que a empresa informou aos seus vendedores, em outubro, o início de cobrança da taxa de comissão de 10% sobre o valor da venda. A plataforma, que não cobrava nada até então, confirmou a mudança.

Outra movimentação ocorre na logística, com ampliação de áreas de atendimento a lojistas e acordos locais. Para reduzir a dependência dos Correios — caminho já adotado por Mercado Livre e Shopee — a plataforma vem trabalhando há alguns meses com as operadoras Sequoia e JadLog, apurou o **Valor**.

Outra empresa que vem reforçando a distribuição é a Anjun, mas esta (muito utilizada pelos marketplaces asiáticos no país) faz o envio já a partir da China. Todos os produtos importados que a Shein vende aqui vêm de avião.

"Estamos avaliando as melhores opções logísticas dependendo da região. Para prazo menor, o custo será maior, e vice-versa, então há escolhas a fazer. Hoje são 14 dias desde a produção na Ásia e distribuição aqui, e mais até duas semanas para a entrega. Podemos ser mais rápidos", disse Felipe Feistler, desde junho gerente-geral da Shein (lê-se "Xin").

Nessa "fase de ajustes" da operação, Feistler deixa em aberto outras adaptações na taxa de comissão, agora em 10%. "Vamos avaliar se manteremos nessa faixa ou se segmentaremos [por categoria]. Passamos a cobrar, mas ainda somos competitivos, há taxas de mais de 20% e plataformas que cobram mais de uma taxa". Parte dessas empresas, porém, oferece serviços ao lojista, como linhas de crédito, armazenagem e publicidade, algo que a Shein não explora.

A mudança reflete a necessidade de adaptar a estrutura ao aumento de custos internos, passada a pandemia e com a escalada inflacionária no setor. Desde dezembro de 2021, Magazine Luiza, Via, Americanas e Shopee fizeram algum repasse de custos no on-line.

A Shein ainda abriu, neste ano, a venda no site e "app" de produtos de lojistas nacionais, e aumentou contatos com fabricantes locais, para verificar se a cadeia fabril comportaria maior produção.

O projeto começou a ganhar corpo no começo do ano, mas decolou neste semestre, dizem fontes. A intenção é complementar a oferta com lojas brasileiras — mas o negócio deve continuar um site majoritariamente de itens asiáticos, pelos preços agressivos e alta variedade.

Há roupas femininas no "app" a partir de R$ 11. O cadastro de vendedores começou por São Paulo, dizem lojistas ouvidos e contatados pela Shein, em bairros como Brás e Bom Retiro. Vendedores também vêm testando uso de pontos de envio de produtos, espécies de pequenas agências de despacho em galerias nesses bairros.

Um segundo passo será a coleta dos produtos diretamente nos lojistas mais relevantes em vendas — algumas lojas de São Paulo vêm sendo informadas que isso será possível em 2023. "Eles querem lojas que tenham maior estrutura para atender em prazos curtos. Pegam muitos dados, fotografam até estoques", diz um vendedor procurado pela equipe da Shein.

DIVULGAÇÃO

Feistler assumiu como gerente-geral da Shein no país em junho, vindo da Shopee

A respeito desse movimento de busca da indústria e do varejo local, Feistler diz que a modelagem no país difere da asiática, mesmo seguindo medidas padrão. E que há vendedores no país competitivos. Mas lembra que o modelo operacional da Shein na Ásia é difícil de ser superado. A indústria e o varejo têxtil no país passaram por diferentes crises, o que teve efeito no negócio. "Lá fora, nós produzimos e distribuímos no período de 10 a 14 dias, versus até 90 dias [no Brasil]", diz. São mais de 6 mil fornecedores asiáticos da Shein, empresa sediada em Cingapura, segundo a imprensa da região.

"Nosso sistema de não carregar estoque e só produzir depois que a coleção começa a vender reduz em 20% a 30% o custo de produção. Em vez de fazer 10 mil peças e estocar, são fabricadas 200. Aí se vender, escalamos". Especialistas dizem que esse foi um dos "pulos do gato" da Shein, fundada em 2008 — diferentemente da Forever 21, que não seguia esse sistema de "travar" estoque, passou a queimar muito caixa e quebrou.

Outro caminho envolve a abertura de mais lojas temporárias no país, como a aberta no Shopping Vila Olímpia, em São Paulo, em novembro. A unidade operou por cinco dias, causando grande exposição para a marca, e gerando filas por horas. Para 2023, serão, no mínimo quatro lojas do tipo — Belo Horizonte e uma praça do Nordeste estão na lista.

Ao colocar o nome da marca num espaço físico, a Shein quer dizer à consumidora que não existe apenas no mundo digital e derrubar a resistência de clientes que não usam a plataforma pelo receio da qualidade dos produtos e do risco de falhas na entrega — os dois obstáculos centrais na operação de plataformas asiáticas no país. Sobre essa questão da qualidade — há "memes" nas redes sociais comparando as roupas nas modelos do site com as peças entregues — Feistler diz que "a percepção geral de Shein globalmente é que são itens de qualidade".

Com exceção da iniciativa em lojas, é um caminho muito parecido com o que a rival Shopee tomou por aqui de um ano e meio para cá. Feistler trabalhou de 2019 a 2022 na Shopee, na área de desenvolvimento e de comércio on-line para América Latina. Em ambas as empresas, as ações são mapeadas e testadas discretamente. A partir de 2023, devem começar a ser mais comunicadas ao mercado.

Musk defende sua gestão no Twitter

Rede Social

Dow Jones, de Nova York

O novo dono do Twitter, Elon Musk, disse que a empresa estava a caminho de registrar um fluxo de caixa negativo de US$ 3 bilhões por ano antes de a empresa cortar custos, em parte enxugando milhares de empregos.

"É por isso que passei as últimas cinco semanas cortando custos como um louco", afirmou Musk durante uma conversa na noite de terça-feira (20) no Twitter Spaces. "Essa é a razão de minhas ações. Às vezes, elas podem parecer espúrias ou estranhas ou o que quer que seja. É porque temos uma simulação de incêndio de emergência em nossas mãos."

Com as mudanças implementadas na empresa, incluindo os esforços de corte de custos e aumento da receita de assinantes, Musk disse que espera que a empresa atinja o ponto de equilíbrio do fluxo de caixa no ano que vem.

"Agora acho que o Twitter vai, de fato, ficar bem no ano que vem", disse. "Esta empresa é como estar em um avião que está indo em direção ao solo em alta velocidade com os motores em chamas e os controles não funcionam", disse.

Em outubro, Musk, que também é diretor-presidente da Tesla, fechou o acordo para comprar o Twitter por US$ 44 bilhões, sobrecarregando a empresa com quase US$ 13 bilhões em dívidas.

Musk disse na terça-feira que o Twitter está com "um pouco mais de 2 mil pessoas", após os cortes de empregos e que anteriormente tinha cerca de 8 mil funcionários.

TIM S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME 02.421.421/0001-11 -NIRE 333.0032463-1

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022

DATA, HORA E LOCAL: 12 de dezembro de 2022, às 12h20, na sede social da TIM S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, Torre Sul, 13º andar, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA:** Reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia na data, hora e local acima mencionados, com a presença dos Srs. Nicandro Durante, Adrian Calaza, Alberto Mario Griselli, Claudio Giovanni Ezio Ongaro, Flavia Maria Bittencourt, Gesner José de Oliveira Filho, Herculano Aníbal Alves e Michela Mossini, presencialmente ou por meio de áudio ou videoconferência, conforme faculdade prevista no parágrafo 2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia. Ausência justificada da Sra. Elisabetta Paola Romano e do Sr. Michele Valensise. **MESA**: Sr. Nicandro Durante - Presidente; e Sra. Fabiane Reschke – Secretária. **ORDEM DO DIA**: **(1)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Environmental, Social & Governance; **(2)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário; **(3)** Tomar conhecimento sobre as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos; **(4)** Deliberar sobre a proposta de alteração da Política de Divulgação e Uso de Informações e de Negociações de valores mobiliários da Companhia; **(5)** Deliberar sobre a proposta de pagamento de juros sobre o capital próprio ("JSCP") da Companhia; **(6)** Tomar conhecimento sobre o Plano Industrial e deliberar sobre o orçamento da Companhia para o ano de 2023; **(7)** Deliberar sobre Projetos Estratégicos da Companhia; **(8)** Deliberar sobre a celebração de contratos de fornecimento de serviços entre a Companhia e a Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A.; **(9)** Deliberar sobre a celebração de contrato de fornecimento de serviços entre a Companhia e a IHS Fiber Brasil – Cessão de Infraestruturas Ltda.; **(10)** Tomar conhecimento sobre o andamento do Termo de Ajustamento de Conduta entre a Companhia e a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; **(11)** Deliberar sobre o Orçamento do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o ano de 2023; **(12)** Tomar conhecimento sobre o Calendário de Eventos Corporativos para o ano de 2023; e **(13)** Deliberar sobre o Plano de Trabalho do Conselho de Administração da Companhia para o ano de 2023. **DELIBERAÇÕES**: Após a análise do material disponibilizado e arquivado na sede da Companhia, e com base nos esclarecimentos prestados e nas discussões sobre as matérias constantes da Ordem do Dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade dos presentes e com a abstenção dos legalmente impedidos, registraram suas manifestações e deliberações da seguinte forma: **(1) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Environmental, Social & Governance ("CESG"), na reunião realizada no dia 12 de dezembro de 2022, conforme relatado pelo Sr. Nicandro Durante, Presidente do CESG. **(2) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE"), na reunião realizada no dia 12 de dezembro de 2022, conforme relatado pelo Sr. Gesner José de Oliveira Filho, Coordenador do CAE. **(3) Tomaram conhecimento** das atividades desenvolvidas pelo Comitê de Controle e Riscos ("CCR"), na reunião realizada no dia 12 de dezembro de 2022, conforme relatado pelo Sr. Herculano Aníbal Alves, Presidente do CCR. **(4) Aprovaram** a proposta de alteração da Política de Divulgação e Uso de Informações e de Negociações de valores mobiliários da Companhia, conforme proposta apresentada. **(5) Aprovaram** com fundamento no Artigo 46, §3º do Estatuto Social da Companhia, e no parecer favorável do Conselho Fiscal, a distribuição de lucros no valor de R$455.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de reais) a título de Juros sobre Capital Próprio ("JSCP"), à razão do valor bruto de R$0,187955005 (zero, vírgula, um, oito, sete, nove, cinco, cinco, zero, zero, cinco centavos) por ação. O pagamento ocorrerá até o dia 24 de janeiro de 2023, sem a aplicação de qualquer índice de atualização monetária, considerando-se a data de 21 de dezembro de 2022 como data de corte para fins de identificação dos acionistas com direito a receber tais valores. Desta forma, as ações adquiridas após esta data serão negociadas *ex-direito* de distribuição de JSCP. Serão retidos 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda na Fonte, por ocasião do crédito de JSCP, exceto para os acionistas que tiverem tributação diferenciada ou que estejam dispensados da referida tributação. O valor bruto por ação poderá ser modificado em razão da variação na quantidade de ações em tesouraria, para atendimento ao Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. **(6) Tomaram conhecimento** das premissas gerais do Plano Industrial da Companhia para os anos de 2023-2025 e **aprovaram** as diretrizes orçamentárias da Companhia, a serem utilizadas para o ano de 2023. **(7)** Os Senhores Conselheiros **tomaram conhecimento** sobre os avanços de implementação e da negociação em curso relacionado à criação de um fundo de conectividade 5G voltado para a ampliação da proposta de valor da Companhia. Após os esclarecimentos e discussões, os Senhores Conselheiros **deliberaram** e **autorizaram** os Diretores e/ou procuradores da Companhia a negociar e celebrar termos, acordos, contratos, documentos e tudo o mais que se fizer necessário, nos termos e condições do material de apoio que fica arquivado na sede da Companhia. **(8) Aprovaram** os termos e condições para contratação de fornecimento de serviços entre a Companhia e a Cozani RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A., conforme material de apoio que fica arquivado na sede da Companhia. **(9) Aprovaram** os termos e condições para contratação de fornecimento de serviços entre a Companhia e a IHS Fiber Brasil – Cessão de Infraestruturas Ltda., conforme material de apoio que fica arquivado na sede da Companhia. **(10) Tomaram conhecimento** sobre a execução de determinadas obrigações derivadas do Termo de Ajustamento de Conduta nº 1/2020 – TAC, firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, considerando os temas referentes ao 1º ano ainda sob avaliação do órgão regulador e a integralidade e conclusão do 2º ano de execução, assim como do 1º trimestre do 3º ano, nos termos e condições aprovados por este Conselho, em reunião realizada em 19 de junho de 2020. **(11)** Nos termos da Resolução CVM nº 23/2021 e do Regimento Interno do CAE, **aprovaram** a dotação orçamentária do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o ano de 2023, destinada exclusivamente para a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes. **(12) Tomaram conhecimento** da proposta do Calendário de Eventos Corporativos da Companhia para o ano de 2023. **(13) Aprovaram** o Plano de Trabalho do Conselho de Administração da Companhia para o ano de 2023. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário que, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os Conselheiros participantes. Certifico que a presente ata é cópia fiel da versão original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro (RJ), 12 de dezembro de 2022. **FABIANE RESCHKE** - **Secretária da Mesa.** Jucerja nº 5215436, em 20/12/2022. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

DACASA FINANCEIRA S.A. – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

Em Liquidação Extrajudicial - CNPJ nº 27.406.222/0001-65

EDITAL DE LEILÃO – CARTEIRA DE CRÉDITOS OFERTA PÚBLICA POR MEIO DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

O Sr. Liquidante da **DACASA FINANCEIRA S.A. – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO – Em Liquidação Extrajudicial ("DACASA"),** CNPJ 27.406.222/0001-65, estabelecida na Av. Nossa Senhora da Penha, 2.035 - 3º andar - Santa Lúcia - Vitória (ES) - CEP 29.056-245, devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil, FAZ SABER pelo presente Edital que procederá à alienação da **CARTEIRA DE CRÉDITOS** de propriedade da Liquidanda, **mediante LEILÃO EXTRAJUDICIAL a ser realizado *on-line*, no dia 01 de fevereiro de 2023, às 15:00 horas**, pelo **leiloeiro oficial Mauro Zukerman** (RG nº 4.150.081-7 e CPF 837.311.058-53, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o nº 328), via endereço eletrônico **portalzuk.com.br**, na modalidade "maior lance ou oferta", constituída de 1.113.048 (um milhão, cento e treze mil e quarenta e oito) contratos de operações de crédito pessoal (CP) e crédito direto ao consumidor (CDC), compostos por 9.354.038 (nove milhões, trezentas e cinquenta e quatro mil e trinta e oito) parcelas inadimplentes (CARTEIRA INADIMPLENTE), 405.035 (quatrocentos e cinco mil e trinta e cinco) faturas vencidas de operações de cartões de crédito (CARTÕES INADIMPLENTES) e 16.084 (dezesseis mil e oitenta e quatro) contratos de operações de crédito pessoal (CP) a vencer (CARTEIRA ATIVA), compostos por 79.498 (setenta e nove mil, quatrocentas e noventa e oito). As RELAÇÕES DE CONTRATOS E FATURAS que compõem cada um dos lotes ofertados, a RELAÇÃO DE CONTRATOS JUDICIALIZADOS e o CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA, SEM COOBRIGAÇÃO – este último a ser firmado posteriormente ao encerramento do Leilão – ficarão disponíveis aos interessados, após assinatura do competente TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE. O referido TERMO será disponibilizado pela DACASA a cada interessado, mediante senha pessoal e intransferível, após solicitação formulada por intermédio do *e-mail* leilaocredito@dacasa.com.br, **acompanhada de cópias dos documentos societários em vigor e indicação do representante legal e/ou procurador constituído,** cujo acesso terá validade até a data de realização do leilão. Qualquer eventual dúvida deverá ser previamente suscitada pelo interessado, mediante envio, até o segundo dia útil anterior à data do leilão, para o *e-mail* **leilaocredito@dacasa.com.br**, após o que não será possível realizar nenhum questionamento a respeito da CARTEIRA DE CRÉDITOS, observando-se, em todas as etapas e procedimentos, o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como na Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001 (Sigilo das operações de Instituições Financeiras). Desta forma, serve o presente Edital para promover a OFERTA PÚBLICA POR MEIO DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL, que obedecerá às condições estabelecidas neste Edital, ficando todos os interessados cientificados de que, caso cumpram com os requisitos estabelecidos, poderão participar do leilão para aquisição da CARTEIRA DE CRÉDITOS. **I. Objeto:** O objeto do leilão compreende o conjunto de 03 (três) lotes, os quais totalizam 1.129.132 (um milhão, cento e vinte e nove mil, cento e trinta e dois) contratos, bem como 405.035 (quatrocentos e cinco mil e trinta e cinco) faturas, integrantes da **CARTEIRA DE CRÉDITOS** de titularidade da DACASA, sob responsabilidade de um total de 1.318.348 (um milhão, trezentos e dezoito mil, trezentos e quarenta e oito) devedores, assim discriminados:

Lote	Quantidade CPF	Quantidade Contratos	Quantidade Parcelas	Quantidade Faturas	Saldo Devedor (em Reais)
L1 - Carteira Inadimplente	952.925	1.113.048	9.354.038		1.895.739.651,96
L2 - Cartões Inadimplentes	349.621			405.035	833.624.655,56
L3 - Carteira Ativa	15.802	16.084	79.498		21.576.011,32
Totais	**1.318.348**	**1.129.132**	**9.433.536**	**405.035**	**2.750.940.318,84**

II. Habilitação para o leilão: O interessado em participar do leilão deverá entregar à DACASA, **até as 16h do dia 24 de janeiro de 2023**, além de seus respectivos documentos societários e indicação do seu representante legal e/ou procurador constituído para o leilão, os seguintes documentos que comprovem sua capacidade econômica, financeira e patrimonial para apresentar proposta igual ou superior ao preço mínimo (vide item III, deste Edital) e para atender às condições mínimas deste Edital: (i) comprovantes de existência e regularidade, devidamente emitidos pelos órgãos responsáveis pelo registro de constituição do proponente; (ii) declaração de referência bancária de pelo menos uma instituição financeira devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil (BCB); (iii) prova de que possui recursos ou meios suficientes para fazer frente ao pagamento do lance vencedor, mediante apresentação de declaração de instituição financeira devidamente autorizada pelo BCB; ou de administradora de fundos, informando a disponibilidade de recursos livres e disponíveis de sua titularidade, correspondente ao valor mínimo do leilão; ou carta de crédito irrevogável de instituição financeira brasileira devidamente autorizada pelo BCB, em montante correspondente ao valor mínimo do leilão; ou fiança bancária de instituição financeira brasileira devidamente autorizada pelo BCB, em montante correspondente ao valor mínimo do leilão. **III. Preço mínimo:** O preço mínimo para aquisição do total de lotes objeto do leilão, em praça única, é de R$ 76.002.821,21 (setenta e seis milhões, dois mil e oitocentos e vinte e um reais e vinte e um centavos), assim decomposto por cada lote:

Lote	Saldo Devedor (em Reais)	Preço Mínimo (em Reais)
L1 - Carteira Inadimplente	1.895.739.651,96	29.194.390,64
L2 - Cartões Inadimplentes	833.624.655,56	35.178.960,46
L3 - Carteira Ativa	21.576.011,32	11.629.470,10
Totais	**2.750.940.318,84**	**76.002.821,21**

Tais valores serão fixos e irreajustáveis, independentemente das amortizações e quitações havidas nos contratos e faturas que compõem a CARTEIRA DE CRÉDITOS entre a data de publicação do presente Edital e a data do pagamento do valor do arremate. Não obstante, os valores das quitações e amortizações eventualmente realizadas em tal período pelos devedores dos créditos leiloados, bem como o saldo total da dívida desses devedores, serão informados pela DACASA aos interessados até 24 horas antes do leilão. Por sua vez, serão informados ao Arrematante, no segundo dia seguinte à data da efetivação do pagamento do preço de aquisição levado a efeito, os valores realizados entre a data do leilão e a data do referido pagamento. **IV. Procedimento do leilão:** O leilão será promovido pelo Leiloeiro Oficial Mauro Zukerman, sob forma *on-line*, via endereço eletrônico **portalzuk.com.br**, no dia 01 de fevereiro de 2023, às 15:00 horas. Todos os interessados deverão estar previamente habilitados para participar do leilão, conforme item II do presente Edital. Caso haja lances incrementais, estes deverão ser de no mínimo R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em relação ao preço mínimo do lote e/ou ao maior lance anteriormente ofertado. Caso nenhum interessado ofereça o preço mínimo do conjunto dos lotes, observados os preços mínimos de cada lote, o Leiloeiro encerrará o leilão sem vencedores. O Leiloeiro fará jus à comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda dos lotes, a qual deverá ser depositada pelo vencedor do leilão em conta corrente informada pelo leiloeiro, no mesmo prazo definido para pagamento do lance vencedor. **V. Proposta Vencedora:** A proposta considerada como vencedora, desde que se refira a todos os lotes, será anunciada pelo Leiloeiro, após todos os interessados ofertarem seus lances e corresponderá àquela com maior valor do conjunto de todos os lotes, observados os preços mínimos de cada lote. **VI. Pagamento:** O pagamento do preço de aquisição deverá ser realizado pelo Arrematante em até 5 (cinco) dias úteis contados da data do leilão, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos disponíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, mediante transferência para a conta corrente de titularidade da DACASA a ser informada ao Arrematante, sem qualquer possibilidade de compensação de créditos eventualmente existentes contra a DACASA. Em caso de atraso no pagamento de quaisquer valores pelo Arrematante, haverá a incidência de multa moratória de 2% (dois por cento) em favor da DACASA, relativamente aos valores atrasados, acrescidos de correção monetária com base na variação do IGP-M e juros de mora de 1% ao mês, *pro rata die* – sem prejuízo do direito à resolução da arrematação caso não ocorra a purgação da mora em até 10 (dez) dias úteis da data limite para o pagamento – hipótese em que o Arrematante ficará obrigado ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) do Preço de Aquisição em favor da DACASA. Na hipótese de resolução da primeira arrematação, será considerado vencedor o licitante que tenha oferecido o segundo maior lance. Nessa hipótese, entre a data do leilão e o efetivo pagamento pelo segundo colocado, as amortizações e quitações havidas nesse período serão informadas, após pagamento do lance. Aplicam-se os prazos e encargos acima mencionados na hipótese de atraso de pagamento de quaisquer valores pelo segundo colocado, sem prejuízo da resolução da arrematação. **VII. Procedimento após o pagamento integral do preço:** Com a definição do Arrematante, a respectiva homologação de sua proposta pelo leiloeiro e, ainda, após efetivado o pagamento integral do preço, a DACASA e o Arrematante deverão firmar CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA, SEM COOBRIGAÇÃO (disponibilizado no *link* fornecido pela DACASA) relativamente aos contratos/créditos adquiridos, em até 60 (sessenta) dias úteis, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes. Uma vez assinado o referido CONTRATO DE CESSÃO, ocasião a DACASA disponibilizará ao Arrematante, à exceção de sistemas, todas as informações contidas nos bancos de dados, bem como documentos de que dispõe, físicos e eletrônicos, relacionados aos contratos e faturas que compõem a CARTEIRA DE CRÉDITOS, respondendo a DACASA, tão somente, pela existência e validade dos contratos e faturas que a compõem, mas não pela solvência, garantias e/ou inadimplência dos devedores e/ou fiadores/avalistas, presente e futura. O Arrematante, ou pessoa/entidade por ele indicada, receberá referida documentação no estado em que se encontra, exonerando a DACASA de qualquer responsabilidade, declarando ter tido oportunidade de consultar previamente toda a documentação existente, física e/ou digitalmente. No período entre a data do recebimento do preço do arremate e a assinatura do CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA, SEM COOBRIGAÇÃO, as atividades de cobrança administrativa e judicial de créditos levadas a efeito pela DACASA seguirão os procedimentos da política interna adotada pela empresa **(Política de Cobranças e Acordos Dacasa**, que será disponibilizada pela DACASA). Após o pagamento do preço, os repasses de valores recebidos pela DACASA e devidos ao Arrematante serão realizados com os devidos descontos de custos operacionais, administrativos, de cobrança e correlatos, o que será procedido até a data da efetiva assinatura do referido CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA, SEM COOBRIGAÇÃO. **VIII. Dos contratos judicializados:** A partir da assinatura do CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA, SEM COOBRIGAÇÃO, o Arrematante deverá ingressar imediatamente nos processos judiciais constantes da RELAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIALIZADOS fornecido pela DACASA, ao qual teve acesso após a assinatura do TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, mediante juntada de procuração com outorga pelo Arrematante para seus advogados com poderes *ad judicia et extra,* que irão representá-lo nos respectivos processos, em substituição à DACASA, respeitada eventual verba sucumbencial *pro rata* a que os advogados da DACASA tenham direito, assumindo, ainda, toda e qualquer despesa necessária à condução desses processos judiciais e mantendo a DACASA livre de quaisquer prejuízos materiais decorrentes do seu resultado. Eventuais novas demandas surgidas em desfavor da DACASA, e que tenham relação com contratos que compõem a CARTEIRA, serão imediatamente comunicadas ao Arrematante. O Arrematante obriga-se a requerer imediatamente a exclusão da DACASA do polo ativo do feito e a sua consequente substituição pelo Arrematante, diante da cessão operada. Na hipótese de a DACASA vir a ser onerada pelo descumprimento ou pelo cumprimento intempestivo pelo Arrematante das obrigações aqui mencionadas, o Arrematante ficará obrigado a ressarcir a DACASA pelos ônus aqui citados, acrescidos de multa de 10% (dez por cento) e de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, além de correção monetária *pro rata die* pela variação do IGP-M, o que será objeto da devida notificação. **IX. Das obrigações do Arrematante:** Após assinatura do CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA, SEM COOBRIGAÇÃO, constitui obrigação do Arrematante comunicar aos então devedores da DACASA, por escrito e expressamente, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da assinatura do referido instrumento, a aquisição dos respectivos créditos/contratos, bem como os meios para pagamento das prestações mensais, com encaminhamento para a DACASA da comprovação das referidas comunicações. O Arrematante se obriga também a providenciar, no mesmo prazo e às suas expensas, a transferência, para seu nome, das negativações junto aos órgãos de proteção de crédito (p.ex., SPC, SCPC etc.). Na hipótese de a DACASA vir a ser onerada pelo descumprimento ou pelo cumprimento intempestivo pelo Arrematante das obrigações aqui mencionadas, o Arrematante ficará obrigado a ressarcir a DACASA pelos prejuízos aqui citados, acrescidos de multa de 10% (dez por cento) e de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração e correção monetária *pro rata die* pela variação do IGP-M, o que será objeto da devida notificação. **X. Cessão e Transferência de Direitos:** A qualquer tempo após o pagamento integral do Preço de Aquisição, o Arrematante poderá ceder e transferir os créditos adquiridos, os processos judiciais e/ou os direitos e obrigações previstos neste Edital a qualquer terceiro, inclusive fundos de investimento ou instituições financeiras nacionais e internacionais, independente de prévia e expressa anuência da DACASA, observadas as vedações legais. **XI. Sucessão:** A alienação objeto do presente leilão extrajudicial será livre de sucessão pelo adquirente, de dívidas e obrigações da DACASA, incluindo, e não se limitando, àquelas de natureza tributária e trabalhista. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e produza os efeitos pretendidos, é expedido o presente Edital de Leilão e publicado na forma da Lei.

Vitória/ES, 21 de dezembro de 2022.

Eduardo Felix Bianchini - Liquidante

22/12/2022, 29/12/2022 e 05/01/2023

Joias Com seis lojas próprias no Estado de São Paulo, Julio Okubo estuda parcerias em Goiás e no Nordeste

Joalheria busca aliar pérolas à moda para atrair mais jovens

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Maurício Okubo, da joalheria Julio Okubo: rede fundada por seu avô dobrou faturamento nos últimos três anos

Pedro Diniz
Para o Valor, de São Paulo

Pérolas foram símbolos da economia do Catar no século 20, muito antes de outras esferas rolarem nos campos desta Copa do Mundo. Também foram, nos anos 1990, armas no pescoço de uma Lady Di ferida pelas traições do rei Charles III, quando a princesa combinou dezenas delas com seu famoso "vestido da vingança" preto.

Do lado de cá do globo, as pérolas são o motor da joalheria Julio Okubo, de São Paulo, que lidera o fornecimento da fatia mais exclusiva dessas pedras na América do Sul e, neste ano, estima faturar R$ 60 milhões — o dobro de três anos atrás.

O desafio do vice-presidente e neto do fundador que batiza a marca, Maurício Okubo, não é apenas expandir a presença da empresa familiar que tem seis lojas próprias no Estado de São Paulo, além de 15 pontos de venda em seis Estados e, agora, estuda novos parceiros em Goiânia e em capitais do Nordeste. Guardadas as proporções, ele planeja transformar a companhia de 57 anos em uma espécie de "Swarovski das pérolas".

Assim como fez a joalheira austríaca ao tornar os cristais de luxo elementos de moda, ele pretende colar as esferas raras em peças de vestuário até itens de decoração, propondo quebrar a imagem de que pérolas são "coisas de avó".

"É uma mudança de percepção, um desafio que não é só nosso, mas de toda a joalheria. Já vemos adolescentes usando pérolas de maneira mais moderna, e entendemos também que elas não precisam estar apenas nos acessórios, mas também em objetos, que podem incluir até garrafas de champanhe [personalizadas]. Isso tudo ajuda a quebrar o tabu [etário]", explica Okubo.

Sem revelar nomes, o executivo adianta que negocia para o segundo semestre de 2023 uma primeira colaboração. Será com um estilista de noivas brasileiro, que deve forrar vestidos com as gemas orgânicas. "Mas não vamos perder nossos valores ou deixar de lado a tradição. São só novas perspectivas de negócio que estamos tratando há um bom tempo", ressalta.

Os ventos da moda são favoráveis. Nos últimos dez anos, Okubo diz, a clientela rejuvenesceu uma década e, na média, abarca mulheres a partir de 25 anos. Surpreendentemente, até 3% dos clientes são homens — jovens, vale dizer, influenciados pelas "trends" das redes sociais em que garotos da geração Z exibem acessórios perolados.

Um estudo conduzido pela Associação de Pérolas Cultivadas da América, publicado no ano passado, baliza a mudança. Entre mais de mil entrevistas com consumidores de joias finas, 47% dos millennials, entre 25 e 35 anos, veem a si mesmos usando pérolas, e 24% deles disseram estar muito dispostos a comprar uma peça desse tipo.

Não soa aleatório, então, que Maurício Okubo planeje em até dois anos passar de metade para 60% a porcentagem de peças do portfólio incrustadas com as esferas. Embora modelos unicamente de prata, ouro e outras pedras preciosas ainda sejam relevantes para a companhia, conta, "por um desvio de rota" eles chegaram a suplantar no passado os principais ativos da marca.

Sejam as de água doce, mais baratas, sejam as negras do Tahiti, as "south sea" japonesas e australianas ou as raríssimas pérolas douradas cultivadas nas Filipinas, o plano dele é que o percentual dessas gemas orgânicas cresça mais no médio prazo.

Dessa metade atual de coleções com pérolas, até 20% estão na faixa dos R$ 1 mil, enquanto os 30% restantes compreendem preços superiores, dos quais 15% são de modelos com pérolas douradas. O colar mais caro da coleção de Natal, com nove bolinhas que parecem pequenos sóis tramados entre diamantes e safiras, custa R$ 520 mil.

Na outra ponta, Okubo adianta o lançamento de uma pulseira com pérolas de água doce, brancas, unidas por um fio de silicone e que custará R$ 230.

Japão domina cultivo em águas salgadas, enquanto a China produz em lagos

Para o Valor, de São Paulo

A matemática por trás das pérolas, as únicas pedras preciosas de origem animal, é complexa. E a pandemia, que inibiu viagens de compradores profissionais, acabou ajudando a jogar os preços das pérolas para o alto.

Assim como ocorre com o vinho, as regiões produtoras, o tempo de maturação do cultivo e as características particulares de cada gema influem na precificação, cujas cifras oscilam ao sabor de safras cada vez mais raras em qualidade que, por sua vez, dependem da seleção criteriosa das "uvas" pelo homem.

Estima-se que a China detenha, hoje, mais de 90% da produção de pérolas de água doce, cultivadas em lagos e, portanto, produzidas em escala industrial.

Um único molusco pode produzir mais de uma dezena de esferas. As diferenças, para além da falta de exclusividade intrínseca ao luxo, é que muitas vezes o nácar — a reação provocada pelo agente invasor que faz o animal "se curar" criando a pérola — não produz camadas suficientes para conferir cor, brilho e reflexos de alto padrão. Aí as japonesas ganham.

O Japão perdeu o posto de maior produtor global, mas concentra cerca de 80% do cultivo dos tipos exclusivos de pérolas Akoya, de águas salgadas.

O último levantamento da empresa de análise de dados Statista estima que o Japão produziu 13 toneladas de pérolas marinhas em 2021, a menor quantidade em uma década. Em Hong Kong, sede da maior feira do setor, um exemplar de suas luzes rosadas ou prateadas parte de US$ 70.

As de água doce, hoje, começam em US$ 5, mas a depender da qualidade, podem chegar a US$ 400. Uma pérola negra do Tahiti, estima-se, custa entre US$ 200 e US$ 300, enquanto as douradas, das Filipinas e Indonésia, custam até US$ 500.

Essa elasticidade de valores torna a classificação difícil para um cliente leigo. Portanto, a procedência é um fator de diferenciação das joalherias especializadas, cujas pérolas vêm sendo cada vez mais negociadas diretamente das fazendas.

A filipina Jewelmer, que fornece pérolas douradas para a joalheria brasileira Julio Okubo, é a mesma que abastece diretamente titãs globais como Cartier e Tiffany & Co.

O movimento ganhou tração na pandemia, porque os leilões de lotes na China e no Tahiti, frequentados por experts que avaliam in loco os baldes dispostos em mesas de observação, sofreram com os impedimentos de viagens e fluxos de frete.

Pesa ainda o fato de que os lotes têm qualidade e tamanhos heterogêneos, o que pode causar problemas na gestão do estoque. "A compra direta possibilita um controle maior sobre a origem. E, por serem renováveis, são as gemas mais sustentáveis", diz Maurício Okubo, vice-presidente da joalheria que leva o nome de seu avô.

É fato que a pérola é menos nociva ao planeta. Afinal, ela não é minerada, mas sim cultivada. Porém, diferentemente dos diamantes, que são rastreados por certificadoras e classificados por letras pelo Instituto Gemológico da América, as pérolas não têm padrões regulamentados.

"Há uma pressão das joalherias para que haja mais garantias. Muitos produtores criam os próprios certificados, mas não são suficientes porque é o empresário atestando", explica Okubo.

As conversas mais avançadas atualmente, ele diz, giram em torno do uso da tecnologia de rastreio por blockchain.

Leis e acordos têm surtido efeito. Sabe-se que a China vem diminuindo o número de fazendas devido ao arrocho da legislação ambiental, que inflou custos e fez com que agricultores buscassem culturas mais lucrativas.

Por outro lado, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação assinou, no mês passado, um acordo de colaboração com a agência ambiental de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos, para incentivar a aquicultura sustentável de pérolas.

Além da tentativa de recuperar os dias áureos do Golfo Pérsico na exportação das esferas até a primeira metade do século 20, quando o país e o Catar dominavam a procura por gemas naturais, a ideia é combater a pesca predatória na região. *(PD)*

Cresce número de crianças que prefere celular a brinquedo

Comportamento

PIXABAY

A partir dos 6 anos, os celulares já lideram a preferência dos pequenos no Natal, com 30,7%, à frente das bonecas (23,4%), mostra pesquisa da Askids

Ricardo Lessa
Para o Valor, de São Paulo

A fábrica de brinquedos do Papai Noel já deve ter um anexo para produzir telefones celulares e tablets. As crianças pedem cada vez mais cedo, de presente de Natal, telas digitais em vez de brinquedos.

Do ano passado para este, o percentual das crianças brasileiras, entre 3 e 5 anos, que preferem ganhar celulares a brinquedos aumentou de 21% a 25%. E o percentual vem subindo a cada ano.

A constatação é de Gastón Stochyk, diretor da divisão de dados e investigação da empresa de pesquisas Askids. "As telas viraram chupetas eletrônicas", compara ele, que acompanha o mercado infanto-juvenil há mais de uma década.

Para o Natal deste ano, a Askids fez 3.592 entrevistas, no Brasil, Argentina, Colômbia, México, Peru e Chile, por formulários eletrônicos, entre crianças e adolescentes, de 3 a 18 anos, das diversas classes sociais.

"Em vez de brincarem, assistem aos outros brincarem", constata Sharon Sczitrom, mãe de três e diretora de marketing da Sunny Brinquedos, representante de marcas icônicas como Playmobil e Pokémon.

Entre seus filhos de 12, 10 e 6 anos, só o mais velho tem celular. A mais nova tem acesso de uma a duas horas por dia ao tablet.

Embora o celular venha avançando nas preferências entre os mais novos, os líderes dos desejos para os que têm entre 3 e 5 anos, segundo a pesquisa, ainda são as bicicletas, patinetes e patins, com 32,% das menções, seguidos pelas bonecas, 30%. A partir dos 6 anos, os celulares já lideram com 30,7%, à frente das bonecas, 23,4%.

A pesquisa detectou mais otimismo entre as crianças e os jovens brasileiros em relação ao Natal do ano passado. Dois terços deles acreditam que terão mais presentes na árvore, segundo a Askids, braço de dados da Kids Corp, especializada em marketing digital para o público infanto-juvenil na América Latina.

O número de presentes que as crianças esperam receber reflete bem a pirâmide social brasileira. A maioria, 24%, respondeu que recebeu apenas um presente no ano passado. Este ano, 12% acreditam que vão ficar na mesma, mas o percentual dos que os esperam dois presentes pelo menos sobe para 19,5%. Os que ganharam mais de cinco presentes foram 12,9%. Mais que seis, menos de 10%.

Na distribuição do PIB internacional dos brinquedos, segundo a diretora da Sunny, o Brasil ocupa uma das últimas colocações. Enquanto as crianças americanas ganham 35 presentes por ano, as brasileiras ganham um e meio.

"A gente luta para que este um e meio seja nosso", diz Sharon. Atualmente, afirma, o Dia das Crianças tem sido melhor para os brinquedos em vendas do que o Natal, por causa da concorrência dos eletrônicos. "No Dia da Criança a criança quer é brinquedo", acrescenta.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Brinquedos (Abrinq) há 38 anos, Synésio Batista da Costa, "o setor de brinquedos já está acostumado com a concorrência do celular".

"Tem uma hora que a criança cansa e quer brincar", argumenta. Costa afirma que na época de Natal prefere os avôs e avós, "esses dão brinquedo, as tias dão roupa".

A pesquisa da Askids mostra que o desejo pelos celulares só aumenta no Natal, na mesma proporção das faixas de idade. Entre as crianças brasileiras de 9 a 12 anos, os celulares lideram as preferências, com 40,5% das menções, seguidos por dinheiro ou "gift cards".

No outro extremo etário dos pesquisados, entre 16 e 18 anos, a preferência pelos smart phones acusou a maior variação, de 51% para 59%. Em outra pesquisa, realizada de janeiro a dezembro, com 13.272 entrevistados no Brasil, entre 3 e 18 anos, a Askids constatou que 86% deles utilizam esses aparelhos.

De três a cinco anos 75% manejam as teclas e telas dos celulares, 48% já têm o seu. Na mesma faixa etária, 16% têm seu tablet. Os maiores de seis anos já tem até preferência por marca: 38% preferem tecnologia Samsung e 19%, Apple.

Curtas

Atrasos nos voos

A paralisação parcial de pilotos e comissários de bordo entre 6h e 8h da manhã completou três dias ontem sem sinalização de um acordo entre a categoria, representada pelo Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) e as empresas aéreas. Até esta quarta-feira (21), o movimento provocou 292 atrasos de voos e 125 cancelamentos no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. No Santos Dumont, no Rio, foram 277 atrasos e 148 cancelamentos. Entre outras reivindicações, os aeronautas pedem ganho real de 5% nos salários — o sindicato patronal ofertou 0,5%.

Investimento social

A partir de 5 de janeiro serão abertas as inscrições para o 12º Congresso do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), um dos maiores eventos de investimento social da América Latina. Esta edição vai ocorrer entre os dias 12 e 14 de abril no Memorial da América Latina, em São Paulo, e o tema será "Desafiando as estruturas de desigualdades". Criado em 1985, o Gife promove pesquisas, discussões e colaboração entre diversas organizações para fortalecer a filantropia e o investimento social privado no Brasil.

Salas de cinema nos EUA

A AMC Entertainment negociou a possível aquisição de salas de cinema da rival Cineworld, que está em recuperação judicial, mas não chegou a um acordo e as conversas foram encerradas. As informações foram dadas ao mercado ontem pela AMC, segundo a Dow Jones.

Commodities Mercado de grãos também continua de olho na Argentina

Frio extremo nos EUA motiva forte alta dos preços do trigo

Paulo Santos
De São Paulo

As cotações do trigo encerraram a quarta-feira em alta na bolsa de Chicago, diante de preocupações com o frio extremo em áreas produtoras dos Estados Unidos. Os contratos para março, os mais negociados atualmente, fecharam com valorização de 2,3% a US$ 7,6775 por bushel, enquanto os papéis para maio subiram 2,34%, para US$ 7,7525 por bushel.

"As temperaturas muito baixas representam riscos para os grãos de inverno nos EUA, pois falta cobertura de neve em parte do Estado do Kansas e nas Grandes Planícies, as duas maiores regiões produtoras americanas", disse ao **Valor** Luiz Pacheco, analista da TF Consultoria Agroeconômica.

Segundo previsões da Metsul, a atuação de um ciclone bomba vai impulsionar a formação de uma massa polar em grande parte dos EUA, que vai chegar à costa do Golfo e ao norte do Caribe no fim de semana do Natal.

Também oferecem suporte aos preços os embarques mais lentos que o normal no corredor de exportação do Mar Negro. De acordo com Pacheco, entre os dias 12 e 18 de dezembro o ritmo nos portos que fazem parte do acordo entre Rússia e Ucrânia caiu 22% ante a semana anterior, para 514,8 mil toneladas escoadas, o menor volume semanal desde agosto, segundo o analista.

"Esse cenário limita também a oferta da Rússia, que tem uma grande safra mas encontra dificuldades para exportar neste momento. Assim, cresce a demanda por trigo de outras origens, como EUA e França", disse.

O milho também subiu em Chicago. Os contratos do cereal com vencimento em março fecharam em alta de 1,57%, a US$ 6,6225 por bushel. Já os papéis para maio de 2023 avançaram 1,50%, também a US$ 6,6175 por bushel.

O milho acompanha a valorização do trigo e também sobe devido à lentidão nos embarques de grãos pelo Mar Negro, uma vez que a Ucrânia é o quarto maior país exportador mundial do cereal. O clima frio nos EUA e a expectativa de menos chuvas na Argentina também sustentam as cotações do grão no mercado internacional.

No mercado de soja, os contratos com vencimento em março, os mais negociados no momento, fecharam com avanço de 0,32%, a US$ 14,8450 por bushel.

Uma recuperação nos mercados de ações dos EUA também está oferecendo algum suporte para a soja, enquanto a frente fria que se expande em grande parte das terras agrícolas americanas também colabora para altas, segundo a Futures International.

"Temperaturas excepcionalmente mais baixas representam um risco de danos aos grãos de inverno dos EUA na próxima semana", reforçou a consultoria, segundo a Dow Jones Newswires.

Na Argentina, as previsões meteorológicas também favorecem a alta dos contratos. A expectativa é de chuvas de apenas 25 milímetros nos próximos dez dias. "Isso é muito pouco diante da seca e não vai reverter o quadro de déficit hídrico no solo", afirmou Raphael Mandarino, diretor da Agresource. Segundo ele, apenas em janeiro o quadro de chuvas deverá melhorar no país.

Na bolsa de Nova York, todas as principais "soft commodities" também registraram valorizações, impulsionadas pelo bom humor que tomou conta dos mercados financeiros globais e diluiu a aversão a ativos de risco.

Os contratos futuros do suco de laranja subiram mais de 2%, enquanto o cacau avançou pouco mais de 1%. Já o café, o açúcar e o algodão registraram altas inferiores a 1%. Nesse grupo, o peso do Brasil tem sido maior no mercado de café, por causa das expectativas para a oferta no país, maior produtor e exportador, em 2023.

Trigo em Chicago
Em US$ cents/bushel

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. * Mercado futuro, segunda posição

Leatt, de bebidas vegetais, ganha novos mercados

Estratégia

José Florentino
De São Paulo

A startup brasileira Leatt chamou a atenção da sueca TetraPak com suas bebidas vegetais. Com isso, seus produtos feitos com o uso de coco e amêndoa serão os primeiros do Brasil distribuídos com as embalagens Bio desenvolvidas pela multinacional.

A empresa também se prepara para estrear no maior mercado consumidor de plant-based do país, o de São Paulo, no mês que vem. A Leatt fechou um contrato para comercializar suas bebida em cerca de 80 lojas do Grupo Oba. Até agora, os negócios estão bastante concentrados no Espírito Santo e no Rio de Janeiro.

A empresa começou a ganhar projeção no mercado com o lançamento de uma bebida produzida com um pó extraído de algas marinhas mortas que, segunda suas informações, tem uma capacidade de absorção de cálculo de 90%, cerca de 40 pontos percentuais acima que o leite animal.

Ex-farmacêutico industrial, Guilherme Barbieri fundou a Leatt, em parceria com o amigo Bruno Ramos, depois de se tornar vegetariano. Por isso, ao explicar a origem do pó usado na composição, Barbieri reforça que se tratam de "esqueletos" de algas marinhas que ficam no fundo do oceano após suas mortes.

Ramos explica que a companhia que extrai os esqueletos opera em uma jazida em Tutoria (MA), com aproximadamente 30 milhões de toneladas, das quais retira 60 mil toneladas por mês. "Temos todo esse potencial sem agredir o ecossistema", afirma.

O nicho da Leatt tem se expandido nos últimos anos, para além de vegetarianos, veganos e pessoas intolerantes a lactose ou alérgicas à proteína do leite.

Flexitarianos — aqueles que abrem mão do consumo de proteína animal algumas vezes na semana — e pessoas que alegam querer uma vida mais saudável também têm consumido mais leites vegetais. "Dados do varejo mostram consumidores que compram o nosso produto e um filé, por exemplo", diz Ramos.

Para Barbieri, o mercado plant-based brasileiro é a bola da vez. O desafio é conseguir reduzir custos para baratear os preços na gôndola e competir com produtos de origem animal. E a startup também enfrenta essa questão. No Rio de Janeiro, seus produtos são vendidos entre R$ 14,90 e R$ 16,90, enquanto o litro de leite custa de R$ 6,90 a 9,90.

valor.com.br

Safra 2022/23

Brasil puxa avanço da colheita global de café

A colheita mundial de café nesta safra 2022/23 deverá crescer 6,6 milhões de sacas de 60 quilos ante o volume da temporada 2021/22 e alcançar 172,8 milhões de sacas, de acordo com nova estimativa divulgada pelo USDA. O aumento reflete sobretudo o avanço da produção do tipo arábica no Brasil.

valor.com.br/agro

Valor

Agronegócios

Insumos Foram registrados 112 novos produtos do gênero no país este ano, e vendas chegaram a R$ 3 bi em 2021/22

Defensivos biológicos conquistam produtores

Érica Polo
De São Paulo

O cafeicultor Luiz Monguilod deu início a uma revolução no processo produtivo de suas lavouras há dez anos. O primeiro passo foi testar a inserção de adubos de resíduos orgânicos. Depois, vieram os defensivos biológicos (fungos, bactérias e insetos), mas ainda aplicados de forma pontual no controle de pragas.

Hoje, depois de desenvolvido um programa próprio de cultivo inserido em um modelo de agricultura regenerativa, onde os biológicos são protagonistas, é comum ver drones sobrevoando a Fazenda Vitória, do agricultor, localizada em Monte Carmelo (MG), para distribuir ovos de vespas sobre a plantação.

Para quem vive em centros urbanos, a cena é inusitada. Mas, no campo, é cada vez mais comum. A busca crescente por esse tipo de solução explica as projeções de aumento de 30% a 50% das vendas de biológicos nesta safra 2022/23, sobre uma cifra já bilionária.

Em 2021/22, o segmento faturou R$ 2,9 bilhões e representou cerca de 4% do mercado total de defensivos do país, de acordo com a consultoria Kynetec, que neste ano incorporou a brasileira Spark Inteligência Estratégica. Para efeito de comparação, a fatia de participação dos biológicos era de 1% em 2016/17.

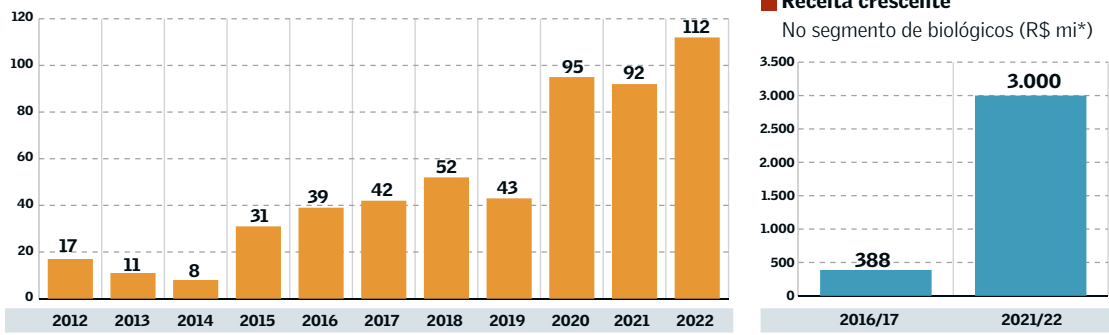
Predadoras do bicho mineiro — uma praga do café —, as vespas distribuídas sobre os cafezais de Luiz Monguilod são uma solução para um de seus dois problemas, já que os insetos se alimentam também do ácaro vermelho, outra dor de cabeça para os cafeicultores. Com amplitude de atuação, os defensivos biológicos vêm ganhando espaço já nos últimos dez anos, mas houve um "boom" a partir de 2020.

Há um conjunto de fatores que explica a alta. "Percebi um aumento significativo de eficiência no controle [de pragas e doenças], que gerou aumento de produtividade — e, tudo isso, usando uma tecnologia que não aumentou custo. Pelo contrario, proporcionou economia", resume Monguilod, que é agrônomo, cultiva café há 25 anos e já ocupou cargos em indústrias de defensivos.

O programa que ele desenvolveu ajuda a reduzir os custos em 35% em relação aos sistemas convencionais — que usam químicos e até mesmo biológicos de forma pontual. A queda poderá chegar a 50% em dois anos. O biológico virou o protagonista do modelo na Fazenda Vitória, que usa os químicos como apoio para controles eventuais de doenças.

DIVULGAÇÃO

Na fazenda Vitória, do cafeicultor Luiz Monguilod, os defensivos biológicos viraram protagonistas no modelo de cultivo; químicos agora são usados para controles eventuais

Defensivos biológicos
Concessão de registros governo federal

324 no total, incluindo os defensivos químicos, é o número de novos registros de defensivos no país em 2022

Fontes: Ministério da Agricultura e consultoria Kynetec * Valores aproximadaos

É que o biológico não serve só para o controle de pragas, mas também funciona como uma espécie de medicina preventiva para as plantas. Em outro exemplo, Monguilod conta que distribui um tipo de bacilo (bactéria) no cafezal para controlar nematoides (parasitas de plantas), que, ao mesmo tempo, ajudam a fortalecer as raízes das árvores.

Como Monguilod, muitos outros agricultores brasileiros têm intensificado a busca por soluções alternativas às químicas, já que os produtos convencionais estão, aos poucos, perdendo seu efeito sobre o controle de pragas e doenças.

Ademais, encontrar moléculas sintéticas — base de defensivos químicos — que sejam disruptivas nos próximos cinco anos será mais raro, diz Matias Santipolo, que desenvolve pesquisas de biológicos na Gaia Agrosolutions, empresa fundada por ex-executivos de indústrias como Syngenta e Rizobacter.

Mesmo que, assim como o ovo e a galinha, não se possa estabelecer ao certo quem nasceu primeiro — se o natural interesse de empresas no ramo ou a demanda do agricultor —, as grandes fabricantes de defensivos estão aumentando a atuação no ramo.

Syngenta, Bayer e Corteva, além da indiana UPL, são algumas multinacionais com grande peso no segmento de químicos que fizeram movimentos recentes nessa direção. No Brasil, em novembro, a Syngenta Proteção de Cultivos, divisão do grupo Syngenta (controlado por capital chinês), fechou acordo para pesquisas conjuntas com o Grupo Scheffer, de Mato Grosso. As soluções poderão, inclusive, ser exportadas.

A Adama, também do Syngenta Group, lançou os primeiros produtos biológicos neste ano e tem mais três na manga. Já a alemã Bayer firmou acordo em outubro com a Ginkgo Bioworks, de biotecnologia, que tem como objetivo desenvolver soluções biológicas para otimização de nitrogênio, sequestro de carbono e novas gerações de produtos de proteção de cultivos.

O diretor de portfólio de produtos para proteção de cultivos da Bayer para a América Latina, Fábio Prata, acredita que os biológicos vão desempenhar um papel cada vez mais importante no futuro da agricultura. Para ele, o crescimento dessa área segue firme porque, entre outras razões, essas soluções oferecem oportunidades que contribuem para a redução dos impactos da agricultura no meio ambiente.

A UPL, por sua vez, criou no ano passado uma divisão de negócios, a Natural Plant Protection (NPP), com foco apenas em biossoluções. O plano é avançar nesse universo e levar a fatia do negócio na receita global, que hoje é de 7%, a 50% em dez anos, segundo o CEO da subsidiária brasileira, Rogério Castro.

Além das gigantes químicas, há um grupo de empresas que atua apenas na pesquisa de biológicos. É um segmento fragmentado e que reúne empresas de diferentes portes. Há desde companhias como a Promip, que nasceu na incubadora da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), em Piracicaba (SP), até a Biotrop, que conta com fundos investidores do porte do Aqua Capital e do fundo soberano de Cingapura (GIC).

Paralelamente ao crescimento desse mercado, a partir de 2019 houve uma flexibilização das regras para aprovar registros pelos órgãos governamentais. Neste ano, 112 biológicos receberam sinal verde, de acordo com o Ministério da Agricultura. Nem todos vão necessariamente para as revendas, pois isso depende da estratégia de cada empresa.

Mas o patamar de aprovações cresceu sobretudo a partir de 2020 (*ver infográfico*). Foi quando passou a ser possível, por exemplo, tocar processos de aprovação considerados apenas os "alvos" que originam os problemas — ou seja, para nematoides — em vez de considerar os alvos em cada cultura — nematoides em soja, nematoides em alfaces etc.

"Isso desburocratizou o processo. Reduziu a quantidade de documentos entregues, sem deixar de lado as exigências científicas que garantem segurança do uso", disse Santipolo, da Gaia Agrosolutions. A fila para aprovar um biológico é de um ano e um ano e meio, enquanto um químico pode levar cinco anos.

Outra alteração foi a redução do custo desses processos, de até 70% por registro. Mesmo assim, André Dias, diretor da Kynetec para a América Latina, pondera que não é simples fazer projeções mercadológicas para médio e longo prazos.

É que no universo dos biológicos há uma diferença de comportamento de consumo nos segmentos — bionematicidas (para nematoides), biofungicidas, bioinseticidas, entre outros. E a penetração ou adoção desses produtos, conceitos distintos para avaliar o consumo nas fazendas, precisa ser observada e terá mudanças. Os nematicidas, por ora, são os mais usados.

As vendas dessa classe de produtos saltou de R$ 34 milhões, na safra 2016/17, para R$ 1,1 bilhão em 2021/22. "Alguns princípios ativos foram proibidos nesse universo, o que contribuiu para o crescimento", avalia Dias.

Há um cuidado a tomar em meio à onda crescente dos biodefensivos: a produção caseira, ou "on farm", dizem os especialistas no assunto. Afinal, como os químicos, há organismos que não podem ser usados.

Um estudo da IHS Markit, feito no ano passado a pedido da CropLife, entidade que representa fabricantes de defensivos agrícolas, mostrou que a produção caseira já representa 22% do mercado de biodefensivos no país. Desse total, estima uma especialista da Embrapa Soja, mais de 90% ocorre sem a supervisão de microbiologistas.

Luiz Monguilod, o cafeicultor da Fazenda Vitória, tem produção "on farm". Mas, para investir nela, contratou uma bióloga e uma agrônoma, que ficam responsáveis pelas soluções desenvolvidas no laboratório de sua fazenda.

Operações 'verdes' tendem a liderar avanço da carteira agro do Itaú BBA

Financiamentos

Fernando Lopes
De São Paulo

Com forte crescimento no segmento de crédito rural desde o fim da década passada, o Itaú BBA tem diversificado sua atuação e apostado em novas alternativas criadas com as regulamentações que abriram espaço ao financiamento privado no segmento no país. E, em linha com o que se espera do agro brasileiro e com os compromissos da instituição, são as operações vinculadas a práticas sustentáveis que tendem a liderar os negócios nessa frente nos próximos anos.

É o que afirma o diretor de agronegócios Pedro Fernandes, que acredita que o setor chegou a uma encruzilhada e só há um caminho a seguir. "Não é mais possível conviver com 15 mil quilômetros de desmatamento por ano. Sabemos que o agro pode continuar a avançar de maneira sustentável, e queremos construir soluções nesse sentido junto com nossos clientes, com ajustes e reparações para fomentar a transição rumo a uma agricultura de baixo carbono", diz ele.

Segundo Fernandes, a carteira de crédito rural do Itaú BBA está chegando ao fim do ano em cerca de R$ 75 bilhões, ante menos de R$ 40 bilhões no fim de 2020. "Para sermos capazes de continua a financiar o agro no ritmo atual respeitando os compromissos do Itaú, produtos 'verdes' e uma destinação melhor dos recursos serão mandatórios".

No ano passado, o Itaú Unibanco aderiu ao Net-Zero Banking Alliance (NZBA), acordo mundial promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) que tem por objetivo zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa no ramo até 2050. Segundo a Federação Brasileira dos Bancos, mais de 15 instituições do país já assinaram esse compromisso até agora.

O executivo afirma que, para acelerar a consolidação desse novo foco, algumas parcerias firmadas pelo banco têm se mostrado um bom catalisador, e a ideia é aprofundar essa estratégia.

Uma dessas parcerias se dá no projeto Reverte, lançado pela multinacional de sementes e defensivos Syngenta em 2019 e na qual o Itaú BBA participa como agente financiador. O objetivo de longo prazo é recuperar 1 milhão de hectares de terras degradadas em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Maranhão, e inicialmente serão necessários ao menos R$ 500 milhões, um valor que poderá ser ampliado.

Outra iniciativa de uma múlti de sementes e defensivos que conta com a participação do Itaú BBA é a PRO Carbono, lançada pela Bayer na safra 2020/21 para estimular a adoção de práticas sustentáveis no campo brasileiro e incentivar a criação de modelos economicamente atrativos para o sequestro de carbono. Nesse caso, o banco não revelou o valor dos financiamentos previstos.

Enquanto as alternativas "verdes" ganham corpo e espaço na carteira do Itaú BBA, a instituição também investe em alternativas criadas com as novas regulamentações recentes do governo, como a emissão de Cédulas do Produto Rural (CPRs) por revendas de insumos e os Fundos de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro). "Estamos olhando para frente com otimismo. A participação do setor na nossa carteira total de crédito deverá crescer nos próximos anos", conclui Fernandes.

DIVULGAÇÃO

Pedro Fernandes: parcerias com empresas do setor têm gerado resultados

Valor

Finanças

Mercado está com muito prêmio, mas isso se deve ao alto nível de incerteza, diz Kitahara, da AZ Quest C2

Destaque

Gallagher e Interbrok

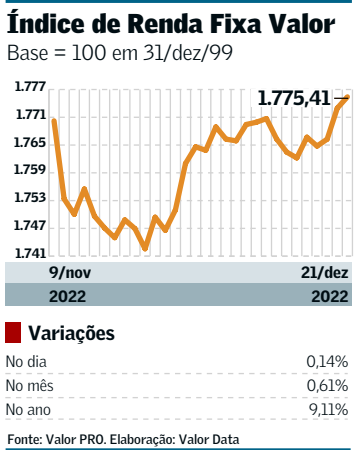
A corretora Gallagher Brasil comprou o Grupo Interbrok de Seguros, uma transação que vai lhe permitir entrar no setor de empresas médias e pessoas físicas. Essa é a segunda aquisição da empresa americana desde que passou a atuar na área no Brasil há um ano. Em junho, já havia incorporado a corretora boutique DN2A. O valor do negócio não foi divulgado. *(Juliana Schincariol)*

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/dez/99

Variações

No dia	0,14%
No mês	0,61%
No ano	9,11%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Casa mais otimista projeta Ibovespa em 150 mil pontos; rumo dos juros será decisivo

Previsão para a bolsa é de alta em 2023

Augusto Decker e Matheus Prado
De São Paulo

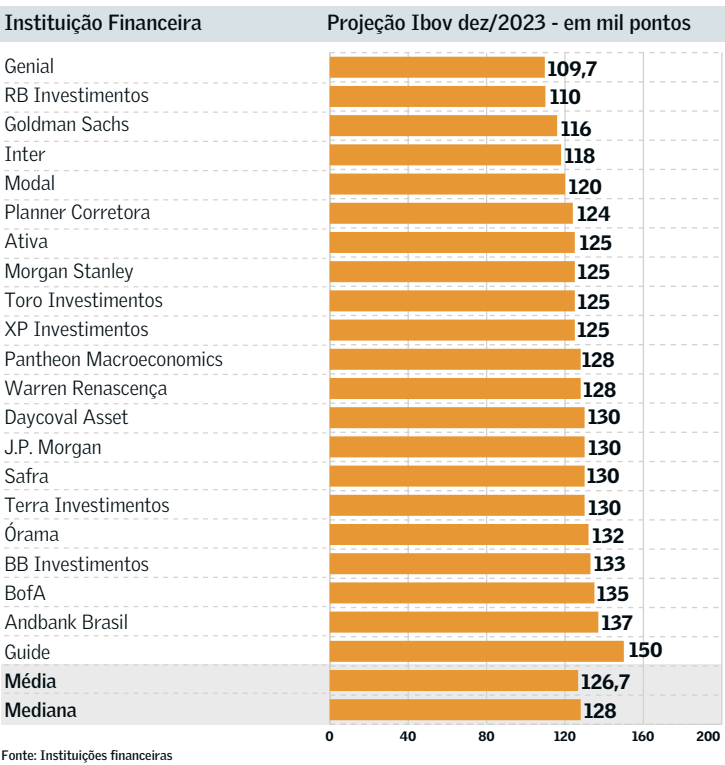
Mesmo com o crescimento das incertezas fiscais domésticas e um cenário desafiador para a economia global à frente, analistas enxergam espaço para que o Ibovespa registre ganhos consideráveis em 2023. Para justificar as expectativas, os agentes citam, entre outros fatores, os preços atrativos das ações locais, a possibilidade de início do processo de corte dos juros e a reabertura da economia chinesa.

Para o fim de 2023, a média das projeções de 21 instituições financeiras consultadas pelo **Valor** estima que o índice chegue a 126.700 pontos — para alcançar essa pontuação, precisaria subir 17,9%. Já a mediana das estimativas é de 128 mil pontos, o que implica em alta de 19,1% no próximo ano. As projeções variam de 109.700 pontos, que representaria uma leve alta de 2,1%, até 150 mil pontos, o que significa avanço de 39,6%.

O índice fechou o pregão de ontem a 107.433 pontos, tendo pouco subido neste ano (apenas 2,49%), apesar da volatilidade elevada. O cenário conturbado fez, inclusive, com que bancos importantes como Bradesco BBI, Itaú BBA e Santander não atualizassem suas projeção para o ano que vem até o momento. O Ibovespa chegou a ultrapassar os 120 mil pontos nas máximas de 2022 e a perder os 100 mil pontos nas mínimas. Especialistas afirmam que o fator determinante para o desempenho da bolsa em 2023 será a trajetória dos juros.

Para o economista-chefe de América Latina da Pantheon Macroeconomics, Andres Abadia, os ruídos fiscais já eram esperados após a eleição. No entanto, a deterioração das expectativas macroeconômicas por conta da perspectiva de ampliação dos gastos e da formação da equipe econômica do governo eleito fez com que os riscos crescessem. "Como os riscos aumentaram, estamos inclinados a esperar para ver o governo eleito em ação. Pelo que já vimos no passado, acreditamos que o Lula vai perceber a importância de uma agenda fiscal sustentável", afirma. A casa enxerga o Ibovespa com 128 mil pontos ao fim de 2023 e a Selic em 9,5% no mesmo período.

David Beker, chefe de economia para Brasil e de estratégia para América Latina do Bank of America, afirmou em encontro com jornalistas que, no seu cenário mais pessimista, o Ibovespa encerra o próximo ano aos 95 mil pontos. Mas, para isso, o aumento de gastos precisaria vir acompanhado da falta de âncora fiscal, o que, na sua visão, não parece ser uma previsão apropriada até aqui. Ele manteve, assim, o preço-alvo de 135 mil pontos para o índice local.

Já a Genial projeta juros maiores e por mais tempo no ano que vem, limitando a performance do índice a 109.700 pontos no fim do ano que vem. "Achamos que haverá uma política fiscal mais frouxa, e isso fará com que seja necessária uma política monetária mais dura", diz Filipe Villegas, estrategista de ações da corretora. Antes das eleições, a casa esperava queda de juros em 2023, mas agora prevê uma taxa Selic entre 14% e 15%.

Para Fernando Siqueira, chefe de pesquisa da Guide Investimentos e dono da projeção mais otimista da pesquisa (150 mil pontos), o cenário não é suficiente para rever seus cálculos. "A deterioração até agora não foi por causa de fundamentos, e sim pelo aumento das incertezas", diz. Outro argumento para explicar a projeção da casa é que os múltiplos da bolsa estão deprimidos. "A relação preço/lucro está muito baixa. Um dos motivos para estar assim é que os juros subiram muito, mas, presumindo que cairão, essa relação pode ser maior."

Villegas, da Genial, também vê múltiplos baratos, mas afirma que isso se justifica pela falta de perspectiva de crescimento econômico sustentável nos próximos anos.

A mesma dúvida acerca do efeito da política monetária na atividade econômica vale para o exterior. Siqueira diz que mesmo se os EUA entrarem em recessão, o pior momento seria o começo do ano e que a desaceleração provavelmente seria mais moderada.

Abadia, da Pantheon, também diz acreditar que a economia americana terá recessão leve e, com a inflação recuando rápido, o mercado poderá voltar a subir no segundo semestre. "Mas os riscos aumentaram. Já em termos de China, a confirmação do movimento de reabertura deve ajudar a América Latina e as commodities, com o governo chinês mantendo papel importante no estímulo da economia, mesmo que haja mudança na política de crescimento", afirma.

Em relação ao país asiático, Villegas diz que o relaxamento de restrições impostas para combater a covid-19 deve acontecer e pode ser benéfico, mas o impacto positivo deve ser principalmente para commodities agrícolas e petróleo. "No caso de metálicas e siderurgia, existe avanço, mas mais modesto."

Mercado vê Ibovespa em alta em 2023

Projeções de 21 casas atribuem ganhos de 2 dígitos até dezembro

Instituição Financeira	Projeção Ibov dez/2023 - em mil pontos
Genial	109,7
RB Investimentos	110
Goldman Sachs	116
Inter	118
Modal	120
Planner Corretora	124
Ativa	125
Morgan Stanley	125
Toro Investimentos	125
XP Investimentos	125
Pantheon Macroeconomics	128
Warren Renascença	128
Daycoval Asset	130
J.P. Morgan	130
Safra	130
Terra Investimentos	130
Órama	132
BB Investimentos	133
BofA	135
Andbank Brasil	137
Guide	150
Média	126,7
Mediana	128

Fonte: Instituições financeiras

Finanças

Ibovespa
Em pontos

110.925
107.433
105.343
1/dez 2022 | 12/dez | 21/dez

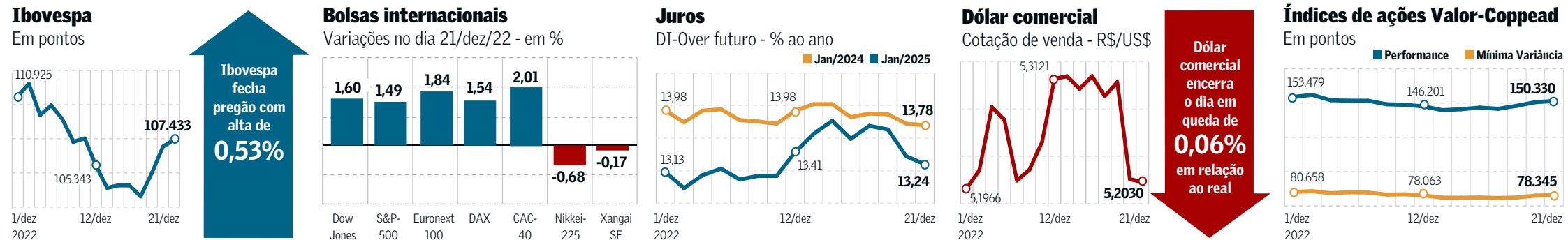
Ibovespa fecha pregão com alta de **0,53%**

Bolsas internacionais
Variações no dia 21/dez/22 - em %

Juros
DI-Over futuro - % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - R$/US$

Dólar comercial encerra o dia em queda de **0,06%** em relação ao real

Índices de ações Valor-Coppead
Em pontos

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Em nova sessão de alívio, Ibovespa volta aos 107 mil pontos e juros futuros têm queda firme

PEC e exterior dão apoio a ativos locais

Victor Rezende, Matheus Prado e Arthur Cagliari
De São Paulo

Com a sensibilidade dos ativos financeiros brasileiros às discussões fiscais ainda bastante elevada, a aprovação da PEC da Transição na Câmara dos Deputados, com prazo de apenas um ano para os gastos extrateto, proporcionou novo da de alívio aos mercados locais. Os juros futuros tiveram uma nova sessão de queda e a bolsa voltou a subir. Os movimentos se alinham, ainda, ao exterior, onde a redução relevante dos juros globais abriu espaço para uma recuperação das bolsas.

No fim do pregão de ontem, o Ibovespa fechou em alta de 0,53%, aos 107.433 pontos. Já no mercado de juros, a taxa do DI para janeiro de 2025 recuou de 13,365% para 13,25%; e a do DI para janeiro de 2027 caiu de 13,195% para 13,10%.

Desde o início da semana, quando ganharam força as discussões sobre uma redução no prazo da PEC da Transição de dois anos para 12 meses, os ativos brasileiros têm mostrado valorização. Ontem, com a aprovação da proposta encaminhada na Câmara, houve um novo dia de retirada de prêmios de risco tanto na bolsa quanto nos juros. No câmbio, o real exibiu um desempenho mais fraco que os outros mercados locais e, assim, o dólar encerrou os negócios à vista cotado a R$ 5,2030, em queda de 0,06%.

"Temos visto o mercado com muito prêmio, mas isso se deve ao nível elevado de incerteza. Os preços estão extremamente esticados, apesar de já ter havido algum alívio", observa André Kitahara, gestor macro da AZ Quest. O mercado, na avaliação dele, tem mostrado um nível de insegurança com a política fiscal muito elevado, o que reduz as chances de um alívio mais intenso nos prêmios de risco.

Não por acaso, mesmo com a queda relevante das taxas futuras vista desde o início da semana, toda a curva de juros ainda opera na faixa dos 13%, enquanto o Ibovespa não voltou aos 110 mil pontos. "Só com o tempo mesmo para os prêmios saírem de cena ou ser confirmados de vez", diz Kitahara.

"Todo o processo que vimos de alta dos juros na curva no Brasil foi motivado pela deterioração do risco fiscal. A desconfiança aumentou muito de semanas para cá, porque a qualidade da discussão piorou. Outro ponto importante esteve na escolha dos nomes para as cadeiras da equipe econômica, que não agradaram tanto o mercado", observa o gestor da AZ Quest. É esperado que hoje o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresente novas indicações para ministros em seu governo.

Em relatório enviado a clientes, economistas das MCM Consultores observam que, com o estabelecimento de apenas 12 meses de prazo para o adicional de R$ 145 bilhões em gastos além do teto, "o Congresso obrigará o futuro governo a apresentar um projeto de lei complementar do novo arcabouço fiscal em 2023". Para eles, se for apresentada uma proposta crível, no sentido de indicar uma trajetória sustentável da dívida pública, os prêmios de risco poderão ser reduzidos e poderá haver um abrandamento da política monetária.

"A definição de uma nova regra fiscal é relevante para o cenário econômico, porque boa parte do adicional de gastos é composta por despesas de caráter permanente, como o Auxílio Brasil de R$ 600, o aumento real do salário-mínimo, entre outras despesas", dizem os economistas da MCM.

CLAUDIO BELLI/VALOR
Kitahara: "A desconfiança aumentou muito de semanas para cá, porque a qualidade da discussão piorou"

Sem os sinais necessários para uma âncora fiscal com credibilidade, o mercado retém os preços dos ativos em nível mais baixo, ao exigir prêmios elevados. Os juros reais de longo prazo, que costumam ser boas indicações sobre o nível de desconforto dos agentes em relação às questões fiscais, se mantêm em nível alto. A taxa da NTN-B com vencimento em agosto de 2050 subiu de 6,426% na terça-feira para 6,444% ontem.

O movimento de alívio na bolsa e nos juros futuros no mercado local foi reflexo, ainda, de movimentos semelhantes vistos no exterior. A melhora na confiança do consumidor americano na passagem de novembro para dezembro se somou a uma queda relevante dos rendimentos dos Treasuries, títulos do Tesouro americano. E, diante da perspectiva de uma taxa de desconto menor, as bolsas voltaram a exibir bom desempenho. Em Nova York, o índice Dow Jones subiu 1,60%; o S&P 500 avançou 1,49%; e o Nasdaq ganhou 1,54%.

Nos últimos dias, aumentou a desconfiança no mercado americano em relação aos dados sobre mercado de trabalho nos Estados Unidos. Estudo da distrital da Filadélfia do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) indicou que, entre março e junho, houve criação de 10,5 mil novos empregos no período em 33 estados, e não 1,12 milhão.

"Se os números do Fed da Filadélfia estiverem corretos ao indicarem uma incompatibilidade de aproximadamente 1 milhão de empregos, o mercado acaba colocando algum risco na conta", dizem os estrategistas do banco canadense BMO Capital Markets. Assim, o rendimento da T-note de dez anos caiu para 3,673%.

Para eles, embora sejam improváveis alterações consistentes com a estimativa do Fed da Filadélfia, "o mercado não tem embutido nos preços uma revisão mais baixa nos números de emprego". Não por acaso, a demanda por Treasuries ontem se refletiu até mesmo no leilão de papéis de 20 anos, cuja demanda ficou acima da média.

Estrategistas veem 2023 difícil para ações nos EUA e na Europa

Sagarika Jaisinghani e John Cheng
Bloomberg

Os investidores que estão prontos para virar a página no pior ano para as ações desde a crise financeira global devem se preparar para mais sofrimento em 2023. Esta é a mensagem dura dos principais estrategistas do Morgan Stanley, Goldman Sachs e outros, que alertam que as ações terão novas quedas no primeiro semestre, já que os lucros das empresas deverão sentir o impacto do crescimento econômico mais fraco e da inflação, que deverá permanecer alta, ao mesmo tempo em que os bancos centrais continuarão duros em suas políticas monetárias.

Uma recuperação virá no segundo semestre, assim que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) parar de aumentar as taxas de juros, afirmam esses estrategistas. Mas a melhora deverá ser discreta, o que deixará os preços das ações apenas moderadamente mais altos que no fim de 2022.

"Os riscos enfrentados pelos mercados de ações neste ano não acabaram e isso me deixa nervoso com as perspectivas, especialmente no primeiro semestre", diz Mislav Matejka, estrategista global de ações do J.P. Morgan Chase.

A média dos 22 estrategistas consultados pela Bloomberg aponta para o índice S&P 500 encerrando o ano que vem nos 4.078 pontos — cerca de 7% acima do nível atual. A previsão mais otimista é de uma valorização de 24%, e a mais pessimista indica uma queda de 11%.

Na Europa, uma pesquisa parecida com 14 estrategistas projeta um ganho médio de cerca de 5% para o índice Stoxx 600. A cautela reflete um grande número de desafios que vão do aperto monetário à guerra na Ucrânia e à crise energética na Europa. O primeiro deles já ajudou a atenuar uma recuperação recente das ações. Até mesmo as notícias melhores sobre a inflação vieram com uma grande ressalva, porque não desviaram os bancos centrais de seu objetivo de mantê-la sob controle.

O tom agressivo do Fed e do Banco Central Europeu (BCE) na semana passada provocou grandes quedas nos preços das ações e lembrou os investidores de que a hora da tão esperada mudança de política não será simples. E, como se essa mensagem não estivesse sendo suficientemente transmitida, o Banco do Japão a enfatizou na terça-feira com um ajuste duro na política de rendimento dos bônus.

Anos seguidos de baixa são raros para as ações nos EUA e portanto, após a queda deste ano, a probabilidade é pequena de que elas voltem a registrar uma nova desvalorização anual em 2023. Desde 1928, o S&P 500 só caiu por dois anos seguidos em quatro ocasiões: a Grande Depressão, a Segunda Guerra Mundial, a crise do petróleo da década de 70 e o estouro da bolha pontocom no começo deste século.

A equipe do J.P. Morgan acredita que o S&P 500 cairá em direção às mínimas vistas em 2022, antes que uma mudança na política do Fed alimente uma recuperação no segundo semestre que deixará o indicador cerca de 10% mais alto que o nível atual. Em seu pior momento neste ano, em outubro, o índice caiu 25%, para 3.577 pontos.

Os principais gestores de recursos também estão prevendo um começo difícil para 2023, com os ganhos desviados para o segundo semestre, segundo uma pesquisa divulgada pela Bloomberg News neste mês.

Aqueles que estão adotando uma visão mais otimista podem apontar para a resiliência da economia dos EUA, o ritmo mais lento da elevação das taxas de juros e a reabertura da China depois dos rígidos "lockdowns" impostos para controlar a disseminação da covid.

Mas, apesar de tudo isso, uma das principais visões de consenso entre os estrategistas é a de que os mercados de ações ainda não estão refletindo uma perspectiva econômica no geral pessimista. Christian Mueller-Glissmann e Cecilia Mariotti, do Goldman Sachs, disseram no fim do mês passado que seu modelo implica uma probabilidade de 39% de o crescimento dos EUA desacelerar nos próximos 12 meses, mas os ativos de risco estão embutindo nos preços uma chance de apenas 11%.

Uma recuperação virá no segundo semestre, assim que o Federal Reserve parar de aumentar as taxas de juros

Michael Wilson, do Morgan Stanley — que aposta firmemente em uma fase de baixa do mercado e que ficou em primeiro lugar na pesquisa "Institutional Investor" deste ano —, vê o índice S&P 500 caindo até 21% mais no primeiro trimestre. Uma recuperação posterior o levará o a 3.900 pontos no fim do ano, implicando ganho de cerca de 2% em relação ao fechamento de segunda-feira.

Atrelados à deterioração as perspectivas econômicas estão os lucros corporativos. Embora tenham mostrado uma resiliência notável à inflação descontrolada em 2022, eles deverão cair no ano que vem à medida que a pressão sobre as margens aumentar e a demanda mais fraca criar um risco maior de estagflação. Wilson alertou nesta semana que a queda dos lucros poderá igualar a observada durante a crise financeira de 2008 e que isso não está precificado nas ações.

Uma pesquisa do Bank of America também mostrou que os gestores de fundos esperam uma deterioração nas perspectivas de lucros para 2023, o que os tem deixado mais otimistas com os bônus do que com as ações. O posicionamento relativo desses profissionais em ações, em relação à renda fixa, está no nível mais baixo desde 2009. "Não esperamos que o cenário de crescimento construtivo deste ano persistirá em 2023", diz Dubravko Lakos-Bujas, estrategista do J.P. Morgan e o segundo colocado na pesquisa Institutional Investor. Ele acredita que os lucros cairão 9% nos EUA, 10% na zona do euro e 4% no Japão.

Segundo Sharon Bell, estrategista do Goldman Sachs, a queda dos lucros na Europa poderá não ser tão ruim quanto nas recessões típicas. Nas contrações anteriores, os lucros caíram cerca de 30%, mas desta vez a queda poderá se limitar a 8%, em parte devido ao impulso dado às empresas de artigos de luxo e a mineradoras pelo afrouxamento das regras de combate à covid-19 na China.

Na Ásia, a decisão de Pequim de mudar sua política de tolerância zero com a covid também melhorou as perspectivas para as ações no país. Estrategistas do Morgan Stanley, como Jonathan Garner, continuam bastante posicionados em ações de mercados emergentes da região, em comparação aos mercados desenvolvidos, uma vez que estão "mais confiantes de que um novo ciclo de alta está começando".

Enquanto isso, a equipe da Nomura Holdings diz que as recessões no Ocidente permitirão à Ásia ter um desempenho superior, uma vez que as ações na região estão mais baratas e oferecem uma perspectiva fundamental melhor. Segundo Mehvish Ayub, estrategista de investimentos sênior da State Street Global Advisors, "2023 é um ano em que as previsões de crescimento global foram bastante afetadas".

"As perspectivas são incertas e há muita volatilidade. As ações continuam sob pressão."

Mineradora 'cripto' Core Scientific pede falência

Carly Wanna
Bloomberg

A Core Scientific, uma das maiores mineradoras de bitcoin, tornou-se a mais recente empresa "cripto" a declarar falência, conforme o setor registra uma forte queda nos preços dos ativos digitais. A empresa com sede em Austin, Texas, entrou com seu pedido de falência no Distrito Sul do Texas, mostram os documentos do tribunal. Ela listou ativos e passivos de US$ 1 bilhão e US$ 10 bilhões cada, respectivamente.

A Core Scientific disse em um documento regulatório em outubro que uma queda nos preços do bitcoin, altos custos de eletricidade, aumento da concorrência e litígio com a falida Celsius impactaram seu desempenho e liquidez. Em julho, a Core Scientific firmou um contrato de compra de ações ordinárias de US$ 100 milhões com a B. Riley Principal Capital II.

Várias empresas de criptomoedas buscaram proteção contra falência este ano, já que a queda nos preços dos tokens continua pesando no setor. A Compute North, fornecedora de serviços de dados para mineradores e empresas de blockchain, entrou com pedido de falência em setembro, enquanto a corretora de criptomoedas Voyager buscou proteção judicial em julho.

A corretora FTX, de Sam Bankman-Fried, entrou com pedido de falência em novembro sob uma nuvem de suposta má administração, um movimento que levou o credor BlockFi a seguir o exemplo logo depois.

Entre os mineradores de bitcoin, a Greenidge Generation, que já foi uma das maiores mineradoras públicas dos EUA, alertou na terça que pode buscar proteção contra falência ao entrar em negociação de reestruturação de dívida com o credor New York Digital Investment Group.

Curta

BB e usinas solares

O Banco do Brasil inaugurou mais quatro usinas de energia fotovoltaica. Construídos pela EDP, estão localizadas em Xique-Xique (BA), Rio Paranaíba (MG), Loanda (PR) e Lins (SP). Vão compensar o consumo de 365 agências, por meio da modalidade de geração distribuída. Com a energia limpa das usinas, o banco deixará de emitir, anualmente, cerca de 3 mil toneladas de dióxido de carbono.

Regulação Autarquia incluiu tópicos no plano de supervisão baseada em risco

Influenciador, ESG e 'cripto' entram no radar da CVM

Juliana Schincariol
Do Rio

Influenciadores digitais, temas relacionados a práticas ESG e ofertas de "security tokens" distribuídas pelas principais corretoras "cripto" entraram no radar da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para o biênio 2023-2024. O regulador incluiu esses tópicos no plano de supervisão baseada em risco para o próximo biênio, em que irá analisar os riscos ligados a tais atividades.

Esse trabalho exigirá a atuação de várias superintendências, mas a carência de pessoal e de recursos podem ser limitadores, alerta a autarquia.

No caso dos influenciadores, as ações adotadas serão de supervisão em fase inicial. A CVM entende que o processo passará por etapas de aprendizado e ajustes nas rotinas e até o fim de 2024 deve estar "maduro e ajustado", para que seja capaz de detectar desvios relevantes de conduta.

Para este tema, o trabalho irá verificar se os profissionais vêm avançando sobre o perímetro regulatório da autarquia. Isso inclui, por exemplo, se atividades que demandariam registro prévio estão sendo realizadas ou se há impacto sobre o processo de formação de preços no mercado secundário.

Outro ponto são as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de maior relevância e uma possível vinculação com ofertantes ou intermediários em situação de conflito de interesses, segundo o relatório da CVM, divulgado ontem.

Até o fim de 2024, a autarquia espera obter medidas quantitativas e qualitativas sobre a atuação desses influenciadores e entender seu impacto no mercado regulado. A percepção dos investidores sobre esses profissionais também é um ponto de atenção da CVM, assim como influenciam as decisões de investimento, seja sobre produtos ou sobre serviços de mercado regulados. Todas essas métricas deverão subsidiar as ações regulatórias ou de orientação da autarquia.

No caso do ESG (sigla em inglês para práticas ambientais, sociais e de governança), será analisado o preenchimento das informações exigidas no formulário de referência de 2023. Com as mudanças feitas na Resolução 59, que ditam regras deste documento, a CVM vai passar a exigir mais informações ESG das companhias a partir do ano que vem.

Com isso, a autarquia vai analisar a necessidade de estabelecer regras relativas ao tema. O regulador também busca insumos para a participação da CVM em consultas públicas de ESG em fóruns internacionais. A análise das informações nos formulários de referência deve proporcionar uma melhoria na qualidade dessas informações, ajudar na tomada de decisão pelo investidor, além de uma avaliação do efetivo interesse neste tipo de informação, acredita a autarquia.

Em relação aos criptoativos, a CVM aponta que o processo de "tokenização" vem crescendo de forma significativa e há no mercado uma disparidade significativa de modalidades de tokens sendo ofertados.

A CVM aponta que muitas "exchanges" passaram a usar a mesma tecnologia originária dos criptoativos e desenvolveram tokens que podem representar criptomoedas ou outras relações econômicas, incluindo prestação de serviços. "Há a percepção de que está em curso um aumento significativo de ofertas de tokens de recebíveis, ofertados por exchanges de criptoativos. Esses tokens conferem rendimento mensal fixo aos investidores e aparentemente possuem características de contrato de investimento coletivo", diz o plano de supervisão baseada em risco.

O regulador diz, ainda, que tem recebido consultas e reclamações sobre a possibilidade de determinada oferta de token se caracterizar como valor mobiliário. A maioria delas não adere ao conceito, mas há os que se aproximam. A supervisão temática tem como objetivo auxiliar no levantamento dos tokens que têm características de contratos de investimento coletivo e na correta orientação do mercado. A CVM também diz que o trabalho irá analisar as ofertas de tokens em andamento nas principais exchanges de criptoativos, como MB e Liqi.

Ainda segundo o plano de supervisão baseada em risco da autarquia, essa abordagem temática trará subsídios para ela definir a sua política normativa e para orientar o mercado de exchange de criptoativos sobre potenciais irregularidades que possam estar sendo praticadas com as ofertas de tokens.

DIVULGAÇÃO

CVM vai verificar se influenciador tem avançado sobre seu perímetro regulatório

Autarquia amplia convênio com Anbima para IPO

Rita Azevedo
De São Paulo

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) atualizou os termos do acordo de cooperação com a Anbima para incluir a possibilidade de análise prévia de ofertas públicas de ação (IPOs) pela associação. A entidade também poderá analisar pedidos de registro de coordenadores de ofertas públicas.

Desde 2008, a Anbima fazia a análise prévia de outros instrumentos, como debêntures, e do registro de gestores de ativos. Com a ampliação do acordo, a expectativa do mercado é que o tempo necessário para a aprovação das operações seja reduzido.

Segundo Guilherme Benaderet, superintendente de supervisão de mercado da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), a entidade já tem a estrutura necessária para o trabalho. "Hoje já temos uma estrutura que atende o convênio, já existe um time que faz isso. Com isso, conseguimos fazer a análise assim que a regra for válida", afirmou Benaderet, em entrevista ao **Valor** antes da aprovação pela CVM dos termos do acordo.

A ampliação da parceria já estava prevista nas novas regras de ofertas (CVM 160) que passarão a valer em 2 de janeiro. A análise será feita no caso da empresa optar pelo chamado rito automático — que contempla ofertas voltadas para investidores profissionais ou qualificados, entre outras.

Com a reformulação, a lista de instrumentos que podem ser analisados previamente pela Anbima será composta por ações; bônus de subscrição; debêntures conversíveis ou permutáveis e units sobre esses valores mobiliários; debêntures simples; notas promissórias; cotas de FII e CRI. "Esta lista será atualizada periodicamente no site da entidade autorreguladora, conforme deliberação da Comissão de Administração do Acordo", afirma a CVM em comunicado.

Curta

Punição no consignado

Voltou a subir em outubro o número de medidas administrativas aplicadas a correspondentes bancários em razão do descumprimento das regras da Autorregulação para o Consignado, segundo divulgado pela Febraban. Foram aplicadas 24 medidas administrativas no mês, sendo 12 advertências e 12 suspensões temporárias. O número é maior do que o registrado no mês anterior, quando 14 medidas foram aplicadas. *(AC)*

Finanças | Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 21/12/22

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	13.376,8039700	0,05	0,80	11,60
IRF-M	1+**	16.601,8613260	0,22	0,27	5,98
IRF-M	Total	15.243,4450500	0,17	0,44	7,71
IMA-B	5***	7.948,5537220	0,03	0,22	8,99
IMA-B	5+****	9.480,5120210	-0,11	-3,72	0,66
IMA-B	Total	8.392,7173130	-0,04	-1,88	4,58
IMA-S	Total	5.622,4230390	0,05	0,74	12,33
IMA-Geral	Total	6.861,0101000	0,05	-0,16	8,65

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	07/12	06/12	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	30,48	30,25	33,07	33,07	29,14	26,91
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,90	25,52	24,86	24,86	25,14	25,08
Conta garantida pré - a.a.	49,21	48,52	48,72	48,72	48,43	38,07
Desconto de duplicata pré - a.a.	27,92	27,63	27,90	27,90	27,22	21,97
Vendor pré - a.a.	19,33	19,44	19,44	19,44	17,92	16,54
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	20,90	21,58	21,10	21,10	19,98	18,36
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,06	18,90	20,66	20,66	18,25	16,67
Conta garantida pós - a.a.	28,48	28,57	28,47	28,47	27,54	24,33
ACC pós - a.a.	8,00	7,87	7,73	7,73	7,31	3,97
Factoring - a.m.	3,69	3,70	3,71	3,71	3,64	3,70

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	21/12/22	20/12/22	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Libor - empréstimos interbancários em dólar *						
1 mês	4,3856	4,3613	4,3263	4,1420	3,9790	0,1043
3 meses	4,7290	4,7526	4,7363	4,7786	4,6919	0,2160
6 meses	5,1614	5,1767	5,1253	5,2034	5,1716	0,3255
9 meses	-	-	-	-	-	-
1 ano	5,4314	5,4587	5,4069	5,5716	5,5659	0,5420
Euro Libor - empréstimos interbancários em euro *						
1 mês	-	-	-	-	-	-0,6607
3 meses	-	-	-	-	-	-0,6007
6 meses	-	-	-	-	-	-0,5664
1 ano	-	-	-	-	-	-0,4979
Euribor **						
1 mês	-	1,898	1,697	1,512	1,400	-0,611
3 meses	-	2,081	2,081	1,973	1,817	-0,588
6 meses	-	2,625	2,519	2,414	2,327	-0,551
1 ano	-	3,118	2,871	2,830	2,835	-0,515
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	7,50	7,50	7,00	7,00	7,00	3,25
Federal Funds	4,50	4,50	4,00	4,00	4,00	0,25
Taxa de Desconto	4,50	4,50	4,00	4,00	4,00	0,25
T-Bill (1 mês)	3,70	3,72	3,77	3,95	3,86	0,03
T-Bill (3 meses)	4,34	4,31	4,29	4,35	4,25	0,06
T-Bill (6 meses)	4,68	4,70	4,68	4,70	4,69	0,15
T-Note (2 anos)	4,23	4,26	4,24	4,32	4,52	0,66
T-Note (5 anos)	3,77	3,80	3,64	3,74	3,95	1,21
T-Note (10 anos)	3,67	3,70	3,50	3,62	3,82	1,46
T-Bond (30 anos)	3,72	3,76	3,54	3,75	3,90	1,87

Fontes: EMMI e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa da British Bankers Association com base em informações de 16 bancos ** Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	dez/22*	nov/22	Mês out/22	set/22	ago/22	jul/22	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,76	1,02	1,02	1,07	1,17	1,03	11,99	12,00
CDI	0,76	1,02	1,02	1,07	1,17	1,03	11,99	12,00
CDB (1)	0,79	0,95	0,83	0,90	0,86	1,00	10,35	10,10
Poupança (2)	0,71	0,65	0,65	0,68	0,74	0,66	7,90	7,73
Poupança (3)	0,71	0,65	0,65	0,68	0,74	0,66	7,90	7,67
IRF-M	0,44	-0,66	0,93	1,40	2,05	1,15	7,71	9,26
IMA-B	-1,88	-0,79	1,23	1,48	1,10	-0,88	4,58	6,82
IMA-S	0,74	1,01	1,08	1,11	1,19	1,04	12,33	12,38
Renda Variável								
Ibovespa	-4,49	-3,06	5,45	0,47	6,16	4,69	2,49	10,37
Índice Small Cap	-5,16	-11,23	7,30	-1,84	10,90	5,16	-16,94	-9,10
IBrX 50	-4,61	-2,19	5,32	0,49	6,33	4,54	3,48	12,57
ISE	-6,34	-10,48	7,65	-2,54	5,97	4,40	-15,73	-8,47
IMOB	-6,19	-16,57	2,17	12,40	7,01	8,73	-11,06	0,91
IDIV	-3,67	0,78	4,03	-1,80	4,27	1,98	10,29	16,33
IFIX	-2,35	-4,15	0,02	0,49	5,76	0,66	-0,18	11,20
Dólar Ptax (BC)	-1,72	0,71	-2,77	4,39	-0,18	-0,95	-6,76	-5,80
Dólar Comercial (mercado)	0,03	0,70	-4,24	3,71	0,51	-1,12	-6,67	-7,73
Euro (BC) (4)	1,30	4,91	-1,75	1,49	-1,53	-3,47	-12,62	-13,84
Euro Comercial (mercado) (4)	1,96	6,08	-3,43	1,16	-1,18	-3,57	-12,56	-15,16
Ouro B3	2,42	6,64	-5,57	0,70	-1,72	-3,40	-10,30	-9,69
Inflação								
IPCA	-	0,41	0,59	-0,29	-0,36	-0,68	5,13	5,90
IGP-M	-	-0,56	-0,97	-0,95	-0,70	0,21	4,98	5,90

Fontes: Anbima, BC, B3, FGV, IBGE e Valor PRO . Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 21/dez. ** Até nov/22 (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 2.703/2012. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 16/12/22

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2022	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	2.912.623,71					-1.391,18	-21.705,52	53.338,73	22.364,13
RF Indexados (2)	143.592,81	-0,11	-0,51	7,56	7,93	-96,57	-2.917,29	-36.737,25	-38.409,70
RF Duração Baixa Soberano (2)	556.911,49	0,05	0,57	10,97	11,36	-1.715,75	-3.302,35	6.891,86	-20.672,02
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	702.494,06	0,05	0,60	12,24	12,68	913,51	-4.936,41	35.960,86	33.055,93
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	94.288,41	0,04	0,05	12,05	12,49	66,86	956,48	9.466,03	10.538,82
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	154.503,38	0,00	-0,20	9,42	9,39	-9,86	-196,85	-1.018,79	-3.187,80
RF Duração Livre Soberano (2)	208.161,25	0,02	0,28	10,38	10,76	-27,31	-3.865,55	16.413,01	20.126,67
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	630.214,56	0,04	0,39	11,46	10,86	1.356,89	-3.149,50	49.866,43	43.899,52
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	176.255,10	-0,05	-0,09	9,82	9,95	-330,89	-3.340,15	22.452,10	25.156,42
Ações	455.699,89					224,76	-1.775,00	-67.920,84	-68.941,65
Ações Indexados (2)	9.126,23	-0,84	-8,56	-3,01	-6,03	-11,92	212,54	-2.540,36	-2.598,71
Ações Índice Ativo (2)	33.819,98	-0,92	-8,68	-4,58	-7,46	4,19	25,38	-14.077,60	-14.751,76
Ações Livre	191.928,39	-0,94	-8,37	-11,90	-13,52	9,45	-1.287,58	-31.647,68	-33.206,60
Fechados de Ações	46.743,40	-2,15	-7,69	-7,96	-10,14	0,00	25,10	-2.153,74	-2.040,49
Multimercados	1.606.055,18					-320,64	-2.893,35	-83.984,60	-78.936,25
Multimercados Macro	194.002,13	0,02	0,17	16,15	16,96	-26,18	-820,33	-6.325,43	-6.468,89
Multimercados Livre	560.863,03	-0,03	-0,71	8,17	8,51	-466,25	-1.052,61	-61.438,86	-57.143,34
Multimercados Juros e Moedas	63.830,70	0,02	0,48	11,34	11,81	-1,25	-365,79	-1.850,46	-255,61
Multimercados Invest. no Exterior (2)	704.002,94	-0,10	-0,63	1,96	1,86	182,76	-268,36	3.031,17	2.845,38
Cambial	7.689,51	-0,21	1,77	-3,50	-4,97	-26,69	-312,51	-171,02	586,40
Previdência	1.166.938,92					-14,21	-845,55	10.482,96	15.064,88
ETF	36.540,80					318,35	1.957,59	1.023,41	-385,05
Demais Tipos	1.670.579,83					-1.348,95	-2.936,16	-74.375,06	-67.336,69
Total Fundos de Investimentos	**6.185.548,01**					**-1.209,61**	**-25.574,35**	**-87.231,36**	**-110.247,54**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.227.522,75**					**570,84**	**11.057,49**	**51.563,30**	**57.845,29**
Total Fundos Off Shore (4)	**45.096,57**					-	-	-	-
Total Geral	**7.458.167,33**					**-638,77**	**-14.516,85**	**-35.668,06**	**-52.402,25**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de outubro de 2022 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	21/12/22	20/12/22	Há 1 semana	No fim de novembro	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	13,75	13,75	13,75	13,75	13,75	9,25
Selic - taxa over ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	9,15
Selic - taxa over ao mês	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,0425
Selic - taxa efetiva ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	8,76
Selic - taxa efetiva ao mês	1,1233	1,1233	1,1233	1,0207	1,0207	0,7691
CDI - taxa over ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	9,15
CDI - taxa over ao mês	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,5236	1,0425
CDI - taxa efetiva ao ano	13,65	13,65	13,65	13,65	13,65	8,76
CDI - taxa efetiva ao mês	1,1233	1,1233	1,1233	1,0207	1,0207	0,7691
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	12,83	13,57	9,66
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	1,0107	1,0659	0,7714
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	12,37	12,29	7,77
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	0,9768	0,9705	0,6256
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	13,69	13,69	13,69	13,72	13,79	9,89
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	13,81	13,83	13,92	13,88	14,02	10,94
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	13,66	13,66	13,66	13,68	13,69	9,15
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	13,68	13,68	13,68	13,70	13,72	9,57
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	13,70	13,70	13,71	13,72	13,79	9,98
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	13,73	13,73	13,77	13,76	13,86	10,37
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	13,82	13,82	13,91	13,87	14,02	10,93
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,82	13,82	14,09	13,94	14,25	11,40

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 21/12/22

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em jan/23	99.594,40	13,658	89.405	13,654	13,660	13,656
Vencimento em fev/23	98.487,26	13,660	66.845	13,660	13,668	13,662
Vencimento em mar/23	97.587,51	13,679	40.899	13,678	13,682	13,682
Vencimento em abr/23	96.446,50	13,703	150.411	13,695	13,710	13,695
Vencimento em mai/23	95.555,47	13,738	14.815	13,735	13,750	13,735
Vencimento em jun/23	94.470,43	13,785	1.037	13,775	13,795	13,790
Vencimento em jul/23	93.450,61	13,805	519.813	13,760	13,830	13,805
Vencimento em ago/23	92.435,16	13,833	265	13,815	13,830	13,820
Vencimento em set/23	91.344,61	13,840	3.514	13,830	13,840	13,840
Vencimento em out/23	90.406,62	13,845	114.967	13,755	13,865	13,830
Vencimento em nov/23	89.443,10	13,833	3.656	13,810	13,840	13,835
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jan/23	5.208,84	-0,18	243.865	5.167,00	5.228,00	5.204,50
Vencimento em fev/23	5.240,45	-0,19	200	5.231,00	5.231,00	5.231,00
Vencimento em mar/23	5.265,99	-0,18	3.900	5.250,00	5.250,00	5.250,00
Vencimento em abr/23	5.300,73	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mai/23	5.325,34	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em jan/23	5.531,96	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em fev/23	5.578,65	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em mar/23	0,00	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em fev/23	109.251	0,30	147.825	107.780	109.805	109.400
Vencimento em abr/23	111.043	-	0	0	0	0
Vencimento em jun/23	113.141	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 21/12/22

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,2025	5,2031	-0,76	-1,72	-6,76	-9,31
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,2024	5,2030	-0,06	0,03	-6,67	-9,34
Dólar Turismo (R$/US$)	5,2137	5,3937	-0,26	-0,34	-6,71	-9,51
Euro (BC) - (R$/€)	5,5219	5,5236	-1,00	1,30	-12,62	-14,55
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,5207	5,5214	-0,13	1,96	-12,56	-14,71
Euro Turismo (R$/€)	5,5638	5,7438	-0,24	2,03	-12,50	-14,86
Euro (BC) - (US$/€)	1,0614	1,0616	-0,24	3,07	-6,28	-5,78
Ouro*						
B3 (R$/g) **	-	296,000	-0,67	2,42	-10,30	-9,20
Nova York (US$/onça troy)	-	1.813,20	-0,22	2,25	-0,82	1,27
Londres (US$/onça troy)	-	1.813,50	0,40	3,06	-0,36	0,98

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Última cotação. ** Contrato = 250g

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	21/12/22	20/12/22	No fim de nov/22	No fim de dez/21	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	150.330,13	149.435,27	155.496,88	134.046,86	0,60	-3,32	12,15
Valor-Coppead Mínima Variância	78.344,86	77.913,63	80.792,69	86.927,17	0,55	-3,03	-9,87

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
JBS	02/02/22	02/02/29	84	600	3	-	145,0
JBS	02/02/22	02/02/52	360	900	4,375	-	220,0
Usina Coruripe	10/02/22	10/02/27	60	300	10	10	823,3
Itaú Unibanco	14/04/22	14/04/25	36	63	3,7	3,7	97,7
Natura	19/04/22	19/04/29	84	600	6	-	341,1
Arcos Dorados	27/04/22	27/05/29	85	350	6,125	-	317,0
Aegea	06/05/22	20/05/29	85	500	7	-	413,7

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 21/12/22. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo

ADR - Índices

Em 21/12/22

Índice	21/12/22	20/12/22	Em 30/11/22	Em 31/12/21	Em 21/12/21	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	142,96	140,83	144,14	160,14	157,56	1,51	-0,82	-10,73	-9,26
S&P BNY Emergentes	276,38	271,92	284,34	339,00	334,55	1,64	-2,80	-18,47	-17,39
S&P BNY América Latina	181,30	179,19	190,88	179,82	175,17	1,18	-5,02	0,82	3,50
S&P BNY Brasil	189,12	187,30	199,67	184,87	180,22	0,97	-5,29	2,30	4,94
S&P BNY México	250,66	246,12	263,31	279,00	270,28	1,84	-4,80	-10,16	-7,26
S&P BNY Argentina	97,99	95,30	94,32	70,86	69,40	2,82	3,89	38,28	41,19
S&P BNY Chile	174,49	173,51	186,89	134,90	131,66	0,56	-6,64	29,35	32,52
S&P BNY Índia	2.874,73	2.886,18	3.067,86	3.190,48	3.063,13	-0,40	-6,30	-9,90	-6,15
S&P BNY Ásia	164,88	162,70	167,10	207,32	205,05	1,34	-1,33	-20,47	-19,59
S&P BNY China	345,89	336,47	333,98	428,56	433,79	2,80	3,57	-19,29	-20,26
S&P BNY Rússia	203,27	203,27	271,02	319,36	315,98	0,00	-25,00	-36,35	-35,67
S&P BNY Turquia	18,75	19,19	19,48	16,83	16,69	-2,30	-3,74	11,42	12,33

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
04/12 a 04/01	0,2066	0,7076	0,7076	1,0483
05/12 a 05/01	0,2440	0,7452	0,7452	1,0961
06/12 a 06/01	0,2438	0,7450	0,7450	1,0959
07/12 a 07/01	0,2443	0,7455	0,7455	1,0964
08/12 a 08/01	0,2114	0,7125	0,7125	1,0532
09/12 a 09/01	0,1769	0,6778	0,6778	0,9984
10/12 a 10/01	0,1780	0,6789	0,6789	0,9995
11/12 a 11/01	0,2055	0,7065	0,7065	1,0472
12/12 a 12/01	0,2428	0,7440	0,7440	1,0949
13/12 a 13/01	0,2425	0,7437	0,7437	1,0946
14/12 a 14/01	0,2415	0,7427	0,7427	1,0936
15/12 a 15/01	0,2146	0,7157	0,7157	1,0464
16/12 a 16/01	0,1763	0,6772	0,6772	0,9977
17/12 a 17/01	0,1792	0,6801	0,6801	1,0007
18/12 a 18/01	0,2069	0,7079	0,7079	1,0486
19/12 a 19/01	0,2443	0,7455	0,7455	1,0964
20/12 a 20/01	0,2415	0,7427	0,7427	1,0936

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 21/12/22

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	107.433	0,53	-4,49	2,49	1,83
IBrX	45.574	0,57	-4,66	1,84	1,06
IBrX 50	18.112	0,61	-4,61	3,48	2,54
IEE	76.890	0,22	-4,80	0,77	0,96
SMLL	1.964	0,70	-5,16	-16,94	-15,92
ISE	3.093	0,10	-6,34	-15,73	-16,09
IMOB	644	0,23	-6,19	-11,06	-7,75
IDIV	7.004	0,33	-3,67	10,29	11,08
IFIX	2.799	0,73	-2,35	-0,18	3,57
Variação % em dólares					
Ibovespa	20.492	0,53	-3,56	9,09	11,44
IBrX	8.693	0,57	-3,72	8,41	10,60
IBrX 50	3.455	0,61	-3,68	10,15	12,21
IEE	14.666	0,22	-3,87	7,26	10,48
SMLL	375	0,72	-4,24	-11,60	-7,99
ISE	590	0,13	-5,41	-10,29	-8,17
IMOB	123	0,31	-5,20	-5,32	0,97
IDIV	1.336	0,33	-2,73	17,41	21,56
IFIX	534	0,72	-1,41	6,25	13,32

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 20/12/22	Spread 19/12/22	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	382	382	0,0	-4,0	-4,0
África do Sul	419	423	-4,0	33,0	71,0
Argentina	2.123	2.159	-36,0	-125,0	435,0
Brasil	275	276	-1,0	24,0	-51,0
Colômbia	383	382	1,0	-4,0	31,0
Filipinas	88	90	-2,0	-14,0	-3,0
México	204	202	2,0	16,0	-9,0
Peru	160	159	1,0	16,0	20,0
Turquia	430	426	4,0	-5,0	-148,0
Venezuela	41.016	35.057	5.959,0	9.315,0	-17.487,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
abr/22	345.097	09/12/22	339.097
mai/22	346.415	12/12/22	338.823
jun/22	341.958	13/12/22	340.715
jul/22	346.403	14/12/22	340.844
ago/22	339.664	15/12/22	339.913
set/22	330.580	16/12/22	339.581
out/22	329.546	19/12/22	339.054
nov/22	335.505	20/12/22	339.064

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	21/12/22	20/12/22	19/12/22	16/12/22	15/12/22	14/12/22
Índice	1.775,41	1.772,96	1.766,27	1.764,78	1.766,70	1.762,22
Var. no dia	0,14%	0,38%	0,08%	-0,11%	0,25%	-0,07%
Var. no mês	0,61%	0,47%	0,09%	0,01%	0,12%	-0,14%
Var. no ano	9,11%	8,96%	8,55%	8,46%	8,58%	8,30%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 21/12/22

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	34,6200	34,6500	0,15010	0,15030
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,2025	5,2031
Bolívar Soberano (Venezuela)	16,0017	16,0418	0,3243000	0,3252000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,7422	0,7585
Colon (Costa Rica)	582,2000	586,7500	0,008867	0,008937
Coroa (Dinamarca)	7,0057	7,0063	0,7425	0,7427
Coroa (Islândia)	143,3200	143,6400	0,03622	0,03630
Coroa (Noruega)	9,8367	9,8397	0,5287	0,5289
Coroa (Rep. Tcheca)	22,7740	22,7840	0,2283	0,2285
Coroa (Suécia)	10,4036	10,4066	0,4999	0,5001
Dinar (Argélia)	136,7700	138,1380	0,03766	0,03804
Dinar (Kuwait)	0,3063	0,3064	16,9794	16,9869
Dinar (Líbia)	4,8160	4,8383	1,0753	1,0804
Direitos Especiais de Saque ***	1,3320	1,3320	6,9297	6,9305
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6724	3,6726	1,4166	1,4168
Dirham (Marrocos)	10,5114	10,5164	0,4947	0,4950
Dólar (Austrália)***	0,6713	0,6715	3,4924	3,4939
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,2025	5,2031
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,5588	2,6039
Dólar (Canadá)	1,3610	1,3614	3,8214	3,8230
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,2305	6,3068
Dólar (Cingapura)	1,3500	1,3509	3,8511	3,8541
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,2025	5,2031
Dólar (Hong Kong)	7,7912	7,7915	0,6677	0,6678
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6296	0,6300	3,2755	3,2780
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7493	6,8260	0,7622	0,7709
Euro (Comunidade Européia)***	1,0614	1,0616	5,5219	5,5236
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	2,8585	2,9157
Franco (Suíça)	0,9263	0,9267	5,6140	5,6171
Guarani (Paraguai)	7276,7200	7335,6800	0,0007092	0,0007150
Hryvnia (Ucrânia)	36,9000	36,9340	0,1409	0,1410
Iene (Japão)	131,9600	132,0100	0,03941	0,03943
Kuna (Croácia)	7,1018	7,1092	0,7318	0,7326
Libra (Egito)	24,7200	24,7500	0,2102	0,2105
Libra (Líbano)	1505,7000	1518,7000	0,003426	0,003456
Libra (Síria)	2511,0000	2514,0000	0,00207	0,00207
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,2107	1,2111	6,2987	6,3015
Naira (Nigéria)	445,4600	446,4600	0,01165	0,01168
Lira (Turquia)	18,6650	18,6740	0,2786	0,2788
Novo Dólar (Taiwan)	30,6520	30,6820	0,16960	0,16970
Novo Sol (Peru)	3,8084	3,8383	1,3554	1,3662
Peso (Argentina)	174,2400	174,2600	0,02985	0,02986
Peso (Chile)	874,4000	876,1000	0,005938	0,005951
Peso (Colômbia)	4752,1300	4762,1300	0,001093	0,001095
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2168	0,2168
Peso (Filipinas)	55,0900	55,1100	0,09440	0,09445
Peso (México)	19,6995	19,7100	0,2640	0,2641
Peso (Rep. Dominicana)	55,3300	55,8000	0,09323	0,09404
Peso (Uruguai)	38,8300	38,8600	0,13390	0,13400
Rande (África do Sul)	17,1717	17,1771	0,3029	0,3030
Rial (Arábia Saudita)	3,7600	3,7620	1,3829	1,3838
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001239	0,0001239
Ringgit (Malásia)	4,4340	4,4410	1,1715	1,1735
Rublo (Rússia)	71,3260	71,7280	0,07253	0,07295
Rúpia (Índia)	82,8690	82,9240	0,06274	0,06279
Rúpia (Indonésia)	15585,0000	15590,0000	0,0003337	0,0003339
Rúpia (Paquistão)	225,5000	227,0000	0,02292	0,02307
Shekel (Israel)	3,4681	3,4724	1,4982	1,5003
Won (Coréia do Sul)	1282,7700	1284,3800	0,004051	0,004056
Yuan Renminbi (China)	6,9810	6,9820	0,7451	0,7453
Zloty (Polônia)	4,3821	4,3836	1,1868	1,1874

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	1817,81	0,01711	304,0620	304,0970

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

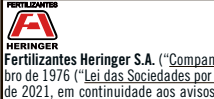
Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	21/12/22	20/12/22	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	33.376,48	32.849,74	1,60	-3,51	-8,15	-5,96	28.725,51	36.799,65
EUA	Nova York	Nasdaq-100	11.235,88	11.072,43	1,48	-6,60	-31,15	-29,72	10.690,60	16.567,50
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	10.709,37	10.547,11	1,54	-6,62	-31,55	-30,19	10.321,39	15.871,26
EUA	Nova York	S&P 500	3.878,44	3.821,62	1,49	-4,94	-18,63	-16,58	3.577,03	4.796,56
Canadá	Toronto	S&P/TSX	19.571,10	19.306,89	1,37	-4,31	-7,78	-6,47	18.206,28	22.087,22
México	Cidade do México	IPC	50.426,26	50.139,42	0,57	-2,44	-5,34	-3,19	44.626,80	56.609,54
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.249,84	1.227,62	1,81	0,58	-11,42	-9,35	1.112,84	1.635,71
Venezuela	Caracas	IBVC	16.142,10	16.421,18	-1,70	9,84	172,69	186,73	5.098,80	16.635,30
Chile	Santiago	IPSA	5.269,70	5.287,93	-0,34	-0,24	22,31	27,21	4.121,91	5.779,25
Peru	Lima	S&P/BVL General	21.149,66	21.206,63	-0,27	-5,81	0,18	2,46	17.752,60	25.642,58
Argentina	Buenos Aires	Merval	179.851,91	172.335,85	4,36	6,72	115,39	113,76	81.004,41	179.851,91
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.255,86	1.233,11	1,84	-2,41	-7,77	-5,26	2.995,33	3.620,57
Alemanha	Frankfurt	DAX	14.097,82	13.884,66	1,54	-2,08	-11,25	-8,74	11.975,55	16.271,75
França	Paris	CAC-40	6.580,24	6.450,43	2,01	-2,35	-8,01	-5,52	5.676,87	7.376,37
Itália	Milão	FTSE MIB	24.111,97	23.718,25	1,66	-2,02	-11,83	-9,53	20.352,98	28.162,67
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	3.741,20	3.671,37	1,90	1,53	-13,20	-11,46	3.313,82	4.362,21
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	1.816,51	1.806,72	0,54	1,78	-2,55	1,78	1.516,18	1.863,99
Espanha	Madri	IBEX-35	8.302,30	8.185,20	1,43	-0,73	-4,72	-1,02	7.261,10	8.933,60
Grécia	Atenas	ASE General	923,86	915,51	0,91	1,26	3,42	4,84	779,20	971,09
Holanda	Amsterdã	AEX	709,58	697,25	1,77	-2,01	-11,07	-8,44	630,58	804,28
Hungria	Budapeste	BUX	45.589,30	45.481,08	0,24	-0,86	-10,12	-9,85	37.035,79	54.405,84
Polônia	Varsóvia	WIG	57.291,89	56.656,26	1,12	2,20	-17,32	-14,70	45.621,39	73.334,24
Portugal	Lisboa	PSI-20	5.765,52	5.737,94	0,48	-1,66	3,52	5,76	5.190,28	6.349,21
Rússia	Moscou	RTS*	940,03	967,24	-2,81	-16,45	-41,09	-40,26	742,91	1.622,75
Suécia	Estocolmo	OMX	2.065,13	2.036,42	1,41	-1,77	-14,65	-10,97	1.794,39	2.456,17
Suíça	Zurique	SMI	10.845,59	10.659,19	1,75	-2,54	-15,77	-14,48	10.072,62	12.970,53
Turquia	Istambul	BIST 100	5.429,13	5.419,02	0,19	9,07	192,26	186,95	1.804,15	5.429,13
Israel	Tel Aviv	TA-125	1.828,66	1.813,45	0,84	-2,94	-11,08	-7,44	1.813,45	2.152,16
África do Sul	Joanesburgo	All Share	73.836,91	73.040,51	1,09	-1,32	0,17	3,82	63.263,94	77.536,12
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	26.387,72	26.568,03	-0,68	-5,65	-8,35	-7,47	24.717,53	29.332,16
Austrália	Sidney	All Ordinaries	7.293,00	7.199,60	1,30	-2,51	-6,25	-4,87	6.609,50	7.926,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.969,79	1.979,08	-0,47	-2,42	-22,15	-21,34	1.752,27	2.530,14
China	Xangai	SSE Composite	3.068,41	3.073,77	-0,17	-2,63	-15,70	-15,36	2.886,43	3.643,34
Coreia do Sul	Seul	KOSPI	2.328,95	2.333,29	-0,19	-5,81	-21,79	-21,72	2.155,49	3.020,24
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	19.160,49	19.094,80	0,34	3,03	-18,11	-16,59	14.687,02	24.965,55
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	61.067,24	61.702,29	-1,03	-3,22	4,83	8,43	51.360,42	63.284,19
Indonésia	Jacarta	JCI	6.820,66	6.768,32	0,77	-3,68	3,63	4,06	6.529,59	7.318,02
Tailândia	Bangcoc	SET	1.609,94	1.604,44	0,34	-1,55	-2,88	-0,76	1.533,37	1.713,20
Taiwan	Taipé	TAIEX	14.234,40	14.170,03	0,45	-4,34	-21,87	-19,98	12.666,12	18.526,35

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

SUL AMÉRICA S.A. - CNPJ/ME nº 29.978.814/0001-87 - NIRE 3330003299-1 - **Companhia Aberta de Capital Autorizado CVM nº 21121. Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2022.** Em 15 de dezembro de 2022, às 9h, reuniu-se o Conselho de Administração da Companhia, regularmente convocado, por meio de videoconferência com a presença da totalidade de seus membros, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: - Aprovar, nos termos da legislação aplicável e, ainda, de acordo com o parágrafo segundo do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio à conta de Lucros Acumulados no montante bruto de R$24.000.000,00 (vinte quatro milhões de reais), correspondente a R$0,0199442814945862 por ação ordinária ou preferencial da Companhia não representada por unit, equivalente a R$0,0598328444837587 por unit, que, após deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), na forma da legislação em vigor, importa o valor líquido equivalente a R$0,0169526392703983 por ação ordinária ou preferencial da Companhia não representada por unit e R$0,0508579178111949 por unit, a ser pago aos acionistas a partir de 02.01.2023. Serão beneficiados os acionistas inscritos nos registros da sociedade em 20.12.2022, passando as ações, ou units, conforme o caso, a serem negociadas "ex-direito" aos Juros Sobre o Capital Próprio a partir do dia 21.12.2022. Ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio ora aprovado será aplicada a retenção do IRRF, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes na forma da legislação aplicável. Os valores líquidos pagos a título de Juros sobre Capital Próprio serão atribuídos ao montante total de dividendos cuja distribuição venha a ser aprovada na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2023. Discutida a matéria, foi a mesma aprovada pela unanimidade dos Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida e aprovada, vai por todos assinada. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2022. Assinaturas: Patrick de Larragoiti Lucas, Presidente; André Guilherme Brandão, Carlos Infante Santos de Castro, Cátia Yuassa Tokoro, Denizar Vianna Araújo, Gabriel Portella Fagundes Filho, Louis Antoine de Ségur de Charbonnières, Pierre Claude Perrenoud, Renato Russo, e Simone Petroni Agra, Conselheiros; e Fernanda Bezerra, secretária da reunião. JUCERJA nº 00005215325 em 20.12.2022. Secretário Geral - Jorge Paulo Magdaleno Filho.

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 005/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para **CONSTRUÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES E SALAS DE AULA DO HU-UEPG**. Preço Máximo: **R$ 15.044.732,40.** Recursos: **Próprios** - Fonte: 262. Data limite para entrega dos envelopes: **07/02/2023 às 10h** - **Data de abertura** do certame: **07/02/2023 às 14h**, na Sala de Licitações da Diretoria de Material e Patrimônio (BLOCO DA REITORIA), situada na Av. Gen. Carlos Cavalcanti, 4748 - Campus Universitário de Uvaranas. Ponta Grossa - PR. CEP: 84030-900. - Ordenador de Despesa: Emerson Martins Hilgemberg, cód. 273362 – Pró-Reitor de Assuntos Administrativos. O Edital e seus Anexos, podem ser obtidos diretamente no site www.uepg.br/licitacao (Licitações Publicadas).

Emerson Martins Hilgemberg
Pró-Reitor de Assuntos Administrativos
Ponta Grossa, 21 de dezembro de 2022.

FERTILIZANTES HERINGER S.A.
CNPJ Nº 22.266.175/0001-88
FATO RELEVANTE

Fertilizantes Heringer S.A. ("Companhia") vem, em atendimento aos termos do artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 44, de 23 de agosto de 2021, em continuidade aos avisos de fato relevante divulgado em 20 de dezembro de 2021, 26 de janeiro, 28 de março, 27 de abril, 23 e 26 de agosto, 6 e 13 de setembro, 25 e 29 de novembro de 2022, comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral o que segue. Fazemos referência ao pedido de registro de oferta pública de aquisição de até a totalidade de ações ordinárias da Companhia ("Oferta") protocolado pela Eurochem Comércio de Produtos Químicos Ltda., controladora indireta da Companhia ("Eurochem" ou "Ofertante"), junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e à B3, em decorrência da alienação indireta de controle da Companhia, assegurando aos seus acionistas minoritários tratamento igualitário àquele dado aos seus antigos acionistas controladores, que, a princípio, será unificada com uma oferta pública pra aquisição de ações (i) para cancelamento de registro de companhia aberta como emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM ("Cancelamento de Registro"); e (ii) para a saída do segmento especial de negociação da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), bem como para a descontinuidade, pela Companhia, das práticas diferenciadas de governança corporativa estabelecidas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado" e "Saída do Novo Mercado", respectivamente). Nesta data, a Companhia foi comunicada pela Meden Consultoria Empresarial Ltda., o segundo avaliador das ações de emissão da Companhia, escolhido na Assembleia Geral Especial dos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em circulação, realizada em 24 de outubro de 2022, sobre a conclusão do segundo laudo de avaliação no âmbito da Oferta ("Segundo Laudo de Avaliação"). De acordo com o Segundo Laudo de Avaliação, o valor econômico das ações de emissão da Companhia foi apurado no intervalo entre R$18,96 (dezoito reais e noventa e seis centavos) e R$20,86 (vinte reais e oitenta e seis centavos), tendo sido o critério de fluxo de caixa descontado considerado como o mais adequado para determinar o valor justo das ações de emissão da Companhia. Nos termos do artigo 28, inciso IV, da Resolução da CVM nº 85, de 31 de março de 2022, tendo em vista que o Segundo Laudo de Avaliação apurou o valor justo das ações de emissão da Companhia como superior à Parcela Inicial da Opção I de Preço da Oferta anteriormente proposta, a Ofertante deverá, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar desta data, comunicar-nos, para fins de aviso de fato relevante, informando se mantém o objetivo da Oferta de Cancelamento de Registro ou se seguirá somente com a Oferta decorrente da aquisição indireta de controle da Companhia. O Segundo Laudo de Avaliação será disponibilizado simultaneamente à divulgação deste Fato Relevante, por meio do sistema Empresas.Net da CVM e da B3, e publicado no website de relações com investidores da Companhia (ri.heringer.com.br). A Companhia manterá o mercado informado sobre eventuais desdobramentos do mencionado processo. Este Fato Relevante é de caráter exclusivamente informativo e não constitui uma oferta de aquisição de valores mobiliários. Viana, ES, 19 de dezembro de 2022. **Julio Enrique Varela Gubitosi** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL e INTIMAÇÃO
LEILÃO ELETRÔNICO
1° Leilão: 05/01/2023 às 11:00hs
2° Leilão: 12/01/2023 às 11:00hs
Leilão somente na modalidade eletrônica através do site: www.bspleiloes.com.br

BIANCA SOARES PAIS DE CARVALHO, Leiloeira Pública Oficial, registro Jucerja n° 156, com escritório na Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, bloco 3, sala 1614, Barra da Tijuca/RJ, devidamente autorizada por JFE 68 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL – CNPJ 16.717.144/0001-01; venderá na forma da Lei 9.514/97, em leilões públicos nos dias, horários, e através do seu site de leilões online: www.bspleiloes.com.br acima referidos, **o APARTAMENTO 802 do bloco 02 do empreendimento denominado "LARGO DOS PALÁCIOS RESIDENCIAL", situado na Rua São Clemente, nº 347, Botafogo/RJ**, com direito ao uso, de forma indistinta, de 01 (uma) vaga de garagem, coberta ou descoberta, localizada indistintamente no pavimento de acesso; pavimento jirau e ou no pavimento de garagem elevado, dentre as de nºs 01 a 21, e correspondente fração ideal de 0,012467 do domínio útil do respectivo terreno, foreiro ao Município, designado por lote 1 do PAL 47.888, melhor descrito na matrícula nº 66.431 do 3° Ofício de Registro de Imóveis desta cidade, objeto da Escritura de Financiamento Imobiliário e Compra e Venda com pacto de Alienação Fiduciária, lavrada em 29/08/2018 pelo 8º Ofício de Notas, tendo como Credora Fiduciária, **JFE 68 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL,** e como **Fiduciantes Devedores, EDUARDO DO NASCIMENTO MORAIS e MARGARIDA PEREIRA MORAIS**, ambos inscritos nos CPF's sob os nºs 027.419.627-15 e 070.584.597-46, respectivamente. O referido imóvel com área de 119 m2, encontra-se registrado em nome da empresa comitente, conforme CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE averbada no Av. 26 da matrícula mencionada acima. O imóvel será vendido na forma da Lei 9.514/97 no estado em que se encontra, por preço não inferior a **R$ 2.998.661,18** (dois milhões, novecentos e noventa e oito mil, seiscentos e sessenta e um reais e dezoito centavos) em 1° Leilão, nos termos do § 1º do art. 27 da L.9.514/97. Em 2º Leilão o imóvel será vendido, em caráter definitivo, por preço não inferior a **R$ 1.558.714,54** (hum milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e quatro centavos), conforme trata o §2° do art. 27 da Lei 9.514/97. Eventuais débitos de condomínio serão informados no dia dos leilões e será de responsabilidade do arrematante. Recursos judiciais necessários para desocupação do imóvel serão suportados pelo arrematante. A comissão da Leiloeira será paga pelo arrematante na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda do bem arrematado, bem como as despesas efetuadas com os leilões, as relativas a registros de imóveis, ITBI e demais impostos. A venda deverá ser feita com pagamento à vista. Os devedores fiduciantes serão comunicados na forma do parágrafo 2º-A do art.27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários, e o site eletrônico onde será realizado os leilões, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo os fiduciantes adquirirem sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances. Para participar do leilão oferecendo lances pela internet, deverão previamente (no prazo de 24 horas antes do início do pregão) efetuar o seu cadastro pessoal no site da Leiloeira (www.bspleiloes.com.br) e também solicitar sua habilitação para participar do Leilão na modalidade on line, sujeito a aprovação após comprovação dos dados cadastrais pela análise de documentação exigida na forma e no Prazo previsto no Contrato de Participação em Pregão Eletrônico (disponível no site da Leiloeira). Todos os lances efetuados por usuários certificados não são passíveis de arrependimento. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2022. (ass.) Bianca Soares Pais de Carvalho – Leiloeira Pública Oficial.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

CHAMAMENTO PÚBLICO

(Procura Imóvel Tipo Loja, para Locação no Município de Pirai)

A Empresa Pública Correios procura imóvel do tipo Loja, para fins de locação no Município de Pirai, onde funcionará a Agência de Correios, com as seguintes especificações: Área construída máxima de 103,00 m². Região Alvo: Todo o Centro do município, compreendendo a RJ-145, compreendendo perímetro entre Rua Epitácio Campos, Rua Saldanha Marinho, Avenida Beira Rio e todos os logradouros contidos nesta região, além da Rodoviária de Piraí. Trecho Principal: Perímetro entre Praça Getúlio Vargas, Rua Barão de Piraí, Rua Manoel T.C. Júnior e Rua Pio XII. As propostas de locação serão recebidas através dos e-mail's rjgeratsesr@correios.com.br, thiagodiogo@correios.com.br, rafaelfontes@correios.com.br e rosenariajesus@correios.com.br até 10/01/2023, e deverão constar endereço e dimensões do imóvel ofertado. Para maiores informações à cerca de documentos, favor entrar em contato através dos endereços eletrônicos acima.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

AVISO Nº 217/2022 - DER SEDE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ
CONCORRÊNCIA COM REGIME DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA - CI 003/2022
DER/DT - GMS 217/2022 – CP
EXTRATO DO EDITAL
ID licitações-e Banco do Brasil: 979672
ABERTURA DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação integrada de empresa para elaboração do projeto básico e executivo e execução das obras para implantação de dois retornos em desnível entre as vias marginais da BR-376, perímetro urbano de Sarandi-PR, no segmento do km 181,34 ao km 182,10, numa extensão de 760,00m.
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 14:00 horas do dia 31/03/2023, no portal Licitações-e do Banco do Brasil em http://www.licitacoes-e.com.br
ABERTURA: às 14:00 horas do dia 31/03/2023.
INÍCIO DA DISPUTA: às 14:30 horas do dia 31/03/2023.
N.º DO PROCESSO: 19.805.685-5
AUTORIZAÇÃO:
a) Para licitação: Janice Kazmierczak Soares - Diretora Técnica do DER/PR, em 12/12/2022.
b) Para realização de despesas: Alexandre Castro Fernandes – Diretor Geral do DER, em 21/12/2022.
Orçamento sigiloso nos termos da Lei 14.133/2021.
EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE A LICITAÇÃO: A Licitação será realizada na forma eletrônica. O edital e anexos serão disponibilizados na página eletrônica http://www.administracao.pr.gov.br/Compras, Quadro "Licitações", Opção "Compras Paraná - Consulte licitações", Identificação do Processo: 217, Ano: 2022, Órgão DER, Modalidade: Concorrência Pública (CP). Demais informações poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, localizada na Avenida Iguaçu, nº 420, andar térreo, Curitiba/PR. – Fone: 41 - 3304-8243.

Curitiba, 21 de dezembro de 2022.
Thais Volttani Koyama
Presidente da Comissão de Contratação

Ativos digitais Em iniciativas privadas e públicas, capital fluminense atrai investidores e empresas do setor

Rio vira centro da criptoeconomia no país

Gabriela da Cunha e Toni Sciarretta
Do Rio e de São Paulo

Nômades digitais, gestores de venture capital e startups de criptoativos que surgiram ou ganharam impulso durante os anos de pandemia em home-offices espalhados pelo mundo acharam no Rio de Janeiro, mais precisamente no Leblon, um porto para estabelecer seu endereço físico. Chamado Hashtown, o local foi construído para ser a sede do escritório da gestora Hashdex, líder dos fundos de índice do segmento, mas acabou abrigando várias outras empresas e investidores da comunidade cripto internacional.

A duas quadras da praia, na rua Ataulfo de Paiva, o complexo de quatro andares, sendo dois subterrâneos, se propõe a ser um ponto de referência centrado em negócios ligados a blockchain, tokenização, Web3, tecnologia e arte digital. Uma das atrações, voltada também ao público externo, é o restaurante The Crypto Kitchen, do estrelado chef Rafa Costa E Silva, entusiasta dos criptoativos.

O Hashtown é mais uma das várias iniciativas que surgem no Rio. A cidade é pioneira na proposta de receber pagamento de IPTU em moedas digitais, e a exemplo de Miami, tem buscado atrair investimentos do setor e eventos internacionais, como o Blockchain Rio de 2022 e o Web Summit de 2023, para se consolidar como um polo regional da criptoeconomia.

A construção do Hashtown levou oito meses e a operação começou há pouco mais de dois meses com toda a estrutura de escritórios ocupada tanto pela Hashdex quanto por gestoras de venture capital e startups. Estão lá nomes como Valor Capital, um dos maiores ventures capital do mundo, investidor da Coinbase e da própria Hashdex; Canary/Atlântico, de Buser e Alice; Kauai Ventures, do surfista Gabriel Medina; Supera Capital, que tem a participação de Luciano Huck; Go4it, de games, mídia digital e bem-estar; Lifely, de comida saudável. Entre as startups, as principais são W3block, uma fábrica de NFTs (tokens não fungíveis) para entretenimento e aplicações diversas; Kelving Lab, de iluminação inteligente; Parfin, de infraestrutura blockchain para o mercado financeiro, entre outras que ainda estão chegando.

É o caso da Origami, uma startup recém-criada que se propõe a ajudar grupos e associações civis a se tornarem uma DAO (organização autônoma descentralizada), ecossistema nativo das blockchains típico da criptoeconomia. O cofundador da Origami, Matt Voska, nômade digital que está há mais de cinco anos na estrada, conheceu Michael Nicklas, sócio da Valor Capital, no Hashtown. Das conversas no local, acabou trazendo a gestora para uma rodada de US$ 6,2 milhões de aporte na startup. Pela primeira vez, Voska admite a possibilidade de estabelecer âncora na cidade, possivelmente por dois anos. "O Rio tem uma energia incrível para a economia digital. É um ambiente relaxado, que reúne as pessoas e faz as coisas acontecerem", diz.

A Parfin, que tem desbancado grupos internacionais na infraestrutura de mercado cripto, surgiu no final de 2019 com a proposta de fornecer tecnologia blockchain para negociação de ativos digitais e tokenização. Em três anos, foi de cinco para mais de 70 funcionários, todos em home office, locados no Reino Unido, em Portugal, na Alemanha, nos EUA, além de Rio e São Paulo.

"Somos uma empresa que nasceu na pandemia. Até por trabalhar com blockchain e cripto, por natureza, somos descentralizados e distribuídos. A ideia da Hashtown é mais pelo senso de comunidade, de fazer parte de um hub de tecnologia e inovação. Se tornou um local para interação, reunir a equipe e discutir ideias com pessoas que tem impactado esse ambiente de tecnologia", diz Marcos Viriato, CEO da Parfin.

Marcelo Sampaio, CEO da Hashdex, conta que a gestora buscava um local para sua sede no pós-pandemia que fosse próprio para o trabalho híbrido, possibilitando que os funcionários aproveitassem as conquistas do home office sem perder os frutos da interação no escritório. Acabaram encontrando um prédio bem maior do que precisavam. Daí veio a ideia de criar um espaço para abrigar também parceiros e outras startups da comunidade cripto.

"O Hashtown é uma casa para todas essas empresas e pessoas. Se você está passando pelo Rio, e está fazendo alguma coisa interessante, não apenas em cripto, mas como empreendedor e gestor, a ideia é que passe por aqui e que promova esse conteúdo que interessa muito a todos", afirma Sampaio.

A instalação ilustra o novo momento do bairro mais nobre do Rio. Após a pandemia, o Leblon — já conhecido por abrigar gestoras de recursos — passou a ser procurado por mais assets e escritórios de advocacia, muitos, até então, instalados no centro da cidade. "A migração das assets para o Leblon segue o movimento global de novas tendências do espaço urbano. As pessoas estão procurando morar perto do trabalho. Com a concentração de residenciais de alto padrão no bairro, esse movimento não chega a surpreender", diz Chicão Bulhões, secretário de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação do Rio.

Outro reflexo da pandemia, o modelo híbrido de trabalho dita o ritmo da frequência no multi-espaço. Ainda assim, diariamente, cerca de cem pessoas passam pelo Hashtown, segundo Cauê Duarte, gerente de expansão global da Hashdex. O volume de público é ampliado em dias de eventos voltados ao mercado financeiro, empreendedorismo, cultura, e Web3.

Para 2023, ao menos quatro trilhas de programações estão definidas e incluem encontros com fundadores de empresas e maratonas de inovação (hackathon). A agenda se soma aos eventos que estão previstos para ocorrer na cidade. O Web Summit, maior conferência de inovação, tecnologia e empreendedorismo da Europa, fará uma edição local em maio. A parceria com a cidade é válida por seis anos. Outras programações devem se repetir, como Rio Innovation Week, Rio2C, e Blockchain.Rio.

"O entendimento da prefeitura não é apenas do uso das criptos como moeda, mas de incentivar todas as possibilidades através da tecnologia blockchain por meio dos atores privados que estão sediados no Rio", diz Bulhões. "É um reconhecimento do potencial desse segmento antes mesmo do projeto de lei que regulamenta as cripto. É um ganho de médio e longo prazo."

Além das empresas já instaladas, a prefeitura quer atrair novas companhias para a cidade, mas para ocupar a região portuária, no Porto Maravilha. Revitalizada para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas 2016, a região da Praça Mauá vai sediar o Pomar — Porto Maravalley. Inspirado no Vale do Silício, na Califórnia (EUA), será um novo "hub" para startups, investidores e corporações de tecnologia. Segundo Bulhões, a Transfero, de negociação de ativos digitais, já é parceira do projeto. O secretário afirma que conversas com a exchange Binance e com a blockchain Tezos estão em desenvolvimento. "Baixamos os impostos de empresas de tecnologia que queiram se instalar na região, diz.

Com cerca de 10 mil m², o Porto Maravalley deve ficar pronto no próximo ano e também será usado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) para o primeiro curso de graduação da instituição. A presença dos negócios é uma das âncoras para aumentar a população residencial da região.

LUCIANA WHITAKER/VALOR

Hashtown: Edifício no Leblon reúne empresas ligadas a criptoativos e até restaurante de chef entusiasta do setor

'Hub' tem arte tokenizada e restaurante badalado que aceita moedas digitais

Do Rio e de São Paulo

Desenhado pelo arquiteto Paulo Jacobsen e com instalações projetadas por Bel Lobo, Pitá Arquitetura e Kelving Labs, o Hashtown se destaca na Avenida Ataulfo de Paiva, no Leblon, Zona Sul o Rio. O ambiente construído para ser a sede do escritório da gestora Hashdex, que acabou abrigando várias outras empresas e investidores da comunidade cripto internacional, tem linhas intimistas e modernas logo na fachada.

A inspiração para o espaço vem do The Factory, projeto criado pelo artista plástico Andy Warhol em 1962 — um ambiente para a cena artística de vanguarda em Nova York. Assim, até a entrada do Hashtown é diferente de outras empresas. Chegando ao número 1.120, o visitante adentra o The Crypto Kitchen, café do premiado chef Rafa Costa e Silva.

Em funcionamento há pouco mais de um mês, o bistrô aceita pagamentos em criptomoedas. Para isso, o cliente precisa ter uma conta na Bitfy e escolher entre as dez opções de ativos oferecidas pela carteira digital. O pagamento é via QR Code gerado por máquinas da Cielo. A transação é feita em segundos. Não há taxas extras nem incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A escolha por essa modalidade de pagamento ainda é incipiente entre os clientes, mas o potencial já faz o chef pensar em levá-la para o Lasai, restaurante em Botafogo, e para um empreendimento que ele abrirá no mesmo bairro.

Entusiasta do universo, Costa e Silva diz que tem estudado sobre criptoativos. Parte desse conhecimento foi usada no treinamento da equipe do The Crypto Kitchen. Não raras são as vezes em que a equipe dá atenção a pedestres que se deparam com restaurante e querem saber como funciona o uso das criptomoedas.

"O retorno dos clientes tem sido excepcional. É uma comida bem feita, baseada em produtos locais, com muitos peixes frescos da costa do Rio, muito cosmopolita, mas brasileiro. É engraçado que muita gente tem curiosidade sobre criptoativos e conversa sobre isso com o staff", diz.

No salão, o processo educativo é potencializado, ainda, por uma coleção de telas instaladas na parte superior do balcão da cozinha. Dados do mercado financeiro e de criptoativos, em diversas formas de visualização, são apresentados para fornecer uma visão do mercado durante o dia. O projeto é assinado pela agência criativa Super Uber, também responsável por instalações no Museu do Amanhã e no Museu de Língua Portuguesa.

Enquanto o cliente aguarda por uma das criações do chef, como carpaccio de vieira com gengibre, rabanete, limão e coentro, ou sanduíche no pão de brioche com recheio de steak tartare, é possível conhecer e contemplar artes digitais. Selecionadas mensalmente, em parceria com a W3block, as obras compõem o ambiente. As artes podem ser adquiridas pelo público via leilão (o acesso é por QR Code). O desembolso varia. Em uma das artes, o lance inicial é de pouco mais de R$ 13 mil.

O conjunto de informações busca dialogar com um público variado. O restaurante é frequentado por donos de gestoras e empresários, famílias e personalidades da gastronomia, como o chef Claude Troisgros.

Além do restaurante, um estúdio para gravação de podcast deve ser inaugurado. A operação do espaço no metro quadrado mais caro da cidade, no entanto, impõe uma gestão ajustada. Conversas com bancos, empresas de telefonia e family offices estão em curso para que se tornem parceiros. "O projeto de financiamento se dá pela relação com boas marcas que conversam com a proposta de inovação e empreendedorismo", diz Cauê Duarte, gerente de expansão global da Hashdex. *(GC e TS)*

Uma nova fase para investimentos internacionais

Palavra do gestor

Andrew Reider

O ano de 2022 tem sido marcante para os mercados globais. Os principais ativos tiveram quedas históricas. Nos EUA, um tradicional portfólio 60/40 (em que 60% da alocação é em renda variável e 40%, em renda fixa) teve uma queda de 18,2% até o final de outubro — pior performance desde 1974. O que explica esse desempenho?

Os determinantes estruturais da inflação esperados para essa década mudaram. Ela deixa de ser baixa e estável, como entre 2010 e 2019, e passa a ter uma pressão altista em função do aumento do populismo no mundo, da desglobalização (tensão EUA-China e Europa-Rússia) e do subinvestimento nas matrizes energéticas fósseis advindo das políticas ESG.

Historicamente, períodos de inflação alta trazem mais volatilidade aos mercados. O portfólio 60/40 está em xeque exatamente porque, em momentos de inflação alta, a correlação de renda fixa e ações fica positiva, o que não víamos desde os anos 70.

Além disso, desde o início deste ano, cunhamos 2022 como "o ano da normalização", pois chegamos ao ponto em que os desequilíbrios que a pandemia gerou tiveram que ser desfeitos. Trazer a inflação de volta ao normal significa dissipar os excessos da política monetária global. Este ano também vimos a maior alta sincronizada de juros em mais de 20 anos. O banco central americano (Fed) deve subir a Fed Funds rate em 450 basis points (bps), algo inimaginável pelo mercado meses atrás.

Mas não só de aumento da inflação o mundo financeiro tem sofrido. Tivemos mais dois choques negativos importantes: 1) a guerra entre Ucrânia e Rússia, que fez disparar os preços das commodities, dificultando ainda mais o trabalho dos bancos centrais; e 2) a nova onda de covid na China, somada à política radical de tolerância zero deles.

A incerteza trazida por esse cenário premiou a gestão ativa de recursos, enquanto as alocações estruturais e passivas (por exemplo, fundos de pensão e fundos soberanos) sofreram grandes e, possivelmente, irreversíveis perdas. Em um mundo muito dinâmico, volátil e sem tendência bem-definida, gestores que empregaram gestão de risco ativa baseada em cenários macroeconômicos bem desenhados tiveram sucesso. Vemos isso não só na boa performance dos fundos multimercado brasileiros (alta de 14,7% no ano, segundo o Índice de Hedge Funds da Anbima), como também dos Global Macro Funds no mundo (retorno de 6,5% até outubro, a maior alta desde 2005).

Outra forma de navegar esse ambiente mais difícil é através da diversificação dos portfólios em diferentes classes de ativos e geografias. O que era pouco atrativo em um determinado momento, rapidamente se torna promissor no momento seguinte. E vice-versa.

Prova disso são os acontecimentos da última semana. No final do ano passado, tecnologia estava na moda, enquanto o Brasil estava esquecido. No início deste mês, era exatamente o contrário, com muitos questionando se valia a pena ter ativos internacionais já que o mercado brasileiro parecia ser a bola da vez. Em algumas semanas, essa lógica se inverteu, com a inflação americana dando sinal de trégua e a China sinalizando reabertura econômica, enquanto o Brasil tem focado em discussões sobre sua política fiscal. Ou seja, só estando bem diversificado é possível navegar um cenário tão incerto e dinâmico com o atual.

Os alocadores de mais longo prazo não têm o dinamismo e uma estrutura eficiente para readequar seus portfólios a essas rápidas mudanças. A busca por ativos globais descorrelacionados entre si ganhará ainda maior importância como forma de capturar as inúmeras alterações de cenário e choques que a economia global tende a sofrer. Estudos mostram que carteiras com poucos ativos de baixa correlação já são o suficiente para reduzir de maneira significativa o risco nos investimentos. Isso torna o desafio para o investidor brasileiro ainda maior.

O movimento de internacionalização da carteira de investimentos começou especialmente a partir de 2012, com a estagnação da economia brasileira e a recuperação da economia nos EUA. A escolha foi comprar ações americanas, especialmente de tecnologia.

Durante a pandemia, por conta da forte injeção de estímulos ao redor do mundo conjugado com a taxa Selic caindo para 2%, vimos um excesso na tomada de risco por parte do investidor brasileiro. Foi o período da exuberância no mercado de criptomoedas, venture capital, entre outros investimentos mais arriscados. Quando a normalização veio, o resultado não foi dos melhores.

Por isso, precisamos encontrar um novo caminho. Na WHG, recomendamos carteiras com estratégias de gestão ativa e descorrelacionadas do ciclo econômico. Uma boa carteira é composta por produtos direcionais de mercado para capturar as tendências seculares, estratégias defensivas de baixa volatilidade e ativos descorrelacionados do ciclo econômico.

Saber navegar os cenários que se alteram rapidamente e com agilidade na tomada de decisão continuará sendo muito importante para os próximos anos.

Andrew Reider é CIO da Wealth High Governance (WHG)

Valor
Legislação & Tributos SP

Destaques

Horas extras
A 4ª Vara do Trabalho de Santos (SP) liberou R$ 10,5 milhões para 68 empregados da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). O pagamento, já efetuado, é fruto de uma ação que dura 16 anos e tem como principal pedido horas extras trabalhadas e não pagas. O processo é movido pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira, que representa 120 profissionais. Os trabalhadores atuavam como operadores nas estações e subestações de tratamento de água e de esgoto em regime de turnos ininterruptos de revezamento de seis horas. Em média, cada um totalizava 42 horas semanais de trabalho, ou seja, seis horas a mais que o máximo permitido pela Constituição Federal para essa modalidade de trabalho, que é de 36 horas por semana. Entre 2001 e 2006, cada um fez 1.440 horas extras não remuneradas, em média. Eles receberam o valor de forma proporcional ao tempo de serviço e ao número de horas extras trabalhadas por turno, mais reflexos. Outros 52 empregados devem receber R$ 6 milhões pelo mesmo motivo (processo nº 0129400-10.2006.5.02.0444).

Ofensas racistas
A 5ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) confirmou a condenação de mulher por injúria racial cometida contra conhecida. A pena foi fixada em um ano e dois meses de serviços à comunidade e prestação pecuniária, conforme o decidido pelo juiz Sérgio Augusto de Freitas Jorge, da 2ª Vara Criminal de Araraquara. Consta nos autos que a acusada encontrou a vítima, que era sua conhecida e com quem já havia se desentendido em outra ocasião, e passou a proferir ofensas raciais em via pública. Ainda segundo os autos, a ré manteve os xingamentos mesmo na presença da Polícia Militar, acionada pela ofendida. Em juízo, a acusada alegou que não utilizou a expressão "macaca velha" com conotação racista — argumentação não acolhida pela turma julgadora. "Não é demais dizer que o delito de injúria racial trata-se de eficaz instrumento de combate a práticas discriminatórias e ofensivas à dignidade humana. E, no caso concreto, não houve apenas ofensas propaladas num contexto supostamente acalorado, como pretende fazer crer a apelante, pois a prova dos autos demonstra a vontade livre e consciente da acusada de ofender e menosprezar a vítima, em razão de sua cor e raça", diz o relator, desembargador Mauricio Henrique Guimarães Pereira Filho (apelação nº 1501111-96.2021.8.26.0037).

Desvio de função
A Justiça do Trabalho condenou um banco ao pagamento de diferenças salariais por desviar de função uma ex-empregada. A trabalhadora alegou que, por períodos distintos, exerceu as atribuições de gerente-geral em agências do banco, na capital mineira, sem a designação formal e o recebimento do salário correspondente. A decisão é da 4ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG), que manteve, sem divergência, sentença proferida pela 44ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte. Segundo a trabalhadora, ela foi contratada para a função de gerente comercial. Mas nos períodos de 1º de novembro de 2015 a 12 de dezembro de 2015 e nos meses de setembro/2017 e outubro/2018, assumiu a função de gerente-geral. O fato teria acontecido nas agências do Bairro Floresta e Vespasiano. Ela contou que assumiu integralmente o cargo, sem dividir com outros gerentes da agência as atribuições. Testemunha confirmou o fato. Explicou que trabalhou com a ex-empregada no Bairro Floresta (processo nº 0010220-55.2021.5.03.0182).

Fiscal Mudanças estão em medida provisória, que poderá restringir alcance do programa federal

Governo altera lei do Perse e reduz PIS e Cofins do setor aéreo

Arthur Rosa e Adriana Aguiar
De São Paulo

O governo federal publicou ontem medida provisória que poderá restringir o acesso ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e reduz o benefício previsto de PIS e Cofins, impedindo a tomada de créditos. Mas traz uma boa notícia ao setor aéreo: alíquota zero das contribuições sociais entre 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026.

Na justificativa da Medida Provisória (MP) nº 1.147/2022, o governo diz que a medida é para "evitar que ocorra uma crise na atividade de transporte aéreo regular de passageiros, que poderia vir a comprometer a continuidade de prestação desse serviço". O benefício representa uma renúncia fiscal, nos três primeiros anos, de R$ 1,6 bilhão.

Em 2020 e 2021, em decorrência da pandemia, o setor aéreo viveu seu pior momento histórico, segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), que está avaliando a medida. Em 2021, a demanda doméstica retrocedeu a níveis de 2010, quando foram transportados 69,9 milhões de passageiros. Já a demanda de voos internacionais regrediu ao patamar de 1992, quando foram embarcadas 4,7 milhões de pessoas.

O benefício fiscal dado ao setor aéreo é menos abrangente do que o previsto no Perse — que alcança também a área do turismo. O programa, instituído pelo governo federal em maio de 2021, com a edição da Lei nº 14.148, prevê alíquota zero de Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins pelo prazo de cinco anos.

O objetivo da medida foi compensar os setores de eventos e turismo pelo impacto causado com as decretações de lockdown e isolamento social durante a pandemia da covid-19. Além do benefício fiscal, o programa prevê o parcelamento de dívidas tributárias e relativas ao FGTS — válido também para as empresas do Simples Nacional. Podem ser quitadas com desconto de até 70% e em 145 meses.

Esses benefícios, porém, com a edição da MP, poderão no futuro estar restritos a um número menor de empresas, segundo advogados tributaristas. A norma afirma que será publicado novo ato do Ministério da Economia para relacionar as atividades com direito ao Perse.

Desde a edição da Lei nº 14.148, de 2021, com a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro ao benefício fiscal de alíquota zero, dizem os especialistas, há um movimento para reduzir o alcance do programa federal. Em novembro, a Receita Federal publicou instrução normativa, de nº 2.114, prevendo que a alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins não valeria para empresas no Simples Nacional e só poderia ser usufruída por contribuintes com atividades ligadas diretamente aos setores de eventos e turismo.

Medidas não tratadas na Portaria nº 7.163/2021, do Ministério da Economia, que definiu os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) que se enquadrariam no Perse. Nessa regulamentação, foram incluídas inclusive atividades que não estão diretamente relacionadas a eventos e turismo, mas exigiu-se inscrição em cadastro do Ministério do Turismo (Cadastur), o que gerou judicialização. A medida trouxe dificuldades a bares e restaurantes, que decidiram ir ao Judiciário.

Na justificativa da medida provisória, o governo afirma que na relação dos códigos CNAE, constantes da Portaria nº 7.163, de 2021, foi contemplada "uma série de pessoas jurídicas que exercem as mais diversas atividades, direta ou indiretamente relacionadas ao setor de eventos". E acrescenta que "essa amplitude do alcance da norma poderia comprometer o orçamento público e o cumprimento das metas fiscais".

"Nesse contexto, agora vem a MP com a informação de que deve ser editado um ato do Ministério da Economia para dizer quem está dentro do Perse", diz a advogada Rafaela Franceschetto, do FAS Advogados. Enquanto isso não ocorre, acrescenta, continua em vigor a norma anterior da pasta. "Parece que deve haver restrição, uma vez que existe uma preocupação orçamentária."

Rafaela Franceschetto: existe uma preocupação orçamentária que deverá levar o governo a restringir acesso ao Perse

A MP, segundo o advogado Rubens Souza, do W Faria, caiu como uma bomba. Para ele, o governo deve limitar consideravelmente o benefício com um novo ato do Ministério da Economia.

Ele lembra que medidas provisórias são sempre usadas para a área tributária e são geralmente consideradas válidas pelo Judiciário . "Mas essa MP me causa desconforto a respeito da validade. Não dá para o presidente simplesmente querer reduzir o escopo do que foi aprovado pelo Legislativo com uma canetada."

A medida provisória também traz outra notícia ruim para os contribuintes, segundo Douglas Campanini, da Athros Auditoria e Consultoria. Foi inserido um dispositivo que veda apuração de créditos de PIS e Cofins vinculados a essas receitas previstas no Perse — ligadas aos setores de eventos e turismo e com direito à alíquota zero. "Essa medida reduz sobremaneira o benefício do Perse, pois esses créditos poderiam ser utilizados para quitação de outros débitos federais, prejudicando o fluxo de caixa das empresas", afirma o consultor tributário.

O texto da MP também dispensa tomador de serviço de reter Imposto de Renda, CSLL, PIS e Cofins de empresa beneficiada com a alíquota zero prevista no Perse. Segundo Daniel Ávila Thiers Vieira, do Locatelli Advogados, agora, esses tomadores terão que fazer um controle sobre quais prestadores estão no programa federal.

Para Rafaela Franceschetto, do FAS Advogados, esse ponto é muito importante para dar segurança jurídica para as duas partes de que essa retenção de fato não precisa ser feita. "Antes a tomadora poderia ficar com receio de não fazer a retenção", diz.

A medida provisória entrou em vigor ontem, na data da sua publicação, mas ainda precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional para ser convertida em lei.

Carrefour vence discussão sobre licença-maternidade

Adriana Aguiar
De São Paulo

O Grupo Carrefour obteve sentença para afastar a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre valores pagos durante o período de prorrogação da licença-maternidade previsto para participante do Programa Empresa Cidadã. A decisão é da 8ª Vara Cível Federal de São Paulo, que confirmou liminar concedida anteriormente.

A sentença amplia o alcance do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que afastou a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre a licença-maternidade. O impacto da nova tese para o Carrefour é significativo. O grupo é composto por seis empresas com 43 mil funcionários — mais de 24 mil são mulheres.

Pela legislação brasileira, as mães têm direito a quatro meses de licença. Os pais, cinco dias. Os valores referentes a esses períodos de afastamento são reembolsados pela Previdência Social.

As participantes do Programa Empresa Cidadã, instituído em 2008 pelo governo federal, podem dar mais dois meses de licença para as mães e mais 15 dias para os pais — totalizando seis meses e 20 dias, respectivamente. Nesse caso, arcam com os valores sobre o período prorrogado, mas podem fazer a dedução deles do Imposto de Renda (IRPJ).

Com o julgamento do STF, em agosto de 2020, contribuintes decidiram recorrer à Justiça para tentar contemplar esse período a mais. Os ministros decidiram contra a tributação do salário-maternidade por entender que não se trata de ganho habitual nem contraprestação por trabalho (RE 576967). Eles consideraram a cobrança, prevista na Lei nº 8.212, de 1991, inconstitucional.

No caso do Carrefour, em março deste ano, o grupo conseguiu liminar na 8ª Vara Cível Federal de São Paulo para afastar a contribuição previdenciária sobre valores pagos no período de prorrogação da licença-maternidade. Decisão que foi confirmada agora em sentença.

O juiz Hong Kou Hen entendeu, com base no julgamento do STF, que também não deve haver tributação sobre os valores pagos nesse período de prorrogação. Ainda reconheceu o direito de compensar os valores recolhidos nos cinco anos que antecederam o ajuizamento da ação (processo nº 5005384-95.2022.4.03.6100).

Marcelle Dantas de Freitas: decisão traz segurança ao aplicar entendimento do STF

Segundo uma das advogadas que assessora o grupo Carrefour no processo, Marcelle Dantas de Freitas, do Molina Advogados, a sentença assegura o direito à isonomia e igualdade de gênero, além de trazer segurança jurídica ao aplicar o entendimento do STF.

Apesar da discussão parecer incontroversa, afirma, a Receita Federal se manifestou, nos autos, favorável à cobrança. "Por isso, a nossa recomendação para que as empresas entrem com mandado de segurança e se resguardem judicialmente", diz.

A Delegacia de Instituições Financeiras da Receita Federal do Brasil (Deinf) se manifestou nos autos, por estar entre as empresas do Grupo Carrefour o Banco CSF. Defendeu a cobrança da contribuição previdenciária nesse período de prorrogação da licença-maternidade.

O delegado de Administração Tributária da Receita Federal em São Paulo também se manifestou pela incidência. "Vê-se que não há previsão legal, nem na Lei nº 8.213/1991 nem na Lei nº 11.770/2008, para a dedução, das contribuições previdenciárias, da remuneração paga à empregada nos 60 dias de prorrogação de sua licença-maternidade, nem da remuneração paga ao empregado a título de salário paternidade nos 5 dias, ou nos 15 dias de prorrogação da licença paternidade".

Apesar da Receita Federal defender a tributação, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) informa, em nota ao **Valor**, que não irá mais recorrer das decisões que tratam da questão. "A Fazenda Nacional, nos termos da Portaria PGFN nº 502/2016 e dentro do seu objetivo de reduzir litigiosidade, incluiu o tema na lista de dispensa de contestar e recorrer, abarcando a prorrogação da licença-maternidade prevista no artigo 1º da Lei nº 11.770/2008, que cria o programa Empresa Cidadã."

Há também decisões favoráveis aos contribuintes no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), com sede em São Paulo. Num dos casos, o entendimento foi o de que a decisão do STF deve ser aplicada à prorrogação de 60 dias da licença-maternidade, "uma vez que ostenta a mesma natureza jurídica dos primeiro 120 dias gozados" (processo nº 5016587-55.20214.03.0000).

Para a advogada Carla Mendes Novo, do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, o Poder Judiciário acerta ao estender a não incidência das contribuições previdenciárias sobre a prorrogação do salário-maternidade. "A natureza jurídica da verba, de benefício previdenciário, fica inalterada com a prorrogação", afirma.

Já com relação aos pedidos de exclusão do pagamento de INSS sobre a licença-paternidade e sua prorrogação, a maioria das decisões do TRF da 3ª Região tem sido contrária aos pedidos. Nesses casos, o entendimento é o de que julgamento do STF não abarcou essa verba e existe decisão em recurso repetitivo no Superior Tribunal de Justiça (STJ) favorável à tributação (REsp 1230957).

Sistemas de compliance e proteção das mulheres

Opinião Jurídica

Thais Folgosi Françoso e Lia Calder do Amaral

A cada semana são noticiados novos casos de assédio (sexual ou moral) contra mulheres dentro de ambientes corporativos. Para além das situações estarrecedoras relatadas pelas vítimas, o cenário traz uma importante e necessária reflexão: quão eficientes são os canais de denúncia e os mecanismos de compliance existentes para garantir a efetiva proteção das mulheres no ambiente corporativo?

O presente artigo trata da questão de gênero de forma ampla, sem se ater aos demais marcadores sociais como raça, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, idade, classe social, que certamente oferecem mais camadas de opressão e violência para mulheres interseccionais.

Segundo a pesquisa "Percepções sobre Violência e Assédio contra Mulheres no Trabalho", do Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Instituto Locomotiva, 76% das pessoas do gênero feminino já sofreram assédio no ambiente laboral. Quando a pergunta é sobre ter recebido convites para sair ou insinuações constrangedoras, essa fatia é de 39% — trinta e nove pontos percentuais acima dos homens que respondem positivamente. A diferença entre mulheres e homens que declaram ter sido elogiados de forma constrangedora por pessoas do gênero oposto sobre sua aparência física é de 28 pontos, elas com 36% e eles com 8%.

Partindo da pesquisa que revela maior exposição das mulheres a casos de assédio e sabendo da dificuldade e complexidade de se identificar e investigar os casos desse tipo, é imprescindível que os mecanismos de compliance estejam adequados a prevenir, detectar e remediar tais situações.

Vale lembrar que a Lei nº 14.457, de setembro de 2022, trouxe a obrigatoriedade das empresas adequarem seus programas de compliance, até março de 2023, com medidas relacionadas à prevenção e ao combate ao assédio sexual e às demais formas de violência no âmbito do trabalho, como por exemplo: (i) criação de regras de conduta a respeito do assédio sexual; (ii) definição de procedimentos para recebimento e acompanhamento de denúncias, garantindo a apuração dos fatos e aplicação de sanções administrativas aos responsáveis; (iii) e realização de treinamentos periódicos para orientação e sensibilização dos empregados e empregadas de todos os níveis hierárquicos da empresa.

Além disso, é imprescindível que as empresas aumentem a representatividade feminina nos comitês de compliance, nas equipes que recepcionam denúncias e na condução de investigações internas. Como bem destacou a antropóloga Ochy Curiel, "não estou dizendo que apenas quem sofre certas opressões é capaz de entender e investigar as realidades que afetam outras pessoas, mas digo que existe um privilégio epistêmico importante de ser considerado na produção de conhecimento. Isso significa que a subalternidade precisa deixar de ser objeto e passar a sujeito do conhecimento".

Parece claro que o repertório de cada um, construído a partir de sua história de vida, convicções e experiências pessoais funciona como uma lente que incide sobre análises e leituras e, portanto, interfere nas escolhas e julgamentos.

A Lei nº 14.457/2022 deve ser celebrada por exigir que as empresas implementem mecanismos voltados à proteção das mulheres

Percebendo as distorções sociais relacionadas especialmente a gênero, em 15 de fevereiro de 2022, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero (Recomendação nº 128/22) com o objetivo de que o Judiciário julgue sob a lupa de gênero, reconhecendo a influência que as desigualdades históricas, sociais, culturais e políticas exercem na produção e aplicação do direito. O objetivo do protocolo é avançar na efetivação da igualdade e nas políticas de equidade de gênero garantidas pela Constituição Federal.

A exemplo do Judiciário, os sistemas de compliance, em todas as suas instâncias, também precisam estar atentos aos diversos e representativos grupos sociais, bem como para as desigualdades e sistemas de opressão que estão presentes em nossa sociedade e, consequentemente, dentro dos ambientes corporativos.

Nesse sentido, a pluralidade de vivências e existências dentro dos sistemas de compliance por meio de equipes diversas indica um bom caminho para análises justas e calibradas, podendo configurar um potente indutor de uma cultura organizacional mais inclusiva e alinhada ao discurso de respeito e proteção de todas as pessoas dentro das organizações.

A diversidade (que inclui a diversidade de gênero) é hoje uma exigência de mercado, impulsionada pela pauta ESG – Enviromental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança Corporativa), que é o grande desafio da sociedade contemporânea. As empresas, portanto, precisam estar preparadas não só para incluir e promover a igualdade entre homens e mulheres, mas também para proteger efetivamente as mulheres dentro desses ambientes, por meio de sistemas eficientes de compliance, com adequados instrumentos para prevenção, detecção e remediação de condutas opressoras e que afrontam o direito das mulheres.

Nesse sentido, a Lei nº 14.457, de 2022, deve ser celebrada, na medida em que exigiu que as empresas implementem mecanismos voltados especialmente à proteção das mulheres e ao combate à violência nos ambientes corporativos.

Thais Folgosi Françoso e Lia Calder do Amaral são, respectivamente, sócia do FFLAW, professora do Insper e presidente da Comissão do direito das Mulheres do IASP; e diretora-executiva da consultoria 4CO, professora da formação em Diversidade da Fundação Cásper Líbero e integrante do Comitê de D&I da Abracom

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE
1º Público Leilão - 02/01/2023 às 11h00
2º Público Leilão - 04/01/2023 às 11h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - mat. Jucesp nº 715, autorizada por **AGV CAMPINAS EMPREENDIMENTOS LTDA.**, CNPJ nº 01.643.549/0001-67, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, conforme art. 26, 27 da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 08, QUADRA "G2", integrante do RESIDENCIAL GLARUS, do loteamento RESIDENCIAL SWISS PARK, Campinas/SP, com ÁREA TOTAL DO TERRENO: 360,00m², sobre o qual consta construção de CASA RESIDENCIAL, com área construída aproximada de 219,75m²**, conforme Laudo de Avaliação de 15/12/2022. Medidas e confrontações do Terreno: frente para a Rua 59 medindo 12,00m em linha reta; pelo lado esquerdo de quem olha da rua para o lote, confronta com o Lote nº 09, medindo 30,00m em linha reta; no fundo, onde existe a viela sanitária, mede 12,00m em linha reta confrontando com o Lote nº 05, e pelo lado direito confronta com o Lote nº 07, medindo 30,00m em linha reta. Matrícula Imobiliária nº 168.305 do 3º CRI de Campinas/SP. Cadastro Municipal nº 3434.61.41.0158.00000. Consolidação da Propriedade em 02/12/2022. **1º LEILÃO: R$ 1.500.000,00. 2º LEILÃO: R$ 522.086,91. Encargos do Arrematante**: **i)** pagamento à vista do arremate e 5% de comissão da leiloeira; **ii)** custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; **iii)** todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação; **iv)** todos as custas, impostos e taxas para a regularização da construção junto ao loteamento, CRI competente, Prefeitura Municipal e demais órgãos e concessionárias públicas e privadas; **v)** verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; **vi)** observar as restrições associativas, ambientais, urbanísticas, construtivas convencionais, municipais, estaduais e federais. **IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes para tal ato. A venda é feita em caráter *ad corpus*. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica o Fiduciante **ESTEVAM MAROCHINI BRESCHAK** - CPF: 424.084.738-96, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, tendo em vista que se encontra em lugar ignorado, para o exercício da preferência. **Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação, disponíveis no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br, não podendo alegar desconhecimento. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

METALÚRGICA GERDAU S.A.

CNPJ Nº 92.690.783/0001-09 - NIRE 35300520751
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8º ANDAR, CONJUNTO 1, PARTE, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, ÀS 17H30MIN DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

1. A reunião contou com a presença da totalidade dos Diretores da Metalúrgica Gerdau S.A. ("Companhia"), tendo sido presidida por Gustavo Werneck da Cunha, Diretor Presidente, e secretariada pela Daniela Derzi Barretto. 2. A Diretoria, por unanimidade, nos termos do que dispõem a legislação pertinente e o Estatuto Social, deliberou apresentar ao Conselho de Administração a proposta para crédito em 21/11/2022 e pagamento aos acionistas a partir de 15/12/2022, de de (i) juros sobre o capital próprio calculados à razão de R$ 0,23 (vinte e três centavos) por ação, ordinária e preferencial, e (ii) dividendos calculados à razão de R$ 0,27 (vinte e sete centavos) por ação, ordinária e preferencial, inscritas nos registros da Instituição Depositária das Ações da Companhia, na data do crédito. Considerando as ações em circulação na presente data, o pagamento dos (i) juros sobre o capital próprio representa o montante de R$ 237.783.384,92 (duzentos e trinta e sete milhões, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos) e (ii) dividendos representa o montante de R$ 279.137.017,08 (duzentos e setenta e nove milhões, cento e trinta e sete mil, dezessete reais e oito centavos) e constituem antecipação do dividendo mínimo obrigatório estipulado no Estatuto Social, referente ao exercício social em curso. 3. Nada mais foi tratado. Assinaturas: Mesa: Gustavo Werneck da Cunha (Presidente) e Daniela Derzi Barretto (Secretária). Diretores: Gustavo Werneck da Cunha (Diretor Presidente), Rafael Dorneles Japur, Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig, Fernando Pessanha Santos, Rubens Fernandes Pereira (Diretores Vice-Presidentes), Cesar Obino da Rosa Peres, Fábio Eduardo de Pieri Spina, Fladimir Batista Lopes Gauto, Hermenio Pinto Gonçalves, Mauro de Paula e Wendel Gomes da Silva (Diretores). Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. São Paulo, 07 de novembro de 2022. Daniela Derzi Barretto - Secretária. JUCESP nº 685.615/22-4 em 07/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 113ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 14I0138240) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 113ª Série da 1ª Emissão da Emissora, celebrado em 29 de setembro de 2014 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia 28 de dezembro de 2022, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Aprovação para a retenção do valor de R$ 22.658,91 (vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e um centavos) do pagamento da próxima parcela, referente ao mês de dezembro/2022, do *Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação* firmado entre a Vibra Energia S.A. (atual denominação da Petrobras Distribuidora S.A.) e a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora Ltda., em 14 de abril de 2011, conforme aditado ("Contrato BTS") para fazer frente as despesas com o procedimento de arbitragem contratual nº **27160/RLS**, movido pela Vibra Energia S.A. junto a Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato BTS, conforme tabela com custos discriminados constante do anexo à Proposta de Administração e que constará como anexo à ata da Assembleia. Sendo certo que no mês em que ocorrer a referida retenção, o valor não pago da PMT dos CRI será incorporado ao saldo devedor dos CRI; e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia.Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da instrução de voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 20 de dezembro de 2022.

OPEA SECURITIZADORA S.A.
Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OUTBACK STEAKHOUSE RESTAURANTES BRASIL S.A.

CNPJ nº 17.261.661/0001-73 - NIRE 35.300.463.412

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os acionistas da **OUTBACK STEAKHOUSE RESTAURANTES BRASIL S.A.** ("**Companhia**"), na forma prevista no Artigo 124 da lei nº 6.404/76, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia **30 de dezembro de 2022, às 10h00**, na sede da Companhia, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas, 12.901, Torre Oeste, Bloco C, 4º andar, Conjunto 401, Dep 12 e 13, Tipo G 4SS G4, Brooklin, CEP 04578-000, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) ratificar e aprovar a aquisição, pela Companhia, e subsequente cancelamento de suas próprias ações preferenciais, sem redução do capital social, das classes MP62 e MP68; (ii) aprovar o aumento do capital social no valor de R$ 240.000,00, mediante a emissão de novas ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, com prioridade na distribuição de dividendos fixos e aprovar o consequente alteração do Artigo 4º do Estatuto Social; (iii) ratificar e aprovar a criação de nova classe de ação preferencial de classes MP134, de acordo com o plano de expansão da Companhia; e (iv) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações aprovadas pelos acionistas. Os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia. O acionista que desejar ser representado por procurador constituído na forma do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76 deverá depositar o respectivo mandato na sede da Companhia até 24 horas antes da realização da Assembleia. São Paulo, 21 de dezembro de 2022. **Pierre Albert Berenstein** - Diretor.

Bradesco SegPrev Investimentos Ltda.

CNPJ nº 07.394.162/0001-09 – NIRE 35.219.883.211

Extrato do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da 48ª Alteração de 16.12.2022

Pelo presente instrumento particular, ***Bradseg Participações S.A. (Bradseg)***, CNPJ nº 02.863.655/0001-19, NIRE 35.300.158.938, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, representada, neste ato, por seus procuradores, senhores *Dagilson Ribeiro Carnevali*, brasileiro, casado, bancário, RG 10.145.653-0/SSP-SP, CPF 032.509.788/76; e *Ismael Ferraz*, brasileiro, casado, bancário, RG 8.941.370-2/SSP-SP, CPF 006.404.048/80, ambos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e ***Banco Bradesco S.A. (Bradesco)***, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, NIRE 35.300.027.795, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, representado, neste ato, por seus Diretores Vice-Presidentes, senhores *Marcelo de Araújo Noronha*, brasileiro, casado, bancário, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15 e *Moacir Nachbar Junior*, brasileiro, casado, bancário, RG 13.703.383-7/SSP-SP, CPF 062.947.708/66, ambos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, sócios-cotistas representando a totalidade do capital social da ***Bradesco SegPrev Investimentos Ltda. (SegPrev)***, CNPJ nº 07.394.162/0001-09, NIRE 35.219.883.211, com sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, deliberaram: 1) reduzir o capital social em R$238.785.133,00, por julgá-lo excessivo, de conformidade com o disposto no Inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil Brasileiro, alterando-o de R$3.104.218.686,00 para R$2.865.433.553,00, com o cancelamento de 238.785.133 cotas, com valor nominal de R$1,00 cada uma. A restituição será concretizada mediante a entrega à sócia-cotista ***Bradseg*** de investimento de propriedade desta Sociedade, representado por 1.049.662.224 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, de emissão da Kirton Corretora de Seguros S.A. - CNPJ nº 43.638.022/0001-94, pelo valor contábil de R$238.785.133,00; 2) alterar, em consequência da deliberação tomada no item anterior, a redação do "caput" e do parágrafo primeiro da cláusula quarta do contrato social que passam a ser as seguintes: "**Cláusula Quarta** - O capital social é de R$2.865.433.553,00 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e três reais), dividido em 2.865.433.553 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quinhentas e cinquenta e três) cotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.".- E por estarem assim justos e contratados, os sócios-cotistas, por seus representantes legais, assinam o presente instrumento particular, impresso em 3 (três) vias de igual forma e teor, com 2 (duas) testemunhas, autorizando, desde já, o seu arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo, para os fins e efeitos de direito. Osasco, SP, 16 de dezembro de 2022. Sócios-Cotistas: Bradseg Participações S.A., representada por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz; e Banco Bradesco S.A., representado por seus Diretores Vice-Presidentes, senhores Marcelo de Araújo Noronha e Moacir Nachbar Junior; Testemunhas: Miguel Santana Costa, RG 24.465.955-2/SSP-SP, CPF 135.104.988/79; e Angélica Cristina Tutunic, RG 29.239.773-2/SSP-SP, CPF 269.584.338/07.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª E 6ª SÉRIES DA 33ª EMISSÃO (IF 22F1195714, 22F1195716, 22F1195721, 22F1195735, 22F1195743 e 22F1195760) DA OPEA SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Séries da 33ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Séries da 33ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela JHSF Participações S.A., celebrado em 24 de junho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 09 de janeiro de 2023, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A liberação **(a)** da alienação fiduciária que atualmente recai sobre o imóvel objeto da matrícula nº 66.484 (originalmente objeto da matrícula nº 418) ("Imóvel") e **(b)** da cessão fiduciária que atualmente recai sobre os Direitos e Créditos Cedidos Fiduciariamente relacionados ao Imóvel (identificado no Anexo I do Contrato de Cessão Fiduciária como "unidade 27" do "Bloco Estância" do "Empreendimento Boa Vista Estates"), mediante a assinatura, pela Emissora, dos respectivos termos de liberação de garantia, a serem apresentados ao(à) Fiduciante em até [3 (três) dias úteis] contados da data de realização da Assembleia ("Liberação da Alienação Fiduciária"); e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 20 de dezembro de 2022. **OPEA SECURITIZADORA S.A.**
Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

BANCO PAN S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ/ME: 59.285.411/0001-13 - NIRE: 35.300.012.879

Extrato da Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 8 de Agosto de 2022

Data, Hora, Local: 8.08.2022, às 13h, na sede social, na Avenida Paulista, nº 1.374, 16º andar, São Paulo/SP. **Presença**: Maioria de seus membros. Foram considerados presentes os Diretores que participaram por teleconferência, videoconferência, ou qualquer outro meio que permita a comunicação, nos termos do artigo 24, §4º, do Estatuto Social da Companhia. **Mesa**: Presidente: Carlos Eduardo Pereira Guimarães. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo. **Deliberações Aprovadas:** Rerratificação das informações dos seguintes Postos de Atendimento – PA da Companhia, conforme segue: **(i)** Retificar o NIRE do Posto de Atendimento de Blumenau, CNPJ/ME nº 59.285.411/0062-35**, de** NIRE 42999134889 **para** NIRE 42901131029 e ratificar a alteração de Rua XV de Novembro, nº 1.357, Loja 36B, Centro, Blumenau/SC, CEP 89010-003 para Rua Dr. Pedro Zimmermann, nº 1.001 - Sala 56, Salto do Norte, Blumenau/SC, CEP 89065-001. **(ii)** Retificar o NIRE do Posto de Atendimento de Brasília, CNPJ/ME nº 59.285.411/0053-44, **de** NIRE 53999050170 **para** NIRE 53900359807 e ratificar a alteração de endereço de ST SCS – Setor Comercial Sul, S/N - Quadra 03 Bloco A Loja 234 Térreo, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70300-904 para ST SCIA Quadra 15 Conjunto 10 Lote 13, Zona Industrial, Brasília/DF, CEP 71250-035. **(iii)** Retificar o CEP do Posto de Atendimento de Fortaleza, CNPJ/ME nº 59.285.411/0050-00, NIRE 23900602847 e ratificar o endereço: Avenida Rogaciano Leite, nº 400, Patriolino Ribeiro, Fortaleza/CE, **de** CEP 60810-470 **para** CEP 60810-786. **(iv)** Retificar a alteração do Posto de Atendimento de Natal, CNPJ/ME nº 59.285.411/0036-43, NIRE 24999020463, para encerramento do Posto de Atendimento situado na Avenida Prudente De Morais, nº 1101, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-505. Ficam ratificadas todas as demais deliberações realizadas na Reunião de Diretoria realizada em 25.04.2022 e que não foram expressamente modificadas por esta ata. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 8.08.2022. Diretoria: Carlos Eduardo Pereira Guimarães; Dermeval Bicalho Carvalho; Alex Sander Moreira Gonçalves; Diogo Ciuffo da Silva; Roberta Cardim Geyer; Camila Corá Reis Pinto Piccini; e Leandro Marçal Araújo. JUCESP nº 691.290/22-2 em 15.12.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. "EM LIQUIDAÇÃO"
C.N.P.J. Nº 62.464.904/0001-25

EDITAL DE CITACAO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO No 0106345-35.2010.8.26.0100 O(A) MM. JUIZ(A) DE DIREITO DA 9a VARA CIVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DE SAO PAULO, ESTADO DE SAO PAULO, DR. RODRIGO GALVAO MEDINA, NA FORMA DA LEI, ETC, FAZ SABER A(O) MARCELA LOPES DA COSTA, INSCRITA NO CPF N.092.418.087_05 E ORACY NUNES DE OLIVEIRA JUNIOR, INSCRITO NO CPF N.282.828.618_55, QUE POR PARTE DE DERSA ? DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO S/A ?EM LIQUIDACAO?, CADASTRADA NO CNPJ/MF SOB O No 62.464.904/0001_25, COM SEDE NA RUA IAIA, 126, ITAIM BIBI, SAO PAULO ? SP, LHE FOI PROPOSTA UMA ACAO DE REPARACAO DE DANOS MATERIAIS OBJETIVANDO O PAGAMENTO DOS DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO RODOVIARIO. DEU_SE A CAUSA O VALOR DE R$ 2.477,06 (DOIS MIL, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E SEIS CENTAVOS). ENCONTRANDO_ SE OS REQUERIDOS EM LUGAR INCERTO E NAO SABIDO FOI DETERMINADA A CITACAO POR EDITAL, PARA QUE OS MESMOS, NA PESSOA DE SEUS REPRESENTANTES LEGAIS, NO PRAZO DE 15 DIAS, A FLUIR APOS O PRAZO DE 20 DIAS CONTADOS DA PUBLICACAO DO PRESENTE, CONTESTE A ACAO SUPRA, SOB PENA DE PRESUMIREM_SE ACEITOS COMO VERDADEIROS OS FATOS ARTICULADOS PELO AUTOR. NAO SENDO CONTESTADA A ACAO, O REU SERA CONSIDERADO REVEL, CASO EM QUE SERA NOMEADO CURADOR ESPECIAL. SERA O PRESENTE EDITAL, POR EXTRATO, AFIXADO E PUBLICADO NA FORMA DA LEI. NADA MAIS. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE SAO PAULO, 24/10/2022.

SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ/ME nº 40.263.170/0001-83 - NIRE 35.300.371.780

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 19 de Dezembro de 2022

Data, Hora, Local: 19.12.2022, às 9hs, na sede social, na Avenida Gonçalo Madeira, nº 400, galpão fundos, São Paulo/SP. **Presença**: Todos os membros do Conselho de Administração. **Mesa**: Presidente: Carlos Leal Villa; Secretário: Fernando Lima Rocha Lohmann. **Ordem do Dia**: Examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(I)** a realização, pela Essencis MG Soluções Ambientais S.A., CNPJ/ME nº 07.004.980/0001-40 ("Emissora"), da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, e garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R$ 50.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Debêntures" e "Emissão" respectivamente), para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16.01.2009, conforme alterada ("Oferta Restrita") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Essencis MG Soluções Ambientais S.A."* ("Escritura de Emissão") a ser celebrado entre a Emissora, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CNPJ/ME nº 17.343.682/0003-08 ("Agente Fiduciário"), a Companhia e a BMPI Infra S.A., CNPJ/ME nº 24.416.909/0001-93 ("BMPI" e, em conjunto com a Companhia, as "Fiadoras"); **(II)** a constituição, pela Companhia, de garantia fidejussória, de forma solidária e proporcional à sua participação acionária direta na Emissora (conforme definido abaixo), considerando a participação acionária direta e/ou indireta atual das Fiadoras (conforme definido abaixo) no capital social da Emissora (conforme tabela disposta na Escritura de Emissão) ("Fiança"), em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e/ou cumprimento de todas as obrigações principais, acessórias e/ou moratórias, presentes e/ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, se houver, os custos, as comissões e as despesas devidos pela Emissora no âmbito da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), tais como os honorários do Agente Fiduciário, bem como aqueles para a constituição e aperfeiçoamento da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), e, ainda, a totalidade das eventuais indenizações, custos, despesas, honorários advocatícios judiciais ou honorários advocatícios extrajudiciais e demais encargos comprovadamente incorridos pelos Debenturistas, inclusive, em decorrência de quaisquer processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão (Obrigações Garantidas), assumidas pela Emissora, no âmbito da Emissão; **(III)** a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando, a discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão, das Debêntures, da Oferta Restrita, bem como a celebração da Escritura de Emissão e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e/ou da Oferta Restrita, no tocante à Fiança; e **(IV)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita. **Deliberações Aprovadas**: **(I)** a constituição pela Companhia, da Fiança, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas pela Emissora, nos termos previstos na Escritura de Emissão; **(II)** a autorização e delegação de poderes à Diretoria para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitado, a discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão, das Debêntures e/ou da Oferta Restrita (especialmente os Índices Financeiros, os prêmios de resgate e/ou a qualificação, prazos de curas, limites ou valores mínimos (*thresholds*), especificações, ressalvas e/ou exceções referentes aos eventos de vencimento antecipado das Debêntures), bem como a celebração da Escritura de Emissão e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão e/ou da Oferta Restrita, no tocante à Fiança; e **(III)** ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para realização da Emissão e/ou da Oferta Restrita, nos termos das deliberações aqui previstas. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo/SP, 19.12.2022. **Carlos Leal Villa** - Presidente, **Fernando Lima Rocha Lohmann** - Secretário.

ânima EDUCAÇÃO

ÂNIMA HOLDING S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 09.288.252/0001-32 - NIRE: 35.300.350.430

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de Dezembro de 2022 às 14:00 Horas

1. Data, Hora e Local: Realizada aos 20 (vinte) dias do mês de dezembro de 2022, às 14:00 horas. **2. Convocação:** Todos os membros do Conselho de Administração foram devidamente convocados nos termos do artigo 5º do Regimento Interno. **3. Presenças:** Presentes os seguintes Conselheiros: Srs. Daniel Faccini Castanho (Presidente do Conselho de Administração), Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves (Vice Presidente do Conselho), Gabriel Ralston Correa Ribeiro, José Afonso Alves Castanheira, Marcelo Cardoso, Maurício Nogueira Escobar e, Silvio José Genesini Junior. Presentes, também, membros da Diretoria da Companhia, bem como o Procurador Jurídico Geral da Companhia, João Batista Pacheco Antunes de Carvalho. **4. Mesa Diretora:** Sr. Daniel Faccini Castanho – Presidente. Sr. Heleno Carlos Fernandes – Secretário. **5. Ordem do Dia**: Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para apreciar e deliberar sobre a: **(1)** realização da 4ª (quarta) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, Ânima Holding S.A. ("Companhia"), no valor total de R$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), as quais serão subscritas e integralizadas de forma privada pela Debenturista (conforme abaixo definido) ("Emissão"), sendo que **(i)** as Debêntures emitidas no âmbito da 1ª (primeira) série servirão como lastro dos CRI CDI (conforme abaixo definido), doravante denominadas "Debêntures CDI"; e **(ii)** as Debêntures emitidas no âmbito da 2ª (segunda) série servirão como lastro dos CRI IPCA (conforme abaixo definido), doravante denominadas "Debêntures IPCA" (em, conjunto, "Debêntures"), que insere-se no contexto de uma operação de securitização de recebíveis imobiliários que poderá resultar na emissão de certificados de recebíveis imobiliários objeto da 1ª (primeira) série ("CRI CDI") e da 2ª (segunda) série ("CRI IPCA" e, em conjunto com os CRI CDI, "CRI") da 76ª (septuagésima sexta) emissão da Virgo Companha de Securitização ("Securitizadora" ou "Debenturista" e "Operação de Securitização", respectivamente), no valor total de R$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), no regime de distribuição pública com esforços restritos de colocação, de acordo com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e a Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60" e "Oferta Restrita", respectivamente); e **(2)** autorização à Diretoria e demais representantes legais da Companhia, inclusive procuradores, para que estes, discutam, negociem, celebrem e pratiquem todos os atos e adotem todas as medidas necessárias para a formalização da Emissão e da Operação de Securitização, mediante celebração dos respectivos instrumentos e respectivos aditamentos, de acordo com os parâmetros descritos acima, mas não se limitando, à contratação de instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão e da Operação de Securitização, e à prática de todos e quaisquer atos necessários à efetivação da Emissão e da Operação de Securitização, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria nesse sentido, conforme aplicável. **6. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, sem reservas e/ou ressalvas, deliberaram: **(1)** pela aprovação da Emissão, de acordo com as seguintes características e condições principais (não exaustiva), que serão detalhadas e reguladas por meio do "*Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 2 (Duas) Séries, da Ânima Holding S.A.*" ("Escritura de Emissão de Debêntures") e seus eventuais aditamentos a serem celebrados entre a Companhia e Securitizadora: **(a) Colocação:** as Debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não estando sujeitas, portanto, ao registro de emissão perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e ao registro perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), conforme previsto na Escritura de Emissão de Debêntures. **(b) Negociação:** as Debêntures não serão registradas ou depositadas para negociação em qualquer mercado regulamentado de valores mobiliários. As Debêntures não poderão ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado dos CRI, nos termos a serem previstos no "*Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 76ª (septuagésima sexta) Emissão, em até 2 (duas) Séries, da Virgo Companha de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Ânima Holding S.A.*" ("Termo de Securitização"). As transferências de titularidade das Debêntures serão realizadas por meio do registro da transferência no "*Livro de Transferência de Debêntures Nominativas*" e atualização do "*Livro de Registro de Debêntures Nominativas*". **(c) Destinação dos Recursos:** observado o disposto na Escritura de Emissão de Debêntures, os recursos líquidos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados, diretamente pela Companhia ou por meio de suas subsidiárias ("Subsidiárias Destinadas"), **(1)** até a data de vencimento dos CRI, a ser definida no Termo de Securitização, ou **(2)** até que a Companhia comprove a aplicação da totalidade dos recursos obtidos com a Emissão das Debêntures, o que ocorrer primeiro, exclusivamente: **(i)** para o reembolso de montantes **já incorridos** nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da Oferta Restrita pela Companhia ou pelas Subsidiárias Destinadas, em razão do pagamentos de aluguéis dos Imóveis Lastro (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), devidos no âmbito de Contratos de Locação (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), celebrados na forma da Lei nº 8.254, de 18 de outubro de 1991, conforme alterada, devidamente identificados na Escritura de Emissão de Debêntures; e **(ii)** para o pagamento de montantes **ainda não incorridos**, pela Companhia ou pelas Subsidiárias Destinadas, com pagamentos de aluguéis dos Imóveis Lastro, devidos no âmbito dos Contratos de Locação, devidamente identificados na Escritura de Emissão de Debêntures ("Destinação dos Recursos"). Os recursos líquidos acima mencionados referentes à Destinação dos Recursos, se for o caso, serão ou foram, conforme o caso, transferidos para as Subsidiárias Destinadas pela Companhia por meio de: **(i)** aumento de capital das Subsidiárias Destinadas; **(ii)** adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC das Subsidiárias Destinadas; **(iii)** mútuos para as Subsidiárias Destinadas; **(iv)** emissão de debêntures pelas Subsidiárias Destinadas; ou **(v)** qualquer outra forma permitida em lei. **(d) Vinculação à Operação de Securitização de Créditos Imobiliários**: as Debêntures serão subscritas exclusivamente pela Debenturista, no âmbito da securitização dos recebíveis imobiliários relativos às Debêntures, para compor o lastro dos CRI, conforme estabelecido no Termo de Securitização. **(e) Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento**: no âmbito da Oferta Restrita, será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nos CRI, organizado pelos Coordenadores da Oferta (conforme definido na Escritura de Emissão), sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, observado o disposto no artigo 3º da Instrução CVM 476, para definição, em comum acordo com a Companhia: **(i)** do número de séries da emissão dos CRI, e, consequentemente, do número de séries da emissão das Debêntures, conforme resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento; **(ii)** da quantidade de CRI a ser alocada em cada série da emissão dos CRI e, consequentemente, da quantidade das Debêntures a ser alocada em cada uma das séries das Debêntures; e **(iii)** da taxa final de remuneração dos CRI e, consequentemente, da taxa final da Remuneração das Debêntures, observado os limites previstos na Escritura de Emissão de Debêntures ("Procedimento de *Bookbuilding*"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a Escritura de Emissão de Debêntures, anteriormente à Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido) e sem necessidade de nova aprovação societária pela Companhia, de realização de Assembleia Geral de Debenturista (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures) ou de qualquer deliberação pela Securitizadora ou pelos Titulares dos CRI (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), observadas as formalidades descritas na Escritura de Emissão de Debêntures. **(f) Número da Emissão**: a presente Emissão representa a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Companhia. **(g) Valor Total da Emissão**: o valor total da Emissão será de R$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais) na Primeira Data de Integralização ("Valor Total da Emissão"). O montante total a ser alocado nas Debêntures CDI e nas Debêntures IPCA será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, respeitado o previsto na Escritura de Emissão de Debêntures. **(h) Número de Séries**: a Emissão de Debêntures será realizada em até 2 (duas) séries, no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes"), de modo que a quantidade de séries das Debêntures a serem emitidas será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. De acordo com o Sistema de Vasos Comunicantes, a quantidade de Debêntures emitida em cada uma das séries deverá ser deduzida da quantidade a ser alocada na outra série, respeitada a quantidade total de Debêntures, de forma que a soma das Debêntures alocadas em cada uma das séries efetivamente emitida deverá corresponder à quantidade total de Debêntures objeto da Emissão. A quantidade de Debêntures a ser alocada em cada série, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, sem a necessidade de aprovação societária da Companhia e/ou aprovação da Securitizadora. **(i) Data de Emissão**: para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será definida na Escritura de Emissão de Debêntures ("Data de Emissão"). **(j) Data de Início da Rentabilidade:** para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade de cada série será a Primeira Data de Integralização de cada série ("Data de Início da Rentabilidade"). **(k) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade**: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro das Debêntures no "*Livro de Registro de Debêntures Nominativas*". **(l) Conversibilidade**: as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. **(m) Espécie**: As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Por serem da espécie quirografária e por não possuírem garantia real ou fidejussória, as Debêntures não oferecem qualquer privilégio sobre os ativos da Companhia. **(n) Prazo e Data de Vencimento**: ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado total das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures **(i)** as Debêntures CDI vencerão em 13 de dezembro de 2027 ("Data de Vencimento das Debêntures CDI"); e **(ii)** as Debêntures IPCA vencerão em 13 de dezembro de 2029 ("Data de Vencimento das Debêntures IPCA" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures CDI, "Data de Vencimento das Debêntures"). **(o) Valor Nominal Unitário**: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$1.000,00 (mil reais), na Primeira Data de Integralização ("Valor Nominal Unitário"). **(p) Quantidade de Debêntures**: serão emitidas 800.000 (oitocentas mil) Debêntures, observado que a quantidade final de Debêntures a ser emitida em cada uma das séries será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding,* por meio do Sistema de Vasos Comunicantes. **(q) Prazo de Subscrição**: respeitado o atendimento dos requisitos dispostos na Escritura de Emissão de Debêntures, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, até a Data de Integralização (conforme abaixo definido). **(r) Preço de Subscrição e Forma de Integralização**: as Debêntures serão subscritas por meio da assinatura, pela Debenturista, do boletim de subscrição das Debêntures, constante da Escritura de Emissão de Debêntures. Desde que observado o atendimento de todas as condições precedentes previstas no Contrato de Distribuição (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures) e o recebimento, pela Securitizadora, de 1 (uma) via original ou 1 (uma) via eletrônica (PDF) assinada de cada um dos Documentos da Operação, conforme aplicável, as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na mesma data de integralização dos CRI (cada uma, uma "Data de Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário, na Primeira Data de Integralização da respectiva série. Caso ocorra qualquer integralização adicional das Debêntures após a Primeira Data de Integralização, o preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário, no caso das Debêntures CDI, ou o seu Valor Nominal Unitário Atualizado, no caso das Debêntures IPCA, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da respectiva série até a data de sua efetiva integralização. Para os fins deste ato e da Escritura de Emissão de Debêntures, considera-se "Primeira Data de Integralização" a data em que ocorrerá a primeira integralização de cada uma das séries das Debêntures, que necessariamente corresponderá à primeira Data de Integralização dos CRI CDI ou dos CRI IPCA. As Debêntures de cada uma das séries poderão ser integralizadas com ágio ou deságio, a ser definido pelos Coordenadores da Oferta, se for o caso, no ato de subscrição dos CRI, o qual será aplicado, de forma igualitária, à totalidade dos CRI da respectiva série e, consequentemente, à totalidade das Debêntures da respectiva série em cada Data de Integralização. **(s) Atualização Monetária das Debêntures CDI**: o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI não será atualizado monetariamente. **(t) Atualização Monetária das Debêntures IPCA**: o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures das Debêntures IPCA, conforme o caso, será atualizado monetariamente mensalmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), a partir da Primeira Data de Integralização das Debêntures IPCA, conforme o caso, inclusive, calculada de forma exponencial e *pro rata temporis* por Dias Úteis, até a data do efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo que o produto da Atualização Monetária das Debêntures será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures IPCA ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures"). A Atualização Monetária será calculada de acordo com fórmula constante da Escritura de Emissão de Debêntures. **(u) Remuneração das Debêntures CDI**: sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias referenciais para depósitos interfinanceiros no Brasil – Certificados de Depósito Interfinanceiro – DI de um dia *over extra grupo* apuradas e divulgadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na *internet* (http://www.b3.com.br/pt.br/) expressas na forma percentual e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, capitalizada exponencialmente, acrescida de sobretaxa (*spread*), a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitada ao máximo de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures CDI"). A sobretaxa (*spread*) que remunerará as Debêntures CDI, será ratificada por meio de aditamento a Escritura de Emissão de Debêntures. A Remuneração das Debêntures CDI será calculada segundo fórmula constante da Escritura de Emissão de Debêntures. **(v) Remuneração das Debêntures IPCA**: sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a um determinado percentual, a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, limitado à máximo taxa entre: **(i)** 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescida exponencialmente da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B), com vencimento em 2030, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (http://www.anbima.com.br), a ser apurada no fechamento do Dia Útil (conforme abaixo definido) imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* ou **(ii)** 7,70% (sete inteiros e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures IPCA"). A Remuneração das Debêntures IPCA será calculada segundo fórmula constante da Escritura de Emissão de Debêntures. **(w) Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou de eventual resgate antecipado das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures, a Remuneração das Debêntures será paga mensalmente, conforme as datas indicadas na Escritura de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 12 de janeiro de 2023, e os demais pagamentos devidos nas Datas de Pagamento da Remuneração, até a respectiva Data de Vencimento, de acordo com a tabela prevista na Escritura de Emissão de Debêntures (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). **(x) Amortização das Debêntures CDI**: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures CDI ou de eventual resgate antecipado das Debêntures CDI, nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures, o Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI será pago integralmente em uma única parcela, na Data de Vencimento das Debêntures CDI. **(y) Amortização das Debêntures IPCA**: sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures IPCA ou de eventual resgate antecipado das Debêntures IPCA, nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures IPCA, o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA será amortizado em 2 (duas) parcelas, no 6º (sexto) e no 7º (sétimo) anos, inclusive, sendo a primeira amortização devida em 13 de dezembro de 2028, e a última amortização na Data de Vencimento das Debêntures IPCA, de acordo com a tabela constante da Escritura de Emissão de Debêntures. **(z) Direito ao Recebimento dos Pagamentos**: fará jus ao recebimento de qualquer valor devido à Debenturista nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures aquele que seja Debenturista ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data do pagamento. **(aa) Prorrogação dos Prazos**: considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão de Debêntures até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. **(bb) Encargos Moratórios**: ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida à Debenturista, sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, **(i)** à Atualização Monetária, conforme aplicável, à respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data do respectivo inadimplemento até a data do efetivo pagamento; **(ii)** juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e **(iii)** multa moratória de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios"). **(cc) Direito de Preferência**: não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia. **(dd) Repactuação Programada**: as Debêntures não serão objeto de repactuação programada. **(ee) Classificação de Risco**: não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta Restrita para atribuir rating às Debêntures, contudo, será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta Restrita para atribuir rating aos CRI. **(ff) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI**: A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, e a partir de 13 de dezembro de 2023 (inclusive), realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures CDI, sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial das Debêntures CDI ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI"). O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI deverá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida à Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário (conforme definido na Escritura de Emissão) dos CRI, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis contados da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI, a Debenturista fará jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI, acrescido da respectiva Remuneração calculados pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, bem como Encargos Moratórios, se houver, acrescido de prêmio de resgate correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento)ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pelo prazo remanescente entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures CDI e a Data de Vencimento das Debêntures CDI, sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI a ser resgatado, conforme o caso, e acrescido da respectiva Remuneração, de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão de Debêntures. **(gg) Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures IPCA**: A Companhia poderá, a partir de 13 de dezembro de 2024 (inclusive), observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da Debenturista e, consequentemente, dos Titulares dos CRI, realizar Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures IPCA ("Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures IPCA"). O Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures IPCA deverá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida à Debenturista, com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis contados da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures IPCA. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures IPCA, a Debenturista fará jus ao pagamento do Valor Nominal de Resgate Antecipado Total das Debêntures IPCA, de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão de Debêntures. **(hh) Oferta de Resgate Antecipado Total**: A qualquer momento, a Companhia poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures de cada uma das séries, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da respectiva série a ser resgatada, de acordo com os termos da presente Escritura de Emissão de Debêntures e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações ("Oferta de Resgate Antecipado Total"), observado que todos os eventuais custos e despesas necessários para a efetiva realização da Oferta de Resgate Antecipado Total das Debêntures pela Companhia e, consequentemente, da oferta de resgate antecipado total dos CRI da respectiva série a ser resgatada pela Securitizadora, conforme aplicáveis, serão arcados diretamente, e de forma antecipada, pela Companhia, nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures e do Termo de Securitização. **(ii) Amortização Extraordinária das Debêntures CDI**: A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério, e a partir de 13 de dezembro de 2023 (inclusive), realizar a amortização extraordinária das Debêntures CDI, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures CDI ("Amortização Extraordinária das Debêntures CDI"). Por ocasião da Amortização Extraordinária das Debêntures CDI, a Debenturista fará jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI a ser amortizado, acrescido da Remuneração das Debêntures CDI, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures CDI imediatamente anterior até a data da efetiva Amortização Extraordinária das Debêntures CDI ("Data da Amortização Extraordinária das Debêntures CDI"), bem como Encargos Moratórios, se houver, acrescido de prêmio de amortização correspondente a 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, pelo prazo remanescente entre a Data da Amortização Extraordinária das Debêntures CDI e a Data de Vencimento das Debêntures CDI, sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI a ser amortizado extraordinariamente, conforme o caso, e acrescido da Remuneração das Debêntures CDI, de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão de Debêntures. **(jj) Amortização Extraordinária das Debêntures IPCA**: A Companhia poderá, a partir de 13 de dezembro de 2024 (inclusive), realizar a amortização extraordinária das Debêntures IPCA, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA e deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures IPCA ("Amortização Extraordinária das Debêntures IPCA"). Por ocasião da Amortização Extraordinária das Debêntures IPCA, a Debenturista fará jus ao pagamento do valor nominal de Amortização Extraordinária das Debêntures IPCA, de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão de Debêntures. **(kk) Aquisição Facultativa**: a Companhia não poderá realizar a aquisição facultativa das Debêntures. **(ll) Resgate Antecipado Facultativo Parcial**: não será permitido o resgate antecipado facultativo parcial de determinada série das Debêntures. **(mm) Vencimento Antecipado**: a Debenturista deverá considerar antecipada e automaticamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão de Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures CDI) e do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures IPCA, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios e Despesas (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures e/ou de qualquer dos demais Documentos da Operação (conforme definido na Escritura de Emissão de Debêntures), independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência das hipóteses descritas na Escritura de Emissão de Debêntures. **(nn) Demais Condições**: todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Debêntures serão tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão. **(2)** por autorizar a Diretoria e demais representantes legais da Companhia, inclusive procuradores, a discutir, negociar, celebrar e praticar todos os atos e adotar todas as medidas necessárias para a formalização da Emissão e à Operação de Securitização, mediante celebração dos respectivos instrumentos e respectivos aditamentos, de acordo com os parâmetros descritos acima, incluindo, mas não se limitando, à contratação de instituições financeiras e quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão e à Operação de Securitização, e à prática de todos e quaisquer atos necessários à efetivação da Emissão e à Operação de Securitização, bem como ratificar os atos já praticados pela Diretoria nesse sentido, conforme aplicável. **(3)** Adicionalmente e com relação aos temas aprovados pelos Conselheiros na presente reunião conforme itens acima, os membros do Conselho de Administração da Companhia também instruíram a Diretoria para que se assegurem de que contratos definitivos que tenham como objeto os temas acima reflitam os termos e condições gerais ora aprovados. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. Presença: Srs. Daniel Faccini Castanho (Presidente do Conselho de Administração), Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves (Vice-presidente do Conselho), Gabriel Ralston Correa Ribeiro, José Afonso Alves Castanheira, Marcelo Cardoso, Maurício Nogueira Escobar e Silvio José Genesini Junior. Presentes, também, membros da Diretoria da Companhia, bem como o Procurador Jurídico Geral da Companhia, João Batista Pacheco Antunes de Carvalho.

São Paulo, 20 de dezembro de 2022.

Certifico que a presente ata é cópia fiel do original que se encontra arquivada na sede social da Companhia.

Daniel Faccini Castanho - Presidente da Mesa e Conselheiro

Heleno Carlos Fernandes - Secretário

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 103ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13L0053201) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 103ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 103ª Série da 1ª Emissão da Emissora, celebrado em 20 de dezembro de 2013 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia 28 de dezembro de 2022, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Aprovação da concessão de prazo adicional, para que a Emissora envie ao Agente Fiduciário, até 12 de janeiro de 2023, os documentos constantes da lista anexa à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação, em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que também constará como anexo à ata da Assembleia; **(ii)** Aprovação para a retenção do valor de R$ 32.583,88 (trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos) do pagamento da próxima parcela, referente ao mês de dezembro/2022, do *Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação* firmado entre a Vibra Energia S.A. (atual denominação da Petrobras Distribuidora S.A.) e a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora Ltda., em 14 de abril de 2011, conforme aditado ("Contrato BTS") para fazer frente as despesas com o procedimento de arbitragem contratual nº **27160/RLS**, movido pela Vibra Energia S.A. junto a Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato BTS, conforme tabela com custos discriminados constante do anexo à Proposta de Administração e que constará como anexo à ata da Assembleia. Sendo certo que no mês em que ocorrer a referida retenção, o valor não pago da PMT dos CRI será incorporado ao saldo devedor dos CRI; e **(iii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da instrução de voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação.

São Paulo, 20 de dezembro de 2022.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 93ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 13H0094454) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 93ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 93ª Série da 1ª Emissão da Emissora, celebrado em 04 de setembro de 2013 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia 28 de dezembro de 2022, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) Aprovação da concessão de prazo adicional, para que a Emissora envie ao Agente Fiduciário, até 12 de janeiro de 2023, os documentos constantes da lista anexa à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação, em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que também constará como anexo à ata da Assembleia; **(ii)** Aprovação para a retenção do valor de R$ 305.614,33 (trezentos e cinco mil, seiscentos e catorze reais e trinta e três centavos) do pagamento da próxima parcela, referente ao mês de dezembro/2022, do *Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação* firmado entre a Vibra Energia S.A. (atual denominação da Petrobras Distribuidora S.A.) e a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora Ltda., em 14 de abril de 2011, conforme aditado ("Contrato BTS") para fazer frente as despesas com o procedimento de arbitragem contratual nº **27160/RLS**, movido pela Vibra Energia S.A. junto a Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato BTS, conforme tabela com custos discriminados constante do anexo à Proposta de Administração e que constará como anexo à ata da Assembleia. Sendo certo que no mês em que ocorrer a referida retenção, o valor não pago da PMT dos CRI será incorporado ao saldo devedor dos CRI; e **(iii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da instrução de voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 20 de dezembro de 2022.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune, Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 69ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 12J0037879) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. ("EMISSORA")

Ficam convocados os Srs. titulares dos certificados de recebíveis imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 69ª Série da 1ª Emissão da Emissora, celebrado em 29 de outubro de 2012 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se em segunda convocação no dia 28 de dezembro de 2022, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Aprovação da concessão de prazo adicional, para que a Emissora envie ao Agente Fiduciário, até 12 de janeiro de 2023, os documentos constantes da lista anexa à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação, em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, e que também constará como anexo à ata da Assembleia; **(ii)** Aprovação para a retenção do valor de R$ 1.511.592,42 (um milhão, quinhentos e onze mil, quinhentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos) do pagamento da próxima parcela, referente ao mês de dezembro/2022, do *Instrumento Particular de Contrato Atípico de Locação* firmado entre a Vibra Energia S.A. (atual denominação da Petrobras Distribuidora S.A.) e a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora Ltda., em 14 de abril de 2011, conforme aditado ("Contrato BTS") para fazer frente as despesas com o procedimento de arbitragem contratual nº **27160/RLS**, movido pela Vibra Energia S.A. junto a Corte Internacional de Arbitragem para discutir as condições contratuais do Contrato BTS, conforme tabela com custos discriminados constante do anexo à Proposta de Administração e que constará como anexo à ata da Assembleia. Sendo certo que no mês em que ocorrer a referida retenção, o valor não pago da PMT dos CRI será incorporado ao saldo devedor dos CRI; e **(iii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, os Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRI poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da instrução de voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos documentos da operação. São Paulo, 20 de dezembro de 2022.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune, Cargo: Diretora de Relações com Investidores

GERDAU S.A.

CNPJ nº 33.611.500/0001-19 - NIRE 35300520696
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 2, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, ÀS 16H30MIN DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2022.

1. A reunião contou com a presença da totalidade dos membros da Diretoria da Gerdau S.A. ("Companhia"), tendo sido presidida por Gustavo Werneck da Cunha, Diretor Presidente, e secretariada pela Daniela Derzi Barretto. 2. A Diretoria, por unanimidade, nos termos do que dispõem a legislação pertinente e o Estatuto Social, deliberou aprovar ao Conselho de Administração a proposta, para crédito em 21/11/2022 e pagamento aos acionistas a partir de 14/12/2022, de (i) juros sobre o capital próprio calculados à razão de R$ 0,42 (quarenta e dois centavos) por ação, ordinária e preferencial, e (ii) dividendos calculados à razão de R$ 1,73 (um real e setenta e três centavos) por ação, ordinária e preferencial inscritas nos registros da Instituição Depositária das Ações da Companhia, na data do crédito. Considerando as ações em circulação na presente data, o pagamento dos (i) juros sobre o capital próprio representa o montante de R$ 698.693.947,62 (seiscentos e noventa e oito milhões, seiscentos e noventa e três mil, novecentos e quarenta e sete reais e sessenta e dois centavos), e (ii) dividendos representa o montante de R$ 2.877.953.641,40 (dois bilhões, oitocentos e setenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e três mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta centavos) e constituem antecipação do dividendo mínimo obrigatório estipulado no Estatuto Social, referente ao exercício social em curso. 3. Nada mais foi tratado. Assinaturas: Mesa: Gustavo Werneck da Cunha (Presidente) e Daniela Derzi Barretto (Secretária). Diretores: Gustavo Werneck da Cunha (Diretor Presidente), Rafael Dorneles Japur, Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig, Fernando Pessanha Santos, Rubens Fernandes Pereira (Diretores Vice-Presidentes), Cesar Obino da Rosa Peres, Fábio Eduardo de Pieri Spina, Fladimir Batista Lopes Gauto, Hermenio Pinto Gonçalves, Mauro de Paula e Wendel Gomes da Silva (Diretores). Declaração Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. São Paulo, 07 de novembro de 2022. - Daniela Derzi Barretto - Secretária. JUCESP nº 685.617/22-1 em 07/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DA DEVEDORA FIDUCIANTE DAS DATAS DOS LEILÕES - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 05/JANEIRO/2023, ÀS 11:00h - 2º PÚBLICO LEILÃO: 06/JANEIRO/2022 ÀS 11:00h - LEILÃO ONLINE

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, Matrícula JUCESP n.º 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **MARIA FERNANDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 11.206.048/0001-77**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal n.º 9.514/97, alterada pelas Leis Federais n.ºs 10.931/04, 13.043/14, 13.465/17 e demais disposições legais aplicáveis à matéria em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, os seguintes imóveis: **APARTAMENTO Nº 112, DO 11º PAVIMENTO, DO BLOCO A, DO EMPREENDIMENTO VIVENDAS DE MARIA FERNANDA**, Rua Maria Fernanda, nº 512, Chácaras Maria Inês, Santana de Parnaíba/SP, áreas: privativa 57,220m2, comum 42,144m2, (coberta de 12,112m2 + descoberta de 30,032m2, incluída a área correspondente a 01 vaga de garagem) perfazendo a área total de 99,364m2, fração ideal 0,008178 ou 0,8178% e área total edificada 69,332m2. Matrícula imobiliária nº 176.710 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri. IC: 24364.22.15.1059.01.046 e **VAGA Nº 77, DO TÉRREO, DO EMPREENDIMENTO VIVENDAS DE MARIA FERNANDA**, Rua Maria Fernanda, nº 512, Chácaras Maria Inês, município de Santana de Parnaíba – PA da Comarca de Barueri, áreas: privativa 9,680m2, comum 0,474m2, (coberta de 0,040m2 + descoberta de 0,434m2), perfazendo a área total de 10,154m2, fração ideal 0,000174 ou 0,0174% e área total edificada 0,040m2. Matrícula imobiliária nº 176.798 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri. IC: 24364.22.15.1059.03.077. Consolidação da propriedade em 23/11/2022. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 408.500,00 (Que perfaz a soma dos valores atualizados para efeito de venda no 1º público leilão do apto e vaga) - 2º LEILÃO: R$ 1.175.020,13 (Que perfaz a soma do valor atualizado do saldo devedor, encargos e custas para realização do leilão do apto e vaga).** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. Imóveis ocupados, desocupação a cargo do arrematante. Vendas *ad corpus*. Fica a Fiduciante, **Mércia Gomes do Nascimento, CPF: 867.288.144-34**, expressamente comunicada das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários dos imóveis. A Comitente e o Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

BANCO PAN S.A.

BANCO PAN — COMPANHIA ABERTA - CNPJ/ME: 59.285.411/0001-13 - NIRE: 35.300.012.879

Extrato da Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 25 de Abril de 2022

Data, Hora, Local: 25.04.2022, às 13h, na sede social, na Avenida Paulista, nº 1.374, 16º andar, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade de seus membros. Foram considerados presentes os Diretores que participaram por teleconferência, videoconferência, ou qualquer outro meio que permita a comunicação, nos termos do artigo 24, §4º, do Estatuto Social da Companhia. **Mesa**: Presidente: Carlos Eduardo Pereira Guimarães. Secretária: Camila Corá Reis Pinto Piccini. **Deliberações Aprovadas**: Alteração do endereço dos seguintes Postos de Atendimento – PA da Companhia, conforme segue: **Blumenau, CNPJ nº 59.285.411/0062-35, NIRE 42999134889**: (i) De Rua XV de Novembro 1357 Loja 36B, Centro, Blumenau, SC, CEP 89010-003 para Rua Dr. Pedro Zimmermann, 1001 - Sala 56, Salto do Norte, Blumenau, SC, CEP 89065-001. **Brasília, CNPJ nº 59.285.411/0053-44, NIRE 53999050170**: (ii) De ST SCS -Setor Comercial Sul S/N - Quadra 03 Bloco A Loja 234 Térreo, Asa Sul, Brasília, DF, CEP 70300-904 para ST SCS Quadra 15 Conjunto 10 Lote 13, Zona Industrial, Brasília, DF, CEP 71.250- 035. **Fortaleza, CNPJ nº 59.285.411/0050-00, NIRE 23900602847**: (iii) De Rua Major Facundo, 434 - Loja 1C E 3 C, Centro, Fortaleza, CE, CEP 60025-100 para Avenida Rogaciano Leite, 400º, Patriolino Ribeiro, Fortaleza, CE, CEP 60.810-470. **Goiânia, CNPJ nº 59.285.411/0064-05, NIRE 52999802065**: (iv) De Avenida Goiás 345 Lote 37, Centro, Goiânia, GO, CEP 74005-010, para Avenida Primeira Avenida, S/N - QD. 02 B - Lote 01/16 - Sala 01/32, Vera Cruz, Aparecida de Goiânia, GO, CEP 74934-600. **Natal, CNPJ nº 59.285.411/0036-43, NIRE 24999020463**: (v) De Avenida Prudente De Morais, 1101, Tirol, Natal, RN, Cep 59020-505 para Avenida Dao Silveira, 7940, Pitimbu, Natal, RN, CEP 59066-180. **Recife, CNPJ nº 59.285.411/0035-62, NIRE 26900707625**: (vi) De Avenida Conde da Boa Vista, 610 Lojas 011c e 012c, Centro, PE, CEP 50060-004 para Avenida Pan Nordestina, 100, Varadouro, Olinda, PE, CEP 53010-210. **Salvador, CNPJ nº 59.285.411/0004-66, NIRE 29901116101**: (vii) De Rua da Grécia, 11, Loja e Sobreloja, Ed. Frutosdias, Comércio, Salvador, BA, CEP 40010-010 para Avenida Luis Viana Filho, 6462 - Sala 405 - Torre A, Paralela, Salvador, BA, CEP 41.730-101. **Teresina, CNPJ nº 59.285.411/0051-82, NIRE 22999008739**: (viii) De Rua Vinte e Quatro de Janeiro 240, Centro, PI, CEP 64001-230 para Avenida João XXIII, 5325 - Box 3, Noivos, Teresina, PI, CEP 64049-010. **Centro Rio de Janeiro, CNPJ nº 59285411/0008-90, NIRE 33999254500**: (ix) De Rua do Rosário, 113 – loja B – sobreloja, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20041-002 para Rua da Assembleia, 85, sala 1009, Centro Rio, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20011-001. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 25.04.2022. Presidente: Carlos Eduardo Pereira Guimarães. Secretária: Camila Corá Reis Pinto Piccini. Diretoria: Carlos Eduardo Pereira Guimarães; Rafael Massachi Prado Hossi; Thiago Sbarai Ribeiro; Mauro Sebastião Bocchi; Roberta Cardim Geyer; Camila Corá Reis Pinto Piccini; e Leandro Marçal Araújo. JUCESP nº 691.289/22-0 em 15.12.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/ME Nº 51.466.860/0001-56 - NIRE Nº 35.300.010.485
COMPANHIA ABERTA

ATA DA 267ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2022

I. Data, Hora e Local: 21.12.2022, às 8 horas, realizada por videoconferência. **II. Presenças e convocação:** Totalidade do Conselho de Administração dispensada a convocação. **III. Mesa:** Presidente: Mauricio Krug Ometto. Secretário: Guilherme Fontes Ribeiro. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (1) 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da São Martinho S.A. ("**Companhia**", "**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), para distribuição pública com esforços restritos, conforme instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16.01.2009, ("**ICVM 476**") e demais leis e regulamentos aplicáveis ("**Oferta**"); (2) Contratação dos prestadores de serviços necessários à realização da Oferta; e (3) Autorização à Diretoria para praticar os atos e assinar os documentos relacionados à realização da Emissão e da Oferta e a ratificação dos atos já praticados. **V. Comitês:** Os coordenadores do Comitê Financeiro reportaram aos demais membros desse Conselho os trabalhos e discussões que antecederam essa reunião. **VI. Deliberações:** Abertos os trabalhos e instalada a reunião, o Presidente colocou em discussão e votação as matérias da ordem do dia. Os conselheiros deliberaram e aprovaram por unanimidade: **(1)** A Emissão para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476, e demais leis e regulamentos aplicáveis, no montante de R$ 500.000.000,00, na Data de Emissão, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures com assinatura e eventual aditamento do "*Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição da São Martinho S.A.*" ("**Escritura de Emissão**") de acordo com as características e condições detalhadas no Anexo I; **(2)** A Contratação dos Prestadores de Serviços, entre eles, a instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("**Coordenador Líder**"), o agente fiduciário, o banco liquidante, o escriturador, a B3 S.A – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("**B3**") e os assessores legais ("**Prestadores de Serviços**"), com assinatura dos respectivos instrumentos e eventuais aditamentos, incluindo a "*Proposta para Emissão de Debêntures no Mercado de Capitais Local*" e o consequente "*Contrato de Coordenação, Estruturação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 5ª Emissão da São Martinho S.A.*" ("**Contrato de Distribuição**") que irão regular a contratação do Coordenador Líder; **(3)** Autorização à Diretoria para praticar os atos e assinar os documentos relacionados à realização da Emissão e da Oferta, conforme termos e condições definidos no Anexo I, incluindo a formalização das matérias dos itens (1) e (2), e/ou quaisquer outros instrumentos necessários, tais como procurações, aditamentos, inclusive para cancelamento de Debêntures que não forem integralizadas na data estabelecida, ficando ratificados os atos praticados pela Diretoria até o momento. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, ata foi lida, aprovada e assinada. **Presidente da Mesa:** Mauricio Krug Ometto. **Secretário da Mesa:** Guilherme Fontes Ribeiro. Conselheiros: Mauricio Krug Ometto. Guilherme Fontes Ribeiro. João Carlos Costa Brega. Marcelo Campos Ometto. Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos. Nelson Marques Ferreira Ometto. Olga Stankevicius Colpo. Esta é cópia da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 21.12.2022. **Anexo I - Detalhamento da Emissão: (a) Número da Emissão:** 5ª emissão; **(b) Séries:** série única; **(c) Valor Total da Emissão:** R$ 500.000.000,00; **(d) Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 500.000 Debêntures; **(e) Destinação de Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com as Debêntures serão integralmente destinados ao investimento, construção e operação do Projeto de Investimento, no âmbito da atividade planta de cana-de-açúcar para a produção de etanol denominado CAPEX de Manutenção e Melhoria Operacional para produção de biocombustível na Usina Boa Vista", de titularidade da Companhia; **(f) Colocação:** As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7.12.1976, conforme alterada, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Coordenador Líder, tendo como público alvo investidores profissionais, assim definidos nos termos dos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11.05.2021, conforme alterada; **(g) Data de Emissão das Debêntures:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15.12.2022 ("Data de Emissão"); **(h) Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R$1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(i) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures. **(j) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada; **(k) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, à vista em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com os procedimentos da B3. Caso qualquer Debênture que venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva integralização; **(l) Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 8 anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15.12.2030 ("Data de Vencimento"); **(m) Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado:** O Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme abaixo definido) das Debêntures será amortizado anualmente, em 4 parcelas anuais e consecutivas, sendo que a primeira parcela será devida após o 6º ano contado da Data de Emissão, ou seja, em 15.12.2028 e a última na Data de Vencimento, conforme datas e percentuais descritos na Escritura de Emissão; **(n) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde a primeira Data de Integralização até a data de seu efetivo pagamento ("Atualização Monetária"), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures ("Valor Nominal Unitário Atualizado"). A Atualização Monetária será calculada de forma *pro rata temporis*, com base em 252 Dias Úteis conforme descrito na Escritura de Emissão; **(o) Remuneração das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,4737% ao ano base 252 Dias Úteis ("Juros Remuneratórios" e, em conjunto com a Atualização Monetária, a "Remuneração"), incidentes desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento calculados em regime de capitalização composta *pro rata temporis*, com base em 252 Dias Úteis; **(p) Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga em 8 parcelas anuais, sempre no dia 15 de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15.12.2023 (individualmente, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), conforme descrito na Escritura de Emissão; **(q) Oferta de Resgate Antecipado:** Caso seja legalmente permitido à Companhia realizar o resgate antecipado das Debêntures, nos termos da Lei 12.431, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.751, de 26.09.2019, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, desde que decorrido o prazo médio ponderado de 4 anos a contar da Data de Emissão das Debêntures, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada da forma prevista na Escritura de Emissão; **(r) Resgate Antecipado Facultativo:** Não será admitida a realização de resgate antecipado facultativo das Debêntures; **(s) Vencimento Antecipado:** As Debêntures e todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão serão ou poderão ser consideradas antecipadamente vencidas, conforme o caso, tornando-se imediatamente exigível da Companhia o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a primeira Data de Integralização, ou a última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos de quaisquer dos documentos da Emissão, na ocorrência das hipóteses descritas na Escritura de Emissão; e **(t) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo a impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer valor devido aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% ; e (ii) juros moratórios à razão de 1% ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios").

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Sociedade Rural Brasileira convoca, nos termos dos artigos 11º e 32º, parágrafo único, do Estatuto Social, os associados, para Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 9 de fevereiro de 2023, na sede social, à Rua Formosa, nº 367 – 19º andar – Centro – São Paulo - SP, para eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Superior da Sociedade Rural Brasileira. A Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á, em 1ª convocação, às 09h00, havendo número legal de presentes e, em 2ª convocação, às 10h00, com qualquer número, encerrando a votação às 17h00.

São Paulo, 22 de dezembro de 2022

A Diretoria

BANCO PAN S.A.

BANCO PAN — COMPANHIA ABERTA - CNPJ/ME: 59.285.411/0001-13 - NIRE: 35.300.012.879

Extrato da Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 10 de Outubro de 2022

Data, Hora, Local: 10.10.2022, às 13h, na sede social, na Avenida Paulista, nº 1.374, 16º andar, São Paulo/SP. **Presença**: Maioria de seus membros. Foram considerados presentes os Diretores que participaram por teleconferência, videoconferência, ou qualquer outro meio que permita a comunicação, nos termos do artigo 24, §4º, do Estatuto Social da Companhia. **Mesa**: Presidente: Carlos Eduardo Pereira Guimarães. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo. **Deliberações Aprovadas: (i)** retificação do NIRE do Posto de Atendimento de Natal/RN, CNPJ/ME nº 59.285.411/0036-43, **de** NIRE 24999020463 **para** NIRE 24900290307; e **(ii)** ratificação da deliberação pelo seu encerramento. Ficam ratificadas todas as demais deliberações realizadas na Reunião de Diretoria realizada em 8.08.2022 e que não foram expressamente modificadas por esta ata. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 10.10.2022. Presidente: Carlos Eduardo Pereira Guimarães. Secretário: Gabriel Gustavo de Camargo. Diretoria: Carlos Eduardo Pereira Guimarães; Dermeval Bicalho Carvalho; Alex Sander Moreira Gonçalves; Diogo Ciuffo da Silva; Roberta Cardim Geyer; Camila Corá Reis Pinto Piccini; e Leandro Ricci Scutti. Gabriel Gustavo de Camargo - **Secretário**. JUCESP nº 691.291/22-6 em 15.12.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

METALÚRGICA GERDAU S.A.

CNPJ nº 92.690.783/0001-09 - NIRE 35300520751
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 1, PARTE, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, ÀS 12H50MIN DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2022.

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Regimento Interno, e, ainda, com a participação do Conselho Fiscal, tendo sido presidida por Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e secretariada por Fábio Eduardo de Pieri Spina. 2. O Conselho, nos termos da alínea "w", §5º do artigo 12 e do §1º do artigo 29 do Estatuto Social, por unanimidade, deliberou pela aprovação da proposta da Diretoria datada de 07/11/2022, para crédito em 21/11/2022 e pagamento aos acionistas a partir de 15/12/2022, de (i) juros sobre o capital próprio calculados à razão de R$ 0,23 (vinte e três centavos) por ação, ordinária e preferencial, e (ii) dividendos calculados à razão de R$ 0,27 (vinte e sete centavos) por ação, ordinária e preferencial, inscritas nos registros da Instituição Depositária das Ações da Companhia, na data do crédito. Considerando as ações em circulação na presente data, o pagamento dos (i) juros sobre o capital próprio representa o montante de R$ 237.783.384,92 (duzentos e trinta e sete milhões, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos) e (ii) dividendos representa o montante de R$ 279.137.017,08 (duzentos e setenta e nove milhões, cento e trinta e sete mil, dezessete reais e oito centavos) e constituem antecipação do dividendo mínimo obrigatório estipulado no Estatuto Social, referente ao exercício social em curso. Os valores dos juros sobre o capital próprio serão pagos com retenção do imposto de renda na fonte, conforme legislação vigente, com exceção aos acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da retenção do imposto de renda na fonte e que comprovem essa condição até o dia 23/11/2022. 3. O Conselho de Administração, após discutida a matéria, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022, aprovou, por unanimidade, o cancelamento de 53.402.400 ações preferenciais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do valor do capital social. Em decorrência do cancelamento de ações ora aprovado, o capital social da Companhia passou a ser dividido em 365.111.201 ações ordinárias e 668.729.603 de ações preferenciais, todas sem valor nominal. A respectiva alteração ao artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o cancelamento de ações será deliberada em assembleia geral a ser oportunamente convocada. Os administradores da Companhia ficam desde já autorizados a tomarem todas as medidas necessárias para a efetivação da deliberação ora aprovada. 4. Nada mais foi tratado. Assinaturas: Mesa: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente) e Fábio Eduardo de Pieri Spina (Secretário). Conselheiros: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente). André Bier Gerdau Johannpeter (Vice-Presidente), Claudio Johannpeter (Vice-Presidente), Gustavo Werneck da Cunha, Claudia Sender Ramirez, Augusto Braúna Pinheiro e Alberto Fernandes (Conselheiros). Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. São Paulo, 8 de novembro de 2022. Fábio Eduardo de Pieri Spina - Secretário. JUCESP nº 676.497/22-6 em 02/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CM HOSPITALAR S.A.

CVM 02568-2 - Companhia Aberta ("Companhia")
CNPJ/ME nº 12.420.164/0001-57 - NIRE nº 35.300.486.854

Ata da Reunião do Conselho de Administraçnao realizada em 27/07/2022

Data, Hora e Local: Realizada no dia 27/07/2022, às 14 hrs, reunidos por conf. tele., nos termos do art. 13 do Est. Soc. da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação prévia, nos termos do art. 12 do Est. Soc. da Companhia, por estar presente a totalidade dos membros do Cons. de Adm. **Mesa**: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro, Pres.; Luiz Felipe Duarte Martins Costa, Secr.. **Ordem do Dia e Deliberações:** Debatida a matéria, os Cons. por unanimidade dos votos e sem quaisquer ressalvas, apr.: **(i)** nos termos do art. 15 do Est. Soc., a outorga de mandato pela Companhia e/ou suas controladas, para representa-las perante inst. fin. e outros órgãos, nos termos do Anexo I; **(ii)** a Pol. de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, cuja cópia encontra-se arquivada na Companhia; **(iii)** a revisão da Pol. de Anticorrupção e do Código de Conduta Ética, cujas cópias encontram-se arquivadas na Companhia**; (iv)** a inclusão da Companhia, como garantidora, no Contrato de Depósito, assinado em 10/11/2015 entre a CM PFS Hospitalar S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A., tendo como fav. a empresa Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. (CNPJ: 33.009.945/0001-23), no valor de R$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais); **(v)** a abertura de conta garantia pela Companhia no valor de R$104.000.000,00 (cento e quatro milhões de reais), tendo como fav. a empresa Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A. (CNPJ: 33.009.945/0001-23). **Encerramento e Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi susp. a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi apr. e assinada por todos os presentes. Presidente: Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; Secretário: Luiz Felipe Duarte Martins Costa; Conselheiros: (i) Mário Sérgio Ayres Cunha Ribeiro; (ii) Luiz Felipe Duarte Martins Costa; (iii) Ricardo Pechinho Hallack; (iv) Thayan Nascimento Hartmann; (v) Paula Paschoal Queiroz de Moraes. Ribeirão Preto, 27/07/2022. Mario Sérgio Ayres Cunha Ribeiro (Presidente). Luiz Felipe Duarte Martins Costa (Secretário). **Anexo I - Ata de Reunião do Cons. de Adm. da CM Hospitalar S.A., de 27/07/2022 às 14.** Instrumento de mandato a ser out. pela Companhia e suas controladas. OUTORGADOS: **[qualificação procuradores Grupo A], [qualificação procuradores Grupo B]**, todos pertencentes ao GRUPO B, aos quais conferem poderes únicos e específicos para, em conjunto, 1) quaisquer dois procuradores do GRUPO A; 2) em conjunto, um procurador do GRUPO A e um procurador do GRUPO B; ou ainda 3) um procurador do GRUPO A ou B em conjunto com um diretor Financeiro da Outorgante, observado o limite de até R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); assinar contratos NCE (Notas de Credito a Exportação), CCE (Cédulas de Credito a Exportação), ACC (Adiantamento sobre Contrato Cambio), PPE (Pre Pagamento de Exportação) e assinar Contratos e Cédulas de Credito Rural (FGPP), por transação: movimentar todas as contas correntes de titularidade da Outorgante abertas ou que eventualmente sejam abertas até fim da vigência do mandato, podendo, para tanto, abrir contas de depósito, autorizar debito em conta relativo a operações; retirar cheques devolvidos; sustar/contra-ordenar cheques; Abrir conta corrente e encerrar conta corrente; emitir cheques, cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar, alterar e desbloquear senhas; efetuar pagamentos por meio eletrônico ou não; efetuar transferências por meio eletrônico ou não; efetuar aplicações financeiras por meio eletrônico ou não; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro; consultar obrigações do débito direto autorizado; assinar contratos referente a contratação de convênio de serviços; fazer retiradas mediante recibos; autorizar débitos; transferências e pagamentos, inclusive por meio de cartas, receber importâncias devidas à Outorgante assinando os necessários recibos e dando quitação, comprar e vender cambiais, assinar contratos de câmbio, contratos de abertura de cartas de créditos e documentos relacionados, descontar, caucionar e entregar para cobrança bancária duplicatas de faturas, assinar autorização de débito e crédito em carta perante os bancos e demais documentos, prestar garantias, solicitar saldos, extratos de contas e requisitar talões de cheques para uso da Outorgante, podendo acessar endereço eletrônico de bancos para efetuar as citadas transações, aprovar aplicações financeiras, assinar contratos de financiamento a importação e cessão de recebíveis aos bancos, assinar correspondência da Outorgante instruindo títulos de crédito, autorizar abatimentos, descontos, prorrogações de vencimentos e instrumentos de protestos; e observado o limite de até R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), por transação, para pagamento de salários e obrigações do Recursos Humanos como férias, rescisões, etc, dos funcionários da Outorgante; observado o limite de até R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) por transação, para transferências realizadas entre contas de mesma titularidade e CNPJ/MF da Outorgante; podendo mais assinar documentos relacionados a atualização cadastral junto as instituições financeiras e aprovação de aplicações financeiras conforme política de aplicações da Outorgante, representar a Outorgante perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais, municipais, Departamentos Militares e Autarquias, INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e órgãos relacionados, Alfândegas, Ministério da Economia, Fazenda, Planejamento e seus departamentos, Secretaria da Receita Federal e suas superintendências, inspetorias, delegacias, administrações portuárias de todos os portos brasileiros, Empresas Brasileira de Infraestrutura Aeroportuárias - INFRAERO, Superintendência Nacional da Marinha Mercante - SUNAMAM, Capitanias dos Portos, Secretarias da Fazenda ou Finanças dos Estados e Municípios, seus órgãos e departamentos, companhias de navegação marítima e aérea, companhias de seguro, consulados estrangeiros, Carteiras de Comércio Exterior e de Câmbio de quaisquer bancos, suas agências, subagências, SECEX - Serviço de Comércio Exterior e a Carteira de Registro e Controle Cambial do Banco Central do Brasil, Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas superintendências, podendo assinar e endossar correspondências relativos a registro de cobrança de importação e exportação - saque, livros e papéis fiscais, guias, requerimentos, faturas comerciais e declarações em geral relativas a importação e exportação, assinando e requerendo inclusive certificados, borderôs, conhecimento de embarque e termos de responsabilidade; 4) a procuradora do GRUPO A [qualificação], representar isoladamente a Outorgante na inclusão, alteração e/ou exclusão de usuários que acessam os canais de atendimento eletrônico das instituições financeiras, via internet. Os outorgados comprometem-se a cumprir rigorosamente a legislação vigente, em especial a Lei nº 12.846/2013, "Lei Anticorrupção" e quaisquer Decretos, Leis Estaduais ou Municipais que regularem a matéria "Anticorrupção", bem como o Código de Conduta, Política Anticorrupção e Política Antissuborno da Viveo, disponíveis no site www.viveo.com.br. O presente mandato é válido pelo prazo de 12 (doze) meses a contar desta data, ou com o término do vínculo contratual, caso este ocorrer antes do prazo deste mandato. Vedado substabelecimento. JUCESP nº 454.520/22-0 em 05/09/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

BANCO PAN S.A.

BANCO PAN — COMPANHIA ABERTA - CNPJ/ME: 59.285.411/0001-13 - NIRE: 35.300.012.879

Extrato da Ata da Reunião da Diretoria Realizada em 28 de Novembro de 2022

Data, Hora, Local: 28.11.2022, às 13h, na sede social, na Avenida Paulista, nº 1.374, 16º andar, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade de seus membros. Foram considerados presentes os Diretores que participaram por teleconferência, videoconferência, ou qualquer outro meio que permita a comunicação, nos termos do artigo 24, §4º, do Estatuto Social da Companhia. **Mesa**: Presidente: Carlos Eduardo Pereira Guimarães. Secretário: Rafael Massachi Prado Hossi. **Deliberações Aprovadas**: Retificação do endereço do Posto de Atendimento da Companhia situado em Recife/PE, inscrito no CNPJ/ME sob nº 59.285.411/0035-62, NIRE 26900707625, conforme a deliberação da Reunião de Diretoria de 25.04.2022, de modo a ajustar o endereço **de** Avenida Conde da Boa Vista, nº 610, Lojas 011c e 012c, Centro, Recife/PE, CEP 50060-004 **para** Avenida Governador Agamenon Magalhães, nº 100, Salgadinho, Olinda/PE, CEP 53110-710. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 28.11.2022. Diretoria: Carlos Eduardo Pereira Guimarães; Dermeval Bicalho Carvalho; Alex Sander Moreira Gonçalves; Diogo Ciuffo da Silva; Roberta Cardim Geyer; Camila Corá Reis Pinto Piccini; Leandro Marçal Araujo; e Leonardo Ricci Scutti. Rafael Massachi Prado Hossi - **Secretário**. JUCESP nº 691.292/22-0 em 15.12.2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CIDADE DE SÃO PAULO — **CULTURA**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão eletrônico **Nº: 121-SMC-G-2022** - Processo SEI: **6025.2022/0012589-5** - O.C nº **801003801002022OC00162** - Objeto: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de higienização de livros das coleções Artes, coleção Geral e coleção São Paulo armazenados na torre do edifício sede, visando atender às necessidades da Coordenação de Preservação e Conservação da Biblioteca Municipal Mário de Andrade - BMA.** Data/horário sessão de abertura: **06/01/2023, às 10:00h.** Editais e seus anexos: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br.

CIDADE DE SÃO PAULO — **INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **Nº: 018/SIURB/2022** - Processo SEI Nº: **6022.2022/0006314-1** - O.C. Nº **801021801002022OC00026** - Objeto: **contratação de serviços de ampliação e adequação no estacionamento, portão "T" e arquibancada (entre a pista de testes e a curva do mergulho) no Autódromo José Carlos Pace - Interlagos - São Paulo/SP.** - Data/hora sessão de abertura: **16/01/2023 às 10h30 -** Documentação/Retirada do Edital: http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br ou www.bec.sp.gov.br - Local: www.bec.sp.gov.br.
Obs.: empreitada por preço global, menor preço global.

EDITAL

Despacho da Senhora Coordenadora de Saúde - Coordenadoria de Assistência Farmacêutica em 20/12/2022
PROCESSO: SES - 2022/48988
INTERESSADO: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
ASSUNTO: Pregão (Eletrônico) - Registro de Preços nº 176/2022 - Medicamentos
Trata-se de licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico nº 176/2022, visando Constituição de Sistema de Registro de Preços **para aquisição de medicamentos**. Considerando informação às fls. retro, **AUTORIZO,** a **REAPRESENTAÇÃO DO EDITAL** sob a OC nº 090201000012022OC00212, com reabertura do prazo para às **13:30 horas do dia 12/01/2023 e início de recebimento de propostas dia 27/12/2022,** permanecendo inalteradas as demais condições do edital.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CNPJ/MF nº 06.981.381/0001-13 - NIRE 35.300.391.144

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada em 10 de novembro de 2022

Data, Hora e Local: Realizada no dia 10 de novembro de 2022 às 13:00 horas, presencialmente na sede da Companhia e por videoconferência, nos termos facultados pelo Estatuto Social da Companhia. **Convocação e Presença:** Luis Roberto Pogetti, Fábio Venturelli, Fábio Lopes Júnior, Fernando de Castro Reinach, Mario Luiz Lorencatto, Mario Lindenhayn, Pedro Isamu Mizutani, Pedro Wongtschowski, Gustavo Aurvalle Alvares, Rodrigo Correia Barbosa. Ausência justificada do Conselheiro Pierre Louis Joseph Santoul, que manifestou-se favorável à discussão do assunto constante da pauta. **Mesa:** Presidente: Sr. Luís Roberto Pogetti; e Secretária: Sra. Lúcia Helena Domingos. Constatada a existência de *quorum* para deliberação, o Sr. Presidente declarou iniciada a reunião. **Ordem do Dia:** Análise e deliberação acerca da **(1)** destituição do Sr. **Rinaldo Pecchio Junior** ao cargo de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; **(2)** eleição do Sr. **José Gustavo Teixeira Leite** para ocupar interinamente o cargo de Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, que acumulará o referido cargo com as suas atuais funções de Diretor Presidente, até a posse do novo Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; e (3) apresentação do currículo da Sra. **Denise Araújo Francisco** para apreciação pelos membros do Conselho de Administração e eleição ao cargo de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores. **Deliberações:** Os Srs. membros do Conselho de Administração examinaram os itens constantes da Ordem do Dia e deliberaram: **(1) aprovar,** por unanimidade de votos dos presentes, a destituição do Sr**. Rinaldo Pecchio Junior** ao cargo de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; **(2) aprovar,** por unanimidade de votos dos presentes, eleição do Sr. **José Gustavo Teixeira Leite** para ocupar interinamente o cargo de Diretor Financeiro e de Relação com Investidores, que acumulará o referido cargo com as suas atuais funções de Diretor Presidente, até a posse do novo Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores; e **(3) aprovar,** por unanimidade de votos dos presentes, a eleição da Sra. **Denise Araújo Francisco,** brasileira, casada, engenheira química, RG nº 070157409 IFP/RJ, CPF/MF nº 003.008.217-00, com domicílio profissional na Fazenda Santo Antonio, s/n, Rodovia SP 147, Km 135, CEP 13433-899, Piracicaba/SP, para ocupar referido cargo de Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores, até o restante do mandato, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas do exercício social encerrado em 2023. O membro ora eleito será investido no seu cargo mediante assinatura do termo de posse em até 30 (trinta) dias a contar desta data, a ser arquivado na sede da Companhia, observada a prestação das declarações previstas em lei, declarando não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeça de exercer a atividade mercantil, estando cientes do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Os Srs. membros do Conselho de Administração agradecem ao Sr. **Rinaldo Pecchio Junior** pela dedicação e contribuição à Companhia ao longo do período que exerceu suas funções, desejando-lhe votos de sucesso, e dão as boas-vindas à Sra. **Denise Araújo Francisco**, desejando-lhe muito sucesso e conquistas. **Conselheiros Presentes e Assinaturas:** Luis Roberto Pogetti, Fábio Venturelli, Fábio Lopes Júnior, Fernando de Castro Reinach, Mario Luiz Lorencatto, Mario Lindenhayn, Pedro Isamu Mizutani, Pedro Wongtschowski, Gustavo Aurvalle Alvares e Rodrigo Correia Barbosa. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação dos presentes, a Reunião foi suspensa pelo tempo necessário para redação desta Ata, na forma de Sumário de Fatos, a qual reaberta a sessão, a presente Ata foi lida e achada conforme, foi assinada de forma digital, de acordo com o previsto no Parágrafo 1º do Artigo 10 da MP 2002/2001. Esta ata é cópia fiel da transcrita no livro de atas. Piracicaba, 10 de novembro de 2022. **Mesa:** Luís Roberto Pogetti - **Presidente**; Lúcia Helena Domingos - **Secretária. JUCESP** nº 690.241/22-7 em 15/12/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 370 LOTES - DIA: 23/12/2022 - 10h00 - 6ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP — **VISITAÇÃO: 23.12.2022, a partir das 08h00 - verificar informações no site**

CHASSIS: 9BWAB45U7LT094744 - 9350WNFNYKB520619 - 9BFZH55L9L8010912 - 8AP372110D6036779 - 93YRBB007KJ710944 - 9BFZF54A7E8028981 - 9C6RG3850N0009212 - 93YBSR7RHEJ233121 - 9BFZE16P588913603 - 9BWAA05W9DP109879 - 9BFZF55A4B8120396 - KNAFZ414BF5233012REM - 93HFA16407Z215476 - 9BWAA05U6BP052648 - 93YBSR7RHDJ399420 - WBAPH11059A168488 - 9BD118144A1088135 - 9BD19716TF3243198 - 9BD195183C0201552 - 9BGSC68Z02B102208 - 93HFA66809Z127001 - 935FCKFVYCB595828 - KMHJM81BAAU161328 - 9BGRX48908G234516 - 9BWDG45U1KT059548 - 3VWRE61K08M035087 - 1HGRW2870JL530579 - 9C2JC7000MR023891 - 9BGKS48U0KG219139 - 93Y4SRZ85LJ282766 - SALLAAA449A505768 - 9BD17106LB5710814 - KMHJN81BBAU112208 - 93Y5SRF84KJ356410 - 9BWAB05Z6D4079622 - 8AGCB48X0BR142955 - 93YBSR76HDJ413646 - 9BD19510ZG0713881 - 8A1LZLH0TFL650049 - 93Y4SRD64GJ950342 - 93YLSR7GH9J229127 - 9362AN6A95B033793 - 93HES15502Z101801 - 9BD17301A74184971 - 9362PKFW09B003804 - 9BSR4X2A013522892 - 9C2KF2700MR000318 - 9C6KM0030E0022113 - 93YRHAMH7KJ735961 - 93Y4SRZ85NJ917704 - 9BD11818LF1310764 - 935CHRFN25B505832 - 9BFZH55L1F8257037 - 8BCND5FMYEG523102 - 8AFTZZFHCCJ439249 - 9BWAA05U9AT160235 - 935FCKFVYBB505562 - 9UK64ED51D0017913 - 93Y9SR3H5LJ218633 - 9BGXM75G08C742836 - 93YBSR8VKCJ211226 - 8AFAR20F4EJ234792 - 9BFZH54J4F8254407 - 93Y5SRF84KJ517160 - 9BD373184D5016185 - 9BWAA45U0EP157312 - 9BD17206G73293222 - 3GNFLME7XAS513384 - 9BWHB09N48P052218 - 9BGJR75Z0FB161519 - 9BWKA05Z084156837 - 9C2KC2210MR009901 - 9BGSU19F0BB166334 - 9BGKT48L0FG270683 - 9C2KC2200MR078564 - 9BHBG51CAFP349521 - 9BGRM6940AG227369 - 9BD11819GD1232900 - 9BGEB48A0LG233758 - 9C6RG5010M0077324 - 9BGRP48F0DG231028 - 9C2KC2500NR037528 - 93YBSR7RHBJ533163 - 9C2JF8500MR011273 - 9BFZF55A9C8204148 - 9C2KC2500MR056158 - 9BWAA05UXCP143701 - 9BFZF10A988212113 - 9BHBG51DBJP813837 - [illegible] - 9BD27803A87086919 - 3CZRE18308G505895 - 3FAFP4EK8CM213034 - LJ12EKR15D4307420 - KPTC0B16SBP076861 - 93YLSR6RHDJ557794 - 4S4WXFLU59S024633 - 9362EN6A98B078826 - 9C6RG3850N0011440 - 93ZC35A01C8431126 - 93HRV2870GZ106717 - KNAPB817BD7429549 - 9BGKS69V0KG304435 - 9BFZD55J6GB847538 - 935SUNFNWDB541387 - 93HGD18608Z204383 - 9BWKA05Z064203930 - 96PEXHA14FFS01104 - 9BGSA1910AB208084 - 9BFZD55J2EB695593 - 9BD195193C0300451 - 9BGRJ69808G137692 - 9BD13561372029548 - 98822611XKKC52046REM - 8AJBA3CD2H1580779 - 935SUNFN2HB529800 - 9BRKC3F30N8153661 - 9BHBG41DBFP311643 - 9BRKC9F37L8099162 - KNABX514AGT127510 - 9BFZD55P1FB827717 - 9C6RM0940K0000788 - 9BGKS48B0DG309052 - 9C6RG3120H0021661 - 9BGSU19F0CB249080 - 9BD17309T94257111 - 9BFZF55A7C8298112 - 9BWAA05U7BT219736 - 9362NKFWXBB011344 - 9BGRZ08909G222704 - 8AFFZZFFC8J180025 - 9BGKS69V0KG355963 - 9BWAH4126LT509345REM - 9C6RG3120H0016935 - 93HGE6850DZ218569 - 9BHBG41DBEP291041 - 9BD178237T0050608 - 9BWAG45U3KT027784 - 93XHYKB8TFCE95711REM - 9BGRY08909G223056 - 93YHSR2LAFJ479819 - 9BD11818LE1295336 - 93XJRKB8TDCD77236 - 9BGKS48L0DG273831 - 9BGJC75Z0DB307997 - 93XJRKB8TAC916035 - 9BD5781FFKY327902 - 9BD196271D2039764 - 9BGXH68X0CC195941 - 93YMAFEXAKJ227572 - 9C2PC4820KR101794 - 9C2KC2200NR147306 - 8AFER12P3AJ303046 - 9BFZH55L8H8436663 - 3N1CN7AD0EK436150 - 8AGCN48X0DR180189 - 9BFZK53A1BB249505 - 93HGM2620DZ102389 - 8AP372111C6017557 - 8BCLCRFJVBG543812 - KMHFC41DBBA480242 - 936CLNFNWDB021869 - 9BFZF54P0D8412183 - 93HGE6750AZ100365 - 9BD195152D0440984 - 1N4CL3AP0EC114612 - 9BWAB45Z3D4082727 - 9BFZF55A0E8498154 - 9BD17164LD5851959 - 94DTBAL10AJ252789 - 9362NKFWXCB020061 - 8AGCN48X0BR153317 - 8AJDR22G574005399 - 93HGM2660BZ102744 - 9BGRP48F0EG116374 - 9BWGB07X64P004178.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

BRK Ambiental – Ativos Maduros S.A.

CNPJ/ME nº 21.398.265/0001-60 – NIRE 3530047282-9

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de julho de 2020, às 10:00 horas

Dia, Hora e Local: Aos 30 (trinta) dias do mês de julho de 2020 (dois mil e vinte), às 10:00 horas, realizada de forma exclusivamente digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da BRK Ambiental – Ativos Maduros S.A., localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 13º andar – parte, Ala B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000 ("Companhia"). **Convocação**: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Publicações**: Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicados na página 20 do Jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e na página E2 do Jornal Valor Econômico, ambos na edição de 05 de maio de 2020. **Presenças**: (i) Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas; e (ii) Sr. Sergio Garrido de Barros, representante da administração da Companhia, tendo sido dispensada a presença do representante da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("Auditores Independentes"), em face da inexistência de quaisquer dúvidas em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. **Mesa**: Clarissa Falcão Rebello, *Presidente;* e Rodolfo Duarte Bruscain, *Secretário*. **Ordem do Dia**: **I)** Em **Assembleia Geral Ordinária**: Deliberar sobre – **1)** a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia e do parecer dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; **2)** a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; **3)** a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2020; **4)** a ratificação da alteração dos jornais utilizados para divulgação e publicação dos atos e documentos da Companhia; e **II)** Em **Assembleia Geral Extraordinária**: **5)** a aprovação da extinção do Conselho de Administração da Companhia ("CA"), com a consequente destituição dos respectivos membros; e **6)** a aprovação da reformulação integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações**: Instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), após apresentação, exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, resolvem autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A., e: **I)** Em **Assembleia Geral Ordinária** – **1)** aprovar, após esclarecimentos realizados pelo representante da administração da Companhia sobre os principais pontos relacionados ao desempenho da Companhia durante o último exercício social, sem quaisquer reservas, emendas ou ressalvas, as Demonstrações Financeiras da Companhia, contendo as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; **2)** aprovar a destinação de lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, no valor total de R$ 78.016.917,34 (setenta e oito milhões, dezesseis mil, novecentos e dezessete reais e trinta e quatro centavos), da seguinte forma: (i) R$ 77.236.748,17 (setenta e sete milhões, duzentos e trinta e seis mil, setecentos e quarenta e oito reais e dezessete centavos), retidos e destinados para a conta de reserva de retenção de lucros, nos termos do § 3º do Art. 202 da Lei das S.A.; e (ii) R$ 780.169,17 (setecentos e oitenta mil, cento e sessenta e nove reais e dezessete centavos), para distribuição de dividendos obrigatórios nos termos do Art. 202 da Lei das S.A.; **3)** aprovar o montante de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) como limite da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2020, em observância ao disposto no artigo 152 da Lei das S.A.; **4)** ratificar em razão da descontinuidade da circulação do jornal Diário Comércio Industria & Serviços, a alteração dos jornais utilizados para divulgação e publicação dos atos e documentos da Companhia, que passaram a ser, exclusivamente, o Jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo e o Jornal Valor Econômico; e **II)** Em **Assembleia Geral Extraordinária**: **5)** aprovar a extinção do Conselho de Administração da Companhia, com a consequente destituição dos respectivos membros, a saber, Luiz Ricardo de Bittencourt Souza Renha, Luiz Eduardo Passos Maia, Sergio Garrido de Barros, Ryan Allan Szainwald, James Peter Gordon, e Daniela Mattos Sandoval Coli. A Companhia agradece aos Conselheiros pelo relevante serviço prestado até está data, outorgando-lhes quitação pelos atos de gestão por eles praticados enquanto exerceram seus respectivos cargos; e **6)** aprovar a reformulação integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual, com as alterações deliberadas na presente assembleia, passa a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente ata. **Quorum das Deliberações**: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reserva ou restrições, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. **Conselho Fiscal**: Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 30 de julho de 2020. **Mesa**: Clarissa Falcão Rebello, *Presidente;* e Rodolfo Duarte Bruscain, *Secretário*. **Acionistas**: BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (representado pela sua administradora, Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.) e BRK Ambiental Participações S.A. (representada por Clarissa Falcão Rebello e Beatriz Moll) Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Rodolfo Duarte Bruscain – Secretário. **Estatuto Social. I. Denominação e Prazo de Duração. Art. 1º** – A **BRK Ambiental – Ativos Maduros S.A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração por tempo indeterminado, regida pelo disposto no presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976 e suas alterações posteriores ("Lei das S.A.") ("Companhia"). **II. Sede. Art. 2º –** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala B, 13º andar – parte, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000, podendo, mediante deliberação da Diretoria, abrir, transferir ou encerrar filiais, escritórios administrativos ou quaisquer outras representações em qualquer localidade do território nacional ou no exterior. **III. Objeto Social. Art. 3º** – A Companhia tem por objeto a participação no capital social de outras sociedades empresárias e não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio. **IV. Capital Social e Ações. Art. 4º** – O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R$ 52.549,83 (cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos), dividido em 52.548 (cinquenta e duas mil, quinhentas e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Art. 5º** – Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo Único** – As ações são indivisíveis em relação à Companhia, a qual reconhecerá como titular de direitos o acionista que estiver registrado como proprietário de ações no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **Art. 6º** – Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações que possuírem. Caso algum acionista desista ou deixe de ceder, por escrito, seu direito de preferência, ou não se manifeste dentro de 30 (trinta) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovar o aumento do capital social da Companhia, as sobras de ações serão rateadas, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem pedido, no boletim de subscrição, reserva de sobras. Nesse caso, a condição constará dos boletins de subscrição, podendo o saldo, se houver, ser subscrito por terceiros, de acordo com os critérios estabelecidos pela Assembleia Geral. **V. Administração da Companhia. Art. 7º** – A Companhia é administrada por uma Diretoria composta de, no mínimo 02 (dois) e, no máximo, 05 (cinco) Diretores sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **§ 1º** – Todos os membros da Diretoria são investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia, devendo permanecer investidos em seus cargos até a posse de seus sucessores. **§ 2º** – A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos membros da Diretoria. **Art. 8º** – Em caso de impedimento temporário ou de ausência de qualquer dos membros da Diretoria, o Diretor ausente deverá indicar seu substituto, conforme o caso, dentre os demais Diretores. **Art. 9º** – Em caso de vacância na Diretoria, deve ser convocada, no prazo de 10 (dez) dias a contar da vacância, a Assembleia Geral para deliberar sobre a substituição. Para fins deste artigo, o cargo de qualquer Diretor será considerado vago se ocorrer a destituição, renúncia, morte, incapacidade comprovada, impedimento permanente ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos. **Art. 10º** – Compete aos Diretores a representação da Companhia, nos termos do Artigo 12 do presente Estatuto Social, e a prática dos atos regulares de gestão que lhes são atribuídos por lei e por este Estatuto Social. Seus poderes incluem, mas não estão limitados, os suficientes para: **(a)** zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; **(b)** fixar orientação geral nos negócios da Companhia; **(c)** zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; **(d)** realizar a gestão dos negócios da Companhia em conformidade com as orientações da Assembleia Geral; **(e)** propor para aprovação/revisão do Plano de Negócios e Políticas de aplicação geral da Companhia; **(f)** emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis e necessários; e **(g)** praticar todo e qualquer ato ou medida não expressamente atribuído às Assembleias Gerais, conforme previsto por lei ou neste Estatuto Social. **§ 1º** – A Diretoria deverá reunir-se sempre que seja convocada por qualquer Diretor, com 5 (cinco) dias de antecedência, no mínimo, salvo quando de caráter urgente. **§ 2º** – As convocações poderão ser feitas por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário. **§ 3º** – Independentemente das formalidades previstas no parágrafo anterior, será considerada regularmente convocada a reunião da Diretoria a que comparecerem todos os Diretores. **§ 4º** – O presidente da reunião será nomeado pela maioria dos demais Diretores presentes e o secretário, por sua vez, será indicado pelo presidente nomeado, sendo certo que as atas correspondentes serão lavradas no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia. **§ 5º** – As reuniões da Diretoria realizar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria de votos dos Diretores presentes, considerando-se como presente aquele que estiver, na ocasião, representado por outro Diretor. **§ 6º** – Serão considerados presentes à reunião os Diretores que, após o exame da ordem do dia, enviarem seu voto por escrito aos demais Diretores anteriormente à realização da reunião em questão. **Art. 11º** – Os atos de qualquer Diretor, empregado ou procurador que envolvam a Companhia em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações fora do objeto social são expressamente proibidos e serão considerados nulos. **Art. 12º** – A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, seja ativa ou passivamente, perante terceiros e quaisquer órgãos e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, inclusive a celebração e rescisão de contratos, concessão de avais, fianças ou outras garantias, respeitados os limites previstos em lei e no presente Estatuto Social, se dará por: **(a)** 2 (dois) Diretores em conjunto; ou **(b)** 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador; ou **(c)** 2 (dois) procuradores em conjunto; ou ainda; **(d)** 1 (um) procurador com poderes especiais e específicos, devidamente outorgados na forma do parágrafo único deste Artigo. **Parágrafo Único –** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão sempre assinadas dois Diretores em conjunto, devendo prever poderes específicos, a vedação ao substabelecimento e um prazo máximo de validade de 1 (um) ano a contar da data de assinatura, com exceção das procurações para representação em processos judiciais ou administrativos, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e permitirão o substabelecimento. **VI. Assembleias Gerais. Art. 13º** – A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o término de cada exercício social, competindo-lhe tomar as deliberações previstas em lei. **Art. 14º** – A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem, bem como nos casos previstos neste Estatuto Social e na legislação aplicável. **Art. 15º** – A Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, será instalada e presidida por qualquer representante dos acionistas, indicado entre os presentes que, por sua vez, deverá designar dentre os presentes, o Secretário. **Art. 16º** – Somente poderão tomar parte na Assembleia Geral os acionistas titulares de ações que estiverem registradas em seu nome no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral. **Art. 17º** – Compete privativamente à Assembleia Geral, dentro de suas atribuições legais e estatutárias: **(a)** alterações do Estatuto Social da Companhia; **(b)** aprovação/revisão do Plano de Negócios e de Políticas de aplicação geral da Companhia; **(c)** alterar marca ou qualquer forma de identificação visual da Companhia segundo os padrões utilizados pela BRK Ambiental Participações S.A.; **(d)** aprovação **(a)** da alienação das (ou da criação de ônus sobre as) ações de emissão de qualquer das sociedades operacionais controladas pela Companhia ou **(b)** da alienação de (ou da criação de ônus sobre) ativos da Companhia em valor individual ou agregado (em um mesmo exercício social) superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); **(e)** aprovação da contratação, pela Companhia, de qualquer endividamento, com valor individual ou agregado (em um mesmo exercício social) superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou que resulte no descumprimento, pela Companhia, de obrigações (incluindo *covenants* financeiros) a que esteja sujeita; **(f)** aprovação da celebração, de aditamento ou da extinção de contratos dos quais a Companhia seja parte e estabeleçam obrigações de pagar ou dar em valor superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou representem créditos ou outros direitos em valor superior ao mesmo piso; ou contratos de concessão ou locação celebrados com o poder público; ou o acordo operacional celebrado entre a Companhia e as sociedades operacionais controladas pela Companhia; ou os contratos financeiros celebrados com o BNDES, HSBC e Caixa Econômica Federal, incluindo as respectivas garantias; **(g)** aprovação da outorga de garantias de qualquer natureza pela Companhia, ainda que em garantia de obrigações de qualquer das sociedades operacionais controladas pela Companhia; **(h)** aprovação de operações da Companhia ou das sociedades operacionais controladas pela Companhia com a BRK Ambiental Participações S.A. ou quaisquer partes relacionadas à BRK Ambiental Participações S.A. e de pagamentos da Companhia ou das sociedades operacionais controladas pela Companhia à BRK Ambiental Participações S.A. ou a quaisquer partes relacionadas à BRK Ambiental Participações S.A., exceto: **(a)** no caso das operações entre a Companhia e as sociedades operacionais controladas pela Companhia; ou **(b)** aquelas ao abrigo do acordo operacional celebrado, em 29 de dezembro de 2015, entre a Companhia e as sociedades operacionais controladas pela Companhia; **(i)** aprovação de qualquer espécie de bônus ou remuneração variável a qualquer administrador da Companhia, individualmente, em valor superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por pessoa a cada exercício social; **(j)** transformação, fusão, cisão (seja como sociedade cindida ou receptora) ou incorporação ou incorporação de ações (seja como incorporadora ou incorporada), envolvendo a Companhia; **(k)** participação da Companhia em grupo de sociedades; **(l)** constituir novas sociedades controladas, ou aquisição de participação, ainda que minoritária, em qualquer outra sociedade, entidade ou consórcio; **(m)** dissolução, início ou cessação do estado de liquidação da Companhia; **(n)** pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia; **(o)** aumento ou redução do capital social, emissão de debêntures, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou quaisquer outros valores mobiliários conversíveis em, ou permutáveis por, ações da Companhia; **(p)** grupamento, desdobramento ou bonificação de ações; **(q)** aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras da Companhia; **(r)** destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pela Companhia; **(s)** aprovar a negociação com as próprias ações pela Companhia; **(t)** alteração da política de dividendos da Companhia; **(u)** escolha e destituição dos auditores independentes da Companhia; e **(v)** deliberação sobre qualquer matéria prevista nos itens acima ou no Artigo 10º acima do presente Estatuto no âmbito das sociedades operacionais controladas pela Companhia (independentemente de tais matérias estarem sujeitas à deliberação em assembleia geral ou da administração das respectivas sociedades operacionais controladas pela Companhia). **Parágrafo Único –** Para a realização de atos previstos nos itens do artigo 17 acima que já estejam compreendidos no Plano de Negócios, não será necessária deliberação específica nesse sentido. **VII. Conselho Fiscal. Art. 18º** – O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido de acionistas que preencham os requisitos exigidos por lei. **Art. 19º** – O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será constituído, no mínimo, por 3 (três) e, no máximo, por 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos, com as atribuições previstas em lei. **Parágrafo Único –** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **VIII. Exercício Social. Art. 20º –** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei. **§ 1º –** Do resultado do exercício, após as deduções de prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto de Renda, nos limites e formas previstos em lei. **§ 2º –** Apurado o lucro líquido do exercício, dele deduzir-se-ão inicialmente 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até esta alcançar 20% (vinte por cento) do capital social ou até que a soma desta e outras reservas de capital exceda a 30% (trinta por cento) do capital social da Companhia. **§ 3º –** O dividendo obrigatório será de 1 % (um por cento) do lucro líquido ajustado. **§ 4º –** Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio com base nos dados apurados em tais balanços, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros. Caso distribuídos, os dividendos intermediários ou intercalares e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório previsto no § 3º deste Artigo. **IX. Liquidação. Art. 21º** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal para tal finalidade. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 342.222/20-0 em 25/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 12.320.349/0001-90

QUINTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 30ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 30ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a H. Commcor Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Quinta Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("5ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **11 de janeiro de 2023, às 10h00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para psalomao@fator.com e/ou jfreitas@fator.com. **Ordem do Dia:** A 5ª AGT tem como objetivo deliberar sobre: **(i)** a não declaração do Vencimento Antecipado, em decorrência do descumprimento pela Devedora do waiver fee concedido na 4ª Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI, realizada em 09 de dezembro de 2022, para cumprimento do pagamento da Amortização Programada dos CRI, conforme cláusula 4.1, v, da CCB; **(ii)** em aprovado o item anterior, aprovar a solicitação da Devedora, para que o waiver fee em mora, referente a dezembro, e o waiver fee a ser pago em 10 de janeiro de 2023, sejam pagos juntamente com a próxima Amortização Programada e Remuneração, sujeito a correção monetária pelos índices do CRI em caso de descumprimento do prazo; **(iii)** aprovação das demonstrações financeiras auditadas do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2022; e **(iv)** a autorização para a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações da presente 5ª AGT. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 5ª AGT, para os e-mails psalomao@fator.com, jfreitas@fator.com, e fiduciario@commcor.com.br. A 5ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 15.4. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRI em Circulação presentes na 5ª AGT, conforme da cláusula 15.5. do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 22 de dezembro de 2022.

Diretor de Relação com Investidores

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DE ALAGOAS

CONVOCAÇÃO Nº 142/CEA/SSP-2022
AVISO DE COTAÇÃO

A Chefia Executiva Administrativa/SSP torna público que está recebendo cotações de preços conforme dados que seguem:
Processo nº: E:02100.0000007325/2022
Objeto: Locação de imóvel.
Informações: Através do e-mail **sspalcompras@gmail.com**, Telefones 82-3315-8622/2357 ou na Sala 321 da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas.
Prazo para envio das propostas: 05 (cinco) dias úteis, a contar da data desta publicação.

Maceió, 21 de dezembro de 2022.
Shirley Santos de Oliveira
Gerente do Núcleo de Cotação/SSP-AL

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

Licitação Presencial nº 008/2022 - Modo de Disputa Fechado - Desenvolvimento dos projetos executivos e execução das obras de recuperação das estruturas de concreto armado e reconstrução da impermeabilização do reservatório de água da sede da PRODESP. Data da abertura da sessão pública: às 09h30 do dia 23/01/2023. Local de credenciamento, entrega e abertura dos envelopes: PRODESP - Rua Agueda Gonçalves, 240 - Taboão da Serra - SP, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação. O edital e seus anexos poderão ser consultados e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.imesp.com.br, opção "enegociospublicos".

BRK Ambiental – Ativos Maduros S.A.

CNPJ/ME nº 21.398.265/0001-60 – NIRE 35.300.472.829

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de setembro de 2022, às 09:00 horas

Dia, Hora e Local: Ao 1º (primeiro) dia do mês de setembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 09:00 horas, realizada na sede social da BRK Ambiental – Ativos Maduros S.A., localizada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 13º andar, Ala B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000 ("Companhia"). **Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** José Gerardo Copello, *Presidente;* e Denise Lie Okimura, *Secretária*. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(1)** a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos; e **(2)** a alteração de membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, resolvem: **(1)** autorizar a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das S.A.; e **(2)** aprovar, em função da (i) renúncia apresentada pelo Sr. **Sergio Garrido de Barros**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 0577620070-SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 857.253.405-97, do cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada e arquivada na sede da Companhia, a (ii) eleição do Sr. **Felipe Cardoso de Gusmão Cunha**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 11.697.576-4-SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 086.504.307-83, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, Ala B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000, com prazo de gestão unificado com a Diretoria Estatutária da Companhia. Os acionistas agradecem ao Sr. Sergio Barros pelo relevante serviço prestado até a presente data. O Sr. Felipe Cunha ora eleito aceita o cargo para o qual foi eleito e declara, sob as penas de lei, não estar incluso em quaisquer dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer as atividades mercantis, ou a administração de sociedades mercantis, declaração que faz mediante a assinatura do respectivo Termo de Posse, assinado, apresentado e lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões da Diretoria, o qual fica arquivado na sede da Companhia. Como consequência, a composição da Diretoria Estatutária da Companhia com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 2024, passa a ser a seguinte: (i) *Diretor sem designação específica* – **Felipe Cardoso de Gusmão Cunha**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 11.697.576-4-SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 086.504.307-83; e (ii) *Diretor sem designação específica* – **José Gerardo Copello**, norte americano, casado, bacharel em ciência contábeis, portador da Carteira Nacional de Habilitação CNH nº 01045319795-DETRAN/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 168.253.758-73, ambos com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala B, 29º andar, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000. **Conselho Fiscal:** Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo/SP, 1º de setembro de 2022. **Mesa:** José Gerardo Copello, *Presidente;* e Denise Lie Okimura, *Secretária*. **Acionistas:** BRK Ambiental Participações S.A. e BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A. (representadas nos termos do seu estatuto social). Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia. Denise Lie Okimura – *Secretária.* Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 465.264/22-0 em 09/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.